

ELDA MARIA FREIRE MACIEL

CAMINHOS E (DES) CAMINHOS DE UM PENSAR PLURAL: O
PENSAMENTO POLÍTICO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Sociologia.

Área de Concentração: Sociologia

Orientadora: Profa. Dra. Elza Maria Franco Braga.

Fortaleza-Ce
Março/2009

*Aos meus pais Consuelo Maciel e
Francisco Freire (In memoriam) e a
Gonçala Ferreira do Nascimento
(mãe do coração – In memoriam) que
mostraram que a esperança é a
ultima que morre!*

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar ao Deus da minha vida por ter sido meu fiel companheiro e mantenedor da esperança de que era possível finalizar este trabalho.

Agradeço a minha fraterna, imensa e barulhenta família que mesmo não entendendo minhas ausências me deixavam livre para terminar esta tese.

Agradeço ao meu esposo Jordânio Gentil pelo apoio e carinho nas horas difíceis.

Agradeço aos amigos e amigas cuja listagem poderia acarretar injustos esquecimentos, pela amizade e carinho, sem os quais seria muito difícil o 'exílio' intelectual. Mesmo assim, agradeço particularmente a Rita Gomes e Luis Antônio pela ajuda na organização, na reflexão e com boas risadas sobre o trabalho.

Agradeço a Faculdade de Educação de Crateús e a Universidade Estadual do Ceará pelo apoio dado durante meu afastamento para cursar o Doutorado.

Agradeço de coração a minha orientadora Elza Franco Braga, pela paciência, tolerância e perguntas desafiadoras provocadas ao longo de meu percurso no Doutorado.

Agradeço aos Professores, Funcionários e Colegas do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC, especialmente ao Antonio George e a Cristina Nobre por me incentivar e auxiliar nas horas "aperriadas".

Agradeço a FUNCAP pelo apoio financeiro durante 46 meses de Doutorado.

E finalmente, agradeço ao meu querido amigo, professor e 'mentor' intelectual Lucio Oliver Costilla pela paciência e crença de que outro mundo para além do capital ainda é possível.

"O que é a história de um partido? Será a mera narração da vida interna de uma organização política, de como ela nasce, dos primeiros grupos que a constituem, das polêmicas ideológicas através das quais se forma seu programa e sua concepção do mundo e da vida? Tratar-se-ia, neste caso, da história de grupos intelectuais restritos e, em alguns casos, da biografia política de uma individualidade singular. Portanto, a moldura do quadro deverá ser mais ampla e abrangente. Será preciso escrever a história de uma determinada massa de homens que seguiu os iniciadores, sustentou-os com sua confiança, com sua lealdade, com sua disciplina, ou que os criticou "realisticamente", dispersando-se ou permanecendo passiva diante de algumas iniciativas". (GRAMSCI, 2002)

RESUMO

Este trabalho analisa a formação e o desenvolvimento do pensamento político do Partido dos Trabalhadores (PT) no período compreendido entre sua fundação em 1980 à realização de seu 1º. Congresso Nacional em 1991. A escolha desse tema se deu ao refletir sobre como o PT construiu o seu corpo simbólico ou o seu capital político no decurso de sua trajetória de lutas e como se capacitou para efetivá-lo através do conjunto partidário. Tal dúvida se manifestou quando analisava documentos (resoluções de encontros, congressos, reuniões etc.) dessa organização, inclusive de suas várias tendências e percebia como enfatizavam o fato do PT ter incorporado “novas teorias”, “novas práticas”, “novos rumos” durante sua trajetória e por isso, ser um “novo partido” ou um partido diferente do projeto originário. A inquietação com tal leitura me levou a refletir sobre uma premissa que considero fundamental para a vida das organizações sociais como um todo, qual seja, que toda organização política necessita de uma referência teórica sólida para formar-se e desenvolver-se. E claro isso advém de um processo de produção e de re-significação de idéias e práticas que de forma alguma são absolutamente “novas”, mas que se articula com experiências vividas por outras organizações políticas em meio a novas realidades, a novos contextos sociais e também, a determinados tempos históricos. Os dados da pesquisa foram coletados nas resoluções partidárias aprovadas desde o surgimento do Movimento pró-PT, passando pelos 07 encontros nacionais e um extraordinário e pelo 1º. Congresso Nacional. Contudo, foram consultados também artigos de militantes petistas, boletins, folhetos de propaganda eleitoral, programa de governo do PT e outros materiais. Ao todo foram analisados 53 documentos partidários. Como procedimento teórico-metodológico optei pela análise das categorias básicas do pensamento petista, dos fenômenos sociais privilegiados por ele, da ontologia de suas idéias, de sua pretensão crítica, das escolas de pensamento e Ideologia ao qual o PT se identificava. Para analisar o material coletado me orientei pela perspectiva teórico-metodológica de Antonio Gramsci sobre sua concepção de partido político. Mas também a instrumentação fornecida pela Análise de Discurso (AD) foi fundamental. A conclusão deste estudo fornece indicações sobre a construção do pensamento político petista em meio à conturbada década de 80, percebendo-o como uma síntese de rupturas, de superação e ao mesmo tempo de continuidade com o pensamento dos partidos de esquerda que o precederam demonstrando assim, caracteres ambíguos, conflituosos e contraditórios que concretamente incidiram para a prática petista.

Palavras-Chave: Partidos. Partido dos Trabalhadores. Pensamento Político.

ABSTRACT

This work examines the formation and development of political thought of the Workers' Party (PT) in the period between its founding in 1980 the implementation of its 1. Congress in 1991. The choice of this theme was to reflect on how the PT has built his body or his symbolic political capital in the course of its history of struggles and how it enabled him to effectively set by the party. This doubt is expressed when analyzed documents (resolutions of meetings, conferences, meetings etc.). Of the organization, including its various trends and perceived as emphasized the fact that PT has incorporated "new theories", "new ways", "new directions" during its trajectory, and therefore be a "new party" or a different part of the project originated. The concern with this reading led me to reflect on a premise that is fundamental to the life of social organizations as a whole, that is, that any political organization needs a solid theoretical reference is to form and develop. And of course it comes from a production process and re-signification of ideas and practices that are absolutely in no way "new", but which is articulated with experience in other political organizations in the midst of new realities, to new social contexts and also, a certain historical time. The documents were collected in the search party resolutions adopted since the emergence of the Movement pro-PT, through 07 national meetings and one extraordinary and 1. National Congress. However, we also found articles of militants PT, newsletters, leaflets to canvass, the government program of PT and other materials. Altogether 53 papers were analyzed supporters. As theoretical and methodological procedure chosen by analyzing the basic categories of thought PT, of social phenomena given by him, the ontology of his ideas, his critical claim, schools of thought and ideology to which the PT was identified. To analyze the data collected by me guide theoretical and methodological perspective of Antonio Gramsci on his conception of political party. But the instrumentation provided by the analysis of discourse (AD) was essential. The conclusion of this study provides information on the construction of the PT political thought in the midst of the troubled 80's, perceiving it as a synthesis of ruptures, overrun, while the continuity with the thinking of left-wing parties that preceded it thus demonstrating characters ambiguous, conflicting and contradictory that specifically focused to practice PT.

Keywords: Parties. Workers' Party. Political Thought.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
a) A pesquisadora e sua temática	10
b) Os caminhos da pesquisa: o partido político como objeto	18
2 AS IDÉIAS E OS PARTIDOS: UM BREVE HISTÓRICO.....	30
2.1 As origens dos partidos políticos	30
2.2 O surgimento dos partidos operários e o debate socialista	36
2.3 A história político-partidária da América Latina e o debate socialista	66
2.4 As idéias socialistas no Brasil	89
3 O PT: DA FUNDAÇÃO E DO PENSAMENTO PLURAL	95
3.1 O começo da história: repressão, crise econômica e anseio por justiça e liberdade	97
3.2 O movimento pró-PT e a gestação do pensamento político	100
3.3. O PT: da intenção ao mundo real	114
3.4. O 1º. Encontro Nacional (1981): como no princípio	122
3.5. O 2º. Encontro Nacional (1982): a intenção 'parece' querer mudar	129
3.6. "Tudo muda o tempo todo no mundo": o terceiro Encontro nacional (1984)	135
3.7. O quarto Encontro Nacional: de volta ao sindicalismo e as eleições	147
4 O PT: DO PENSAMENTO PLURAL A HEGEMONIA DO "CAMPO MAJORITÁRIO" (1987- 1991)	168
4.1. O quinto Encontro Nacional (1987): o divisor de 'águas' e de pensamentos	168
4.2. Entre o passado e o futuro: a sorte estava lançada	170
4.3. O sexto Encontro Nacional: a Alternativa Democrática e Popular	204
4.4. O sétimo Encontro Nacional: nas encruzilhadas do destino	214
4.5. O 1º. Congresso Nacional do PT: o fim do princípio	219
5 UMA SÍNTESE EM ANDAMENTO - A GUIA DE CONCLUSÃO	235
BIBLIOGRAFIA	248
ANEXOS	270

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIT – Associação Internacional dos Trabalhadores
ALN - Aliança Libertadora Nacional
ANL - Aliança Nacional Libertadora
COMINTERN – Internacional Comunista ou Terceira Internacional
COB - Confederação Operária Brasileira
CUT – Central Única dos Trabalhadores
FMLN – Frente Farabundo Marti de Libertação Nacional
FSLN - Frente Sandinista de Libertação Nacional
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MR-8 - Movimento Revolucionário 08 de Outubro
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra
NEP – Nova Política Econômica
PC' s - Partidos Comunistas
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PC do B - Partido Comunista do Brasil
PCBR - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCR - Partido Comunista Revolucionário
PCURSS – Partido Comunista da União Soviética
PED – Processo de Eleição Direta
PPS - Partido Popular Socialista
PRD – Partido da revolução Democrática
PSDA - Partido Social Democrata Alemão
PT – Partido dos Trabalhadores

1 INTRODUÇÃO

"[...] quanto mais afetos permitirmos falar sobre uma coisa, quanto mais olhos, diferentes olhos soubermos utilizar para essa coisa, tanto mais completo será nosso 'conceito' dela, nossa 'objetividade'. Mas eliminar a vontade inteiramente, suspender os afetos todos sem exceção, supondo que o conseguíssemos: como? - não seria castrar o intelecto?" (NIETZSCHE, 1998).

a. A pesquisadora e sua temática

É importante iniciar este trabalho pelas pretensões de estudo que tive durante o doutorado. Elas giravam em torno das configurações da sociedade política¹ na América Latina² pós-período de ajuste proposto pelo dito *Consenso de Washington*. As propostas que saíram desse encontro apregoavam medidas que deveriam ser adotadas por todos os "países emergentes" com o intuito de reorganizar a dominação do capital sobre os mesmos.

Decorrente dessa compreensão adveio o desejo de realizar um estudo no qual pudesse comparar três países que considerava importantes na rota de

¹ O termo sociedade política está aqui empregado no sentido gramsciano quando o mesmo se refere à noção de Estado "propriamente dito" ou em um sentido restrito sem abarcar a sociedade civil.

² O olhar sobre a América Latina adveio, em primeiro lugar, do entendimento de que esse continente é essencial para a reorganização do capital em suas mais diversas formas, e, conseqüentemente, para as instituições que dão suporte estrutural a esse movimento de re-acomodação de forças, dentre elas o Estado. Deduz-se dessa assertiva que todas as outras instituições que almejam o controle ou a gerência estatal devem passar por mutações. Em segundo lugar, porque vários estudiosos afirmavam que estudos comparados, principalmente, sobre os partidos políticos são raros. Conforme Alcântara & Freidemberg (2002) os estudos sobre partidos na América Latina se concentram em aspectos relativos à organização e funcionamento interno dos mesmos. Porém, outros trabalhos foram realizados sob uma perspectiva histórica (DI TELLA, 1993; DUTRÉNIT E VALDEZ, 1994; MALAMUD, 1995) privilegiando a análise em torno da relação dos partidos com seu ambiente vinculado à competição eleitoral (NOHLEM, 1993, ALCÁNTARA, 1996); ou, em sua interação no sistema de partidos e sua base na sociedade civil (MAINWARING E SCULLY, 1995) dentre outros. Contudo, "[...] estudos de partidos como unidades de análise são escassos (COPPEDGE, 1994; JIMENEZ POLANCO, 1995; LEVITSKY, 1997), assim como tampouco se realizaram investigações tanto teóricas como empíricas de caráter sistemático comparado entre *diversos países de uma região* (grifos meus) ou entre partidos de um mesmo sistema político que analisem a organização interna e o tipo de funcionamento das organizações partidárias a partir de um mesmo esquema analítico de aproximação". (Ibidem, p. 145)

reorganização política e econômica do capital na América Latina: México, Argentina e Brasil. No entanto, logo pude perceber a inviabilidade metodológica e analítica desse empreendimento quase titânico, considerando a enormidade de dados a serem coletados e analisados por um (a) só pesquisador (a) no período de doutoramento.³

Inegavelmente a temática necessitava de um recorte mais preciso para se tornar um objeto viável de análise. Daí que em um árduo processo de leituras, reflexões, debate nas disciplinas do curso, conversa com amigos e, em especial com minha orientadora Elza Braga, comecei a me indagar sobre os *porquês* de querer estudar a sociedade política e suas transformações na atualidade.

A justificativa veio no interior de um processo de reflexão e autocrítica no qual re-visitei meu passado de militante política⁴ e concluí que o meu interesse de pesquisa caía na realidade, sobre os partidos políticos por considerar que os mesmos eram motores possíveis de transformação diante da realidade de reorganização capitalista que se colocava naquele período.⁵

Mas o foco ainda era disforme e sem vida. Principalmente, porque minha trajetória de militante fora bem frustrante, pois o partido idealizado havia, parafraseando Karl Marx (1989), se '*desmanchado no ar*'. Na realidade, o que restou foi uma espécie de '*ato falho*' como afirmou Sigmund Freud,⁶ isto é, queria analisar o mundo partidário, mas colocava uma espécie de véu no *rosto* quando me voltava para outros temas de pesquisa.

Mesmo titubeante aceitei o desafio de retomar minhas reflexões sobre a dinâmica das organizações políticas. Reorganizei novo projeto na perspectiva dos estudos comparados entre os partidos políticos de esquerda⁷ da América Latina,

³ Mesmo assim, já tinha coletado uma enormidade de dados através de livros, artigos de revistas, folhetos, cartilhas, textos da internet relativos aos três países.

⁴ A participação no movimento estudantil se deu durante a Graduação em Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará (1983 a 1987). Atuei em três gestões do Centro Acadêmico Lauro de Oliveira Lima. A atuação em partidos e sindicatos se dava ao mesmo tempo da militância estudantil, porém, estendendo-se até meados da década de 90.

⁵ Neste trabalho tomo emprestado de Sartori (1976, s.p) o conceito de Partido como sendo "a idéia de parte, e parte não é, em si, uma palavra depreciativa".

⁶ Cf. FREUD, Sigmund. Sobre a psicopatologia da vida cotidiana, [s.n.t].

⁷ Deter-me-ei mais a frente, em uma melhor caracterização do que seja **Esquerda e Direita**. Por enquanto é importante ser dito que as noções do que seja ***direita e esquerda*** remontam às posições partidárias ocorridas durante a Revolução Francesa (1789) onde os membros do Terceiro Estado se sentavam à esquerda do rei enquanto os do clero e da nobreza se sentavam à direita. Porém, tais termos são formas de classificar posições políticas, ideológicas e/ou partidos políticos. A oposição entre os dois conceitos quase sempre carece de precisão para não resultar em interpretações

particularmente, o Partido dos Trabalhadores (Brasil) e o Partido da Revolução Democrática (México) por entender que essas duas organizações eram as mais representativas no cenário político da época.

Pretendia compreender com tal análise as metamorfoses que esses partidos tinham realizado do período em que se formaram até o dos ajustes globais. Ou melhor, investigaria as mudanças que tais partidos fizeram para enfrentar a conjuntura da época tanto no âmbito organizativo como político já que os mesmos se diziam contrários ao novo modelo de dominação que se anunciava. Mas também queria analisar como se dava na prática essa oposição, principalmente quando esses partidos chegavam ao “poder”, ou seja, nas administrações locais (municipais e estaduais) e no parlamento.

Todavia, a pesquisa não deslanchava por um problema metodológico que envolvia o espaço-tempo no qual às mudanças ocorreram. O período era bem extenso e demandaria, sem dúvida, um longo estudo de caso com vasto material a ser coletado. E como fazer isso em dois países geograficamente tão distantes e tão díspares culturalmente como Brasil e México?

É claro que a dúvida sobre a exequibilidade da análise retornou, mas procurei delimitar a temática em um ponto convergente nas duas organizações: a opinião de seus dirigentes e/ou intelectuais sobre a política na contemporaneidade.

Nesse rumo redefini o tema do seguinte modo: a percepção dos intelectuais de esquerda da América Latina sobre a crise da política⁸: o caso do

antidialéticas. Na história da construção de sentidos desses termos, foi incorporado o teor das disputas ideológicas entre socialistas e capitalistas que em decorrência de suas divisões internas atribuíram classificação diferente aos termos originários. Por exemplo, quem defendia mudanças na sociedade capitalista sem a alteração substancial da mesma era tido como reformista e, portanto, de direita. E os que queriam revolucionar o sistema produtivo alterando suas estruturas globais para a construção do socialismo eram tidos como revolucionários e, portanto, de esquerda. Acrescentou-se a todo esse “balé conceitual”, dois outros termos que se ligariam aos originários, ou seja, o de **extrema direita** e o de **extrema esquerda** como sendo as posições mais sectárias, radicais e/ou intransigentes dos segmentos ideológicos referidos. Existe ainda o termo **centrismo** que identifica os setores que se situam numa posição intermediária entre a esquerda e a direita. Na contemporaneidade, todavia, com a ascensão de outro tipo de **social democracia** (diferente das primeiras organizações socialistas que assim se denominavam como se verá adiante) defensora de um tipo de **mesclagem** entre capitalismo e socialismo; com o advento do sindicalismo de resultados que se propagou pelo mundo, inclusive, neste lado das Américas; depois do desaparecimento da URSS; da queda do Muro de Berlim e das revoltas do Leste Europeu que resultaram na reconfiguração capitalista, tais noções (esquerda e direita) carecem de novos significados e, conseqüentemente, de nova práxis.

⁸ O entendimento sobre **crise da política** era no sentido do desencanto com a política que vivenciam diversos e amplos setores sociais. Tal crise induziria um tipo de pensamento próprio do senso comum, de que “político é tudo igual”. Essa crise é global, levando inclusive a deduções de que não haveria mais necessidade nem de política nem de partidos. Dados sobre esse fenômeno crescem a

Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil e o Partido da Revolução Democrática (PRD) no México. Esse foi o projeto apreciado durante minha qualificação de tese.

Intentava com tal projeto realizar entrevistas⁹ com os principais intelectuais desses partidos para investigar a produção elaborada por eles acerca da política, dos partidos e do fenômeno de 'crise' da política. Vale ressaltar, que considerava como *intelectuais*, os sujeitos que desde a fundação desses partidos formataram no campo teórico-prático o tipo de organização e de programa político que se desenvolveria.

Contudo, devido às injunções, já referidas anteriormente para concretizar parte da pesquisa que se realizaria no México é que mais uma vez, me vi às voltas com novo dilema, ou seja, a necessidade de redefinição do objeto de estudo e sem dúvida, enfrentar os desafios teóricos e metodológicos que tal feito implicava. E claro, com menos tempo para realizar a pesquisa que ora exponho.

Entretanto, apesar desses percalços, não abandonei *in totum* a coleta de dados já realizada nas tentativas anteriores, mas aos poucos fui refazendo e reorientando o meu olhar sobre o percurso analítico que até então vinha seguindo. Assim, pude como afirmou Carl Ginzburg (1990) observar "rastros quase apagados", pistas que deixei de lado, trilhas anteriormente insignificantes para os estudos anteriores, e desse modo, encontrei "indícios aproximativos" para debruçar-me sobre um novo objeto de estudo.

cada ano. Em 2001, na Argentina milhares de trabalhadores e desempregados foram às ruas com a palavra de ordem: "Fora com todos". Esse mesmo discurso se repetiu em outros países da América Latina e da Europa. No Brasil cresceram as campanhas pelo voto nulo bem como, pela abstenção eleitoral. Durante o Fórum Social Mundial de Porto Alegre (I, II e III) e de Bombaim se viu coisa semelhante. Na Bolívia, a pressão foi tanta que obrigou o registro de candidatos não partidários para as eleições municipais de 2004. No México, em 2004, ainda quando se anunciavam as discussões para as eleições de 2006, partidos que historicamente andavam em lados opostos, fizeram alianças com apenas um objetivo, alcançar as cotas de poder em Estados e municípios. Alguns autores têm considerado, dentre eles, Octávio Rodrigues de Araújo (2004), que um dos fatores que teriam um nexos causal sobre a crise dos partidos, principalmente, nos da esquerda, seria a adoção de certo pragmatismo utilitário-eleitoral. Pois ao abandonarem um programa classista que os diferenciava das demais organizações e, conseqüentemente, das propostas de outras classes sociais, adotariam vagas e imprecisas formulações programáticas no intuito de tão só ganhar eleições. (Ibid. p. 02)

⁹ As entrevistas se realizariam, no Brasil, parte pela internet pela inviabilidade, inclusive geográfica de encontrar todos os sujeitos escolhidos para entrevistar; e no México as mesmas se dariam mediante uma viagem que faria àquele país e lá entrevistaria pessoalmente os intelectuais ligados ao PRD. Mas em virtude da falta de financiamento pela CAPES, que alegou que meus prazos para o final de curso já não mais permitiam a viagem, não pude realizar meu intento de pesquisa e tive assim, que reformular mais uma vez o objeto de estudo. Vale ressaltar que a CAPES exige que se retorne ao país 06(seis) meses antes de finalizar o curso e o prazo que eu tinha na época da negação do pedido ainda era de 05(cinco) meses para o final do curso.

Foi assim que refiz a pesquisa para analisar apenas um partido político, no caso, o Partido dos Trabalhadores (PT). Aqui, mais uma vez a *experiência* de militante¹⁰ foi essencial para decifrar os contornos que a nova empreitada exigia já que pelo exercício da memória, podia “visitar” dilemas comuns¹¹ vivenciados pela maioria dos militantes de esquerda na década de 80 e 90 no Brasil. E o PT, sem dúvida, como sendo um dos principais alvos das reflexões nos vários movimentos: estudantil, sindical, pastoral, camponês e outros.

Com esse olhar para o passado me deparei com o questionamento sobre como o PT construiu o seu *corpo simbólico* ou o seu *capital político* no decurso de sua trajetória de lutas e como se capacitou para efetivá-lo através do conjunto partidário. Tal dúvida se manifestou quando analisava documentos (resoluções de encontros, congressos, reuniões etc.) dessa organização, inclusive de suas várias tendências e percebia como enfatizavam o fato do PT ter incorporado “novas teorias”, “novas práticas”, “novos rumos” durante sua trajetória e por isso, ser um “novo partido” ou um partido diferente do projeto originário.

A inquietação com tal leitura levou-me a refletir sobre uma premissa que considero fundamental para a vida das organizações sociais como um todo, qual seja, que toda organização política necessita de um referencial teórico sólido para formar-se e desenvolver-se. Concretamente, necessitam de um pensamento teórico global para lhes embasar as ações dando-lhes nortes frente às diversas conjunturas políticas e econômicas, e também sustentabilidade para alcançar os objetivos aos quais se propõem.

Evidentemente, isso advém de um processo de produção e de re-significação de idéias e práticas que de forma alguma são absolutamente “novas”, mas que se articula com experiências vividas por outras organizações políticas em

¹⁰ Wright Mills em seu texto “*Do Artesanato intelectual*” faz interessante observação sobre a relação que deve existir entre a experiência de vida do cientista social com as suas pesquisas. Afirma assim: “Dizer que pode “ter experiência” significa que seu passado influi e afeta o presente, e que define sua capacidade de experiência futura. Como cientista social, ele terá de controlar essa interinfluência bastante complexa, saber o que experimenta e isolá-lo; somente dessa forma pode esperar usá-la como guia e prova de suas reflexões, e no processo se modelará como artesão intelectual” (MILLS, 1975, p. 212).

¹¹ Refiro-me a questões sobre o tipo de partido necessário para construir a revolução brasileira, se ele devia ser de massas ou de quadros, legal ou ilegal, se devia participar do parlamento e do executivo, a formação dos futuros dirigentes e militantes do partido, sobre as alianças políticas prioritárias, dentre outras.

meio a novas realidades, a novos contextos sociais e também, a determinados tempos históricos.

Nesse sentido, o foco central deste trabalho de tese, ou melhor, meu objeto de estudo se constituiu na investigação da formação e do desenvolvimento do pensamento político¹² do Partido dos Trabalhadores ao longo de sua primeira década de existência. Assim, cheguei ao título que, a meu juízo, melhor exprime a natureza do trabalho: *Caminhos e (des) caminhos de um pensar plural: o pensamento político do Partido dos Trabalhadores (PT)*.

Como se sabe a crise do pensamento socialista¹³ que emergiu na década de 90 do século XX trouxe conseqüências traumáticas para as definições programáticas ou referências teóricas-políticas de vários partidos latino-americanos que estavam se formando ou se reorganizando naquele período, dentre eles o PT. Dentre tais conseqüências destacava-se a indefinição programática em defender claramente questões como a revolução social, a ditadura do proletariado, o socialismo dentre outras.

Mas nesse contexto de dúvidas teóricas-políticas não seria estranho o PT desenvolver um pensamento político “implícito”, isto é, dizia defender, mas não deixava claro em seus textos partidários. E quando tentava esclarecer sua posição fazia *en passant* com frases tipo *slogans*: “defendemos uma sociedade sem explorados e exploradores”, “a sociedade que defendemos a socialista [...]”, “não há socialismo sem democracia nem democracia sem socialismo” etc.

Dessa forma o pensamento político petista cresceu permeado por imprecisões conceituais, ambigüidades teóricas, contradições e hesitações em assumir principalmente, a visão de mundo marxiana, por exemplo, que era a teoria mais afetada na ‘crise’ do pensamento socialista referida anteriormente. Essa teoria era apresentada *a priori* como antidemocrática e estranha à realidade brasileira.

¹² Por pensamento político refiro-me ao termo rotineiramente chamado nos meios políticos de “linha política”, “programa político” dos partidos políticos, ou seja, o arcabouço teórico-político dos mesmos.

¹³ Tal crise era percebida por vários autores como a “crise do marxismo” decorrente dos acontecimentos na URSS e nos demais países do socialismo real. Conforme Perry Anderson (1987) essa crise seria decorrente da gradual separação entre teoria e prática entre os intelectuais que professavam o marxismo aliada ao modelamento produzido pela cultura burguesa e ao isolamento a que muitos foram obrigados, como por exemplo, o de Antonio Gramsci. Para Anderson, o marxismo é uma teoria crítica e autocrítica e que sua trajetória tem sido determinada pela luta de classe. Para outro intelectual do campo marxista István Mészáros (2002), a crise do marxismo teria como centro a questão do poder político e nesse sentido, seria produto da concepção ‘equivocada’ dos bolcheviques liderados por Lênin que teriam adotado políticas que ao invés de romperem com a lógica do capital, na realidade a aprofundaram.

Nesse percurso analítico, no entanto, surgiu uma questão chave: por que estudar o pensamento político do PT? Na busca por respostas, me deparei com algumas importantes constatações já existentes na literatura de estudos sobre essa organização política.

Em primeiro lugar, porque o PT surgiu em um contexto de contestação e reorganização do movimento operário e popular brasileiro das décadas de 70 e 80 do século passado que exigia o fim do regime militar e o retorno da democracia no país. E desse modo se tornou um ícone da luta pela redemocratização do país. Exigia ainda, reformas sociais, econômicas e políticas por entender que historicamente as elites se alternaram no controle do Estado com práticas excludentes e opressivas. Além de ser produto da dinâmica social e política vivenciada na América Latina após o período de revoluções cubano e nicaraguense e, nesse sentido, se tornou signatário de tais experiências.¹⁴

É inegável o papel de protagonista do PT na arena política das últimas décadas no Brasil. Pode-se afirmar, mesmo com todas as reservas possíveis, que o PT é um construto da classe trabalhadora brasileira organizada que procurou romper com o ciclo político e ideológico das elites que historicamente dominaram o país.¹⁵

Em segundo, porque o PT é na atualidade, o maior partido brasileiro em termos organizacionais¹⁶ e o que possui maior inserção junto aos movimentos organizados da população, dentre os quais a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). Além de ser um dos partidos que no âmbito legislativo e executivo tem participação significativa, inclusive, com o cargo de Presidente da República.¹⁷

¹⁴ A fundação do PT data de 10 de fevereiro de 1980 no Colégio Sion em São Paulo. A proposta de formação do PT começou a ser veiculada pelo jornal Versus, ligado a corrente política chamada Convergência Socialista, em meados do ano de 1978. Nessa proposta se materializava a tese que o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, apresentou no 9º Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo realizado na cidade de Lins, em janeiro de 1979. A tese propunha que se fizesse um chamado a todos os trabalhadores brasileiros para a construção de “seu partido, o Partido dos Trabalhadores”. Este partido deveria negar a colaboração com a burguesia ao ser “de todos os trabalhadores da cidade e do campo”, mas “sem patrões”.

¹⁵ Na *Carta de Princípios* lançada durante a fundação do PT (10/02/1980) foi declarado que “O Partido dos Trabalhadores entende que a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores, que sabem que a democracia é participação organizada e consciente e que, como classe explorada, jamais deverá esperar da atuação das elites privilegiadas a solução de seus problemas”.

¹⁶ Nas últimas eleições para os cargos de direção do partido (PED) em 2007, estavam aptos a votar 917.809 filiados. (FONTE: Site do PT na internet acessado em novembro de 2007)

¹⁷ Desde seu surgimento a evolução numérica do PT no âmbito parlamentar é considerável: 16 para 35 cadeiras, entre sua primeira e sua segunda participação nas eleições proporcionais para o

Por último, e o que interessava diretamente a este trabalho, foi pelo fato de que o PT aglutinou a maior parte dos grupos de 'esquerda' no Brasil pós-ditadura militar de 64. E dessa forma foi o catalisador de esperanças e de abrigo para várias organizações políticas com ideologias bem diversas umas das outras, tais como: marxistas, trotskistas, gramscistas, luxemburguistas, guevaristas, maoístas, sindicalistas, cristãos, ex-comunistas e muitos que se proclamavam como "independentes".¹⁸

Grande parte desses grupos tinha em comum a crítica aos partidos comunistas (PC' s) e/ou socialistas existentes na época pelo fato dos mesmos aceitarem as proposições do Partido Comunista da União Soviética (PCURSS) e da Terceira Internacional (COMINTERN) que determinavam alianças políticas com os setores da burguesia dita progressista para atingirem seus objetivos.¹⁹

Eram contrários também, às práticas sindicais dos PC' s e dos sindicatos oficiais denunciando-os por efetivarem a conciliação entre as classes e favorecerem a dependência (atrelamento) servil dos sindicatos ao Estado.²⁰ Além disso, a

Congresso Nacional, depois para 50 cadeiras em sua terceira participação, 60 na quarta e 90 na quinta legislatura. Dados de 2006-2008 mostram que o PT conta com 12 senadores, 71 deputados federais, 126 deputados estaduais, 05 governadores de Estados, 382 prefeituras, 321 vice-prefeituras, 08 Estados em que tem participação nos governos e ainda, com 3.655 vereadores em todo o país. (FONTE: site do PT na internet e Supremo Tribunal Eleitoral acessado em 25/03/08).

¹⁸ O termo *Esquerda* é percebido neste trabalho através do sentido atribuído a ele por James Petras (2006) ao demonstrar que existe histórica e empiricamente um consenso sobre os critérios que definem uma política nessa perspectiva, tanto entre acadêmicos quanto entre os militantes. Como esses critérios são muito extensos destaquei apenas os seguintes: "1) Decréscimo das desigualdades sociais; 2) Incremento das condições sociais de existência; 3) Priorização da propriedade pública e nacional em detrimento da propriedade privada e internacional; 4) Priorização dos impostos progressivos (rendas/empresariais) em detrimento dos regressivos (ICMS, consumo etc.); 5) Prioridades orçamentárias que favoreçam os principais gastos sociais e investimentos públicos no trabalho em lugar de subsídios aos exploradores e do pagamento da dívida externa; 6) Promoção e proteção da propriedade nacional das matérias-primas em detrimento da exploração internacional; 7) Diversificação da produção para valorizar produtos com valor agregado em oposição à venda de matérias-primas brutas; 8) Subordinação da produção-para-a-exportação ao desenvolvimento do mercado interno; 9) Participação e poder popular nos processos decisórios em oposição às decisões de cúpula feitas através dos altos negócios, da banca internacional (FMI) e das elites políticas; 10) Consulta aos movimentos de massas na seleção de ministros-chave em lugar de acordos e internacionais; 11) Adoção de uma política externa antiimperialista: contra o apoio aos acordos de livre-mercado, às bases militares, às guerras imperiais e às invasões militares" (PETRAS, 2006).

¹⁹ *Comintern* ou *Komintern* foi como ficou conhecida a Terceira Internacional ou Internacional Comunista que existiu de 1919 a 1943. Era uma organização internacional que teve dentre seus fundadores Lenin, León Trotsky e demais membros do Partido Bolchevique. Os objetivos iniciais dessa organização eram: lutar pela superação do capitalismo, construir o socialismo, como etapa transitória para a sociedade comunista, abolir o Estado burguês e implantar a ditadura do proletariado que seria um tipo de Estado provisório com o intuito de abolir as classes, para isso se utilizaria de todos os meios disponíveis, inclusive armados, para derrubar a burguesia internacional.

²⁰ Nesse momento ocorre a ascensão do movimento que ficou conhecido por "novo sindicalismo" que de acordo com Margaret E. Keck (1991, p. 55) "assinalava a existência de um descontentamento

conjuntura internacional já apontava para a crise dos países do Leste Europeu ou do “socialismo real” que enveredavam pelos encantos da economia de mercado e da democracia burguesa o que tornou o diálogo entre PT e PC’ s extremamente truncado.

Mas detectar razões para estudar o PT se constituiu em tarefa relativamente simples tanto pelo nível dos bons trabalhos científicos já existentes sobre a temática, quanto pela possibilidade de observar fatos do cotidiano desse partido. Ao contrário, expressar razões para investigar seu pensamento político bem como estabelecer os procedimentos para a análise pretendida foi mais complexo justamente pela ‘quase’ escassez de estudos nessa perspectiva.

Inegavelmente tal problema se colocava como um obstáculo epistemológico a ser dirimido, mas para isso teria que intensificar as leituras e estabelecer caminhos próprios para realizar a pesquisa desta temática. Foi o que fiz através de tentativas artesanais ou como dizia Howard S. Becker (1999, p. 12) fazendo uso de “um modelo artesanal de ciência” no qual fui construindo meus próprios métodos para a produção desta pesquisa.

b. Os caminhos da pesquisa: o pensamento político-partidário como objeto

"O homem que se submete a várias obrigações habituais, que segue uma linha tradicional de ação, o faz impulsionado por certos motivos, movido por determinados sentimentos, guiado por certas idéias" (MALINOWSKI, 1984)

Vários autores afirmam que os estados e a democracia modernos não existiriam sem os partidos políticos.²¹ Seriam instituições fundamentais para a

popular massivo e organizado com relação ao regime e representava uma clara prova de que a democratização era necessária para resolver o potencial de conflito social”.

²¹ Pensadores como Robert MICHELS, Maurice DUVERGER, Joseph LA PALOMBARA, Giovanni SARTORI, Georges BURDEAU, Mars KELSEN e outros, convergem em seus pontos de vista que os partidos políticos foram fundamentais para a construção democrática do mundo moderno. Já para Hans Kelsen apud BAQUERO (2000, p. 21): *"solo por ilusión o hipocresia se puede sostener que la democracia es posible sin partidos (grifo meu); la democracia, necesaria inevitablemente requiere um Estado de Partidos"*.

manutenção de sociedades politicamente estáveis. É fato incontestável que essas organizações se impuseram na luta pelos interesses divergentes entre classes sociais das quais eram os representantes centrais. Mas, também se afirmaram pelo papel de interlocução que faziam junto à sociedade, fiscalizando e cobrando dos cidadãos quando esses assumiam responsabilidades públicas, a transparência dos processos decisórios e do cumprimento de suas propostas eleitorais.

Analisá-los na atualidade, significa adentrar em horizontes complexos e polêmicos. A complexidade reside no fato de serem instituições que exercem múltiplas funções tanto no interior dos sistemas partidários como da própria sociedade. E nesse caso, os estudos realizados sobre eles ficam limitados e muitas vezes, impossibilitados de fornecer uma visão do 'todo' partidário, ou melhor, do partido enquanto uma unidade.

O termo partido, etimologicamente, evidencia a divisão em partes, isto é, a ruptura com o conjunto do qual é integrante. Concretamente, os partidos expressam a percepção da realidade social de uma *parte* (classe, grupo social) da qual pertence ou defende. E nesse sentido são estudos que levantam polemias.

Mas somando-se a essa questão semântica (e política), em décadas recentes, alguns estudos mostraram o aumento do descrédito sobre o papel de mediação dos partidos políticos junto à sociedade civil.²² Tal fenômeno teria como uma das causas, o surgimento de novos canais sociais de representação dos interesses de diversos grupos até então não contemplados na dinâmica partidária como os feministas, étnicos, sexuais e outros. Consequentemente em tal cenário ocorreria uma 'crise política' afetando todo o sistema que tinha nos partidos um de seus principais pilares. A 'forma partido' já não seria essencial no contexto social e político atual.

Na realidade, isso não é em si, uma novidade. No período histórico das derrotas operárias nas revoluções da década de 40 do século XIX (1848-49) na Europa, se observou na década subsequente (de 50) a dispersão e/ou destruição de grande parte das organizações políticas justamente pelo fato de que muitos já não acreditavam na *política* e nos partidos. O resultado desse pessimismo foi evidente:

²² De acordo com Baquero (2000) autores como Strom e Lars (1997) advogam o declínio crescente dos partidos já Crotty (1994) e Broder (1972) são céticos sobre a importância dos mesmos para o processo democrático.

o fortalecimento do Estado e da democracia burguesa (liberal), ou no termo mais popular, da democracia representativa.²³

Com efeito, o processo histórico demonstrou que a necessidade dos partidos políticos, principalmente de operários (trabalhadores) manifestou-se mais plenamente em épocas de ascenso das lutas dos trabalhadores, de grande autoconfiança das massas, quando suas parcelas mais ativas sentem-se bastante fortes para lutar diretamente contra o Estado.²⁴

Em contrapartida, em épocas de derrotas ou descenso do movimento dos trabalhadores, quando a classe encontra-se desmoralizada e o Estado parece uma 'fortaleza inexpugnável', a compreensão da necessidade do partido dilui-se ou fica restrita a poucos grupos, e assim proliferam as concepções que de uma ou outra maneira rejeitam a luta política e a necessidade de instrumentos especificamente políticos dos trabalhadores.²⁵

É notório que os partidos perderam credibilidade nas últimas décadas do século XX. Entretanto, o esvaziamento bem como o descrédito dessas organizações, sem dúvida, deve ser analisado. Contudo, há que se considerar o fato sobremodo preocupante, da instrumentalização da política através da transformação de partidos em veículos eleitorais descartáveis como facilmente se constata em cada período eleitoral.

Em tal contexto algumas questões são provocativas: será que os partidos políticos 'caducaram' enquanto atores centrais das disputas pelo poder político? Ou foi uma determinada forma de fazer política que dentre outros objetivos, visava

²³ A democracia liberal ou democracia representativa é a forma predominante do exercício democrático nas sociedades modernas baseado na representação equitativa dos interesses sociais. Contudo, ela efetivou-se como um mecanismo que reforça a separação entre dirigentes e dirigidos, provocando inúmeras críticas a esse tipo de democracia. Ademais essa segmentação política teria como conseqüência o afastamento de duas esferas essenciais no processo democrático: a política e a vida social. Conforme Castoriadis (1983, p. 274), "a representação 'política' tende a 'educar' – isto é, a deseducar – as pessoas na convicção de que elas não poderiam gerir os problemas da sociedade, que existe uma categoria especial de homens dotados da capacidade específica de 'governar'". Para Carl Schmitt (1996, p. 54), "a crença no sistema parlamentar, num *government by discussion*, pertence ao mundo intelectual do liberalismo. Não pertence à democracia. O liberalismo e a democracia devem ser separados, para que se reconheça a imagem heterogeneamente montada que constituiu a moderna democracia de massas".

²⁴ O surgimento do PT em 1980, a meu ver, exemplifica bem essa colocação, pois os diversos estudos realizados sobre esse partido dão conta de que sua formação foi produto da reorganização da luta dos trabalhadores naquele período.

²⁵ Como exemplo pode-se citar o recente período dos ajustes globais ou de reorganização do capital no qual um dos alvos centrais eram as organizações políticas dos trabalhadores. Fato esse que incidiu diretamente na passividade dos trabalhadores praticamente durante toda a década de 90 do século XX e, evidentemente, no fortalecimento do Estado e do Capital.

afastar a população das decisões da esfera política e econômica? Será que a diversificação de grupos de interesses gera o fortalecimento democrático? E no Brasil, se pode afirmar que os partidos são diferentes? Sem dúvida, são perguntas pertinentes que necessitam de maior aprofundamento e de mais pesquisas.

Os partidos políticos em geral, já foram pesquisados sob diferentes perspectivas como se verá no primeiro capítulo deste trabalho. Contudo, é importante frisar aqui, o fato dos mesmos já terem sido analisados tanto em suas relações externas (interinstitucionais) quanto internas (intrapartidárias); tanto privilegiando aspectos históricos (*historicism*) como focando apenas o presente (*ahistoricism*).²⁶

No Brasil, de modo geral, as análises sobre os partidos políticos se situam no âmbito da perspectiva histórica, mas inspiradas na idéia de 'partidos de massa' como os que existiram na Europa no final do século XIX e início do XX. Assim, esses estudos compartilham a visão de que no Brasil tais instituições são vulneráveis e frágeis sem autonomia frente ao Estado e sem legitimidade representativa para com a sociedade.²⁷

Meneguello (1998) destaca *grosso modo*, quatro aspectos que orientaram os estudos sobre os partidos no Brasil republicano:

a) o grau de descontinuidade dos partidos e dos sistemas partidários que não permitiria a construção de uma história partidária e de uma memória política ligada a posturas ideológicas fortes;

b) a complexidade das formações partidárias vista como um produto tanto da heterogeneidade regional política e cultural do país com dimensões continentais, quanto do baixo grau de estruturação interna dos partidos;

c) a quase totalidade das organizações partidárias tem um perfil organizacional frágil devido à falta de forte enraizamento social, exceto o Partido Comunista Brasileiro (1922) e o Partido dos Trabalhadores (1979) que se construíram direcionados por outras vertentes teóricas;

²⁶ Cf. TRICHES(1994) apud BAQUERO (2000).

²⁷ Raquel Meneguello em seu livro *Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo (1985-1997)* destaca os seguintes trabalhos, quais sejam: "Gláucio SOARES, Sociedade e política no Brasil, Difel: 1973; David FLEISCHER (org.), Os partidos políticos no Brasil, Editora UNB: 1981; Bolívar LAMOUNIER e Rachel MENEGUELLO, Partidos políticos e consolidação democrática – o caso brasileiro, Brasiliense: 1986; Maria D'Alva KINZO, Radiografia do quadro partidário brasileiro, Fundação Konrad-Adenauer: 1993; e outros.

d) o papel predominante do Estado na organização e na representação de interesses sociais. Isso pelo fato de que no Brasil as características de formação e desenvolvimento do Estado antecederam a existência dos próprios partidos.

Mas e quanto ao PT? Como foram feitas as pesquisas sobre ele? É notório que seu surgimento inspirou vários trabalhos sob diferentes enfoques. Inclusive, Francisco de Oliveira (2002) diz que o PT é uma das agremiações políticas mais estudadas do Brasil. Só sendo superado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) ao longo de sua história.

Grande parte das análises existentes sobre o PT converge para demonstrar fatos como: sua novidade no cenário político; sua diferença para com as outras organizações; os rumos que o PT deveria adotar em determinados momentos históricos; a dimensão educativa do partido; a maneira petista de governar; o PT e a representação parlamentar; as transformações em sua prática política; as relações com o governo central etc.²⁸

Porém, análises acadêmicas pertinentes à temática aqui proposta são raras e quase desconhecidas. Mesmo assim, duas dentre essas pesquisas foram fundamentais para o presente trabalho porque se detiveram em muitos dos aspectos que aqui procuro elucidar, principalmente, porque o PT foi visto pelo prisma de suas formulações teóricas e políticas como determinantes de sua práxis.

A primeira é a de Raul Burgos (1994) que fez um importante estudo comparativo entre o projeto político da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) e o do PT analisando a influência das idéias de Antonio Gramsci na produção da 'linha política' ou do pensamento político das duas organizações. Demonstrando assim, como os dois partidos incorporaram conceitos-chaves do pensador italiano em seus programas.

O segundo estudo é o de Benedito Tadeu César (2002) que fez uma pesquisa exaustiva sobre a base social do partido, principalmente a eleitoral no período compreendido entre 1980-1991 e sobre o projeto político do PT

²⁸ Refiro-me a alguns estudos já bem conhecidos como o de MENEGUELLO, Rachel. PT: a formação de um partido (1779 – 1982), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989; KECK, Margareth E. A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira, São Paulo, Editora Ática: 1991; SADER, Emir. E agora, PT? Caráter e Identidade, São Paulo, Brasiliense: 1986; BITTAR, Jorge. O modo petista de governar; OLINDA, Ercília M.B. de. A dimensão educativa do partido político, Fortaleza-Ceará: Expressão, 1991. LEAL, Paulo Roberto Figueira. O PT e o dilema da representação política: os deputados federais são representantes de quem? – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005; FERNANDES, Florestan. O PT em movimento. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1991 e outros.

considerando-o como a “contemporaneidade possível” ao se contrapor ao arcaísmo predominante no âmbito partidário brasileiro.

Contudo, a meu ver, esses trabalhos não esmiuçaram (inclusive, porque seus objetos não necessitavam) as bases teóricas do pensamento político petista. Ou seja, os estudos falam de rupturas teóricas e/ou de revolução conceitual, mas não deixaram claro em que consistiram e como elas se realizaram no universo conflituoso das várias tendências petistas. Ou ainda, como tais concepções resvalaram para a prática social e política do PT.

Na realidade, nesses estudos existem limitações por conta de um enaltecimento, quase ingênuo até (talvez porque boa parte seja de militantes do PT) das “novas posturas teóricas” adotadas pelo partido. Evidentemente, o contexto no qual surgiram tais trabalhos era outro bem diverso do atual. Não havia o benefício que hoje disponho, por exemplo, do distanciamento cronológico e também orgânico da práxis desse partido. Creio que talvez por isso, não tenha sido possível um olhar menos ‘apaixonado’ desses trabalhos sobre o pensamento político do PT.

Frente a tal quadro, pude então construir um percurso metodológico ‘artesanal’ que melhor aproximasse meu olhar do objeto escolhido. Assim, tomei como ponto de partida uma definição existente nos documentos petistas que o caracterizava como “um partido laico sem doutrina oficial” (PT, 1991, p. 30).

Ora, como se sabe o PT nunca foi um partido monolítico nem do ponto de vista político nem ideológico. Simplesmente por ser constituído de correntes políticas com diferentes matrizes teóricas, de diferentes posições ideológicas, de agrupamentos diversos com idéias nem sempre convergentes. Concretamente, ao se definir como um partido “sem doutrina oficial” o PT expressava que seu pensamento político era produto de uma política coletiva consensuada visando manter a unidade entre suas distintas posições partidárias internas.

Ao percorrer a literatura pertinente a temática, no entanto, compreendi que a existência de um partido que se define como “sem doutrina oficial” pode ser comparado, utilizando uma metáfora, a “um barco à deriva em meio à tempestade”. Aparentemente tal partido se mostra democrático, mas flancos se abrem permitindo todo “vento de doutrina”, inclusive, de posturas antidemocráticas.

Entendo, todavia, que ao afirmar não ter ‘doutrina oficial’ pode ser traduzido como tendo todas as doutrinas possíveis. E nesse sentido, o PT se

colocaria na larga esteira do pensamento socialista mundial portador de inúmeras e ricas tradições teóricas e políticas. Tanto pela multiplicidade de pensamentos existentes internamente reveladores de características ético-políticas particulares, quanto pela tentativa de construção da “unidade de uma diversidade” de pensamentos de distintas correntes políticas.

Tal constatação me conduziu a formular hipoteticamente algumas suposições, inclusive considerando declarações do próprio Partido em foco: a) se o PT é signatário do vasto legado do pensamento socialista mundial, quanto de novidade e de continuidade relativa à tradição socialista existe no pensamento político petista? b) se o pensamento político petista se fez através de uma política consensuada entre as distintas posições internas e por isso, adquiriu um caráter plural, principalmente pelo acento na diversidade, que categorias analíticas privilegiou nos documentos oficiais? c) se os documentos partidários expressavam a visão de conjunto ou a experiência comum adquirida pelo PT como se estabeleceu o consenso entre as distintas posições ideológicas e políticas?

Compreendo que o PT na atualidade se difere em muito daquela organização originária, principalmente de sua práxis política. Então caberia indagar ademais: se o PT mudou a prática, o pensamento político que a orientava também mudou? Teria o PT o caráter de classe que tanto seus opositores, à esquerda, se referem? Ou o partido elaborou seu pensamento político contemplando tão somente a conjuntura específica pela qual passava? E, nesse sentido, se tornou apenas mais um “aparelho da ordem” institucional - parlamentar?

Frente a tais indagações e de outras que surgiram no percurso investigativo, adentrei na des-construção do corpo conceitual do PT. Inicialmente, desmembrando o todo nas partes que o constituíam, isto é, des-construindo-o para em seguida, fazer a “viagem de modo inverso” (MARX, 1974, p. 122), ou seja, tornar a “reconstruí-lo”.²⁹ Por isso, concentrei meus esforços para decifrar no pensamento petista, os seguintes pontos a meu ver essenciais:³⁰

- *Categorias básicas*. Todo partido trabalha com um corpo sistemático de conceitos que lhe dão sustentação e com o PT isso não é diferente. Categorias

²⁹ Cf. MARX, K. “Introdução a Crítica da Economia Política. In: MARX, K. Manuscritos Econômicos-Filosóficos e outros textos escolhidos. São Paulo: Abril Cultural, 1974. p. 110 – 127.

³⁰ Esses quesitos para análise da abordagem petista foram retirados de DEMO, P. Metodologia Científica em Ciências Sociais, São Paulo: Atlas, 1985: 57-61.

inclusive, *mutatis mutandis*, em seu percurso como: democracia, poder, governo, socialismo, hegemonia, revolução, partido, sociedade política, sociedade civil, estratégia e tática política.

- *Autodefinição* - Aqui é fundamental averiguar as formulações definidoras de como o PT se vê, ou melhor, que imagem ele fez e faz de si. Com isso é possível perceber as perspectivas que o PT se propunha no passado e as que se coloca no presente e para o futuro.

- *Fenômenos sociais privilegiados* - Averiguar que fenômenos sociais estão mais evidentes na análise do PT quando explica a realidade social.

- *Pressupostos Ontológicos* - O PT como projeto que governa e ao mesmo tempo pretende estabelecer uma hegemonia política e cultural deve ter uma 'mundividência ontológica', ou melhor, uma visão de mundo.

- *Pretensão crítica* - O PT se propunha a superar as abordagens dos Partidos Comunistas existentes no Brasil e também, romper com as idéias do 'socialismo real'. Inauguraria um novo modo de entender o socialismo e a democracia.

- *Escolas de pensamento e Ideologia* - Como um partido o PT construiu um corpo de idéias e práticas. Certamente oriundas de fontes teóricas de escolas ou correntes de pensamento que o influenciaram ideologicamente.

Para a interpretação e análise dos dados coletados, organizei novo percurso na tentativa de elucidar as questões de pesquisa referidas anteriormente. O primeiro passo, desencadeador dos demais, adveio através da questão sobre o que tinha de continuidade e de ruptura no pensamento político petista relativo à tradição socialista. Com isso procurei saber as referências teóricas e políticas na elaboração dos textos partidários, as categorias comumente mais utilizadas e como foram se encaixando ao longo da existência desse partido.

O segundo passo decorrente do anterior, foi investigar como se deu a produção dos textos partidários petistas orientadores de sua práxis e, em quais momentos históricos foram feitos e sob quais condições. Quem os produziu foram sujeitos organicamente ligados ao PT ou oriundos de outras organizações políticas? Operários ou "intelectuais profissionais?" Nesse rumo estabeleci a coleta dos materiais produzidos: oficiais, extra-oficiais, panfletos, cartas, artigos em revistas e

jornais, palestras, resoluções etc. Enfim, 'catei' o corpo material, o meio plausível de veiculação do pensamento petista.

O terceiro passo, o mais complicado talvez porque não presencial, se constituiu em "adentrar no calor" dos debates ocorridos durante os encontros do PT nos quais se decidiram os rumos do pensamento político petista: o que fica e/ou o que sai dos documentos trazidos por seus diversos grupos. Como se faziam as escolhas? Como se realizava a redação final dos documentos?

Concretamente, essa etapa se constituiu em colher os "aspectos imponderáveis da vida real" (MALINOWSKI, 1984, p. 31) através de textos partidários já 'frios' e de data longínqua para realizar então, a interpretação através dos textos partidários, do pensamento político petista.

Finalmente, na análise e na interpretação dos dados pesquisados, a perspectiva analítica de Antonio Gramsci forneceu as formulações teóricas necessárias para a compreensão do conceito de 'partido político'. Inicialmente ao perceber tal organização como o "príncipe moderno", o agente da vontade coletiva revolucionária, isto é, sujeito político no qual se aglomeram germes da vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais.

Em um segundo momento, ao entender que essa organização deveria ser a portadora da necessidade de uma reforma intelectual e moral, ou melhor, da propagação e organização de uma nova concepção de mundo. Por último, ser o elaborador do momento catártico (passagem do momento egoístico-passional para o ético-político) já que contribuiu para a formação da vontade coletiva nacional-popular.

Na análise e interpretação dos textos partidários não deixei ainda de observar a intenção discursiva que permeavam esses textos. Daí recorrer, sempre que foi necessário, à contribuição dos estudiosos do discurso em sua acepção mais geral, bem como da análise de discurso (AD) em particular, como Foucault (1987), Maingueneau (1997; 2000), Charaudeau e Maingueneau (2004), Fairclough (2001), Orlandi (2001) dentre outros.

Com o recurso da AD procurei visualizar tanto a dimensão ideológica como as relações de poder que porventura permeassem o discurso partidário petista em seus documentos. Na realidade, a intenção era des-naturalizar os 'significados de mundo' aparentemente do PT como um todo, mas que poderiam ser, por

exemplo, do grupo hegemônico e dirigente (Articulação e/ou Campo Majoritário) desse partido desde sua fundação.

O recorte temporal para a obtenção e análise da produção dos textos petistas em todo trabalho compreendeu o período entre a formação do Movimento pró-PT (1978-1979), a realização dos seus 07 primeiros Encontros Nacionais (1981-1990) e do seu 1º. Congresso Nacional em 1991.

A obtenção dos dados se fez essencialmente através dos documentos produzidos:

- pelo Movimento pró-PT: 06 (seis) documentos;
- pelo PT:
 - No Ato Nacional de Lançamento do PT: 01 (um) documento;
 - Na Reunião Nacional de Fundação do PT: 03 (três) documentos;
 - Em 07 Encontros Nacionais e 01 Encontro Extraordinário: 44 resoluções.
 - No 1º. Congresso Nacional do PT: 03 resoluções.

Ao todo foram analisados 53 documentos partidários entre resoluções, notas, moções e outros textos. Incluiu-se como complemento para a análise, artigos da Revista Teoria e Debate (revista trimestral do PT), folhetos de campanhas, boletins, materiais avulsos adquiridos em jornais e revistas da Imprensa Brasileira com circulação nacional, entrevistas e artigos de dirigentes petistas. Outros materiais complementares foram analisados como os das campanhas de Lula para Presidente da República: o Folheto Brasil Urgente: Lula Presidente, de 1989 e a *Carta ao Povo Brasileiro* de 2002.

Esse material em grande parte foi adquirido através de arquivos existentes na *Home Page* da Fundação Perseu Abramo e do Partido dos Trabalhadores. Mas também foram adquiridos através de publicações dessas duas organizações referidas na bibliografia deste trabalho.

É importante frisar que os dados coletados nesses *sites* não tinham uma formatação adequada, como por exemplo, a quantidade e o número de páginas de cada documento. Por isso, estabeleci arbitrariamente números de páginas para os mesmos conforme apareceram na consulta. Todos os documentos estavam em formato "PDF".

Na exposição dos dados da pesquisa, ou melhor, no relatório utilizei a seguinte dinâmica: primeiro exponho o contexto histórico no qual os documentos (resoluções) foram elaborados para perceber como o PT analisava tais momentos e quais as saídas que ele propunha em cada um deles. Em segundo, observo o movimento categorial utilizado para perceber nas *linhas e entrelinhas* a dinâmica partidária sempre permeada por intensos conflitos entre as várias tendências. E por último, teço considerações acerca de tais momentos sempre cotejando com a literatura pertinente à temática visando assim, compreender como se processou a elaboração e a re-elaboração do pensamento político petista.

Para contemplar melhor esse processo de exposição, estruturei o texto em três capítulos centrais acrescidos da parte conclusiva. O primeiro capítulo apresenta um quadro sucinto sobre as teorias que tentam compreender os partidos políticos bem como, verificar o contexto no qual tais organizações surgiram e se desenvolveram. Expõe ainda o surgimento e o desenvolvimento das idéias socialistas bem como sua influencia junto aos partidos operários ou de trabalhadores na Europa, na América Latina e no Brasil.

O segundo capítulo percorre a trajetória de reorganização da esquerda brasileira em meio ao processo de redemocratização do país. Dando especial destaque a organização e fundação do PT, mostrando como o mesmo incorpora, critica e/ou rompe com o pensamento socialista internacional predominante. Ao fazer isso, organiza um conjunto de categorias básicas expostas nas resoluções de seus encontros nacionais que nortearam seu discurso nas diversas conjunturas políticas enfrentadas.

O terceiro capítulo centra sua reflexão no campo categorial das resoluções do 5º Encontro Nacional do PT, evento fundamental para a consolidação do pensamento hegemônico da *Tendência Articulação*. Pensamento esse, que diz ter em Antonio Gramsci sua principal referência teórica. Porém, fará isso de modo ambíguo, recheado por definições 'frouxas' que expressavam na prática, uma leitura superficial e tendenciosa do grande legado político desse pensador italiano.

A conclusão do trabalho apresenta indícios e pistas para a construção de um partido ou de partidos-movimentos *de novo tipo* visando alcançar a sociedade socialista pretendida. O trabalho contém ainda a bibliografia e anexos que são

basicamente o resumo das resoluções dos encontros e congressos do PT coletados na pesquisa.

Considero, pela aprendizagem da pesquisa realizada que a análise do pensamento político do PT se constituiu em uma tarefa instigante e fecunda. Principalmente, quando se observa na atualidade, a existência de duras críticas sobre a atuação do mesmo, oriundas de vários setores sociais que antes o apoiavam. Chamam-no de “traidor da pátria”, “vendilhão”, “defensor do grande capital”, “capacho”, “eleitoreiro”, etc.³¹

Inegavelmente, os esclarecimentos das questões aqui colocadas são muito importantes para àqueles que ainda creditam aos partidos políticos comprometidos com a maioria oprimida do país, um papel significativo para construir as transformações reais que a sociedade brasileira requer.

Desse modo, manter a imparcialidade e o distanciamento que a pesquisa social requer nem sempre é um processo fácil. As possibilidades de se incorrer em discursos pré-construídos próprios do *sensu comum*, aqui entendido como “representações partilhadas por todos” (BOURDIEU, 2004, p. 34) são inúmeras. Contudo, os riscos existentes podem se constituir em exercícios estimulantes, quando os ‘erros’ são entendidos como momentos de aprendizagem.

Fórmulas de isenção não existem. Mas Bourdieu (2004) vislumbrou a possibilidade de se estabelecer um estado de permanente dúvida radical que pode capacitar o (a) pesquisador (a) a “pôr em suspenso” todos os conceitos, todas as crenças partilhadas e pré-construídas, inclusive, pelo próprio investigador acerca dos problemas que investiga. Ou melhor, “praticar a dúvida radical em sociologia é pôr-se um pouco fora da lei” (BOURDIEU, 2004, p. 39). Sem dúvida, as trilhas pelas quais enveredei favoreceram a reflexão crítica sobre os partidos políticos em geral, e em particular, sobre os que estão no campo da Esquerda.

³¹ Alguns setores que se consideram “mais à esquerda” (muitos deles inclusive, foram expulsos do partido) criticam o PT por ter abandonado o caráter de classe que o mesmo tinha e de ter retornado aos programas dos “velhos” PC’s.

2 AS IDÉIAS E OS PARTIDOS: um breve histórico

"Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado"
(MARX, 1989).

Este capítulo fornece a base conceitual sobre a temática ora em destaque. Trata de situar o problema da teoria política ligada à dinâmica histórica dos partidos políticos em geral, e em particular dos partidos de trabalhadores.³² Assim, sucintamente exponho as principais teorias explicativas sobre essas organizações considerando os períodos históricos nos quais surgiram e se desenvolveram. Porém, o foco dessa periodização recai sobre os partidos comunistas, socialistas e/ou de trabalhadores, notadamente da Europa, que

³² Vale ressaltar que, inicialmente, não adoto a distinção entre partidos de esquerda e de direita, mas tão somente o termo 'partido político' para identificar a organização mediadora entre os indivíduos com suas diversas posições e opiniões na disputa pelo poder na sociedade.

influenciaram várias organizações políticas da América Latina, dentre eles, o Partido dos Trabalhadores (PT).

2.1. As origens dos partidos políticos

Não existe consenso sobre o período histórico de surgimento dos partidos nem tampouco das causas e do desenvolvimento dos mesmos. Tal fato implica diretamente nos estudos sobre tais organizações favorecendo o surgimento de diversas abordagens (ou “*approachs*”) teóricas.

A tradição liberal relaciona o aparecimento dos partidos políticos à luta por direitos, fato que ocorrera através da ascensão da burguesia e das idéias iluministas que pressupunham não apenas a existência do *direito*, mas a consciência de lutar por ele e por sua ampliação. Contudo, tal concepção esbarraria nos limites da democracia burguesa que vislumbra o indivíduo apenas como possuidor de bens que podem ser trocados no âmbito da sociedade de mercado.

A literatura pertinente admite a existência de tentativas para construir uma teoria geral sobre os partidos políticos, porém pelo fato de surgirem freqüentemente uma infinidade de fenômenos políticos “novos” e constantes reavaliações dos paradigmas da dita modernidade, isso ainda não seria possível. Todavia, a maior parte dos estudiosos da área teve ou tem como meta elaborar uma teoria sobre os mesmos. (BAQUERO, 2000)

Conforme Joseph La Palombara (1982) existe três teorias ou explicações possíveis para o surgimento dos partidos políticos. São elas:

- (a) teorias institucionais, que focalizam a evolução de grupos parlamentares;
- (b) teorias históricas ou de crise, que focalizam certos problemas ou incumbências que as elites encontram;
- (c) teorias de desenvolvimento, que associam a emergência de partidos políticos a processos mais amplos de modernização (LA PALOMBARA, 1982, p. 476)

As teorias institucionais colocam Max Weber como o grande precursor dos estudos sobre partidos políticos. Para esse autor, desde o nascimento de tais instituições, elas se colocaram em todos os lugares como uma “empresa de

interesses”, isto é, quando um número restrito de homens que querem participar tanto da vida política quanto do poder, procuram seus seguidores para que os apoiem através de recursos financeiros para que possam conseguir votos. Essa organização “financeira” é essencial, pois sem ela, não se poderia estruturar eleições em grupos políticos de grande amplitude. (WEBER, 1993).

Porém, esse tipo de organização faria uma distinção clara entre os cidadãos, em “elementos politicamente ativos e em elementos politicamente passivos” já que a mesma se baseia na livre decisão de cada um e que por mais que se queiram evitar tais distinções não é possível, por melhores que sejam as medidas adotadas.³³

Weber considera como precursores dos partidos modernos, o que ele denominou de “partidos das cidades medievais” como o dos Guelfos e dos Gibelinos que eram compostos exclusivamente por seguidores pessoais e tinha na violência, o principal meio para exercer influência e poder. Todavia, Weber centra sua análise nos partidos que disputam votos no mercado eleitoral e que se utilizam apenas de meios racionais e “pacíficos” (grifos do autor) para chegar ao poder. (Ibidem, p. 85)

É na Inglaterra, que de acordo com Weber apareceram os primeiros partidos, denominados por ele de “simples conjuntos de dependentes da aristocracia”. Porém, com a ascensão da burguesia, os *partidos de notáveis* teriam se desenvolvido bem como, os pertencentes aos grupos que queriam representantes na vida política como os membros do clero, professores, advogados, médicos, dentre outros que julgavam pertencer à classe dos *gentlemen*.³⁴

Ainda conforme Weber, a coesão partidária nesse período se dava através dos parlamentares. Os programas incluíam além da profissão de fé dos candidatos, as resoluções tomadas nas reuniões dos *homens de prol* (grifo meu). Além do mais, “vida política só havia, entretanto e realmente, no decurso do período eleitoral” (WEBER, 1993, p. 86).

³³ Weber dá como exemplos de medidas: o voto obrigatório, a “representação das profissões” (grifo do autor) etc. (Ibidem, p. 84)

³⁴ Conforme Janete Triches (1994) a tipologia weberiana sobre os partidos políticos adota a seguinte classificação: “1) de ‘Nobreza’, 2) de “Notáveis, 3) de “Organização Burocrática”. Partidos de Nobreza foram aqueles que agrupavam conjuntos dependentes da aristocracia. Partidos de Notáveis teriam sido aqueles que surgiram com a ascensão da burguesia. [...] O terceiro modelo weberiano, característico deste século XX, [...] se contrapunha aos tipos até então existentes. Era algo totalmente novo em sua constituição, organização e prática partidária” (TRICHES, 1994, p. 31).

Mesmo que tal estado da vida política tenha evoluído nos tempos de Weber e mesmo que ele considere “idílico” o domínio dos *homens de prol* e dos *parlamentares*, algo novo, entendido por ele como, “filho da democracia, do sufrágio universal, da necessidade de recrutar e organizar as massas” estaria se opondo a esta possibilidade através da estrutura e organização dos partidos modernos, ou seja, o domínio crescente dos “indivíduos que fazem da atividade política a profissão principal [...]”. (Ibidem, p. 88).

O pioneirismo de Weber como analista dos partidos políticos na modernidade como tendo se originado e desenvolvido pela via institucional é evidente. Contudo, ele mostrou a fragilidade do modelo representativo no interior da burocratização do Estado moderno, do qual os partidos são integrantes.

Mais recentemente, o cientista político francês Maurice Duverger³⁵, desenvolveu tese similar a de Weber quanto à possibilidade dos partidos políticos terem surgido pela via institucional. Diz ele que “[...] o desenvolvimento dos partidos parece associado ao da democracia [...]” (DUVERGER, 1970, p. 20), que por sua vez estaria ligada à ampliação do sufrágio popular e da dinâmica da vida parlamentar.

O nascimento dos partidos, de acordo com Duverger (1970, p. 20 *passim*) se encontrava “[...] ligado ao dos grupos parlamentares e comitês eleitorais”. Porém, alguns partidos, teriam “natureza aberrante” por terem se originado fora do ciclo eleitoral e parlamentar. Mas ele lembra que mesmo não atuando no âmbito institucional, os comitês eleitorais geralmente, eram iniciativas da “esquerda” quando queriam tornar conhecidas “novas elites” dirigentes. E a “direita” teria seguido o exemplo, para não perder sua influência junto aos eleitores.

Duverger (Ibid. p. 20) afirma ainda que a constituição dos grupos parlamentares não se dava *a priori* pela existência de uma “comunidade de doutrinas ideológicas” como se pode pensar. Mas, outros fatores teriam sido determinantes para a formação dos grupos como, a vizinhança geográfica, a defesa profissional e os fatores locais. A questão ideológica apareceria posteriormente.

As aspirações dos partidos, segundo o autor citado, direcionavam-se principalmente, para a realização de eleições e para a vida parlamentar, ou seja,

³⁵ O francês Maurice Duverger, tal como Weber, foi um dos primeiros pensadores a tratar os estudos sobre partidos políticos de forma mais sistematizada procurando colaborar para a elaboração de uma teoria geral sobre os mesmos.

moldavam suas ações para atuarem no âmbito institucional. Desse modo, organizavam as correntes políticas para a disputa eleitoral, estruturavam o quadro de candidatos, fiscalizavam o processo eleitoral, inclusive, no aspecto financeiro. Além de assessorarem a intervenção dessas correntes, junto ao processo administrativo governamental. (DUVERGER, 1987).

Realmente a vida institucional/parlamentar, principalmente, no tocante à participação eleitoral, exerceu forte influência na formação da maioria dos partidos. Porém, existiram organizações com comportamentos diferentes, isto é, que não agiam na órbita institucional e mesmo assim se mantinham. Tal fato estimulou o debate em torno da validade dos pressupostos da teoria institucional para a formação de partidos políticos que desembocou na elaboração de outras teorias a respeito do assunto.

Nessa perspectiva, as teorias *históricas ou de crise* se incluíam na segunda forma de analisar a questão do surgimento dos partidos. Essas análises dão conta de que nem todos os partidos nasceram “de dentro”, mas “de fora” do sistema parlamentar sendo por isso, alvo de perseguições por parte das elites dominantes. Os partidos surgidos em tempos de “crises de formação da nação, sobretudo, aquelas de legitimidade e participação” seriam exemplos significativos desses estudos. Entretanto, é interessante observar que a idéia de partido nesse período era ainda muito vaga e somente quando as manifestações sociais e políticas começaram a desafiar a legitimidade é que houve um maior impulso para a criação dessas organizações. (LA PALOMBARA, 1982)

La Palombara (Ibid) cita como exemplos de “partidos”: o movimento que desembocou na Revolução Francesa explicitando uma crise de *evolução política*; alguns movimentos nacionalistas que derrotaram os regimes coloniais, mas que não atentaram contra a legitimidade das situações. Queriam apenas influenciar nos rumos da política de seus países³⁶. Porém, *crises de legitimidade* no seio dos movimentos nacionalistas também desembocaram na formação de partidos³⁷.

³⁶ La Palombara dá como exemplos o Ceilão e várias ex-colônias francesas na África. Contudo, o autor ressalta que existiram partidos que precederam, inclusive, a existência da própria nação. (Ibidem, 1982, p. 478)

³⁷ O autor cita como exemplos a organização da Liga Mulçumana na Índia de antes da independência que receava ser governada por uma maioria hindu e que apontavam como saída para a crise à criação do estado independente do Paquistão. (LA PALOMBARA, Ibid. p. 478)

Observa-se ainda que nos movimentos de minorias lingüísticas, étnicas e tribais da Ásia e da África, partidos políticos foram criados.

Um terceiro tipo de teorias sobre os partidos são as de *desenvolvimento* que associam a formação dessas organizações a processos de modernização. Para alguns estudiosos, os partidos seriam produtos da Revolução Industrial e à medida que esta ampliou o processo de urbanização gerou a ampliação dos transportes, das comunicações e da educação. Isso instigou um número significativo de pessoas que queriam influenciar nas decisões políticas da cidade. Contudo, o movimento de ampliação da modernização que se estabelece do *centro* para a *periferia* tende para a formação de partidos a nível local que tanto podem se opor às elites centrais quanto ampliar o nível de consciência e de participação política das pessoas. (LA PALOMBARA, 1982)³⁸

Além desse grupo de teorias apresentadas existem duas outras interpretações que não foram arroladas acima por não se enquadrarem na ótica específica de nenhuma delas. Porém, englobam aspectos bem similares às teorizações anteriores como se verá. São elas: a teoria sociológica e a teoria racional.

A teoria sociológica explica os partidos políticos através de seu contexto social, inclusive, o das próprias instituições. Seus principais interlocutores são Lipset & Rokkan (1967) que analisam o Continente Europeu e suas experiências históricas. Diferente das demais correntes teóricas, dentre elas a de Duverger, os autores citados compreendem que os partidos apareceram antes dos sistemas eleitorais. Eles afirmam que tais organizações passaram a existir em contextos históricos eivados de clivagens sociais que se explicitavam através das tensões e/ou opostos existentes na sociedade como: o conflito entre capital e trabalho, a questão nacional e a questão religiosa. E dessas oposições surgiam outras, como: campo e cidade, burguesia e operários, centro e periferia, estado e igreja. Assim, nesses contextos de muitos antagonismos havia a necessidade de um sistema político e social sólido, inclusive, o próprio sistema partidário.

³⁸ Esse processo depende, de acordo com esse autor, da reação das elites à ampliação da organização e participação popular. Principalmente, do grau em que se encontra a competição *intra-elite* já que existiria um paradoxo de que partidos competitivos tendem a surgir menos em países de regimes autocráticos e onde essa competição não seja tão variada. (Ibid. p. 479)

A teoria da escolha racional tem em Anthony Downs, fundador da escola econômica de análise política, seu principal formulador. Ele considera que no mundo político se deveria adotar a mesma lógica econômica do comportamento racional quando houvesse necessidade de estabelecer os meios e os fins dos sistemas partidários. Os fins seriam estabelecidos para ganhar as eleições e os meios para isso, seriam os partidos. Daí a necessidade de racionalizar os meios para se alcançar os fins. (DOWS apud FERREIRA, 2005)

Nessa perspectiva, o eleitor agiria racionalmente. Escolheria em quem votar estabelecendo uma relação de custo x benefício, ou seja, utilizaria à mesma lógica econômica do comportamento racional. Entretanto, nessa teoria, a escolha do eleitor definir-se-ia, *a priori*, ideologicamente, economizando assim, custos de informação ao dispensar extensas discussões programáticas. (DOWS apud SOUZA E SILVA, 2004)

No âmbito dessa abordagem, os partidos adotariam uma postura pragmática eleitoral, ou seja, se interessariam mais em ganhar eleições e chegar ao poder. E ao estarem nessa esfera de mando, acrescentariam prestígio e renda a si próprios.

Ora, a sagacidade desses partidos se manifestaria na conquista de votos. Mas para isso, precisam formular políticas, não para atender demandas sociais, mas para conseguir votos. Nesse caso, as propostas políticas dos partidos deveriam adotar demandas específicas da sociedade e assim, teriam os meios para ganhar eleições. (DOWNS apud FERREIRA, 2005).

Ora, em face dessas teorias se observa em geral, que para certos autores o surgimento dos partidos se deu pela necessidade de que se estabelecessem canais de diálogo entre o povo e os governos³⁹. Principalmente, porque dentro de uma determinada ordem institucional centralizada no Estado, somente essas organizações eram capazes de atuar como interlocutores políticos. (FERREIRA, 2005). Em outras palavras, o papel dessas instituições seria o de “[...] agregar e estruturar as demandas da sociedade civil perante o Estado” (BAQUERO, 2000, p. 20).

³⁹ Hans Kelsen pensou em um modelo democrático via partidos políticos: a democracia pelos partidos que em tese, ampliaria o controle dos eleitores sobre os governantes a partir da escolha dos mesmos indo até a proposição de um programa para ser colocado em prática. O(s) partido(s) seria um agente constitucional de formação da vontade do Estado. (KELSEN apud BAQUERO, 2000,)

Não se pode deixar de considerar que a origem e a expansão dos partidos tiveram na via eleitoral um forte elemento aglutinador. Contudo, como se viu anteriormente, nem todos os partidos se pautavam pela atuação institucional e/ou parlamentar. Na realidade, vários deles questionavam a priorização dessa atividade como era o caso dos partidos comunistas do final do século XVIII e de todo século XIX. Tais organizações giravam em torno das Associações Internacionais de Trabalhadores⁴⁰.

Esses partidos defendiam que a revolução social era a única via capaz de destruir o capitalismo. Desse modo, as ações diretas contra os detentores do capital (inclusive, o Estado) eram à base de sua intervenção política. A via parlamentar era secundária por está vinculada à ideologia e às regras dos grupos dominantes. Contudo, essa forma de atuação não era dispensável na luta pela construção do socialismo, pois em determinados contextos ela serviria para a propagação das idéias socialistas.

2.2. O surgimento dos partidos operários e as idéias socialistas

A Europa, entre o final do século XVIII e meados do século XIX, assistirá intensas mobilizações que findarão nas denominadas revoluções democrático-burguesas. É precisamente nesse período que surgem as primeiras organizações de operários e também os primeiros “raios” das teorias socialistas utópicas,⁴¹ anarquistas e comunistas.

Não se pode afirmar que esses primeiros grupos operários fossem partidos políticos nos moldes como se verá posteriormente. Inclusive, pelos nomes adotados: Liga, Associação, Corrente, Seção e outros. Desenvolveram-se como

⁴⁰ Foram organizações criadas por operários e outros trabalhadores sob a orientação inicial de Karl Marx e Friederich Engels. Existiram de fato, três grandes Internacionais. A primeira, criada no período de Marx e Engels; a segunda, que é vista por inúmeros marxistas como revisionista existiu antes da primeira guerra mundial e teve em Karl Kautsky seu principal interlocutor. Travou duros embates com os bolcheviques que não aceitavam o apoio da Internacional à primeira guerra mundial. Os bolcheviques acabaram se retirando e criando a Terceira Internacional que vigorou após a morte de Lênin (1924) até cair nas mãos do grupo liderado por Stálin que a transformou basicamente, a meu ver, em Partido Único Mundial. Posteriormente, Trotsky e outros criaram a Quarta Internacional, mas por conta da dura perseguição stalinista se manteve isolada e atualmente, sobrevive com poucos militantes.

⁴¹ Os socialistas utópicos foram os precursores das idéias socialistas, dentre eles, Saint Simon (1760-1825), Proudhon (1809-1865), Louis Blanc (1811-1882) e Auguste Blanqui (1805-1881). (MERCADANTE, 1990)

necessidade de organizarem suas lutas e somente tempos depois, é que várias delas adotaram idéias de intelectuais anarquistas, socialistas e/ou comunistas.

Nessa época de “revoluções”, as organizações operárias eram bastante heterogêneas e difusas, e na medida em que as disputas políticas se intensificavam entre as classes sociais, os espaços de atuação política “encolhiam”. Para sobreviverem nesse contexto, adotaram práticas que não faziam parte de suas pretensões, como por exemplo, as disputas eleitorais. Principalmente, porque no âmbito parlamentar a atuação desses grupos operários era bastante limitada já que as classes possuidoras controlavam tanto a maioria dos participantes quanto dispunham de finanças suficientes para ganhar as disputas eleitorais.

Mesmo que não adotassem nenhuma linha teórica como, por exemplo, anarquismo ou marxismo, as várias correntes já estabeleciam entre si, certa divisão entre os que lutavam por *reformas dentro da ordem democrática (burguesa)* e os que *almejavam a derrocada dessa ordem* e a construção de uma nova estrutura social. Tal divisão se tornou intensa nos anos que se seguiram a ponto de se filiarem as várias concepções econômicas, políticas e filosóficas sobre a realidade social que existiam já naquele período. Dentre essas, o marxismo que tinha como principais formuladores Karl Marx e Friederich Engels.⁴²

Reforma ou Revolução tem sido o “divisor de águas” na história das organizações políticas ligadas aos trabalhadores desde os seus primórdios. Tal assertiva se confirma a partir do surgimento dos primeiros partidos operários ligados a tradição política da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) ou às Internacionais (1^a, 2^a e 3^a) como ficou mais conhecida.

As conturbadas décadas de 40 e 50 do século XIX⁴³ não arrefeceram o ânimo dos trabalhadores que na década de 60 fundaram a 1^a Internacional (ou 1^a AIT) em 1864, na cidade de Londres. A AIT organizava-se em torno de princípios gerais como o da comunicação e cooperação entre as várias organizações de

⁴² Marx e Engels se filiaram a Liga dos Justos em 1847, porém, ela já existia desde 1836. Seus principais dirigentes por muito tempo foram Weitling e Lochner que eram operários. Em 1846, a Liga apelou para a criação de um partido que lutasse pela revolução e em 1847 transformou-se em Liga dos Comunistas em um congresso no qual teve a participação de Engels. No Congresso seguinte Marx e Engels elaboraram um documento-programa que iria se tornar mundialmente conhecido: o Manifesto do Partido Comunista.

⁴³ Esse período foi marcado por intensas inovações técnicas, generalização do sistema de maquinaria implantando a fábrica moderna, crescimento da população urbana, intensa concentração de riquezas e conseqüente, empobrecimento da maioria da população, e a afirmação crescente dos sindicatos de trabalhadores.

trabalhadores existentes no mundo. Mantinha também o princípio da liberdade de expressão das várias correntes de pensamento que se reuniam em torno dela.

Era formada por seções que podiam ser partidos, associação, sociedades e/ou ligas de auxílio mútuo entre os trabalhadores. Reunia-se periodicamente em congressos e assegurava aos membros a defesa de suas opiniões. As seções podiam redigir estatutos e regulamentos de acordo com as necessidades locais e/ou com as leis de seus países. Porém, havia um consenso entre elas, de não serem contrárias aos princípios gerais da AIT.

Diferentes correntes de pensamentos faziam parte da 1ª Internacional como: trade-unionistas ingleses⁴⁴, proudhonistas⁴⁵, os partidários de Blanqui na França, os de Mazzini na Itália, os lassalianos na Alemanha, Marx e Engels⁴⁶, remanescentes da Liga dos Comunistas, socialistas utópicos (owenistas, fourieristas) e mais tarde, adeptos de Bakunin.⁴⁷

A convivência entre essas diferentes percepções de mundo até certo tempo foi pacífica, apesar dos debates acalorados que ocorriam principalmente, entre marxistas e anarquistas. Porém, a conjuntura econômica e política agravou-se bastante nos anos subsequentes à criação da AIT. A disputa entre as nações capitalistas por novos mercados ao intensificar o processo de colonização ampliou também, a animosidade entre elas. Além disso, enfrentavam na esfera interna, as consequências do forte processo de industrialização e da crescente massa de operários insatisfeitos com suas condições de vida. Dessa forma, a Europa se tornou literalmente, “um barril de pólvoras”.

É na França que estoura um dos mais violentos embates entre capital e trabalho em março de 1871: a Comuna de Paris⁴⁸. Apoiada pela Guarda Nacional e dirigida pelos *jacobinos* e socialistas da AIT, a revolta da população de Paris

⁴⁴ Os trade-unionistas eram organizações sindicais que defendiam apenas reformas econômicas no capitalismo. Não percebiam a necessidade da revolução social.

⁴⁵ Seguidores de Pierre Joseph Proudhon (1809-1865), pensador e político francês, considerado como um dos precursores do anarquismo, por defender uma sociedade organizada sem governo. Defendia ainda, a troca equitativa entre produtores autônomos que ficou conhecido como “mutualismo operário”.

⁴⁶ Marx e Engels são os dois principais teóricos do socialismo. Marx redigiu o estatuto da I Internacional e inúmeros outros livros com Engels. Os dois influenciaram significativamente com suas idéias, todo um pensamento político que se desenvolveu a partir de então, que posteriormente foi denominado de “marxismo”.

⁴⁷ Mikhail Bakunin (1814-1816), revolucionário russo defensor do anarquismo. Teve forte influência na Itália, na Espanha e na Rússia.

⁴⁸ Marx escreveu “A Guerra Civil em França”, analisando a derrota da Comuna e percebendo que nela existia “um embrião” da futura ditadura do proletariado.

assumiu proporções inusitadas diante da capitulação do governo de Thiers frente aos alemães durante a guerra franco-prussiana.

Os operários tomam a Prefeitura de Paris e dão início a um conjunto de medidas de cunho social e político, inclusive, a de tomar decisões através das assembléias gerais e do voto universal. Mas, a reação não demorou. Em maio do mesmo ano, o governo de Thiers atacou Paris e imprimiu violento massacre sobre a população: executou, prendeu e deportou milhares de *comunards*.

As conseqüências da derrota da Comuna abalaram as estruturas da AIT, pois seus membros foram duramente perseguidos e responsabilizados pela “revolução” parisiense. Todavia, as divergências entre as diversas correntes internas da AIT já vinham acirrando os ânimos dos militantes. Principalmente, com as elaborações políticas que defendiam a centralização da AIT nos moldes de um partido político. Mas também, por conta da participação em processos eleitorais.

Com as divergências entre “marxistas”⁴⁹, trade-unionistas ingleses e anarquistas começou a *débâcle* da 1ª AIT. Para os anarquistas, que tinham em Bakunin seu principal mentor, a idéia de uma nova sociedade pressupunha a extinção de qualquer tipo de Estado. E a passagem para a mesma deveria se dar de forma imediata através da ação direta dos “revolucionários” apoiados na massa. Divergiam das concepções de Karl Marx relativas à necessidade de um partido político de trabalhadores bem como, da “ditadura do proletariado”, como estágio inicial do comunismo.

Marx e Engels em vários de seus escritos⁵⁰ pressupõem que a classe operária tem uma missão histórica: criar uma sociedade livre de qualquer tipo de exploração. No *Manifesto do Partido Comunista* essa idéia é bem clara ao afirmar que: “a burguesia, porém, não forjou somente as armas que lhe darão morte; produziu também os homens que manejarão essas armas - os operários modernos, os proletários” (MARX; ENGELS, 1989, p. 26).

⁴⁹ O termo marxista passou a ser usado de forma ‘pejorativa’ pelos adversários do comunismo para atacar os simpatizantes das idéias de Marx. Receberam também outros nomes: ‘Partido de Marx’, ‘marxianos’, ‘cegos seguidores’, ‘marxidas’, ‘dinastia dos marxidas’, ‘comunistas autoritários’ etc. Cf. HAUPT, G. Marx e o Marxismo. In: HOBBSAWM, E. (org) História do Marxismo, v. 2(O marxismo na época da 2ª Internacional), primeira parte, 2ª ed. Tradução de Leandro Konder e Carlos Néilson, Coutinho, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Coleção Pensamento crítico).

⁵⁰ Marx e Engels não elaboraram uma teoria do partido político do proletariado, mas no **Manifesto do Partido Comunista** lançado em 1848 fica claro, que a classe operária precisa se organizar enquanto classe social se quiser vencer o capital.

Mas para atingir a sociedade pretendida, o proletariado deveria realizar-se enquanto classe social. E um dos pressupostos para que isso acontecesse era a organização de um partido diferenciado dos que existiam à sua volta. Somente assim, asseguraria o êxito da revolução e finalizaria o reinado do capital.

Esse novo partido (o comunista) se caracterizaria pela defesa do internacionalismo proletário⁵¹, ou seja, os proletários deveriam ser solidários com outros que viviam ao redor do mundo que passavam pelos mesmos problemas. Além do mais, teriam a mesma missão histórica: libertar a sociedade do jugo capitalista. Por isso, precisariam de uma organização internacional com objetivos e estruturas comuns.

O Partido Comunista se distinguiria dos outros partidos por dois motivos: o primeiro deles seria pelo fato de que a luta dos proletários se inicia no âmbito de cada nação e nesse caso, o partido deveria se empenhar para que os interesses dos trabalhadores prevalecessem; o segundo seria a existência de diferentes fases da luta entre burguesia e proletariado, os comunistas, representariam sempre, os interesses do movimento em seu conjunto. (MARX; ENGELS, 1989)

Nesse sentido, eles seriam os dirigentes mais resolutos por terem sobre os demais proletários, ao menos teoricamente de acordo com Marx e Engels (Ibid) “[...] a vantagem de uma compreensão nítida das condições, da marcha e dos fins gerais do movimento proletário”. É válido notar, porém, que o partido não agia **pela classe**, mas ao lado dela, orientando-a e inspirando-a.⁵² Pois o proletariado se transformaria *de classe em si para classe para si*, através de sua práxis social e não por um saber externo a ela. Isto é, a libertação da classe operária compreendia um processo teleológico já que ao agir, pensava sobre essa ação para em seguida, voltar a agir.

Sintetizando as idéias marxistas sobre o partido político pode-se afirmar:

- o partido é o dirigente da luta política revolucionária porque está arregimentado pelo conhecimento científico da realidade;
- deve ser internacionalista e solidário com os povos em geral;

⁵¹ Marx deixa essa idéia bastante clara no final do **Manifesto** quando afirmou emblematicamente: “Proletários de todo o mundo, uni-vos”. (MARX; ENGELS, 1989, p. 47)

⁵² Essa concepção de Marx e Engels sobre o Partido Comunista vai ser alterada durante a 2ª Internacional através das elaborações de K Kautsky e posteriormente, por Lênin. Vale considerar, porém que a visão de Marx sobre o partido político nada tem a ver com a idéia de Stalin quando colocava o partido em posição superior ou acima da classe trabalhadora.

- tem a missão de libertar o proletariado do jugo do capital e conseqüentemente, a sociedade;
- deve ter centralização política.

Foram essas e outras idéias de Marx e Engels que prevaleceram internamente na 1ª AIT. Tal fato fez com que os ingleses (trade-unionistas) abandonassem a organização e os anarquistas fossem expulsos no Congresso de Haia em 1872. Finalmente, a extinção da 1ª AIT se deu em 1876 perfazendo, contudo, doze anos de funcionamento.

O final do século XIX foi marcado por intensas modificações: a indústria acelerou a produção (bens de capital) em larga escala e empregou grande número de trabalhadores. O capital industrial se uniu ao bancário transformando-se em capital financeiro. Iniciou-se então, o domínio dos Trustes, dos Cartéis, do *Holding*, do *dumping*.

Enfim, a monopolização e a centralização da economia ampliaram-se sobremodo, deixando de lado a dita livre concorrência. Esse poderio econômico se deu paralelo ao aumento do poder político dos capitalistas através do Estado protecionista que ampliou em proporções gigantescas a competição e a rivalidades entre as nações européias.

Na realidade, todo esse processo teve características semelhantes às políticas colonialistas. Pois ao gerar intensas disputas por mercados e áreas de investimento em outros continentes, as potências imperialistas deram início, a partir de 1870, a partilha da Ásia, África e América. (MERCADANTE, 1990)

Paralelo ao crescimento capitalista ocorria o aumento no número de organizações de trabalhadores (sindicatos, partidos), principalmente, socialistas. Nesse sentido, é que vários países europeus conheceram *outro tipo* de partido operário (diferentemente dos revolucionários), ou seja, que não tinham a revolução na pauta imediata das suas lutas. Igualmente, tiveram participação efetiva na luta pela ampliação de direitos sociais e políticos para os trabalhadores.

A forma de pensar e fazer política dos partidos operários pós 1ª AIT servia para tempos relativamente “pacíficos”, contribuindo para que ações tanto no terreno da organização política (contratação de funcionários, aumento da influência dos parlamentares, órgãos de imprensa, institutos de formação, etc.) como na forma de

atuação partidária priorizassem a participação no parlamento. As conseqüências dessa política, como a burocratização, por exemplo, logo surgirá.

Um dos partidos mais importantes desse período pós 1ª Internacional foi o Partido Social Democrata Alemão (PSDA), fundado em 1875.⁵³ Esse partido foi o resultado da unificação das diversas correntes do movimento operário alemão que enfrentavam a repressão do governo Bismarck. Teve grande desempenho no campo eleitoral apesar das leis “anti-socialistas”⁵⁴ e se tornou o partido mais forte da Alemanha. Além de ter sido um dos principais partidos a organizar a 2ª Internacional. Seu principal teórico foi Karl Kautsky (1854 - 1938)⁵⁵.

A 2ª AIT ou 2ª Internacional surgiu em um contexto político bem diferente de sua antecessora. As organizações operárias e socialistas eram fortes em todo o mundo e o marxismo, como corrente hegemônica nesse meio, já se colocava como um marco obrigatório na análise do pensamento social da época. Sua fundação ocorreu em agosto de 1891 no Congresso de Bruxelas no qual participavam 337 delegados de 15 países.⁵⁶ O programa de Erfurt⁵⁷ do PSD Alemão foi o texto básico dessa organização. (HOBBSAWM, 1982).

Na realidade, esse programa era mais do que um documento político. Era a síntese da doutrina marxista elaborada por Engels⁵⁸, Kautsky, Bebel⁵⁹ e Liebknecht⁶⁰ mostrando

⁵³ É importante esclarecer que o nome PSDA surgiu anos depois. Pois inicialmente, denominava-se Partido Socialista Operário da Alemanha, que era fruto de uma junção realizada no Congresso reunido em Gotha de 22 a 27 de maio de 1875. Uniram-se as duas organizações operárias alemãs existentes na época: o Partido Operário Social Democrata (os eisenacchianos), dirigidos por Liebknecht e Bebel e a Associação Geral dos Operários Alemães (os lassalianos) dirigidos por Hasenclever, Hasselmann e Tölcke formando uma só organização. (Cf. MARX, K e ENGELS, F. Obras Escolhidas, v. 2, São Paulo: Editora Alfa – Ômega, LTDA, 1989)

⁵⁴ Essas leis vigoraram de 1878 a 1890 proibindo a propagação de idéias socialistas. (SADER, 1991)

⁵⁵ Filósofo marxista tcheco que influenciou na fundação do Partido Social Democrata Alemão.

⁵⁶ LORA, G. Historia de las cuatro internacionales (I, II, III, IV), 2ª ed., La Paz – Bolivia, 1989.

⁵⁷ Em 16 de outubro de 1890, o PSDA realiza um Congresso em Halle e decide preparar um projeto para elaboração de um novo programa para o próximo congresso do Partido que se realizaria em Erfurt em outubro de 1891. Daí a denominação ‘Programa de Erfurt’ que teve como principal redator W. Liebknecht que também tinha redigido o ‘Programa de Gotha’. Kautsky também colaborou na redação.

⁵⁸ Nesse período Marx já tinha falecido e Engels continuava em atividade junto às diversas organizações operárias que o procuravam para aconselhamento. Viveu doze anos mais que Marx.

⁵⁹ August Bebel (1840-1913) foi um dos fundadores e dirigente do Partido Social Democrata Alemão. (Cf. MARX, K e ENGELS, F. Obras Escolhidas, v. 3, São Paulo: Editora Alfa – Ômega, LTDA, 1989)

⁶⁰ Guilherme Liebknecht (1803 – 1900). Um dos fundadores e dirigentes da social democracia alemã e da II Internacional. (Cf. MARX, K e ENGELS, F. Ibidem)

[...] as tendências do capitalismo, dominadas pela intensificação das contradições, e indicavam ao proletariado a meta (o socialismo) que ele alcançaria, com base numa “necessidade natural” (grifos do autor), isto é, um conjunto de férreas leis de desenvolvimento (ANDREUCCI, 1982, p. 15 passim).⁶¹

Para alguns autores⁶² essa simplificação da teoria marxista que se expandiu após a 1ª Internacional com ares de “ortodoxia positivista e evolucionista” teve em Karl Kautsky⁶³ sua fonte primária. Como um dos principais dirigentes do PSDA e da 2ª AIT desenvolveu dobrados esforços para divulgar as idéias marxistas. Ganhou prestígio internacional junto às organizações de trabalhadores por todo o mundo como compilador e pesquisador da obra de Marx. Porém, sua interpretação de Marx obteve muitas e duras críticas, dentre elas, a de oscilar entre ortodoxia (quase religiosa), positivismo e revisionismo.⁶⁴

O palco desse debate se dava no interior da 2ª AIT através das três principais correntes de pensamento dessa organização: os ‘marxistas moderados’ (social-democratas) liderados por Karl Kautsky, os chamados revisionistas que tinham à frente Eduard Bernstein⁶⁵ e os ‘marxistas revolucionários’ ou ‘socialistas revolucionários’ que eram liderados por Lênin e Rosa Luxemburgo.

Do pensamento de Kautsky, dois pontos merecem destaque pela relação com o assunto aqui tratado. O primeiro diz respeito à relação que ele fazia entre as idéias de Darwin e Marx como sendo duas teorias da evolução: uma da natureza e a outra da sociedade respectivamente. Nesse sentido, a passagem do capitalismo para o socialismo era ‘uma necessidade histórica do processo evolutivo’. (KAUTSKY apud SALVADORI, 1982).

⁶¹ Cf. ANDREUCCI, F. “A difusão e a vulgarização do marxismo”. In: HOBBSAWM, E. (org) História do Marxismo, v. 2 (O marxismo na época da 2ª Internacional), primeira parte, 2ª ed. Tradução de Leandro Konder e Carlos Nélon, Coutinho, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Coleção Pensamento crítico).

⁶² Dentre esses autores destacam-se: O. Negt (“O marxismo e a teoria da revolução no último Engels”), M. Salvadori (“Kautsky entre ortodoxia e revisionismo”) e de F. Andreucci (“A divulgação e a vulgarização do marxismo”). Estes textos compõem a já citada obra de Eric Hobsbawm, *História do Marxismo*.

⁶³ Após a morte de Marx, Kautsky tornou-se redator do *Neue Zeit*, órgão teórico da Social Democracia Alemã. (SALVADORI, M. L. “Kautsky entre ortodoxia e revisionismo”, op. cit. p. 299 passim).

⁶⁴ Em sua obra autobiográfica da velhice, Kautsky apud Salvadori (ibidem) se defende dessas acusações ao dizer que: “o meu marxismo nunca foi ortodoxo [...] sempre me esforcei por alcançar uma unidade coerente. Sempre fui inimigo de qualquer ecletismo, que é na verdade bem mais cômodo do que um pensamento unitário”.

⁶⁵ Eduard Bernstein (1850 - 1932), um dos mais brilhantes teóricos da social democrata alemã, íntimo colaborador de Engels, porém, após a morte deste, propôs uma revisão dos pontos básicos do marxismo. Era chamado pelos marxistas de “oportunista”.

Kautsky deduzia assim, que na teoria marxiana existia a idéia de um ‘colapso iminente’ do capitalismo, pois em vários textos de Marx ocorria a menção para as “tendências inevitáveis” e para a “força das leis naturais” que poderiam propiciar a derrocada do sistema social vigente. Por conseguinte, entendia que esse processo era irreversível dependendo apenas do agente histórico que efetivaria a derrocada do sistema capitalista: o partido.

Em singular declaração, Kautsky dizia: “Nossa tarefa não é a de organizar a revolução, mas de nos organizarmos para a revolução; não é a de fazer a revolução, mas de nos utilizarmos dela” (KAUTSKY apud STEINBERG, 1982, p. 210). Ora, se a queda do sistema é inevitável, a ação do partido é de “quase espectador”, ou seja, é de “idealizador” ou “mentor” do processo revolucionário. A tarefa do partido, então, é a de dirigir o movimento livrando-o da empiria, do oportunismo e do subjetivismo voluntarista. (SALVADORI, 1982, p. 306).⁶⁶

O segundo destaque do pensamento de Kautsky que merece atenção é sua concepção de partido político que influenciou gerações de organizações socialistas e comunistas em todo o mundo e que até os dias atuais gera bastante polêmica.

Em um artigo de 1901, Kautsky considerou que os trabalhadores adquiriam a consciência socialista de forma externa à sua classe, trazida de ‘fora’ por intelectuais ‘burgueses’ que a transmitiam para os operários mais desenvolvidos intelectualmente. Assim afirmava:

A consciência socialista moderna não pode surgir senão na base de profundos conhecimentos científicos. [...] Mas o portador da ciência não é o proletariado, mas a **intelectualidade burguesa** (grifo do autor): foi do cérebro de alguns membros desta camada que surgiu o socialismo moderno e foram eles que o transmitiram aos proletários intelectualmente mais desenvolvidos, os quais por sua vez o introduzem na luta de classe do proletariado onde as condições o permitem. Deste modo, a consciência socialista é algo introduzido de fora da luta de classe do proletariado e não algo que surgiu espontaneamente do seu seio (KAUTSKY, s.n.t).

A tarefa da Social Democracia, portanto, seria levar ao proletariado (literalmente: encher o proletariado) a consciência da sua situação e da sua missão. Para os críticos de Kautsky, ele subverteria o processo histórico sobre o surgimento

⁶⁶ Cf. SALVADORI, M. L. “Kautsky entre ortodoxia e revisionismo”, In HOBBSAWM, E. (org) História do Marxismo, v. 2 (O marxismo na época da 2ª Internacional), primeira parte, 2ª ed. Tradução de Leandro Konder e Carlos Néilson, Coutinho, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Coleção Pensamento crítico).

das idéias socialistas quando supervaloriza o papel do intelectual junto às camadas proletárias, quando o partido político substitui a classe e quando afirma que as idéias socialistas são produtos do cérebro de “homens iluminados”. Desconsideraria ainda, o fato de que as teorias socialistas já existiam, em forma de literatura e de variadas organizações operárias bem antes da idéia do “socialismo científico” (de Marx e Engels) que tanto defendia.

O movimento socialista já tinha dirigentes de renome que inclusive, divergiam das idéias marxistas, como Lassale, por exemplo. O papel que Marx e Engels tiveram foi o de sistematizar e aprofundar o pensamento socialista com as contribuições já existentes da Economia Política e da Filosofia dos séculos XVIII e XIX. Portanto, a teoria socialista não é obra tão somente dos cérebros da intelectualidade burguesa.

As idéias de Kautsky mantêm ainda sua vitalidade histórica por ter sido um fiel intérprete do seu tempo no qual predominavam organizações profundamente burocratizadas, com forte influência dos parlamentares na vida partidária, dirigentes distantes de suas bases, dentro de gabinetes formulando estratégias para ganhar eleições e mais votos. Sem dúvida, as semelhanças com a época atual são significantes, inclusive, pelo predomínio de idéias que afirmam a “imaturidade” ou a “ingenuidade” dos trabalhadores para conduzir e tomar decisões sobre seus interesses, e, nesse sentido carece de “guias” para mostrar-lhes o caminho.

Entretanto, as teses kautskianas encontraram oposições. Dentre elas destacam-se: Bernstein, Rosa Luxemburgo e Lênin. Bernstein opunha-se à visão “positivista” de Kautsky quando esse afirmava que o marxismo era uma ciência natural da sociedade e que o capitalismo por uma “tendência natural” entraria em sucessivas crises, até seu colapso final. Ao contrário, para Bernstein, o sistema capitalista aprofundava cada vez mais as diferenças entre as classes e que o enfretamento revolucionário entre elas, não estava assim tão evidente. (FETSCHER, 1982)⁶⁷

Conseqüentemente, a transição do capitalismo para o socialismo adviria de forma gradual através de reformas econômicas e do aprofundamento da

⁶⁷ Cf. FETSCHER, I. Bernstein e o desafio à Ortodoxia In HOBSBAWM, E. (org) História do Marxismo, v. 2 (O marxismo na época da 2ª Internacional), primeira parte, 2ª ed. Tradução de Leandro Konder e Carlos Néilson, Coutinho, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 257 passim (Coleção Pensamento Crítico).

democracia já que ela “[...] é, ao mesmo tempo, meio e fim. É o meio da luta pelo socialismo e é a forma da realização do socialismo” (BERNSTEIN apud FETSCHER, 1982, *ibidem*).⁶⁸

Sendo assim, a Social-Democracia deveria se colocar “no terreno do sufrágio universal e da democracia⁶⁹ para melhor se adequar “as condições reais” da luta pelo socialismo. Pois, para alcançar a sociedade pretendida, o movimento passaria por etapas: primeiro a luta por reformas (incluindo a democrática), depois a revolução. (*Ibidem*, 1982)

A adoção da postura *gradualista* de Bernstein bem como, do conceito de democracia como valor universal, terá desdobramentos para além de seu tempo, pois influenciará diversos partidos e correntes teóricas, antes e depois da queda do “socialismo real”. Inclusive, o PT que incorporará tal visão como princípio estratégico para alcançar o socialismo.

Sobre essas posições bernsteinianas, é interessante observar algumas considerações que já eram feitas por Engels em 1882, antes da formação da 2ª AIT, sobre adotar posturas que desprezavam o programa do movimento proletário (que defendia a necessidade da revolução social), em prol de ganhar adeptos e votos nas eleições. Em uma carta dirigida a Bebel, Engels procurava explicitar as divergências entre marxistas e possibilistas⁷⁰ sobre esse ponto:

Essa questão é puramente de princípio. O combate deve ser conduzido como um combate de classes do proletariado contra a burguesia ou deve-se permitir, no melhor estilo oportunista (ou segundo o jargão socialista: possibilista), que o caráter de classe do movimento, com seu programa, sejam desprezados em todo lugar onde houver chance de ganhar votos e adeptos desta forma: Malon e Brousse, declarando-se ambos a favor desta segunda alternativa, sacrificaram o caráter de classe do movimento proletário e tornaram a separação inevitável. [...] A unidade é uma boa coisa enquanto ela for possível, mas existem coisas que são mais importantes que a unidade (MARX & ENGELS, [s.n.t]).

⁶⁸ Bernstein utiliza somente o termo **democracia** retirando o adjetivo **social** que o movimento operário da época aludia.

⁶⁹ Bernstein compreendia também, que a democracia tem como princípio a supressão do domínio de classe. Tal idéia para alguns marxistas era o fim da luta pela revolução social, única capaz de suprimir a exploração de uma classe sobre as outras. (BERNSTEIN apud FETSCHER, *loc. cit*)

⁷⁰ Cf. “Carta de Engels a Bebel em 21 de outubro de 1882” In MARX, K & ENGELS, F. *Obras Completas*, [s.n.t]. Nessa carta Engels aludia à cisão de Jules Guesde (fundador do Partido Operário Francês) e Lafargue com o grupo de Malon e Brousse, caracterizados por Engels como possibilistas, ou oportunistas. (ARAUJO, Octávio Rodríguez *In* “Esquerdas e esquerdismo: Da Primeira Internacional a Porto Alegre”, capítulo 3, Campo das Letras, Porto, 2007, 232 pgs, ISBN 978-989-625-039-3).

Os “possibilistas” aos quais Engels se refere, defendiam que a participação no parlamento e a conquista de governos locais eram imprescindíveis para realizar reformas que beneficiassem os trabalhadores, sem necessariamente, destruir o sistema capitalista. Em síntese, quanto mais espaços institucionais conquistassem, melhor seria a vida das massas e, conseqüentemente, mais democrático seria o Estado e o Capital. (Ibidem)

Através do debate entre marxistas e possibilistas se observa que a atuação nos espaços institucionais ou parlamentares nunca foi um assunto resolvido. Nem naquele período, nem no presente. É tanto que esse embate renasce sempre com discussões muito similares. A história do PT confirmará essa assertiva como se verá adiante, principalmente, quando adotou algumas práticas e discursos que demonstram a deificação da democracia, concebida como fim em si mesmo.⁷¹

Como a sociedade só mudaria através da revolução social, a participação institucionalizada para os marxistas era mais *um meio* de acúmulo de forças e de educação das massas trabalhadoras que de algum modo tinham esperanças nessas esferas para mudar a realidade na qual viviam. A atuação nesses espaços não seria prioritária, principalmente, porque se constituía em um local de hegemonia ideológica, política e também numérica da burguesia.

É interessante notar, porém, que Kautsky e Bernstein, cada qual a seu modo, foram interpretes das idéias de Marx. Contudo, o primeiro entendia que não havia necessidade de atualizar *nada* nessa teoria, o que o conduziu à dogmatização da mesma. Além de politicamente ter feito com que a 2ª. AIT adotasse uma postura passiva frente ao capital, inclusive, dando apoio aos governos que defendiam a 1ª. Guerra mundial.⁷² O segundo, ao tentar entender os *novos fenômenos* do

⁷¹ O Partido dos Trabalhadores (PT), no Brasil, evoluiu de 16 para 35 cadeiras, entre sua primeira e sua segunda participação nas eleições proporcionais para o Congresso Nacional, depois para 50 cadeiras em sua terceira participação, 60 na quarta, 90 cadeiras na quinta. Nas eleições de 2004 o PT elegeu 3.655 vereadores. E nas de 2006, elegeu 12 senadores, 71 deputados federais, 126 deputados estaduais, 05 governos estaduais, 382 prefeitos, 321 vice-prefeitos. Além de participar nos governos de 08 estados da federação. (Dados retirados do site do PT na internet em novembro de 2007).

⁷² Em 1914 tem início à primeira guerra mundial como resultado do agravamento da competição entre as nações capitalistas européias. Os congressos da 2ª AIT realizados após 1907 orientavam os trabalhadores para que pressionassem os governos de seus países a não aderirem à guerra. Caso isso não acontecesse deveriam deflagrar greves gerais para derrubar esses governos. Porém, não é isso o que acontece. Os principais partidos filiados a esta organização, apoiaram os governos de seus países em nome da defesa da nação. As exceções foram os partidos operários russo, sérvio e húngaro. (COULON, O .M. A. F.; COSTA PEDRO, Fábio. “A 1a. Internacional, o Anarquismo e a

desenvolvimento capitalista que não tinham sido percebidos por Marx, acabou enveredando pela “revisão” do marco conceitual marxiano e, por fim, abandonando-o.

Diante das teses de Bernstein, a dirigente alemã Rosa Luxemburgo demonstrará que ele faz uma ruptura entre meios e fins, entre reforma e revolução. Para Luxemburgo essas dicotomias não existiriam, pois as lutas cotidianas bem como, as conquistas democráticas são meios que contribuem para o fim almejado que é a revolução social. (LUXEMBURGO, 1970).

Em seu famoso texto, *Reforma ou Revolução*, Rosa Luxemburgo deixou isso evidente quando afirmou:

Para a social-democracia lutar dia a dia, no interior do próprio sistema existente, pelas reformas, pela melhoria da situação dos trabalhadores, pelas instituições democráticas, é o único processo de iniciar a luta da classe proletária e de se orientar para o seu objectivo final, quer dizer: trabalhar para conquistar o poder político e abolir o sistema salarial. Entre a reforma social e a revolução, a social-democracia vê um elo indissolúvel: a luta pela reforma social é o meio, a revolução social o fim (LUXEMBURGO, 1970, p. 09).

Mais adiante, Rosa Luxemburgo acrescentará que nos escritos de Bernstein, esses dois elementos fulcrais do movimento operário se encontram opostos entre si, invertendo o objetivo último que era a revolução social (fim), pelo seu meio, que era a reforma social. (Ibid. p. 10)

A grande questão para Rosa é demonstrar que Bernstein abandonou o objetivo socialista ao desenvolver os fundamentos do oportunismo no interior do Partido Alemão. Essa prática oportunista se revelaria, de acordo com Luxemburgo, no entendimento que o autor tem, sobre o progressivo melhoramento nas condições de vida dos operários na sociedade capitalista através da ação dos sindicatos, que por serem organizações de autodefesa, representariam formas mais desenvolvidas de democracia na sociedade. (FETSCHER, 1982)

Ora, para Luxemburgo, os sindicatos são apenas instrumentos de defesa organizados pela força de trabalho contra os ataques do capital, não podendo assim, cumprir o papel que Bernstein conferia a eles de serem os promotores da democracia na sociedade capitalista. (LUXEMBURGO, 1970).

Somando-se às críticas que Rosa Luxemburgo fazia das idéias de Bernstein, surge outro importante opositor no campo denominado de “esquerda” da 2ª. AIT: Lênin⁷³. O revolucionário russo fará uma crítica contundente ao dito “revisionismo” bernsteiniano. Mas não se deterá somente na análise desse autor, mas analisará a corrente de pensamento que denominou de “revisionista”, que inclui Bernstein, mas também, vários outros personagens que atuavam no movimento operário daquela época não apenas na Alemanha, mas em todos os países que se organizavam em torno da 2ª AIT.

O revisionismo para Lênin era uma *corrente hostil ao marxismo dentro do marxismo* que tentava influenciar o pensamento da social-democracia em vários campos do conhecimento como na Filosofia, na Economia Política e na própria Política. Fato esse que poderia acarretar um desmonte de todo o arcabouço teórico erigido por Marx e Engels.

As divergências existentes no interior da 2ª. Internacional atingiu seu ponto crítico quando vários dos partidos que a compunham, apoiaram seus respectivos governos nacionais para a deflagração da 1ª guerra mundial. Tal fato, para os socialistas revolucionários se constituía em traição aos anseios dos trabalhadores e levaria à bancarrota da 2ª. AIT.

Diante desse contexto, os grupos socialistas formataram uma nova organização internacional dos trabalhadores. Iniciaram organizando duas Conferências: a de Zimmerwald, em setembro de 1915 e a de Kienthal, em abril de 1916, ambas na Suíça. Nesses encontros formularam o programa da 3ª. Internacional ou Internacional Comunista (IC) que foi criada em março de 1919, em Petrogrado e dissolvida em 1943.⁷⁴

Lênin, sem dúvida, será um dos destaques da nova Internacional, mas também um dos principais protagonistas da Revolução de outubro de 1917 na

⁷³ Wladimir Ilitch Ulianov assume o pseudônimo de Lênin para escapar da forte repressão aos opositoristas do czarismo. Nasceu em 22 de abril de 1870 em Simbirsk(hoje Ulianovsk). Inicia sua atuação em círculos operários e propaganda nas fábricas. Junto com outros amigos fundou o jornal Iskra que se tornou o mais importante órgão de propaganda das idéias socialistas na Rússia. Foi um dos principais organizadores da 1ª revolução socialista no mundo e o principal dirigente de um Estado Operário. (JOHNSTONE, Monty. “Lênin e a revolução” In HOBSEBAWM, E.(org) História do Marxismo, v. 5 (O marxismo na época da 3ª Internacional: a revolução de outubro/ o austromarxismo), primeira parte, 2ª ed. Tradução de Leandro Konder e Carlos Nélsion, Coutinho, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (Coleção Pensamento crítico)

⁷⁴ É também conhecida pela sigla *Comintern* ou *Komintern* (do alemão *Kommunistische Internationale*). Fundada pelos grupos da chamada “esquerda revolucionária” que atuavam na 2ª. Internacional.

Rússia. Ao pensar de modo peculiar e vigoroso sobre a teoria política implícita nos escritos marxianos, também se deterá na avaliação do desenvolvimento capitalista e perceberá que o mesmo entrara em uma nova fase do seu desenvolvimento: o Imperialismo.⁷⁵

Tal conceito revolucionará o entendimento do sistema capitalista e também, colocará a luta pelo socialismo em outro patamar, inclusive do ponto de vista da organização política do proletariado. Entretanto, interessa ao presente trabalho, se deter na concepção de Lênin sobre o partido político⁷⁶ que alterará os rumos e as percepções sobre a organização política dos trabalhadores, influenciando sobremaneira, toda uma trajetória de pensamento que se diz e se pretende *ser de esquerda*⁷⁷ até os dias atuais.

Considerando a situação específica da Rússia em seu tempo, marcada por forte repressão aos movimentos que se opunham ao czarismo, o partido político proposto por Lênin assumiria uma condição de clandestinidade relativa, formado por revolucionários profissionais (quadros), fortemente centralizados sob a direção de poucos militantes que incluíam intelectuais e operários socialistas⁷⁸.

Esse partido deveria estar na “vanguarda” das lutas e para tanto, todos os militantes deveriam ter uma disciplina consciente no cumprimento das tarefas para concretizar o objetivo central: derrubar o czarismo e instaurar a ditadura do proletariado. Vale salientar, todavia, que Lênin não romperá com a idéia kautskiana de que a consciência socialista se origina externamente à classe operária⁷⁹ e que

⁷⁵ Sobre o Imperialismo Lênin afirmava: “[...] o capitalismo só se transformou no imperialismo capitalista num dado momento, muito elevado, do seu desenvolvimento, quando certas características fundamentais do capitalismo começaram a transformar-se nos seus contrários, quando se formaram e se revelaram plenamente os traços de uma época de transição do capitalismo para um regime econômico e social superior”. (LÊNIN, 1987, p.87)

⁷⁶ O partido de Lênin e seus companheiros inicialmente adotam o nome de Partido Operário Social Democrata da Rússia (POS DR). Mas em 1903 no II Congresso quando foram eleger os membros para os órgãos centrais a maioria que tinha Lênin à frente ficou conhecida como bolchevique (bolchinstvó em russo) e a minoria como menchevique (menchinstvó). Daí por diante, criou-se uma separação nítida entre estes dois grupos: quem era “revolucionário” era bolchevique e quem era “reformista” era menchevique.

⁷⁷ É importante lembrar que nesse período histórico ser socialdemocrata era o mesmo que ser de esquerda já que ainda não tinha ocorrido a revolução russa que adotará outras denominações para identificar os “revolucionários”, os marxistas e outros agrupamentos que se colocavam na perspectiva da revolução socialista.

⁷⁸ Em suma, Lênin acreditava em um lema: “Há que formar os homens que não só consagram a revolução os seus tempos livres, mas toda a sua vida; há que levantar uma organização tão considerável, que se possa aplicar uma rigorosa divisão do trabalho aos aspectos distintos da nossa atividade” (LÊNIN, [s.n.t]).

⁷⁹ Os críticos de Lênin sempre esquecem de que no *Que Fazer?*, Existem referências ao fato de que o aspecto espontâneo da luta operária expressa “o consciente em estado embrionário” (LÊNIN, 1986,

caberia ao partido (intelectual dirigente) ser o “portador” ou impulsionador da mesma junto ao proletariado. Assim Lênin justifica sua concepção:

A história de todos os países testemunha que a classe operária, exclusivamente com as suas próprias forças, só é capaz de desenvolver uma consciência trade-unionista, quer dizer, a convicção de que é necessário agrupar-se em sindicatos, lutar contra os patrões, exigir do governo estas ou àquelas leis necessárias aos operários, etc. Por seu lado, a doutrina do socialismo nasceu de teorias filosóficas, históricas e econômicas elaboradas por representantes instruídos das classes possidentes, por intelectuais. Os próprios fundadores do socialismo científico moderno, Marx e Engels, pertenciam, pela sua situação social, à intelectualidade burguesa (LÊNIN, 1986, p. 101).

Muitos autores têm criticado Lênin por defender tal posição, pois para eles o autor subestimaria a cultura e a consciência dos trabalhadores. Contudo, entendo que Lênin, baseado em suas experiências com operários, observará que a consciência inicial dos trabalhadores não é imediatamente socialista. E sim, voltada para se opor a opressão, à exploração econômica e as péssimas condições de vida impostas pelo capital. Desse modo, o operário não vislumbraria que só acabando com o sistema capitalista é que sua vida mudaria, ao contrário, ele crê que é possível “convencer” os capitalistas para que mudem de comportamento. Ou seja, a consciência operária nesse momento teria conotações morais, éticas.

A maioria dos críticos de Lênin ignora que também em Marx se encontram “germes” dessa visão, quando, inclusive no *Manifesto Comunista*, o partido e/ou os comunistas são vistos como a vanguarda que dirige o movimento operário em cada uma das suas fases, representando os interesses do mesmo. Além de serem os que indicam ao operariado o seu alvo final, os seus objetivos políticos e também, os protetores de sua independência política e ideológica. Embora Marx não afirme textualmente que a consciência é externa ao proletariado, na prática o faz, quando delega ao partido comunista o papel de “consciência da classe”, o destacamento mais avançado.

Outra questão que Lênin perceberá é a necessidade de um relacionamento dialético entre os intelectuais e as massas para a construção do processo revolucionário emancipatório. Essa dinâmica traduziria a íntima relação

p. 100). Em outros momentos Lênin sempre acrescentava que a emancipação da classe operária devia ser obra dos próprios trabalhadores.

entre teoria e prática. Evidentemente, sem esquemas classificatórios, ou seja, sem dividir quem é intelectual ou quem é prático.

Tal qual Marx e Engels, Lênin defenderá que somente organizado em um partido político, o proletariado seria capaz de se elevar ao nível de uma luta consciente de classe, pois sem tal organização o movimento operário estaria fadado à impotência. Na realidade, compreendia que nenhuma classe na história instaurara seu domínio sem que tivesse seus próprios chefes políticos com capacidade de organização e direção política (LÊNIN, 1986)⁸⁰.

A concepção de partido defendida por Lênin, sem dúvida, inaugura um novo tipo de organização política: forte na defesa do socialismo e ágil na mudança da tática revolucionária. Mas Rosa Luxemburgo⁸¹ e Antonio Gramsci⁸² que sempre estiveram ao lado de Lênin, propõem variações em seu modelo partidário. Entendia que na Rússia czarista, na Alemanha ou na Itália, as condições da luta de classes eram diferenciadas e que dependendo da conjuntura política, a forma organizativa dos trabalhadores poderia se alterar.

Rosa Luxemburgo e Gramsci⁸³ argumentavam que em sociedades capitalistas desenvolvidas, os partidos e/ou organizações políticas que defendessem o socialismo, deveriam ter um caráter de massas, ou seja, partidos abertos à participação de inúmeros trabalhadores, fosse para preparar a “greve geral política e

⁸⁰ Lênin com este pensamento se aproxima de Antonio Gramsci que defendia que todo movimento só pode existir se desenvolver uma camada de intelectuais que lhe dê sustentação.

⁸¹ O PSDA apoiou o governo em sua investida bélica que deu início a 1ª guerra mundial. Em novembro de 1918, no decurso da revolução na Alemanha, foi criada a **Liga Spartacus** formada pelos social-democratas de esquerda alemães: Rosa Luxemburgo, K. Liebknecht, F. Mehring e outros que romperam com o Partido Social-Democrata Independente da Alemanha. Publicaram seu programa em 14 de dezembro e ao realizarem seu congresso de 30 de dezembro de 1918 a 01 de janeiro de 1919 criaram o Partido Comunista da Alemanha. Porém, em 15 de janeiro desse mesmo ano, Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht são assassinados após o governo ter sufocado as inúmeras rebeliões operárias que estouravam no país.

⁸² Antonio Gramsci (1891 - 1937) foi, sem dúvida, um dos pensadores marxistas mais originais de seu tempo. Fundador do Partido Comunista Italiano foi duramente reprimido ao longo de sua vida. Passou cerca de 10 anos na prisão por ordem de Benito Mussolini que instaurou o fascismo na Itália. Só foi solto quando a polícia fascista percebeu que ele estava bastante doente, às portas da morte com uma tuberculose que lhe afetou os dois pulmões. Faleceu em abril de 1937, vítima de hemorragia cerebral.

⁸³ A experiência partidária de Gramsci é marcada, como a de Marx, a de Rosa, a de Lênin e tantos outros, por fortes embates teóricos sobre a condução da luta política revolucionária na Itália que estava sob a direção do Partido Socialista Italiano (PSI) do qual discordava. Participou intensamente dos Conselhos Operários e da Escola de Cultura criada pela revista L'Ordine Nuovo da qual era o secretário de redação. Em 21 de janeiro de 1921, funda com outros companheiros, o Partido Comunista Italiano (PCI) sendo eleito o Secretário Geral do Comitê Central além de ter sido nomeado para diretor do *Ordine Nuovo* que se tornou o jornal oficial do referido partido.

insurrecional” (Rosa Luxemburgo), fosse para a disputa de “longo curso” para a construção da hegemonia (Gramsci). (GENRO, 1990)

Rosa Luxemburgo⁸⁴ critica o *jacobinismo leninista*⁸⁵ pois compreende que não deve existir a distinção entre chefes e massas, dirigentes e dirigidos ou qualquer outra relação que não se pautasse pela ampla participação democrática das massas. Acreditava que a forma organizativa do partido bolchevique poderia conduzir à ditadura do Comitê Central e até mesmo a uma ditadura unipessoal.⁸⁶ (GENRO, 1990)

Ao se defender Lênin deixa claro que a experiência partidária dos bolcheviques é típica da realidade russa e que não deveria ser entendida como uma forma de validade universal, ou melhor, que não podia ser aplicada de forma mecânica para qualquer realidade. Porém, Rosa acreditava no espontaneísmo das massas como força revolucionária contra o conservadorismo das organizações e na Greve geral revolucionária como principal tática para chegar ao socialismo.

Na realidade, Rosa não rejeita a proposta de partido do tipo bolchevique. Suas considerações chamam a atenção para que tal organização não se “eternize”, nem se construa à parte das massas para não incorrer na burocratização, na fossilização das estruturas democráticas criadas pela luta dos trabalhadores.

Quanto à posição de Gramsci,⁸⁷ embora seja bastante original no campo do marxismo, ele, tal qual Rosa Luxemburgo, não romperá com a posição de Lênin.⁸⁸ Aliás, o pensamento leninista para Gramsci se tornara uma “força ativa da história”

⁸⁴ Lênin costumava chamá-la de “A águia da Revolução Alemã”.

⁸⁵ Com esse termo, Rosa se referia ao centralismo e disciplina ferrenha da organização dos bolcheviques. Ela denominava a disciplina bolchevique de “guarda-noturno”.

⁸⁶ Tal afirmação de Rosa é quase profética, pois parecia antever a ditadura stalinista que veio após a morte de Lênin.

⁸⁷ É importante observar que o período em que Gramsci inicia sua atuação no movimento socialista (1912-1913), Rosa Luxemburgo e Lênin já tinham vivenciado um grande lastro de experiências oriundo dos enfrentamentos teóricos e práticos em seus respectivos países. A Europa já vivia o clima da 1ª guerra mundial (1914) devido aos confrontos entre Alemanha, Inglaterra e França. A 2ª AIT capitulava frente à influência nacionalista que queria a guerra. Os bolcheviques já tinham grande influência no movimento socialista internacional, principalmente, pelo fato de terem saído fortalecidos da revolução russa de 1905 (Revolução democrático-burguesa). As potências capitalistas precisavam expandir seus mercados e ampliar seus parques industriais. O Estado burguês nesses países já não era mais, exclusivamente, o “comitê dos negócios da burguesia”.

⁸⁸ Gramsci tinha grande admiração por Lênin. Em vários textos ele assim se refere a Lênin: “o revolucionário que constrói sem fervor ilusório, de acordo com a razão e a sabedoria”, “o maior homem de Estado da Europa contemporânea”, “o homem que está envolvido por uma auréola de prestígio que inflama os povos, ao mesmo tempo em que os disciplina” dentre outras. (Citações retiradas dos textos: Os maximalistas russos (28 de julho de 1917), O grito do povo (14 de setembro de 1918), O resgate da história(07 de julho de 1919) etc.

e os bolcheviques “[...] são alimentados pelo pensamento marxista. São revolucionários, e não evolucionistas”, porque são capazes de “[...] suscitar cada vez mais novas energias proletárias [...]”, de “[...] organizar novas forças sociais”. (GRAMSCI apud BUCI-GLUKSMANN, 1980, p. 163).

A revolução de outubro de 1917,⁸⁹ como se sabe, deixará em Gramsci profundas marcas, pois dedicará parte de sua investigação teórica a encontrar paralelos entre a realidade russa e a italiana que permitissem “universalizar” determinadas formas de organização, como os soviets, por exemplo. Ou até mesmo encontrar “uma tradição soviética” no operariado italiano. Assim ele escrevia:

É preciso estudar o que se passa no seio das massas operárias. Existe na Itália, sob a forma de uma instituição da classe operária, algo que possa ser comparado ao soviet, que participe de sua natureza? Algo que nos autorize a afirmar: o soviet é uma forma universal, não é uma instituição russa, exclusivamente russa; o soviet é a forma através da qual, [...] a classe operária manifesta sua vontade de emancipação. É preciso, portanto perguntar se existe, ainda que apenas um embrião, uma veleidade, uma alusão, de governo dos soviets, na Itália, em Turim. (GRAMSCI apud BUCI-GLUKSMANN, 1980, p. 158)

A resposta de Gramsci a sua própria indagação é que existe sim, em Turim, uma forma italiana do tipo dos soviets: os conselhos de fábrica operários. Dessa forma, Gramsci afirmará que as posições de Lênin⁹⁰ relativas à Rússia eram corretas já que nessa sociedade (do Oriente), o “[...] Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa” (GRAMSCI, 2002, p. 262). Diferente das condições nas sociedades capitalistas desenvolvidas onde o Estado se comportava de maneira “titubeante” frente a uma “robusta estrutura da sociedade civil”. Em carta de 09 de fevereiro de 1924 a Togliatti⁹¹, ele observará:

Esse entusiasmo, que bem canalizado na Rússia, lançava as massas à rua em um impulso revolucionário, se enredou, na Europa central e ocidental, nas superestruturas políticas vinculadas ao caráter mais avançado do desenvolvimento capitalista, tornando mais lenta e prudente a ação das massas, e exigindo, portanto, do partido revolucionário toda uma estratégia e uma tática a longo prazo, infinitamente mais complexas que aquelas que

⁸⁹ Gramsci se refere a este evento como “a revolução total” que na Rússia “tratava-se da instauração de uma nova moral que nos é revelada a partir dessas notícias curtas. Trata-se do advento de uma nova ordem” (Cf. GRAMSCI, A. *Escritos Políticos I*, Ed. Gallimard).

⁹⁰ Gramsci o chamava de Ilitch, referindo-se ao nome de Wladimir **Ilitch** Lênin que era um pseudônimo, como já foi observado antes.

⁹¹ Organizador juntamente com Gramsci, Terracini e Tasca da revista *L'Ordine Nuovo*, semanário de cultura socialista. Mais tarde se torna um dos dirigentes do Partido Comunista Italiano.

foram necessárias aos bolcheviques durante o período de março a novembro de 1917 (GRAMSCI, s.n.t).

As particularidades entre ocidente e oriente assumirão no pensamento gramsciano (também no de Lênin)⁹², um estatuto categorial singular para definir a atuação do partido revolucionário, ou melhor, que estratégias e táticas seriam mais adequadas às diferenciações existentes nas superestruturas dessas sociedades? Deveriam considerar que especificidades para alcançarem o socialismo?

O partido almejado por Gramsci, deveria se imbuir de um “espírito” investigativo da sociedade na qual atuasse e também, daquilo que fazia parte da “alma das massas” (vontade coletiva) para se tornar seu *Condottiero*. Por isso, Gramsci retorna ao *Príncipe* de Maquiavel para demonstrar como deve ser o partido revolucionário: um organismo social que encarna a vontade coletiva, um elemento complexo da sociedade.⁹³

Gramsci ao conviver com o Partido Socialista Italiano (PSI) refratário às mudanças atribuiu aos conselhos operários em suas primeiras reflexões um papel significativo na direção da luta socialista. Porém, entre 1919 e 1920 reconhece que existe no seio desses conselhos uma vontade por um partido político que defendesse “os principais postulados da doutrina e da tática da Internacional Comunista” (GRAMSCI apud MACCIOCCHI, 1980, p. 62)⁹⁴.

Gramsci defendia que o partido era a forma superior de organização política e que os sindicatos e os conselhos eram formas intermediárias para a luta

⁹² Lênin afirma em seu *Relatório sobre a guerra e sobre a paz* (março de 1918): “É preciso dar-se conta, de que a revolução socialista mundial nos países avançados não pode ser vista com a mesma facilidade que foi a da revolução na Rússia, país de Nicolau e de Rasputin [...] Num país assim era fácil fazer a revolução, tão fácil quanto levantar uma pluma. Mas engajar o processo revolucionário, sem a menor preparação, num país onde o capitalismo ao se desenvolver forneceu até ao último dos cidadãos uma cultura e um sentido da organização democrática, seria um erro, um absurdo” (LENIN, 1986).

⁹³ Gramsci enuncia sua concepção: “O moderno Príncipe, o mito-príncipe, não pode ser uma pessoa real, um individuo concreto; só pode ser um organismo; um elemento complexo da sociedade, no qual já tenha se iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação. Este organismo já é determinado pelo desenvolvimento histórico, é o partido político: a primeira célula na qual se aglomeram germes da vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais” (GRAMSCI, 1989, p. 06).

⁹⁴ Gramsci se refere a I Internacional Comunista ou 3ª Internacional que foi formada em 1919, logo após a vitória dos bolcheviques na Rússia. Os bolcheviques e grande parte do movimento socialista mundial romperam com a 2ª AIT após o apoio desta à deflagração da 1ª guerra mundial. Porém, logo após a morte de Lênin e a assunção de Stálin ao poder, ela passa a ser conhecida por Komintern. Seus objetivos mudam radicalmente com a idéia de construir o socialismo em um só país. Sua grande tarefa seria tentar criar uma União Mundial de Repúblicas Socialistas Soviéticas. Para isso emitia diretrizes que deveriam ser seguidas por todos os seus filiados ao redor do mundo. Foi dissolvida em 1943, em plena segunda guerra mundial.

cotidiana contra o capital. Os conselhos, por terem um caráter *espontâneo* eram vistos como instrumentos básicos para mobilizar as massas e formá-las com uma consciência antiburocrática, porém, a força propulsora da revolução seria o partido.

O partido gramsciano, portanto, não pode ser uma corporação de filiados e/ou militantes, mas sim, um organismo vivo que incorpora certa “universalidade” no processo de construção da hegemonia das classes subalternas de modo homogêneo e sistemático; constrói uma vontade coletiva entre os subalternos visando um novo *bloco histórico*. Ou melhor, “para que o partido viva e fique em contato com as massas, é preciso que cada membro do partido seja um elemento político ativo, um dirigente” (GRAMSCI, 1971, p. 54).

Entretanto, nesse momento de construção da hegemonia, Gramsci advogará uma reforma intelectual e moral, isto é, a implantação de uma nova concepção de mundo que deveria começar antes da chegada ao poder. Mas não se trata apenas de uma mudança no campo ético ou superestrutural. Pois ele próprio se indagará:

Pode haver reforma cultural, ou seja, elevação civil das camadas mais baixas da sociedade, sem uma anterior reforma econômica e uma modificação na posição social e no mundo econômico? É por isso que uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais precisamente, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral (GRAMSCI, 2002, p. 19).

Dessa maneira, Gramsci não separará a luta política, econômica e ideológica. Aliás, tais aspectos fundem-se na luta socialista para permitir que os subalternos se elevem da “condição de mercadorias” para a de produtores e assim, dirijam o processo global de produção. Esse momento é concebido por ele como *catártico*, isto é, a passagem do momento egoístico-passional para o momento ético-político.

A contribuição teórica e política de Lênin, Rosa e Gramsci para o aprofundamento e a divulgação das idéias socialistas bem como, para as organizações políticas foram essenciais. Não se pode pensar na atualidade sobre tais temáticas sem considerar o legado deixado por esses pensadores.

A influência desses teóricos se constituiu na base central tanto para a vitória da Revolução Russa em 1917 quanto para a organização da 3ª Internacional

ou Internacional Comunista (IC) ⁹⁵. Criada sob o fogo cruzado da revolução vitoriosa em Petrogrado (já URSS) em 1919 objetivava romper com o 'reformismo' da 2ª AIT que havia 'traído' o movimento socialista mundial aprovando os créditos de guerra que permitiram a deflagração da 1ª grande guerra. ⁹⁶. Mas objetivava também reiniciar a discussão sobre o rumo da revolução socialista mundial que havia sido relegado a um plano secundário pela atuação institucionalizada da 2ª AIT.

O primeiro congresso da IC se deu em 1919 e teve como cenário a guerra civil na Rússia e o bloqueio das potências européias ao Estado soviético 'recém nascido'. Mesmo com tal cenário, os delegados desse evento debateram sobre as diferenças entre a democracia burguesa e a ditadura do proletariado bem como, sobre a necessidade de difundir a experiência dos Soviets. ⁹⁷

Os três congressos posteriores (1920, 1921, 1922) aprovaram os estatutos da IC, os critérios para aceitação de membros e a política de organização de 'Frentes Únicas' como tática para se contrapor a ascensão dos 'nazi-fascismos' que já se anunciavam na Europa. Trataram ainda da importância de incorporar a luta das mulheres trabalhadoras ao movimento comunista bem como, da situação dos negros, do trabalho dos comunistas nos sindicatos e da situação dos comunistas na Ásia e no Pacífico.

⁹⁵ Mesmo sendo conhecida por todos como Comintern ou Komintern, tal termo acabou adquirindo conotação pejorativa após a ascensão de Stálin ao poder da URSS e da própria Internacional que passou a ser intensamente controlada por ele com receio de a mesma interferir nos rumos traçados por seu grupo político.

⁹⁶ Como se sabe, tal fato foi crucial para a cisão entre os socialistas reformistas e os revolucionários pertencentes à Ala Esquerda, termo dado a corrente de pensamento que se opunha a direção da 2ª AIT. Era composta pelos bolcheviques, dentre eles Lênin; por dirigentes alemães como Rosa Luxemburgo e outros. Eram conhecidos também por socialistas revolucionários. Esses grupos realizaram a Conferência de Zimmerwald em setembro de 1915 e a Conferência de Kienthal em abril de 1916, ambas na Suíça. Nesses encontros estabeleceram a base programática da Terceira Internacional.

⁹⁷ Esse primeiro congresso teve pouca participação de delegados pelo fato já citado, da guerra civil que acontecia na Rússia e do cerco imperialista. Mesmo assim, contou com a presença de 52 delegados, representando 34 partidos. Decidiram, além das questões de cunho mais político já citadas, sobre algumas questões organizativas como a constituição de um Comitê Executivo, composto de representantes das seções mais importantes. Esse comitê elegeria um birô de 05 membros para cuidar dos assuntos administrativos e de casos urgentes entre os congressos. Porém, esse birô não foi constituído e os três principais líderes (Lênin, Trotsky e Christian Rakovsky) delegaram a Zinoviev a tarefa de Secretário do Comitê Executivo. Angélica Balabanoff, Victor L. Kibaltchitch mais conhecido como Victor Serge, e Victor Ossipovitch Mazin foram os outros membros indicados para auxiliar Zinoviev.

Teve ao todo sete congressos mundiais.⁹⁸ Os quatro primeiros congressos estiveram sob a influência direta de seus principais fundadores, os chamados socialistas revolucionários nos quais se destacavam as figuras de Lênin e Trotsky que primavam pela anuidade dos congressos e pelo cumprimento das resoluções que eram aprovadas. Mas após a morte de Lênin em janeiro de 1924, as disputas internas no PC soviético sobre quem ocuparia seu cargo bem como as políticas adotadas nos anos iniciais da revolução russa foram determinantes para o futuro da IC em particular, e do socialismo em geral.⁹⁹

Manobras políticas, intrigas e desentendimentos entre os principais dirigentes do PC soviético intensificaram a disputa que culminou com a ascensão do grupo político liderado por Stálin¹⁰⁰ ao poder tanto na URSS quanto na IC a partir de 1924.¹⁰¹ Para alguns autores tanto a ascensão como a manutenção desse grupo no poder soviético se deu por uma conjugação de fatores que vão desde os repressivos aos de ordem propriamente econômicos para poder viabilizar a idéia de implantar o *socialismo em um só país*.

Mas em que consistia essa tese de 'socialismo em um só país' que para a maioria dos estudiosos seria 'algo estranho' ao marxismo? Como essa teoria ganhou *corpos e mentes* em um ambiente de profundos debates políticos e de reconhecidos intérpretes das idéias socialistas? E qual foi à conseqüência dessa política para a Esquerda mundial, inclusive para a temática ora em foco?

⁹⁸ Os primeiros quatro congressos se deram respectivamente em 1919, 1920, 1921 e 1922. O quinto congresso se realizou em 1924, o sexto em 1926 e o sétimo e último, em 1935. Foi extinta em 1943.

⁹⁹ Algumas correntes políticas, como os trotskistas só reconhecem os quatro primeiros congressos. Trotsky participou do V Congresso, mas já numa posição secundária. A partir do 5º Congresso ocorre à ascensão do grupo liderado por Stálin que dá início ao processo de russificação da Internacional, modifica os estatutos e implementa uma política, como diz alguns autores, 'estranha ao marxismo'.

¹⁰⁰ Josef Stalin, nome original Ioseb Jughashvili, russo. Nasceu em Gori a na Geórgia em 18 de Dezembro de 1878 (06 de Dezembro), foi o líder máximo da URSS de 1924 até 1953 (stalinismo). Tornou-se secretário-geral do Comitê Central do Partido Comunista em novembro de 1922. Após a morte de Lênin, em 1924, passou a ser a figura central da política soviética. No período compreendido entre 1934 e 1938, Stálin iniciou forte repressão que ficou conhecida como o "Grande Expurgo", pois aos opositores (internos ou externos), ou a todos que tramassem contra o Estado soviético, ou até mesmo supostos inimigos, mandava executar ou deportar para a Sibéria ou outras regiões para realizar trabalhos forçados. Stalin fez inúmeras alianças com inimigos (como Hitler) e com aliados para tentar manter "o socialismo em um só país". Além disso, se utilizou do culto à sua personalidade bem como à de Lênin, Marx e Engels. Stalin faleceu de hemorragia cerebral a 05 de Março de 1953 em Kunzewo. Em seu epíteto colocaram "O Pai dos Povos".

¹⁰¹ Contudo, é válido lembrar que outros fatos contribuíram para a ascensão desse grupo político ao poder, como a derrota da revolução na Alemanha que postergava a revolução mundial para um período incerto e, evidentemente, dava base material para defender o socialismo nos marcos nacionais.

Inicialmente, é importante frisar que a idéia de construção do 'socialismo em um só país' teve como base material para sua adoção, eventos e medidas políticas que se deram ainda no início da revolução russa. Assim, não seria tão somente fruto da mente 'doentia' de Stálin, mas de práticas sociais e políticas que já existiam, como o atraso do capitalismo e das Instituições sociais na Rússia.

Como se sabe a Rússia de 1917 estava envolta com a 1ª guerra mundial e conseqüentemente, com toda sorte de misérias daí advindas. Com a vitória da Revolução Bolchevique tal realidade se agravou, pois adveio a guerra civil (1918-1921) e com ela, a invasão das potências imperialistas ao território russo.¹⁰² Os bolcheviques liderados por Lênin adotaram a política denominada *Comunismo de Guerra* (1918-1921) que tinha como principal objetivo organizar uma aliança político-militar para a defesa imediata do poder conquistado. Mas também visava garantir uma mínima reorganização da economia que se encontrava arrasada pelos conflitos.¹⁰³ Tal política (de caráter também militar) aplicou medidas como a nacionalização dos meios de produção e transporte; a abolição do dinheiro substituindo-o por símbolos de permuta e bens e serviços gratuitos; a implantação da planificação da economia nacional e a introdução do trabalho obrigatório.

Mas com o final da guerra civil e da invasão estrangeira, as condições da economia soviética eram inferiores às de antes da guerra gerando insatisfações e levantes na população como o dos marinheiros da base naval de Kronstadt que pediam a derrubada dos bolcheviques e a instauração da democracia proletária e da administração direta.

Nesse período Lênin avaliava que o cenário mundial não estava mais propício para a revolução mundial imediata já que a revolução alemã (tida como certa pelos bolcheviques) havia sido derrotada e, isso implicava na demora da vitória do socialismo mundialmente. Quanto à realidade específica da Rússia, compreendia

¹⁰² Os bolcheviques assinaram a paz de Brest-Litovsky com a Alemanha em 3 de março de 1918 tentando uma trégua para reconstruírem a economia do país. No entanto, isso não foi possível já que a resistência tanto interna como externa se fez de forma intensa e violenta. Em 3 de abril de 1917 tropas japonesas ocuparam o leste da Sibéria. Em seguida, os turcos tomaram Batun, na Geórgia, Mar Negro. Os alemães tomaram uma parte da Ucrânia, a Letônia e a Lituânia e, em maio, o Marechal Mannerheim expulsou as tropas vermelhas da Finlândia. A Tchecoslováquia, patrocinada pela França se alia ao Exército Branco e toma Kazan. As tropas francesas tomam o sul da Ucrânia e a Criméia; os Ingleses tomam Arcangel no leste do rio Don e suas unidades da Pérsia tomam o centro petrolífero de Baku e controlam o Cáucaso. (Fonte: www.pstu.org.br|www.litci.org).

¹⁰³ Na obra *Tarefas Imediatas do Poder Soviético* (1918), Lênin propôs a adoção dessa política econômica, mas com caráter emergencial para dar conta da realidade 'entre guerra' enfrentada pela Rússia.

que não dava para eliminar de uma só vez as leis de mercado e assim, fazia-se necessário dar novos rumos ao processo revolucionário, ou seja, mudar a tática política ao dar *um passo atrás para dar dois na frente*, inclusive, como forma de esperar novo ascenso das lutas revolucionárias.¹⁰⁴

Foi então que durante o 10º. Congresso do Partido Comunista da Rússia ocorrido em março de 1921, os bolcheviques aprovaram algumas medidas que modificavam os rumos iniciais propostos pela revolução, ou seja, a não implantação do comunismo de modo imediato. Dentre essas medidas destaca-se a Nova Política Econômica (NPE ou NEP), elaborada por Nicolai Bukharin, teórico que depois de Lênin era um dos mais respeitados nas análises econômicas dentre os bolcheviques.

Lênin ao assumir o poder soviético perceberá a enormidade da tarefa que se deparariam os bolcheviques: transformar a Rússia semifeudal em um país socialista. Marx e Engels e o próprio Lênin não haviam previsto tal situação, ao contrário, esperavam que a revolução socialista se estabelecesse inicialmente nos países de capitalismo desenvolvido e assim, expandir-se-ia para os países de economias menos desenvolvidas. Mas foi na situação concreta da Rússia atrasada que eclodira a primeira revolução socialista.

Contudo, a revolução socialista mundial não aconteceu. E o que fazer nesse momento tão particular? Lênin responderá com a formulação da NEP a qual entendia como sendo um recuo tático para poder “resistir até a vitória da revolução internacional”.¹⁰⁵ Naquele momento a política prescindia a economia.

Essa inversão da tática revolucionária abrangeria então duas características: uma de recuo, enquanto se aguardava a revolução socialista internacional já que só restava a Rússia “manobrar, retroceder e esperar” (LÊNIN, 1986)¹⁰⁶ e a outra, preparatória para a transição da Rússia semicolonial à socialista. Nessa perspectiva, Lênin argumentava que era necessário “abandonar temporariamente a implantação do socialismo para se tomarem os domínios

¹⁰⁴ Lênin ressaltava ainda que a tentativa de proibir o capitalismo havia sido uma tolice e que a única política acertada era a utilização do capitalismo (com limitações e sobre um rigoroso controle do Estado) para elevar as forças produtivas. (Fonte: A. Rumiántsev - Dicionário Comunismo Científico)

¹⁰⁵ Cf. LÊNIN, V. Obras Escolhidas. *Relatório sobre concessões*, abril de 1921, p.324.

¹⁰⁶ Cf. LÊNIN, V. As tarefas imediatas do poder soviético. In Obras Escolhidas. Moscou, Progresso, Tomo III, 1986.

econômicos do capitalismo de Estado”, pois somente com o desenvolvimento dessa forma particular se criariam as condições necessárias ao socialismo.

Em 1918, Lênin entendia que uma das dificuldades do novo Estado estava no terreno econômico. Analisava que havia a necessidade de “[...] introduzir um registro e um controle mais estrito e geral da produção e da distribuição de produtos, em aumentar a produtividade do trabalho e socializar a produção na prática” (LÊNIN, 1986 p. 92). Compreendia desse modo, que era necessário ‘expropriar o conhecimento da burguesia’ para realizar tal tarefa.

Foi imbuído com tal visão que Lênin defendeu a introdução do taylorismo para aumentar a produtividade do trabalho. Afirmava sobre isso que:

A última palavra do capitalismo neste terreno – o sistema Taylor –, do mesmo modo que todos os avanços do capitalismo, reúne em si toda a ferocidade refinada da exploração burguesa e uma série das maiores conquistas científicas referentes ao estudo dos movimentos mecânicos durante o trabalho, a supressão dos movimentos supérfluos e, a elaboração de métodos de trabalho mais racionais, a implantação de melhores sistemas de registro e controle. A República Soviética deve adotar, a qualquer custo, as conquistas mais valiosas da ciência e da técnica neste domínio. A possibilidade de se construir o socialismo depende precisamente do êxito que logremos ao combinar o poder soviético e a organização soviética da direção com as últimas conquistas do capitalismo (LÊNIN, 1986, p. 110).

A meu ver, essa percepção de Lênin sobre a introdução de elementos capitalistas, mesmo que fosse algo ‘neutro’ como a técnica de organização do processo produtivo, no seio de uma sociedade que iniciava o processo de superação dos mesmos, trouxe sérias conseqüências para o futuro do socialismo. Pois, como já se sabe ao invés de ter incrementado as práticas socialistas, tal método permitiu o florescimento da produção capitalista resultando no surgimento de uma casta especial de funcionários que passaram a controlar o processo produtivo em detrimento dos que realmente deveriam controlá-lo: os operários. Entendo, no entanto, que a proposição da NEP foi uma concessão necessária à economia de mercado nas condições específicas da Rússia e não uma política permanente a ser observada em qualquer outra realidade.

Lênin percebia claramente essa contradição, mas indicava aos seus sucessores na direção tanto do partido quanto do Estado que as tarefas que enfrentariam necessitavam de um prazo mais longo para sua viabilização. Evidentemente que a primeira delas se constituía em fundar o Estado Socialista em

moldes diferenciados, pois no existente ainda prevalecia traços feudais e absolutistas, era burocrático e ineficaz. (LÊNIN, 1986)

Uma segunda tarefa seria construir uma “revolução cultural” entre os camponeses, esclarecendo a importância de se organizarem em cooperativas, pois dizia: “se pudéssemos organizar toda a população em cooperativas, pisaríamos com os dois pés em terreno socialista” (Ibidem, 1986, p. 81).

Lênin afirmava ainda que:

Hoje nos basta esta revolução cultural para chegar a nos convertermos em um país completamente socialista, mas essa revolução cultural nos apresenta incríveis dificuldades, tanto no aspecto puramente cultural (pois somos analfabetos) como no aspecto material (pois para sermos cultos é necessário certo desenvolvimento dos meios materiais de produção, se precisa de certa base material). (Ibidem)

A NEP então proporá a adoção de determinadas medidas que deviam ser observadas no campo (agricultura) e na cidade (indústria). Em linhas gerais adotou os seguintes pontos: a) estabelecer o imposto em espécie para substituir a política de contingenciamento que era à base da economia de guerra. Tal fato permitia que os camponeses tivessem o direito de vender os excedentes de seus produtos depois que pagassem tal imposto o que elevou o interesse para ampliar a produção agrícola; b) incentivar no campo a adoção de formas mais simples de cooperação que deveriam demonstrar, na prática, aos camponeses as vantagens da gestão coletiva dos assuntos econômicos visando prepará-los para a condução da futura economia socialista; c) a realização de *joint ventures* com o exterior e concessões de propriedades a estrangeiros; d) cooperativas organizadas conforme os princípios de mercado; e) emprego de comerciantes capitalistas, administradores econômicos e técnicos especialistas nos métodos capitalistas de gestão e organização (taylorismo); f) o arrendamento (leasing) de empresas de propriedade estatal e de recursos naturais fosse para capitalistas estrangeiros como para os que atuavam na Rússia.¹⁰⁷

Ora, com a assunção de Stálin e de seu grupo ao poder logo após a morte de Lênin em 1924, toda essa perspectiva de luta socialista (mesmo com várias contradições) mudará. Quando o partido bolchevique aprovou a NEP, ele foi um dos que se opôs a sua implantação e quando teve poderes suficientes não teve

¹⁰⁷ Cf. RUMIÁNTSEV. A: Dicionario Comunismo Científico, acessado em dezembro de 2008

receio em mudar sua direção em 1928, mesmo com os resultados positivos que ela trouxera ao recuperar a produção do setor agrícola e a produção industrial a níveis superiores ao dos anos anteriores ao conflito.

A partir do 14º. Congresso do Partido Comunista em 1925, o poder de Stálin já dava indícios de ampliação. Defendendo o que chamava de 'leninismo' descarta aliados como Zinoviev e Kamenev (que inclusive, não confiavam em Stálin) e isola Trotsky da direção partidária.

Em 1928, Stálin já tinha consolidado seu poder pessoal e político apoiado que era pelo respaldo teórico de Bukharin. Contava também com o apoio dos novos segmentos sociais e políticos que se enriqueceram com a adoção dos mecanismos de mercado da NEP (camponeses, empresários) e com um conjunto de novos funcionários, administradores e técnicos que deviam suas carreiras a Stálin bem como, não terem um passado revolucionário. Boa parte desses 'novos sujeitos sociais' se opunha as teses socialistas dos 'velhos bolcheviques' que em sua grande maioria eram antigos desafetos de Stálin que tudo fez para afastá-los da liderança do partido e da direção do Estado.

Apegado que era a medidas burocráticas e voltado para o culto a sua personalidade, Stálin fará o possível para eliminar toda resistência as suas teses se utilizando é claro, de toda essa rede de poder pessoal que construiu em torno de si desde que assumira o cargo de Secretário Geral do PC Soviético em 1922. Da mesma forma, como Chefe de Estado, organizou uma poderosa estrutura militar e policial: prendeu, deportou e até mandou assassinar seus oponentes. Utilizava-se ademais de recursos 'torpes' como o de desacreditar perante a opinião pública todos os que não concordassem com suas teses, chamando-os de 'traidores do socialismo ou do Estado', reformistas e outros adjetivos bem convincentes naquela cultura.

Mas os alvos privilegiados de Stálin estavam no Exército Vermelho que teve parte de seus oficiais presos, inclusive 13 de seus 15 Generais e também, nos grupos Oposição de Esquerda e Oposição Operária. As deportações também foram peças-chaves na ação persecutória de Stálin.¹⁰⁸

¹⁰⁸ Alguns historiadores defendem que entre os anos de 1941-1949 cerca de 3,3 milhões de pessoas foram deportadas para a Sibéria ou para Repúblicas Asiáticas. Muitos deles eram transportados em condições subumanas, chegando inclusive a morrer no caminho. Os que sobreviviam iam para campos de trabalho forçado. Conforme Volkogonov (2004), biógrafo de Stálin, ele sabia disfarçar bem suas emoções, tomando decisões friamente, desprezando a comiseração ou sentimentos que considerava como "mesquinhas pequeno-burguesas" ou humanistas, termo considerado por ele

Todavia, uma das questões que também considero grave na compreensão de Stálin era quanto ao caráter providencial que ele atribuía a História (similar a de Kautsky) quando afirmava que: “O sistema socialista seguir-se-á ao capitalista como o dia vem depois da noite”. Assim, caberia apenas situar-se do lado correto ou da “linha justa” do PC soviético que é claro, era a dele.

A permanência de Stálin no poder soviético deveu-se ainda a compreensão distorcida de acabar com a ‘luta de classes’ na URSS ou de qualquer vestígio que abalasse a instalação do ‘socialismo’, leia-se, seu poder. Foi assim que defendeu a construção do socialismo em um só país através da rápida industrialização que seria financiada por rendimentos acrescidos da agricultura através de cooperativas agrícolas e da mecanização. A coletivização forçada da agricultura e o confronto com os camponeses foram inevitáveis, o que implicou num verdadeiro terror em massa. (KEERAN; KENNY, 2004).

Acabou com a NEP e instituiu os planos quinquenais,¹⁰⁹ isto é, com a planificação da economia de cinco em cinco anos visando equiparar à Rússia as potências capitalistas. Mas na realidade, o que Stálin queria era centralizar seu poder e se desvencilhar dos seus opositores que não aceitavam sua direção política. No final dos anos 30, com a instituição dos famosos *Processos de Moscou* ‘limpou definitivamente o terreno’ de todos os seus inimigos.¹¹⁰

Ora, se no comando da URSS utilizou-se de tais práticas, na Internacional Comunista não podia ter sido diferente. Mudou seus estatutos, extinguiu cargos e criou outros submetidos a seu controle pessoal. Além disso, adotou como princípios políticos a chamada ‘bolchevização ou russificação’ da IC e dos partidos-membros.

como detestável. (Cf. VOLKOGONOV, Dmitri. Stálin: triunfo e tragédia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004, 2 volumes).

¹⁰⁹ Ao todo foram 03 planos quinquenais: o primeiro (1928) se destinava a aumentar a produção e a industrialização através das indústrias de base. Foram criadas as *kolkhozes* (cooperativas) e as *sovkhozes* (fazendas estatais); o segundo (1933) se deu em função da construção do metrô de Moscou e o terceiro, desenvolveu a Indústria Química devido à 2.ª Guerra Mundial onde foi dada total atenção a indústria bélica. (Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Planos_Q%C3%BCinq%C3%BCenais).

¹¹⁰ Os “Processos de Moscou” ou “Processos de Moscovo” foi o nome dado aos famosos julgamentos dos opositores de Josef Stálin que ocorreram entre 1936 a 1938 na União Soviética, durante o **Grande Expurgo**. Esses processos foram marcados pelas “confissões” arrancadas dos acusados sob tortura, coerção e chantagem. Sob tais recursos, a maioria dos acusados “confessou” conspirar contra a Revolução de Outubro desencadeando assim, diversas execuções, inclusive, de todos os membros do Comitê Central do Partido Bolchevique (à exceção do próprio Stálin), além de vários militantes, dentre os quais, dois dos membros da “troika” que governou a URSS entre 1923 e 1925, Gregory Zinoviev e Lev Kamenev.

Inclusive, todos os partidos¹¹¹ ligados a ela foram obrigados a adotar tais medidas sob pena de expulsão da organização. Na realidade esses partidos ficaram sob a 'vigilância' do PC russo que assumiu o papel de "disciplinador" dos comunistas em todo o mundo.¹¹²

É importante ainda registrar sobre a IC, a realização de seu 7º Congresso mundial ocorrido em 1935. Esse evento foi importante porque deliberou sobre a política de *Frentes Populares* que passou a ser adotada como princípio fundamental da tática política dos PC's em todo o mundo.

Essa política teve um desdobramento singular nos países tidos como 'atrasados' ou de 'terceiro mundo', qual seja, que a revolução socialista se daria em duas etapas: a democrática e a socialista propriamente dita, ou seja, essa tática teria um processo cumulativo. Na fase democrática, as *Frentes Populares* podiam tanto ter integrantes das burguesias nacionais quanto fazerem alianças prioritárias com tal classe social.

Sem dúvida, essa política terá efeitos nefastos e de longa duração, já que ainda nos dias atuais se cultiva uma "cultura política de prostração", ou seja, de que "sozinhos" (lê-ia-se, sem a burguesia), os trabalhadores não têm forças para a transformação social pretendida. Daí a necessidade de fazerem alianças com setores conservadores (de direita), principalmente, no âmbito institucional visando ganhar eleições para as várias esferas de governos. Fato que se perceberá, inclusive, no PT.

Ora, Stálin sempre viu a IC com reservas, pois temia que a mesma se colocasse contra seus planos já que existia séria disputa entre ele e Trotsky pela direção do movimento socialista internacional. O último levava vantagens nessa disputa já que era o principal líder da Internacional, reconhecido mundialmente e sem dúvida, profundo conhecedor do marxismo. Mas o ditador russo fez todo o possível para desmoralizar Trotsky pessoal e politicamente colocando-o como inimigo e traidor da revolução socialista e da Rússia. Tal disputa culminou como já

¹¹¹ Inclusive os Partidos Comunistas atuantes na América Latina como se explicitará mais a frente.

¹¹² O 5º Congresso da IC adotou as seguintes medidas disciplinadoras: a centralização das decisões nos núcleos dirigentes dos partidos comunistas e do Estado Soviético; a repressão a dissidentes políticos e ideológicos; o culto à personalidade do(s) líder (es) do Partido e do Estado, principalmente de Stálin; a censura aos meios de comunicação e expressão interna nos partidos, etc. O 6º Congresso Mundial da Internacional Comunista ocorreu entre julho e setembro de 1928 em Moscou. Naquele período foi aprovado o slogan de "classe contra classe" que propunha a oposição irreconciliável entre comunistas e social-democratas.

se sabe com o exílio e com a morte de Trotsky por um agente de Stálin: Ramón Mercader em 1940 no México.

Finalmente, em 15 de maio de 1943, Stálin através do Presidium (órgão criado por ele) do Comitê Executivo da IC, decidiu dissolver essa organização. Estava deposta assim, a longa tradição das Associações Internacionais dos Trabalhadores (AIT' s) que, apesar dos esforços geniais de Trotsky e de outros seus compatriotas, nunca mais se erguerá.

Contudo, essa realidade de repressão e opressão do mundo soviético não era de conhecimento público, fato que dificultou sobremaneira, a negação ou a oposição do movimento internacional até que acontecesse o 20º Congresso do PCUS em 1956 quando as atrocidades daquele período foram conhecidas.

O conhecimento dos episódios que haviam ocorrido na “pátria-mãe” do socialismo teve efeitos devastadores sobre os partidos comunistas espalhados pelo mundo. Muitos já passavam por um processo de descrédito, inclusive, por seguir à risca as orientações políticas de Moscou. Conseqüentemente, tais partidos se tornaram alvos da crítica contra o ideário socialista não apenas nos moldes soviéticos, mas da própria idéia socialista como um todo.

Mesmo que o descrédito dos PC' s já fosse de certo modo evidente antes da revelação dos episódios na URSS e que diversos militantes e simpatizantes já questionassem suas práxis, foi somente a partir do conhecimento de tais eventos, que essas organizações aprofundaram suas crises. Na prática, a credibilidade das ações bem como do pensamento teórico dos PC' s foi afetada, principalmente porque vários militantes incomodados e inconformados com tal situação saíram desses partidos e começaram a cogitar a criação de novas organizações.

As décadas de 60 e 70 do século XX ficaram marcadas por inúmeras mudanças sociais, políticas e culturais em todo o mundo. No âmbito político, as conseqüências da guerra fria entre americanos e soviéticos se fazia sentir em várias partes do globo. As revoluções populares e os golpes militares na América Latina revelavam o novo mapa geopolítico da região; movimentos culturais e políticos na Europa e nos Estados Unidos revisavam os conceitos de democracia e liberdade; as instituições em geral davam sinais de esgotamento tanto para sustentar a hegemonia capitalista como a da dita socialista.

2.3. A história político-partidária da América Latina e o debate socialista

Pensar a experiência dos partidos políticos no continente latino-americano é recomendável também saber um pouco de sua história, de seus avanços e recuos, de suas especificidades e particularidades nacionais. Porém, sem abdicar da sua ligação com a história mundial das lutas operárias, camponesas e socialistas. No entanto, ressaltarei apenas alguns pontos dessa história, pois é impossível dar conta de tamanha amplitude e complexidade.

Todavia, a cronologia escolhida tenta comportar o século XX no período histórico compreendido entre 1900 a 1990, o qual evidencia momentos singulares do continente latino-americano. Porém, faço três recortes nesse período para perceber algumas diferenciações no processo de desenvolvimento do referido continente: o primeiro período vai de 1900 a 1930, o qual analisa a implantação do capitalismo e a constituição das classes sociais bem como, os movimentos contestatórios mais significativos desse período, como é o caso da Revolução Mexicana.¹¹³

O segundo período inclui os acontecimentos que vão de 1930 a 1960 onde se pode afirmar que houve a consolidação do Estado burguês e o desenvolvimento de forças sociais de cunho nacional-popular. Destaque desse período é a Revolução Cubana. O terceiro e último período destacado nesta parte do trabalho, comporta os anos entre 1960 a 1990 onde mostra as limitações do Estado Burguês Latino-americano e a ampliação de movimentos contestatórios de tendência socialista que defendiam insígnias antiimperialistas, antioligárquicas e anticapitalistas. A Revolução Nicaragüense é o principal evento deste período.

Mesmo que sinteticamente, é importante que se destaque aqui, o período conhecido como o de *Independência política* dos países da América Latina de seus primeiros colonizadores (espanhóis e portugueses) e da ascensão dos novos colonizadores (ingleses e norte-americanos). A meu juízo, sem o entendimento desse processo, é quase impossível entender os períodos subseqüentes desse

¹¹³ Cf. a Coleção *História Contemporânea da América Latina* que comporta três volumes: 1900 a 1930 (WASSERMÁN, Cláudia); 1930 a 1960 (PRADO, Luiz Fernando Silva) e 1960 a 1990 (GUAZZELLI, César Augusto Barcellos), 2ª. edição, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. (Coleção Síntese Universitária).

continente, pelas conseqüências materiais e subjetivas que se configurarão em um *modo de ser* do mesmo.

Os movimentos em prol da independência política e econômica (1816 a 1830) dos países da América Latina ao forjar lutadores como Simon Bolívar¹¹⁴, José Martí¹¹⁵, Emiliano Zapata¹¹⁶, Pancho Villa¹¹⁷, Augusto Sandino¹¹⁸ e outros, já demonstravam “fragmentos” de um pensamento próprio que implicava na necessidade de uma compreensão que envolvesse dois movimentos básicos. O primeiro se referia à necessidade de construir uma *unidade do continente* sem abdicar do extenso e diverso legado cultural dos povos que aqui viveram; o segundo se baseava na compreensão e no reconhecimento das enormes disparidades econômicas, territoriais, políticas, lingüísticas e religiosas existentes entre eles. (IANNI, 1989)

Sem dúvida, o legado histórico desse período é essencial para que se compreenda, inclusive, a configuração simbólica do termo *América Latina* como

¹¹⁴ Simon Bolívar (1783 – 1830) mais conhecido como El Gran Libertador, foi o primeiro líder a lutar pela unidade latino-americana. Filho de comerciantes atuantes na Venezuela, Bolívar foi enviado à Europa para estudar e lá identificou-se com os ideais libertários da Revolução Francesa. Em 1807, volta à Venezuela, disposto a promover a independência da colônia. Em 1809 depois de várias batalhas com os espanhóis, Bolívar e suas tropas libertaram a Venezuela.

¹¹⁵ José Julián Martí (1853 – 1895) foi o grande mártir da Independência de Cuba em relação à Espanha. Poeta e pensador fecundo que influenciou gerações de revolucionários cubanos. Por suas atividades foi condenado a seis anos de trabalhos forçados, porém só cumpriu seis meses por conta de sua saúde estar bastante debilitada. Sua família consegue uma permuta da pena fazendo com que ele seja deportado para a Espanha. Lá se interessa pelos estudos em Direito, obtendo o doutorado em Leis, Filosofia e Letras da Universidade de Zaragoza em 1874. Contudo, retorna a Cuba e assume o comando de um pequeno grupo de combatentes. Em um encontro inesperado com tropas espanholas é atingido e vem a falecer. Seu corpo, mutilado pelos soldados espanhóis, é exibido à população.

¹¹⁶ Emiliano Zapata (1879-1919), índio camponês que organizou um movimento revolucionário no sul do México, sob o lema "Terra e Liberdade". Em 1910, participou na insurreição proclamada por Francisco Madero (presidente do país de 1911 a 1913), contra o ditador Porfirio Díaz, no poder desde 1877, obtendo finalmente a vitória em 1911. Ao liderar a luta pela implantação de uma reforma agrária radical (Plano de Ayala, 1911), dá início à Revolução Mexicana. Em 1914, conquistou, juntamente com Pancho Villa, a capital do país, mas teve de abandoná-la em 1915. Em 1919, foi assassinado por tropas governamentais, tornando-se um dos heróis mais populares do México.

¹¹⁷ Pancho Villa (1887 – 1927), pseudônimo de José Doroteo Arango, foi um dos mais conhecidos generais da Revolução Mexicana em 1910. Morreu metralhado por assassinos contratados por tropas governamentais. Alguns autores afirmam que antes de morrer Villa teria dito: "No permitáis que ésto acabe así. Contad que he dicho algo." (Não permita que acabe assim. Diga que eu disse algo)

¹¹⁸ Augusto César Sandino (1893-1934) foi cortador de cana, mecânico e depois foi trabalhar nas minas de ouro e prata da Nicarágua. Em 1926, iniciou movimento guerrilheiro na região mineradora, ao norte do país. O lema principal da guerrilha era pela saída dos EUA do território nicaraguense. Os combates foram tão intensos que os EUA tiveram que se retirar do país. No entanto, o governo norte-americano deixou no país a Guarda Nacional que na época era chefiada por Anastácio Somoza. A Guarda Nacional fez vários levantes contra as tropas de Sandino e seus aliados. Desse modo, em um desses levantes Somoza seqüestrou Sandino em 1934, e o assassinou. Após esse fato, a repressão se intensificou sobre os revoltosos e, dois anos depois, assumiu o poder por meio de um golpe de estado.

marco diferenciador e ao mesmo tempo unificador da história dos povos que aqui viveram e ainda vivem.

Porém, não se pode deixar à margem da análise, o fato de que boa parte desses movimentos, ora se caracterizavam por forte viés regionalista que na maioria das vezes, não ultrapassavam as fronteiras de seu próprio território, o que dificultava ações de caráter global, nacional e até mesmo, de entrelaçamento com outros povos; ora, por empreender ações sob o comando de caudilhos (ou coronéis) que não deixavam de expressar por sua vez, a influência e o poder de oligarquias locais.¹¹⁹ (BAQUERO, 2000).

O período pós-independência, delimitado temporalmente entre 1900 a 1930 do séc. XX assistirá ao desenvolvimento do capitalismo na América Latina e da conseqüente e *incipiente* configuração de suas classes sociais: a burguesia, o proletariado e a pequena burguesia existente nos meios urbanos. Sem deixar de lembrar, o remanescente campesinato que se constituía basicamente de grupos indígenas que eram a maioria da população.

Esse período marcará, sem dúvida, o apogeu e crise do domínio econômico e político de oligarquias e/ou facções ligadas a proprietários rurais que se beneficiaram com o tipo de Independência política gestada, ou melhor, pactuada entre dominantes locais, colonizadores antigos (espanhóis e portugueses) e *pretendentes a recolonizadores* (ingleses e norte-americanos). Em virtude, é claro, de uma reorganização mundial pela qual passou o sistema capitalista na segunda metade do século XIX com o predomínio colossal dos grandes monopólios, identificado como a fase imperialista desse modo de produção.

Essa fase imperialista se caracterizará pelo grande volume de excedentes de capital que não encontra mais espaço para sua inversão em seu país de origem. Então, a solução encontrada foi de remetê-los para o exterior para que ampliasse a realização de mais-valia fundamental para a manutenção e ampliação do domínio desse sistema. Porém, o *exterior* se localizava em pontos estratégicos das economias periféricas para que se garantisse o retorno desse capital ao seu lugar originário.

¹¹⁹ De acordo com Baquero (2000) somente três países da América Latina (Argentina, Chile e Uruguai) fogem a essa regra em virtude da imigração européia que trouxe influências socialistas e anarquistas e nos quais o sistema partidário foi mais efetivo do que nos demais países da região.

Nesse sentido, os países latino-americanos são alvos privilegiados por serem áreas de economias baseadas no setor primário-exportador que já era dependente do Imperialismo pelos constantes empréstimos feitos por suas elites para tentar manter o funcionamento de suas estruturas produtivas. A Inglaterra, por exemplo, que no período estava à frente das disputas interimperialistas será um dos principais credores desses grupos sociais hegemônicos no continente. Desse modo, os países latino-americanos, ou melhor, as elites *criollas* optaram por uma independência subordinada e dependente do grande capital internacional. (WASSERMAN, 2004)

Além disso, preferiram manter internamente, a política colonial de opressão política e econômica sobre os demais grupos sociais que reivindicavam maior participação. Fato este observado de forma contundente, nas relações assimétricas entre Estado, Nação e Sociedade Civil onde predominaram o conservadorismo, o clientelismo e a conseqüente negação do princípio da cidadania pautada por direitos e deveres. Além de não se ouvir por este lado do mundo, ideais tão caros à Modernidade, como *liberte égalité e fraternité*. (BAQUERO, 2000)

Nessa perspectiva, Florestan Fernandes (1981, p. 11) tinha razão quando afirmava que as nações latino-americanas, “[...] são produtos da *expansão da civilização ocidental*, isto é, de um tipo moderno de colonialismo organizado e sistemático”. Este colonialismo organizado e sistemático, como se percebe, está enraizado desde o nascedouro do capitalismo na América Latina, pois não se pode negar que a história dos países desta região, está umbilicalmente “ligada e determinada por acontecimentos decisivos havidos na história do capitalismo” mundial (IANNI, 1989, p. 13). E, sem dúvida, a política colonialista faz parte desde o início desse sistema econômico e social.

As pesquisas e reflexões de Octávio Ianni (1989) sobre o fenômeno do *populismo*, também são de grande valor para se compreender o período histórico ora em foco. Ao analisar as características das sociedades latino-americanas, faz um paralelo entre as transformações estruturais provocadas pelo capitalismo e o tipo de Estado daí decorrente. Nesse sentido, o autor alerta para o fato de que nesse processo, o *populismo* desempenhou um aspecto crucial nas instituições e nas experiências políticas porque correspondia a “uma etapa específica na evolução das

contradições entre a sociedade nacional e a economia dependente” (IANNI, 1989, p. 09).

Nesta perspectiva, o *populismo* corresponderia a uma forma particular de “organização e desenvolvimento das relações e contradições de classes sociais” (Ibidem) no continente latino-americano. Evidenciava-se assim, que o desenvolvimento do capitalismo na região pressupunha também a constituição de um aparato jurídico-político que daria sustentação tanto ao processo de acumulação capitalista quanto ao de organização das classes sociais desse sistema.

Por conseguinte, as instituições políticas e principalmente, o sistema partidário¹²⁰ reinante nesse período, expressarão as contradições e divergências das elites e/ou oligarquias locais que mais serviam de *apêndices* eleitorais do que de instrumentos mediadores entre a Sociedade e o Estado.

No tocante, aos partidos políticos, no entanto, é interessante observar a genealogia dessas organizações de acordo com as características dos períodos históricos nos quais surgiram. Nesse rumo, Leslie Manigat apud Baquero (2000) classificará os partidos em *gerações*.

A *primeira geração* de partidos, na visão do autor, expressará o período que vai desde o início dos processos de independência até a chegada do século XX. Tal geração se caracterizará pelo poder dos caudilhos e/ou das oligarquias dominantes na região girando em torno do personalismo, do clientelismo e de *escassas posturas ideológicas*¹²¹.

O cenário latino-americano e mundial, contudo, mudará substancialmente após dois grandes eventos que colocarão sob suspeita, *todas* as instituições e pensamentos vigentes até então. O primeiro deles é a Revolução Mexicana ocorrida

¹²⁰ Maurice Duverger acredita que nesse período, o termo “partido político” é inadequado para se referir aos grupos existentes neste continente. O termo mais apropriado era o de “facções” já que a interferência dos governos era freqüente tanto nas urnas quanto nos partidos o que descaracterizava um sistema partidário. (DUVERGER apud BAQUERO, 2000, p. 55).

¹²¹ Essa terminologia do autor não está muito clara, inclusive, porque faz breve referência (apenas indica) ao livro *Partidos e política na América Latina* de Jorge MONTAÑO(1974), México: UNAM. Faço tal observação, no entanto, para delimitar minha visão de **ideologia** que se molda pela de Gramsci quando afirma que todos nós somos portadores de uma visão de mundo que nos é própria, ou melhor, que todos temos e defendemos determinadas posturas ideológicas de acordo com a nossa perspectiva de classe. Minhas observações são, em primeiro lugar, se já eram *partidos e/ou facções* como quer Duverger já *em si são pertinentes a um olhar que é parte de algo ou de alguém*, portanto, já defendem determinado segmento social. Em segundo, se suas ações se pautavam ora pelo clientelismo ora pelo personalismo, como se pode chamar a isso de “escassas posturas ideológicas”? Contudo, quero acreditar que os autores deduzem por tal terminologia que os partidos desse período ainda não conviviam com disputas ideológicas nos moldes das existentes em períodos posteriores que separarão os setores partidários entre esquerda x direita, capitalistas x socialistas.

em 1910, e o segundo, é a Revolução Russa de 1917 (foi analisada em tópico anterior). Estas duas revoluções têm em comum, dentre outras questões, o fato de terem impulsionado ao redor do mundo, diversos movimentos contestatórios que se avolumavam contra a “velha ordem de coisas existentes” àquela época.

A Revolução Mexicana tem sido considerada por vários historiadores, como a primeira grande mobilização social da América Latina no século XX. Ao se contrapor ao modelo vigente naquela sociedade, que era bastante similar a de outros países da região, inaugura um marco histórico da luta dos povos desse continente.

Através da dinâmica de exportação de bens primários, mas dependente da exportação e do financiamento de capital externo para a manutenção das economias nacionais que viviam em crises, o sistema capitalista que se erguerá na América Latina terá as marcas dessa dependência, por um lado. Porém, ao manter o predomínio de relações pré-capitalistas, principalmente, no campo onde ocorria o domínio da grande propriedade latifundiária e de manter intocável o domínio das oligarquias agrárias, por outro, tais países serão marcados por forte repressão e autoritarismo para com os setores que ficavam excluídos das riquezas nacionais. (WASSERMAN, 2004)

Porfirio Díaz¹²² era o governante mexicano quando começaram os levantes insurreccionais. Fiel representante da oligarquia mexicana e dos grupos imperialistas que dominavam o país, Díaz iniciou seu governo em 1876. E para manter os privilégios e os interesses de seus patrocinadores, instaura uma feroz ditadura naquele país: patrocina o cercamento dos campos, expande fronteiras agrícolas à base da expulsão dos donos das terras, reforça os aparelhos coercitivos como o exército, por exemplo, para assegurar a ordem, reprime violentamente às organizações do incipiente operariado mexicano, dentre outras arbitrariedades. (Ibidem, 2004)

Tais medidas não agradavam nem a população, principalmente, os camponeses que viviam ao norte do país, nem tampouco, alguns setores da

¹²² Porfirio Díaz (1876 – 1910), governante mexicano ligado às oligarquias locais e aos grupos monopolistas externos. John Keneth Turner, escritor norte-americano, em seu livro **México Bárbaro** publicado nos EUA em 1911, em virtude de visita que fizera àquele país, afirmava estupefato que “os Estados Unidos converteram virtualmente Porfirio Díaz num vassalo político e, em consequência, o México em uma colônia escrava”. Cf. GALEANO, E. *As veias abertas da América Latina*, 37ª edição, tradução de Galeano de Freitas, Rio de Janeiro, Paz e Terra, (Estudos latino-americanos, v. 12), pp. 133-4.

nascente burguesia que se viam acuados ante o tipo de desenvolvimento capitalista pretendido por Díaz. É aí que surgem alguns personagens importantes para deflagrar o processo revolucionário, dentre eles, Francisco Madero¹²³, era um influente empresário mexicano, cuja família era proprietária de fazendas de algodão, de gado, de minas, de refinarias de cobre, de bancos etc. Estudara na Europa e assistira ao desenvolvimento capitalista que ali se realizava e ao chegar ao México não se conforma com os rumos que o país adotara, inclusive, porque prejudicava os negócios de sua família. (WASSERMAN, *Ibidem*)

As forças opositoras a Porfirio Díaz se organizam em torno de um partido que se contrapunha à reeleição do ditador e lançam Francisco Madero para a presidente. Ele aceita, mas será fortemente perseguido pelas forças governamentais que o prendem para garantir o processo eleitoral que garante o sétimo mandato do que se denominou *porfiriato*. Todavia, outros dois personagens ligados por histórias de vida marcadas pela opressão e repressão as suas origens sociais, já lutavam bravamente pela libertação do domínio oligárquico e pela independência mexicana: Emiliano Zapata, conhecido como o “Átila do Sul” e Pancho Villa, o “Centauro do Norte”.

Emiliano Zapata assistira a destruição das comunidades indígenas e Pancho Villa às tragédias do campesinato que teve que se transformar em proletário rural ou trabalhador mineiro e de vias férreas. Os dois se juntarão ao apelo de Madero para combater a ditadura e apoiar o Plano *San Luis Potosí* lançado por ele em outubro de 1910.

O ano de 1910 é considerado como o início da revolução pelo fato de que o governo de Díaz já não conseguia conter os protestos que ocorriam nas zonas rurais e urbanas. Porém, foi somente em abril de 1911 que se iniciou a batalha decisiva para a vitória de Madero. Porfirio Díaz em maio desse mesmo ano se rende e deixa interinamente no governo Francisco Leon de La Barra. O acordo envolvia

¹²³ Francisco Ignacio Madero González (1873 – 1913), empresario agrícola e político mexicano. Foi eleito Presidente de México pelo triunfo da revolução. Porém, se mostrou incapaz de implantar as mudanças que a sociedade mexicana pretendia como o rompimento com as estruturas do latifúndio e da dependência externa norte-americana e inglesa. Após o rompimento com o líder Zapata, escolheu como general para combater as revoltas populares que recomeçaram Victoriano Huerta. Porém, Huerta juntamente com Henry Lane Wilson, embaixador dos Estados Unidos da América e com Félix Díaz(sobrinho do ex-presidente Porfirio Díaz) conspiram para derrubar Madero através de um golpe de estado. E em 22 de fevereiro de 1913, foi obrigado a renunciar e mesmo com a promessa dos golpistas de respeitar sua vida e poder se exilar em Cuba, Madero e o vice-presidente José María Pino Suárez foram executados próximos a uma penitenciária na Cidade do México.

ainda a convocação de eleições gerais para o mês de novembro e o desarmamento das tropas.

O apoio de Zapata e de Villa foram fundamentais para a vitória da revolução que objetivava, dentre tantas tarefas, a promoção de mudanças substanciais na estrutura social e produtiva do país que era eminentemente agrário. Daí que a reforma agrária era um dos principais lemas dos revolucionários.¹²⁴

Contudo, Francisco Madero, apesar de ter a confiança dos dois grandes revolucionários mexicanos e querer estabelecer um governo democrático não se identificava com as classes marginalizadas já que representava os interesses das novas elites que ascendiam ao poder: industriais, banqueiros, comerciantes estrangeiros e outros. Desse modo, inicia-se nova crise pelo não cumprimento por parte de Madero das promessas realizadas, dentre elas, a não modificação da estrutura agrária do país para não criar impasses com os latifundiários.¹²⁵

Inconformados com a “traição”, Zapata e Pancho Villa¹²⁶ iniciaram o combate ao novo governo que instituiu como chefe para combater os novos levantes, Victoriano Huerta que mais tarde assumirá a presidência do País. Contudo, após sangrentas lutas contra as tropas governamentais e norte-americanas; depois da trama golpista entre Huerta e seus associados norte-americanos e setores das antigas oligarquias para assassinar Francisco Madero em 1913; após a destituição de Huerta da presidência em julho de 1914; Venustiano Carranza que organizara um exército constitucionalista e tivera o mérito de unir os exércitos revoltosos entra, triunfalmente com Zapata e Villa na Cidade do México em 1914.

Enfim, as implicações dos atos desses dois lutadores dos povos latino-americanos não se restringirão ao seu próprio tempo. Muitas serão as conseqüências do processo revolucionário, como a reorganização da propriedade e da produção agrícolas que foram além do que estava proposto no Plano de Ayala.

¹²⁴Emiliano Zapata e seus aliados, em 1911, proclamaram o famoso Plano de Ayala no qual denunciavam a estrutura da sociedade mexicana ao mesmo tempo em que anunciavam que a “imensa maioria das gentes e cidadãos mexicanos não são mais donos senão do terreno que pisam”. Além de defender a nacionalização total dos bens dos proprietários de terras e a devolução aos seus antigos donos que haviam sido usurpados pelos latifundiários. (Cf. GALEANO, E. 1996, p. 135)

¹²⁵ Cf. BELATTO, Luiz Fernando B. *América Latina: 100 anos de opressão e utopia revolucionária* retirado de sítio da internet: klepsidra. NET em 15/06/2007.

¹²⁶ É importante lembrar outro personagem que contribuiu para o cerco a Madero: Pascual Orozco que se rebelou em março de 1912 ao norte, com vários chefes revolucionários. Propunha o Pacto de Empacadora onde defendia a imediata aplicação dos planos de Potosí e de Ayala. Além de colocar uma nova questão: a elaboração de uma legislação trabalhista para o país.

Garantirão ainda que conquistas fundamentais das classes populares fossem colocadas na nova Constituição de 1917. (WASSERMAN, *Ibidem*, p. 82-83)

É claro, no entanto, que também sofreram reveses. Um deles foi à ruptura com o novo governo que não ampliará as reformas populares que eram exigidas. Isso porque a perspectiva de classe do governo de Carranza expressava sua aliança com os setores nacionais da burguesia industrial. Mas, certamente, os piores reveses serão os assassinatos de Emiliano Zapata em 1919 e de Pancho Villa em 1927, encerrando assim, a Revolução Mexicana, reconhecida como a primeira grande revolução do século XX. Durou ao todo dez anos. ¹²⁷

Chega-se então, ao segundo período da história do continente latino-americano que considero importante explicitar. O período de 1930 a 1960 é considerado por vários historiadores como um momento de transição. Demarca a passagem das sociedades oligárquicas nas quais predominavam o modelo agrário-exportador, para o baseado no desenvolvimento industrial de caráter dependente do capital financeiro do pós 2ª guerra mundial. Contudo, o contexto internacional no qual se dá essa passagem é marcado por graves crises econômicas mundiais que abalarão a sistemática de acumulação capitalista. (PRADO, 2004)

Destaco, no entanto, três fenômenos ocorridos nessa época que são importantes no entendimento do curso histórico da América Latina em geral, e dos partidos políticos em particular: a 'quebra'(crash) da bolsa de Nova Iorque, a 2ª guerra mundial e a Revolução Cubana.

O *crash* da bolsa de Nova Iorque ou a grande depressão, mesmo tendo ocorrido em 1929¹²⁸, terá sérias repercussões nas décadas seguintes. Abalará não apenas o 'grande império' capitalista, mas as economias que viviam no seu entorno. Tal fenômeno, em que pesem suas várias explicações¹²⁹, dentre elas a de

¹²⁷ Contudo, a esperança "zapatista" permanece viva e a luta pela reforma agrária será posta na pauta durante o governo de Lázaro Cárdenas que abrangerá o período entre 1934 a 1940. Presidente com traços populistas, Cárdenas aplicará a lei de 1917, distribuindo 18 milhões de hectares a 772 mil camponeses, opondo-se assim, ao forte predomínio dos latifundiários. Mas no final do século XX, camponeses se insurgem novamente na região de Chiapas e recomeçam à revelia dos tempos modernos, nova revolta camponesa que perdura até os dias de hoje. (BELATTO, 2007)

¹²⁸ Em um dia que ficou conhecido como a *quinta-feira negra* (24 de outubro de 1929), ocorre à quebra da bolsa de valores de Nova Iorque. Dando início assim, à grande crise do sistema capitalista e do modelo liberal.

¹²⁹ Existem, no entanto, várias teorias que explicam a crise de 29, que não gostaria de me deter aqui. Mas existe uma em particular que coloca que tal crise se deu acima de tudo, pelo caráter desordenado do crescimento econômico no capitalismo.

Keynes¹³⁰, acontece por se combinar ao mesmo tempo, uma crise de superprodução e de crédito. Simplesmente por existir na sociedade norte americana uma elevada produção industrial decorrente da prosperidade econômica da década de 20 aliadas a um grande volume de capitais fictícios ou especulativos aplicados na mesma. Esse *boom* econômico se evidenciava pelo forte apelo ao consumo e pelo fato dos investidores passarem a viver dos lucros fornecidos pela especulação financeira.

Porém, em uma perspectiva marxista, tal fenômeno tem como causa central, o caráter anárquico da produção no capitalismo gerando crises de superprodução cada vez mais intensas prejudicando acima de tudo quem vive do/pelo trabalho.

Nos países latino-americanos, as conseqüências dessa crise se manifestarão de formas diferenciadas dependendo do grau de dependência externa que os mesmos tinham nos períodos anteriores. Os países que optaram por uma política de incentivos à economia nacional mantiveram-se mais autônomos em relação ao capital externo e, por isso, conseguiram minimizar os efeitos de tal crise. Exemplos foram o Brasil, o México, a Argentina e a Venezuela. Já nos demais países do continente, onde a economia mantinha fortes laços com o capital externo mostraram-se extremamente volúveis as conseqüências dessa crise. Foi o caso de Cuba onde a produção açucareira diminuiu consideravelmente e só mudará de cenário após o triunfo da revolução de 1959. (PRADO, 2004)

Agustín Cuevas (1983) ao observar os efeitos da crise de 29 para os países latino-americanos concluiu que na maior parte deles ocorreu uma estagnação de 10 a 15 anos que só foi superado no final da Segunda Grande Guerra Mundial.

Os problemas causados pela crise em maior ou menor grau se refletirão em variados aspectos da economia do continente em foco: nos termos de troca, nas dívidas públicas, no ritmo da produção e das exportações e na imposição de uma nova política monetária. (TÚLIO DONGUI apud PRADO, 2004)

A repercussão da crise no campo da política abrangerá as diversas classes sociais que a enfrentarão de acordo com seus interesses. A disputa pelo

¹³⁰ John M. Keynes (5/6/1883 -21/4/1946, economista britânico. Em 1919 publicou o livro "As Conseqüências Econômicas da Paz". Suas obras tiveram grande impacto político em praticamente todas as nações capitalistas. Analisava a necessidade da interferência do Estado nos mercados instáveis do pós-guerra. Durante a Segunda Guerra Mundial, John Keynes se reincorporou ao Tesouro Britânico. Em 1944 foi o chefe da delegação britânica na Conferência de Bretton Woods, que deu origem ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional.

mando governamental se dará principalmente, através de golpes militares entre as velhas e novas facções oligárquicas. No restante da população que sofria de forma mais contundente os efeitos sociais da crise, se verá respostas variadas à mesma: no México, o cardenismo; no Chile, a República Socialista; no Peru, o aprismo; na Venezuela, a fundação do Partido Democrático; diversas pressões sociais na Nicarágua, em El Salvador, em Cuba, na Guatemala e Bolívia. (PRADO, 2004)

É interessante observar neste ponto, a influência dos diversos grupos socialistas, comunistas, anarco-sindicalistas, constituídos basicamente de imigrantes europeus, sobre esses movimentos contestatórios. Principalmente, pela existência do proletariado industrial que se organizava nos sindicatos ou em associações profissionais, tinham imprensa própria, literatura específica e uma visão de mundo que visava revolucionar todas as coisas.

Evidentemente que todo esse cenário dominado por convulsões sociais obrigará às elites a modificarem suas ações, cedendo *alguns espaços* para os segmentos sociais que tinham ficado à margem da distribuição das riquezas nacionais e que agora reclamavam o seu lugar 'ao sol'. De fato, os grupos dominantes alterarão seus pensamentos e modos organizativos ao criarem um novo aparato jurídico-político que era capaz tanto de assegurar a continuidade de seu poder, quanto de abrir espaços para os novos segmentos populacionais.

O arranjo institucional que vingará não alterará substancialmente nem a estrutura econômica e social nem muito menos, o caráter de classe do Estado que continuará sob a hegemonia do grande capital que aqui já se instalara com todos os seus 'tentáculos'. A combinação da 'velha estrutura' concomitante com um novo formato institucional, portanto, se expressará no continente latino-americano, sob diferentes nuances da democracia burguesa que ao *dizer que permite* a participação das demais classes sociais, na realidade, se configura como mais um engodo para 'acalmar' as massas.

Tal assertiva se justifica pela criação de um sistema partidário e eleitoral que garantiu os interesses das classes possidentes e nos quais, os partidos políticos se efetivarão como os principais interlocutores junto à população. É, portanto, nesse contexto que surge a *segunda geração* de partidos que trazem consigo as marcas das transformações ocorridas com a Revolução Mexicana e com a Revolução Russa e que obrigam de certa forma, aos partidos tradicionais (1ª geração) a cederem

espaços para a incorporação institucionalizada de novos setores sociais emergentes.

A nova geração de partidos se caracterizará por *certo respaldo* na população e pela defesa de uma maior equalização social. Contudo, é a defesa de reformas político-eleitorais que as distinguirão dos partidos tradicionais tendo em vista que na competição eleitoral os segmentos dominantes eram os que mais se beneficiavam das leis eleitorais. (BAQUERO, 2000)

Sobre esses novos partidos, não se pode deixar de mencionar, que os mesmos trazem à cena política, atores sociais que desde meados do século XIX já viviam na América Latina, ou seja, inúmeros imigrantes europeus que trouxeram consigo todo o legado de suas organizações originárias: socialistas, anarquistas, comunistas e outros.

Esses grupos políticos por terem diretrizes teóricas próprias, reproduziram um modo particular de ver e agir que, sem dúvida, melhor se aplicavam a Europa. Transferindo, inclusive, as lutas internas que ocorriam na pátria do socialismo para a realidade latino-americana. Desse modo, introduziram disputas políticas inexistentes por estes “lados” e, com isso, acabaram por não perceber as particularidades dos problemas deste continente. (CASTRO, 2006)

Todavia, esses grupos de imigrantes juntaram-se com os que aqui defendiam a libertação e a autonomia nacionais, desempenhando papel significativo na construção dos processos de transformação social que vigoraram na América Latina no século XX. É claro que este encontro não se fez sem tensões e questionamentos já que ambos os lados defendiam premissas teóricas diferenciadas. Pois, se por um lado, um grupo defendia concepções e práticas autônomas das orientações e/ou teorias “externas”, o outro, defendia a validade universal de suas visões ao mesmo tempo em que questionavam as teorias ‘autóctones’.¹³¹

É, pois, nesse sentido, que a esquerda latino-americana incorporará, mesmo com certa reserva, o vasto legado da esquerda mundial e procurará aplicar na íntegra, as decisões do movimento comunista internacional durante o período

¹³¹ A recusa em não aceitar teorias “autóctones”, a meu ver, também expressam uma visão cultural e histórica essencialmente eurocêntrica desses grupos políticos e que acabaram por se impor por conta, principalmente, dos impactos que a Revolução Russa terá ao redor do mundo e das constantes reviravoltas conjunturais do sistema capitalista como, por exemplo, o advento da 2ª guerra mundial.

conhecido por “bolchevização e/ou stalinização das Internacionais Comunistas (IC)”. Inclusive, são conhecidas algumas elaborações teóricas desse período, mostrando como tal organização entendia a América Latina e como propunham resolver seus problemas econômicos, sociais e políticos. Uma delas é a estratégia da revolução democrático-burguesa por etapas tendo nas Frentes Populares sua principal tática política. Afirmando assim, um caminho pacífico para as revoluções no continente.¹³²

A 2ª Guerra Mundial (1939–1945), sem dúvida, contribuirá para a solidificação dessas premissas teóricas no seio do movimento social de esquerda bem como, dará novo alento ao capitalismo latino-americano que terá possibilidades de superar a crise de 29 com um inusitado crescimento econômico por conta da baixa concorrência com os grandes centros capitalistas que estavam na linha de frente da guerra.

Tendo como base a revalorização das exportações do setor primário (por conta do aumento do consumo de produtos primários por parte dos países em guerra), o desenvolvimento industrial neste continente foi considerável. Favorecendo assim, a ampliação e modernização de parques industriais dos países que anteriormente, como já foi dito, tinham adotado uma política nacional-desenvolvimentista e com isso, possibilitaram relativa acumulação de capital e tecnologia. (PRADO, 2004)

Contudo, o desenvolvimento industrial que se processou dependia basicamente do setor agro-exportador que com o final da 2ª Guerra e com a ascensão vertiginosa da economia norte-americana dominando a maior parte dos investimentos na região, acabou por entrar em declínio.

Após a 2ª Guerra mundial e a instauração da chamada “Guerra Fria” ocorrem dois fatos importantes. Por um lado, a reorganização política e espacial do sistema capitalista a nível mundial e por outro, a constituição de um bloco de países ditos socialistas que tentarão colocar em prática a idéia do socialismo em um só país.¹³³Tais fatos favorecem para aumentar as tensões entre as duas ideologias

¹³² É interessante observar que a trajetória dos principais partidos comunistas na América Latina até os dias atuais, defende essa estratégia política. Inclusive, o PT assumirá paulatinamente essa postura ao longo de suas existências.

¹³³ Esse postulado teórico do “socialismo em um só país” é amplamente aceito pelos vários Partidos Comunistas existentes na época. Contudo, tal premissa é completamente estranha aos cânones do marxismo que advogava que qualquer modo de produção só subsiste se ocorre em escala mundial.

que marcarão o século XX: a capitalista (com todas as suas tendências) e a do socialismo real.

Essas correntes hegemônicas fornecem a base para uma nova partilha do mundo promovendo golpes militares em diversas nações, invasões territoriais, repressão aos movimentos contrários a elas, expurgos, exílios, espionagem em larga escala, assassinatos de líderes políticos e a onipresente idéia da destruição atômica.

É, pois, nesse panorama de 'quase guerra' que irromperá na América Latina, um evento que agudizará mais ainda as disputas entre esses dois blocos: a Revolução Cubana, que sem dúvida, foi um dos processos históricos cruciais para o destino e a luta dos povos latino-americanos em busca de alternativas ao domínio do capital.

Ora, dentre os vários países latino-americanos, Cuba destaca-se pelo fato de ter convivido com dois processos de intensa colonização: a espanhola e a norte-americana. Do domínio espanhol, Cuba se liberta durante as guerras pela Independência (1868-1878 e 1895-1898), porém, fica anexada aos Estados Unidos da América (EUA) através de um apêndice à Constituição de 1901. Esse dispositivo era a *Emenda Platt* que assegurava os interesses norte-americanos naquele país. Desse modo, ficava estabelecido à obrigatoriedade da concessão de bases navais em Cuba e com isso, os EUA passaram a controlar todo território cubano através da presença massiva dos *mariners*. (WASSERMAN, 2004)

José Martí, líder da independência cubana, já afirmava em 1889 durante a Primeira Conferência Panamericana:

Jamás hubo en América de la independencia acá asunto que requiera más sensatez, ni obligue más vigilancia, ni pida examen más claro y minucioso que el convite que los Estados Unidos potentes, repletos de productos invendibles, y determinados a extender sus dominios en América hacen a las naciones americanas de menos poder [...] ahora, después de ver con ojos judiciales los antecedentes, causas y factores del convite, urge decir, porque es la verdad, que ha llegado para la América española la hora de declarar su segunda independencia. (MARTÍ apud WASSERMAN, 2004, p. 09)

A clarividência de José Martí retornará em várias lutas do povo cubano contra a ditadura de Gerardo Machado de 1925 a 1933, que chegou a defender na V Conferência Panamericana em Havana (1928), o direito de intervenção norte-

americana no continente. Em 1932 com o aumento dos conflitos, cai o governo de Machado assumindo em seguida Carlos Manuel Céspedes, Fulgêncio Batista e depois Grau Sán Martín que passará somente cem dias no governo. (PRADO, 2004)

A postura autoritária e colonial dos EUA para com Cuba fez surgir à ditadura de Fulgêncio Batista que inicialmente fora eleito presidente em 1940, inclusive, com participantes do Partido Comunista Cubano, mas que retornará ao poder através de um golpe militar em 1952. Ele lutara na “revolução dos sargentos” que depôs o presidente Gerardo Machado, em 1933. Após o golpe assume o poder com mão-de-ferro e impõe duras medidas visando o controle da população com total apoio do governo norte-americano.

Há que se ressaltar, no entanto, a tenacidade do povo cubano ao longo de sua história não se curvando diante de todo o quadro adverso em que vivia. Manteve viva a memória de José Martí ao mesmo tempo em que se “antena” com os ideais revolucionários vindos da Europa com a euforia socialista devido à vitória da Revolução Russa.

Desse modo, o contexto para a revolução era preparado em todas as manifestações estudantis, nas greves operárias e nas organizações de sindicatos, partidos e confederações de trabalhadores. Dentre elas, vale mencionar o próprio Partido Comunista Cubano e a Confederação Nacional Operária que foram fundamentais na difusão do socialismo no país.

Todavia, essas forças pareciam impotentes diante da repressão governamental que cada dia mais ampliava seu caráter repressivo. Assim, a oposição a Batista começou a entender que não bastavam às lutas sindicais, as greves e outros movimentos, se não tivessem encontros armados diretos com tal governo.

Foram nessa perspectiva que se desencadearam em 26 de julho de 1953 dois ataques simultâneos aos quartéis de Moncada, em Santiago de Cuba e Carlos Manuel de Céspedes, em Bayamo, anunciando assim, a futura insurreição popular. A operação fracassou e diversos combatentes foram aprisionados e assassinados. Os que sobreviveram foram julgados e condenados a severas penas de prisão dentre eles, o jovem advogado Fidel Castro Ruíz que para defender-se durante seu julgamento pronunciará o célebre texto *La História me absolverá* que se tornará no programa da Revolução Cubana.

Em síntese, o texto defendia algumas reformas imediatas fundamentais: aplicação da Constituição de 1940; a reforma agrária; a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas; a participação nos direitos da cana-de-açúcar; e confisco dos bens obtidos através da pilhagem do patrimônio público. Propunha ainda, a nacionalização dos setores de eletricidade e telefonia e a redução dos aluguéis para resolver o problema da moradia. (GUAZZELLI, 2004)

Em 1955, Fidel e seus companheiros foram anistiados. Como era vigiado de forma rigorosa, Fidel procurou exílio no México e lá organizou seu retorno a Cuba no final de 1956 em um barco, cujo nome era *Granma*. O mesmo viria carregado de armas para iniciar o ataque militar à ditadura de Batista. Entretanto, o plano não deu certo. Fidel e seus companheiros se refugiaram em *Sierra Maestra*, de onde começaram as operações guerrilheiras.

Em uma ação combinada de resistência popular urbana e guerrilha rural, “os barbudos de Sierra Maestra iniciaram um movimento antioligárquico que se torna antiimperialista e acaba, finalmente, rompendo com o próprio capitalismo” (GUAZZELLI, 2004, p. 14).

Finalmente, em 8 de janeiro de 1959, depois de uma greve geral, Batista foi derrubado e Fidel junto com os demais revolucionários entraram em Havana dando início a todas as propostas defendidas, evidentemente, com dura reação do Imperialismo norte-americano. E posteriormente, a entrada em cena do apoio da União Soviética ao novo governo cubano agudizando assim, na América Latina as tensões da *Guerra Fria*.

Sem deter-me mais nesse evento que ainda se tem em recente memória, apresento, contudo, algumas particularidades do mesmo para que se compreenda sua dimensão histórica e sua influência, não apenas para a América Latina, mas para o conjunto do movimento socialista mundial durante o período seguinte, ou seja, de 1960 a 1990 no qual se situa o PT.

Inicialmente, é interessante atentar para a simbologia que tinham os dois principais ícones da Revolução Cubana: Fidel Castro e Che Guevara. Fidel simbolizava a possibilidade da vitória em um país pobre econômica e militarmente sobre o domínio externo. Guevara, o “Che”, significava *um novo modo de pensar o socialismo* nas condições latino-americanas. Foi e ainda é considerado um dos principais teóricos da Revolução neste continente. (GUAZZELLI, 2004)

Ora, na visão dos revolucionários cubanos, dentre elas, na de Guevara, ocorrerá uma ruptura com as concepções hegemônicas dos partidos comunistas que estavam sob a égide do stalinismo. Em suas obras, Guevara demonstra habilidade teórica ao detectar outro “modelo” de revolução que fosse mais adequada às particularidades latino-americanas. Desse modo, sua principal influência teórica será Mao Tse Tung,¹³⁴ principal líder da Revolução Chinesa e do Partido Comunista Chinês (PCC) que defendia, dentre outros pontos, o campesinato como *outro* sujeito revolucionário e adotava a tática da *guerra de guerrilhas*. Pontos estes, que rompiam com a ortodoxia soviética.

Ao analisar a experiência da Revolução Cubana, Guevara apud Guazzelli (2004) apontava três coisas importantes para o êxito revolucionário: a) era possível derrotar os exércitos regulares por mais bem equipados que fossem; b) as bases da Revolução no continente latino-americano deviam situar-se no campo; c) não eram necessárias condições ideais para iniciar o movimento armado, pois à medida que o foco insurrecional se desencadeasse, tais condições seriam geradas.

Evidenciava-se assim, a proximidade das teorias “maoístas” das de Guevara (ou guevaristas) que continuará, até sua morte, a não apenas defender, mas a viver tais concepções ao buscar uma interação constante entre guerrilheiros e populações camponesas.

Apesar do projeto socialista não ter se concretizado enquanto modo de produção dominante no mundo, não se desconsidera a grande validade histórica dos processos revolucionários que se desenrolaram em Cuba e China. Pois, os mesmos, além de representarem referenciais alternativos concretos para a luta socialista, também se opuseram à tese da etapa democrático-burguesa da revolução socialista, tão defendida pelos grupos de esquerda da época.

¹³⁴ Mao Tse Tung (1893 – 1976) foi teórico marxista, político, revolucionário, poeta, soldado e governante comunista da República Popular da China. Tinha como apelido “o grande Timoneiro”. Ocupa um lugar de destaque no movimento marxista por ter se tornado um dos seus maiores estrategistas. Sua visão teórico-prática era adaptada às peculiaridades da Ásia Colonial. Combinava as idéias nacionalistas com o marxismo, além de defender posições que diferiam da ortodoxia marxista –soviética (stalinista) do Partido Comunista Chinês (PCC) em duas questões centrais: ao defender o potencial revolucionário do campesinato e não do proletariado, como foi na Revolução Russa, e implantar a tática da guerra de guerrilhas ou guerra popular revolucionária. Este tipo de luta tinha uma dupla função: formar um exército de novo tipo (no caso, o exercito vermelho) e iniciar uma longa guerra contra os adversários que os levasse à inanição e ao desespero fazendo um cerco do campo em direção às cidades. Com isso aglutinariam forças para a batalha final. Enfim, a tese de Mao se confirma e em 1949 inicia a implantação da República Popular da China. Porém, em 1966, Mao inicia um outro movimento que se tornou conhecido como “Revolução Cultural”.

E com essa atitude, romperam com todo um arcabouço teórico vigente que se constituíam na prática, em *camisa-de-força*, impedindo assim, que outros “edifícios teóricos” fossem construídos para se pensar realidades diferentes. Pode-se afirmar então, que com esses dois grandes eventos se abriu a possibilidade de construção de *uma nova esquerda*.¹³⁵

O terceiro e último período histórico focado pela presente análise é o compreendido entre 1960 a 1990. Como os demais períodos, esse também se caracterizou pelas conseqüências dos fatos existentes no anterior, porém, de forma mais aguda tornando-o singular para ser analisado.

É bem verdade, que em um trabalho de síntese, não se pode dar conta de todos os eventos ocorridos na América Latina durante o período referido. Muito menos no restante do mundo. Porém, alguns processos podem ser priorizados e destacados durante a análise.

Nesse caso, elejo algumas questões que tiveram repercussões nos caminhos trilhados pela esquerda latino-americana a partir de então. No âmbito da América Latina destaco: a convivência com os efeitos da revolução cubana; a ineficácia do populismo; o controle das massas através das Forças Armadas que terão uma intensa participação na reorganização do Estado latino-americano, tanto através dos golpes militares quanto na intensificação da dependência externa; o governo de Salvador Allende no Chile e sua deposição; a queda de governos populistas; o surgimento de focos guerrilheiros; a Revolução na Nicarágua; as greves operárias no Brasil; o surgimento da Teologia da Libertação e das Comunidades Eclesiais de Base.

De caráter mundial, destaco a frustração dos movimentos de 68 na França; a intervenção soviética contra a Primavera de Praga; os movimentos feministas e os ligados ao movimento da contracultura; as lutas sindicais do *Solidariedade* (*Solidarność*) na Polônia de Lech Walesa¹³⁶ e muitos outros.

¹³⁵ É bom lembrar que a tentativa de criação de uma teoria da revolução independente do modelo soviético e peculiar à realidade dos países latino-americanos já havia sido proposta por José Carlos Mariátegui (1895-1930), fundador do Partido Comunista do Peru. A originalidade de seu pensamento combinava uma “síntese dialética entre o universal e o particular, o internacional e o latino-americano”. Em *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, publicado em 1928, Mariátegui apresenta uma das primeiras tentativas “de análise marxista de uma formação latino-americana concreta”, que superaria as visões tão em voga nos grupos de esquerda daquele período. (LÖWY, 2006, pp. 17 - 18).

¹³⁶ Lech Walesa foi presidente polonês e chefe do histórico sindicato Solidariedade. Em 6 de dezembro de 83, sua esposa Danuta e seu filho recebem em seu lugar o prêmio Nobel da Paz. Em 6

Mas dentre esses acontecimentos é a Revolução na Nicarágua que acrescenta novos elementos para a presente análise. Apesar de situar-se em um contexto bastante semelhante aos demais países latino-americanos, este evento se caracterizará por acentuar as tendências que já vinham da Revolução Chinesa e Cubana, de negação do programa e da tática dos Partidos Comunistas existentes.

De 1911 a 1933, a Nicarágua foi mantida sob ocupação norte-americana por conta de acordos que visavam à construção de um canal transoceânico. O Tratado Bryan-Chamorro garantia os direitos de concessão aos *americanos* para que o canal fosse construído. Todavia, o canal foi construído no Panamá. Mesmo assim, o domínio norte-americano permaneceu com indústrias do porte da *United Fruits* que se beneficiava de mão-de-obra barata existente naquele país.

Porém, o domínio estadunidense enfrentou enorme resistência popular a partir de 1927. Esse movimento tinha como bandeiras principais, a defesa da soberania da Nicarágua (com a expulsão dos *marines*) e a divisão das terras e riquezas entre todos os nicaragüenses.

Augusto César Sandino (1895 - 1934)¹³⁷ foi um dos líderes desse enfrentamento. Enveredou pelos caminhos da guerrilha com base nas montanhas, resistindo a vários ataques dos seus opositores que após inúmeras derrotas, se viram obrigados a deixar o país. Mas através de rearranjos no poder político, conseguiram deixar um governo “confiável”. Em 1933, com a retirada das tropas norte-americanas foi montada a Guarda Nacional sob o pretexto de “manter a ordem”. Esta organização na realidade se especializou em perseguir Sandino e seus companheiros e também, os movimentos que se seguiram.

de dezembro de 90, Walesa assume a presidência da Polônia após a dissolução do Partido Comunista. Entre 1992 e 1993 orienta o país para a economia de livre mercado. Em 1995 é derrotado nas eleições presidenciais pelo candidato da União Democrática de Esquerda (ex-Partido Comunista), Alexander Kwasniewski. Volta a seu emprego de eletricitista no Estaleiro de Gdansk, que pede falência em 1997.

¹³⁷ Augusto César Sandino (1895-1934), revolucionário nicaragüense que liderou a rebelião contra a presença militar americana na Nicarágua entre 1927 e 1933. Era considerado como “bandido” pelo governo dos EUA. Porém, suas ações o transformaram em um símbolo da resistência à dominação dos EUA em grande parte da América Latina. Em uma de suas frases célebres o caráter desse homem se evidencia: “Não estou disposto a entregar minhas armas. Morrerei com os poucos que me acompanham, porque é preferível morrer como rebeldes, a viver como escravos”. Escapou de várias tentativas de captura. Com a criação da Guarda Nacional, Sandino foi procurado, emboscado e executado pelas tropas do General Anastásio Somoza García que instalaria a partir de então, um ciclo de dominação familiar que só sairá do poder em 1979 com a Revolução Sandinista. O legado de Sandino foi seguido pela Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN).

Desse modo, em 21 de Fevereiro de 1934, o chefe da Guarda, Anastácio Somoza García¹³⁸ preparou uma emboscada para Sandino e mandou executá-lo. Justamente no período dos diálogos para o acordo de paz, violando assim, o salvo-conduto de Sandino. Após o assassinato deste revolucionário, a Guarda Nacional executou todos os seus seguidores. Em 1936, através de um golpe de Estado, Somoza assumiu o poder e instalou uma ditadura familiar que durou 46 anos.

Todavia, os ideais de Sandino permaneceram vivos. Os movimentos de contestação reiniciaram tanto nos setores urbanos quanto nos campesinos, principalmente, após o assassinato (justiçamento) de Somoza em 1956, pelo poeta Rigoberto Lopez Peres. Daí por diante, aconteceram numerosas ações armadas ao mesmo tempo em que acontecia uma rearticulação do movimento sandinista que culminaria com a revolução.

Nesse período, o crescimento dos sindicatos, a organização dos estudantes em torno da Juventude Patriótica Nicaragüense (JPN), a movimentação de militantes e intelectuais exilados que se articulavam no exterior do país, exprimia de forma latente, a inquietação que ocorria entre o povo nicaragüense.

Foi nesse contexto de efervescência política que se formou a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) em 1961.¹³⁹ Essa organização se caracterizou por trabalhar em três campos: o político, o militar e o ideológico. Somente assim, conseguiu mobilizar e organizar todos os que lutavam contra o imperialismo norte-americano e seus aliados nicaragüenses (os Somoza), agregando diversas tendências ao longo do tempo, como por exemplo, setores da chamada Igreja Progressista (setores da Igreja Católica) que eram ligados a Teologia da Libertação.

A FSLN elaborou um programa reivindicativo, os estatutos da organização e criou diversos grupos de estudo sobre a realidade nicaragüense. Esses elaboraram inúmeros documentos políticos sobre a estratégia revolucionária que deveria ser adotada. Valeu-se de variadas formas de propaganda política: folhas

¹³⁸ Anastácio Somoza García (1896 – 1956), chefe da Guarda Nacional Nicaragüense. Através de um golpe de Estado assumiu o governo em 1936. Comandou o país até 1956 quando foi assassinado. Seu filho Anastácio Somoza Debayle o sucedeu.

¹³⁹ Não existe um consenso na literatura consultada sobre a data de criação da FSLN. Alguns historiadores apontam o ano de 1960, outros de 1961 e outros 1962. Optei pelo ano de 1961 por ter maior número de referências nos livros didáticos de História e de maior consenso entre os historiadores como Marisa Marega, Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota.

soltas, volantes e propaganda armada. Unindo assim, o que consideravam “o político e militar como uma unidade, no qual o militar se subordina ao político”.¹⁴⁰

Contudo, a FSLN passou por momentos tensos em sua organização interna quando em 1975 se dividiu em três correntes políticas e/ou *Tendências*: a *Tendência Proletária*, que privilegiava o trabalho com a classe operária, considerada como a força social que deveria ser hegemônica na luta revolucionária; a *Tendência da Guerra Popular Prolongada* (GPP), que procurava adaptar a teoria política e militar maoísta às propostas sandinistas; e a *Tendência Insurrecional ou Terceirista*, ligada aos irmãos Ortega Saavedra que viam o projeto reformista proposto pela ditadura como uma ameaça e que para combatê-lo, fazia-se necessário um diálogo constante com o povo, recrutando-o para a alternativa da luta armada.¹⁴¹ Mas a divisão não prejudicou o processo revolucionário já que em 1978 as tendências se uniram para combater o somozismo criando uma plataforma política comum que se manifestou no ‘*Movimento Povo Unido*’.

Ora, o enriquecimento da família Somoza e os desmandos que cometia através do aparelho estatal, não agradavam a certos setores da burguesia nicaragüense que acabou se organizando como oposição ao governo constituindo dois grupos básicos. De um lado, a União Democrática de Libertação (UDELA) composta por vários empresários de visão liberal, dentre eles, Chamorro Cardenal, diretor do jornal *La Prensa*. De outro, o Movimento Democrático Nicaragüense (MDN) que era um setor mais conservador da burguesia e que temia o controle dos liberais.

Anastácio Somoza, como todo ditador, não admitia qualquer oposição, mesmo dos setores que sempre o apoiaram. Em 1978, Chamorro foi assassinado e o governo somozista foi identificado como mandante do crime. Tal episódio teve grande repercussão internacional e fez com que os setores burgueses de oposição ao regime, se unissem em torno da Frente Ampla de Oposição (FAO), convidando,

¹⁴⁰ O juramento de Carlos Fonseca Amador, um dos fundadores da FSLN, é significativo sobre a estratégia de luta dessa organização: “Ante a imagem de Augusto César Sandino e Ernesto Che Guevara, ante a recordação dos heróis e mártires da Nicarágua, da América Latina e de toda a humanidade, ante a história, coloco minha mão sobre a bandeira vermelha e preta que significa *Pátria Livre ou Morrer* e juro defender com as armas na mão o decoro nacional e combater pela redenção dos oprimidos e explorados da Nicarágua e do mundo. Se cumpro este juramento, a libertação da Nicarágua e de todos os povos será um prêmio. Se o traio, a morte vergonhosa e a ignomínia serão meu castigo”.

¹⁴¹ Cf. *Revolução Sandinista: Sonhos e desilusões* de Marcus Vinicius Vieira, Mariana Bruce, Monique Ribeiro e Nathália Peixoto de Queiroz. (Retirado da Internet em 16/07/2007)

inclusive, representantes da FSLN para participar dessa organização. Porém, tal aliança não se consolidou porque os sandinistas não concordaram com as propostas da burguesia. (GUAZZELLI, 2004)

Depois de realizar várias ações (seqüestros de funcionários do governo, de parlamentares e outras) contra a Guarda Nacional, a FSLN estabelece o controle de várias cidades (Leon, Matagalpa, Masaya, Granada etc.) e em julho de 1979, os guerrilheiros ocupam a capital, Manágua. Somoza foge para Miami enquanto é constituída no país, uma Junta de Governo Provisória¹⁴² para a Reconstrução Nacional que foi presidida por Daniel Ortega.¹⁴³

É claro que essa história se desdobrou em vários outros episódios, como: o bloqueio econômico e o apoio aos “contras” patrocinados pelo governo norte-americano, a devastação do país tanto pela guerra civil quanto pelos terremotos, a pluralidade ideológica existente entre os setores que compunham a Frente, a crise do bloco socialista na década de 80 e a reorganização do capital com a ascensão do neoliberalismo.

O conjunto desses fatos fez com que os Sandinistas abrissem um precedente de negociação com a burguesia nacional sobre vários pontos considerados *inegociáveis* e com isso, perdessem o apoio popular. O resultado dessa abertura desmedida foi à derrota nas eleições presidenciais de 1990 para os setores burgueses que tinham como representante Violeta Chamorro.

Apesar desses resultados, a experiência do processo revolucionário nicaragüense trouxe novos elementos para o movimento de Esquerda em todo o mundo. O primeiro desses elementos foi uma combinação original entre a luta econômica, a luta política e a luta armada. Para Torres-Rivas apud Guazzelli (2004, p. 65) a ligação entre tais esferas foi original e produtiva porque estabeleceu “(...) vínculos novos entre o sindicato, a condução política e a guerrilha”. Desse modo, a Revolução Nicaragüense rompia com a prática do ‘foquismo’ existente em algumas organizações de esquerda no continente e com o marasmo dos partidos comunistas

¹⁴² Essa Junta Provisória contava com a participação, além dos sandinistas, de Violeta Chamorro (em 1990 venceu a FSLN nas eleições para presidente), viúva do jornalista Chamorro Cardenal que havia sido assassinado e Alfonso Robelo, representante do Conselho Superior de Empresa Privada (COSEP) ligado à burguesia antisomozista.

¹⁴³ Cf. BRAICK, Patrícia Ramos. História: das cavernas ao terceiro milênio, São Paulo: Moderna, 2000: 170-174)

que implementavam a política de acordos com as burguesias nacionais como primeira etapa da revolução socialista.

Um segundo elemento a destacar, foi a enorme diversidade e pluralidade dos setores que compunham a FSLN, inclusive, participando na luta armada como foi o caso de setores da Igreja Católica que se organizavam em torno da Teologia da Libertação. Este fato contribuiu tanto para dar credibilidade à Revolução quanto modificava o papel tradicional dessa Igreja na sustentação do Estado Oligárquico na América Latina. Outros setores com ideologias diversas também compunham a Frente, como socialistas e capitalistas que pretendiam ver a Nicarágua livre do domínio externo.

Essa gama de elementos, sem dúvida, se refletirá contraditoriamente no futuro da FSLN e do movimento de Esquerda no continente latino-americano. Seja no recuo desta organização frente à burguesia nacional, seja na retomada das lutas dos movimentos sociais e políticos nas décadas de 80 e 90. Notadamente, nos processos de redemocratização dos países latino-americanos após os vários golpes militares que ocorreram. Refletiu ainda, na criação de novas organizações populares (inclusive, novos partidos políticos) bem como, na ampliação das demandas por direitos sociais, civis e políticos junto ao Estado.

As conseqüências no âmbito da política em geral, e em particular, na vida dos partidos comunistas, se constituem num terceiro elemento a se destacar desse empreendimento revolucionário. Para a política em geral é interessante que se observe a convivência dos aspectos institucionais, como eleições nos moldes representativos, por exemplo, com aspectos da democracia direta instituída com a vitória dos sandinistas. Tal fato, até o presente, é bastante questionado por vários segmentos da Esquerda por considerarem esses dois modelos de democracia como antagonicos.

Em sua particularidade, ou seja, no âmbito dos partidos, especialmente os comunistas, a Revolução Nicaragüense intensificou a descrença nessas organizações que desde a Revolução Cubana já não eram bem vistos pelos setores populares. Evidentemente, todo esse quadro se agravou com os acontecimentos do *mundo socialista* que teve seu desfecho na década de 90 do século passado. Desse modo, as mudanças foram tantas no seio desses partidos que desencadearam uma

reviravolta nos seus programas políticos bem como, na alteração dos próprios nomes. Alguns, inclusive, mudaram até mesmo de ideologia política.

2.4. As idéias socialistas no Brasil

Não se pode falar das idéias socialistas no Brasil sem destacar a grande influência anarquista no movimento operário e sindical brasileiro durante as últimas décadas do século XIX. Essa influência se revelou através da aproximação com o pensamento socialista libertário de vários teóricos europeus como Bakunin, Kropotkin, Proudhon e Malatesta. Mas o ideário anarquista tinha um posicionamento antipartidário fincado na defesa da autogestão dos trabalhadores o que impedia formas organizativas mais consistentes na luta contra o Estado.

Os anarquistas hegemonizaram o movimento operário por algumas décadas situadas entre o final do século XIX e o início do século XX. Participaram da construção da Confederação Operária Brasileira (COB) e das duas maiores greves que paralisaram inúmeros trabalhadores em São Paulo. Defendiam a ação direta como forma prioritária de luta e que os sindicatos fossem independentes frentes aos partidos políticos.

Mas com o grande evento da Revolução Russa de 1917, as idéias de Karl Marx e Friedrich Engels impactaram os meios intelectuais e operários do país fazendo com que muitas personalidades passassem a divulgar tal pensamento. Tanto que nos dias 25, 26 e 27 de março de 1922 realizou-se o Congresso de formação do Partido Comunista, seção brasileira da Internacional Comunista (ou 3ª Internacional).

O Partido Comunista do Brasil (PCB)¹⁴⁴ formado majoritariamente por ex-anarquistas possuía caráter nacional, fortemente centralizado como todas as organizações marxistas daquele período e também, com certa capacidade de

¹⁴⁴ O nome de fundação do partido era Partido Comunista do Brasil com a sigla PCB. Mas para que se adequasse à conquista da legalidade, seu V Congresso realizado em 1960 decidiu mudar o nome para Partido Comunista Brasileiro. Posteriormente, em fevereiro de 1962 um grupo dissidente resolveu formar outra organização política com o nome anterior, ou seja, Partido Comunista do Brasil alterando apenas a sigla para PCdoB.

propaganda política. Com isso, foi exercendo crescente influência junto ao movimento sindical e operário e derrubando a hegemonia anarquista nesse meio.

O PCB conviveu com a instabilidade política e econômica que caracterizou o Brasil da década de 20 até a de 80. Alternando períodos de legalidade, semi-ilegalidade ou legalidade vigiada¹⁴⁵, o partido interferiu como pôde em diversas questões nacionais, inclusive, na reformulação da legislação partidária e eleitoral que impedia a legalização de várias organizações existentes. (FERREIRA NETO, 1988).

Mas a intensa repressão policial e política não permitiam a visibilidade dos comunistas e com isso, o PCB organizou formas alternativas, mas legais, para ampliar seus espaços de atuação. Assim se deu com o Bloco Operário Camponês (BOC), fachada legal para disputas eleitorais que em 1928 elegeu os militantes comunistas Otávio Brandão e Minervino de Oliveira, vereadores do Rio de Janeiro. (Idem).

Organizaram também, já na década de 30 a Aliança Nacional Libertadora (ANL) que incorporará de forma atípica militantes como os militares oriundos dos movimentos “rebeldes” da década de 20. Dentre esses, o lendário Luis Carlos Prestes, fundador da Coluna Prestes que havia percorrido o Brasil durante o governo de Artur da Silva Bernardes (1922-1926) exigindo reformas sociais e políticas.

A ANL inspirada nos moldes da 3ª Internacional para os países ditos subdesenvolvidos se constituiu em uma ampla frente política com caráter antifascista, antiimperialista e antilatifundiária. Organizou-se nacionalmente defendendo um “projeto de desenvolvimento democrático” admitindo um vasto leque de aliados políticos, fato que o levou a fazer enormes concessões aos mesmos.

Sob a liderança de Luis Carlos Prestes, a ANL tentará sem sucesso derrubar o Presidente Getúlio Vargas em 1935 através de um golpe, mas o governo além de contornar a rebelião, reprimiu duramente os participantes do movimento, inclusive, mandando prender Prestes e sua família. Tal fato será o estopim e a desculpa para a ampliação e centralização do poder federal que culminará com a decretação do Estado Novo em 1937, fechando o Congresso Nacional, anulando a

¹⁴⁵ Na prática, o PCB desde sua fundação até sua legalização em 1985, só terá atuação legal no sistema político entre os anos de 1945 e 1947. (Cf. MENEGUELLO, 1989, p. 38).

Constituição de 1934 e banindo os partidos políticos, dentre os quais o PCB. Apenas em 1945 o PCB retornou à legalidade, embora por curtíssimo tempo. Somente dois anos (1945-1947) de registro eleitoral.

Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) que era apoiado discretamente por Getúlio Vargas se elegeu presidente. O PCB tentando se manter próximo a Vargas, também concedeu apoio ao Marechal Dutra. Contudo, essa proximidade foi curtíssima porque após a 2ª guerra mundial começa o processo de bipartição do mundo (1946) entre os Estados Unidos (EUA) e a União Soviética, fenômeno que ficou conhecido como guerra fria.

Em tal contexto o Brasil posiciona-se ao lado dos Estados Unidos e rompe as relações que mantinha com a União Soviética. Assim, mais uma vez o PCB foi compelido à clandestinidade, porém, muito mais fragilizado do que em períodos anteriores. A repressão que se abateu sobre seus núcleos dirigentes foi devastadora, pois quase o leva a extinção já que vários dirigentes foram presos e muitos exilados. Consequentemente houve uma enorme dispersão de suas bases políticas.

Mas não foi só a repressão que abalou as estruturas do PCB. Em 1956 aconteceu o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) que denunciava os crimes políticos cometidos por Stálin. Tal fato caiu como uma “bomba” na maioria dos partidos comunistas em todo mundo. Não foi diferente no PC brasileiro que viu eclodir inúmeras divergências internas bem como a saída de inúmeros militantes.

Mas é a partir de seu V Congresso realizado em 1960 que as divergências se cristalizaram. Pois o PCB aprovou uma orientação política que já vinha desde 1958 (Declaração Política) que vinculava a construção do socialismo à ampliação dos espaços democráticos, porém em longo prazo. Não aceitando as novas formulações do partido, inúmeros militantes se desligaram e formaram o Partido Comunista do Brasil (PC do B) em fevereiro de 1962.¹⁴⁶

Concretamente, a formação do PC do B foi o primeiro cisma do ‘Partidão’. Defendiam inicialmente o socialismo soviético, porém foram aos poucos incorporando as idéias de Mao Tse Tung referentes a tática político-militar adotada

¹⁴⁶ Fonte: Documentos do PCB na Internet, acessada em abril de 2008.

por ele sobre o cerco do campo às cidades. Posteriormente, passaram a defesa do socialismo na Albânia.

Durante o regime militar (1964–1985) o PCB mais uma vez sofre inúmeras perdas tanto para a repressão que se seguiu ao golpe quanto para a construção de novas organizações políticas que adeririam à luta armada¹⁴⁷ já que o partido não concordava com tal forma de luta. Na realidade, há muito o PCB insistia na construção de alianças políticas bem amplas com as chamadas “forças democráticas” constituídas por vários setores dentre eles, a burguesia “progressista”.

Tal política provocaria novas cisões internas resultando em organizações que tentariam dar continuidade à tradição comunista com leituras próprias da realidade social e política brasileira, mas também incorporando idéias advindas dos movimentos políticos e guerrilheiros que se alastravam pela América Latina.

Dentre essas organizações se destacaram a Aliança Libertadora Nacional (ALN), o Partido Comunista Revolucionário (PCR), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), o Partido Popular Socialista (PPS) e o Movimento Revolucionário 08 de Outubro (MR-8) que foram duramente reprimidas durante a ditadura militar na década de 60, perdendo inclusive, inúmeros de seus dirigentes e militantes.¹⁴⁸

Os remanescentes dessas organizações se abrigarão na única legenda permitida à oposição do regime militar: o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que na realidade se constituía em uma grande frente política, pois englobava desde setores das elites dominantes que não concordavam com a política dos militares a setores das camadas médias, intelectuais, camponeses, religiosos etc.

Todavia, muitos que ansiavam por uma ruptura mais significativa com o modelo existente, não aceitavam a condução moderada do MDB, mas permaneciam

¹⁴⁷ Entre os anos de 1966 e 1974 surgiram várias organizações que optaram pela linha política adotada na América Latina por Che Guevara denominada “foquismo” que priorizava a luta armada como meio de conquistar o poder político e da organização de focos de militantes que se dispunham a ser guerrilheiros. Vale ressaltar que algumas dessas organizações também eram provenientes do PCdoB e não apenas do PCB. Foram vários grupos: o Partido Comunista Revolucionário (PCR) e o Movimento Revolucionário em 1966; em 1967, as Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN) e a Corrente; em 1968, a Aliança Libertadora Nacional (ALN), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR); em 1969, o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT); em 1970, o Movimento Revolucionário Marxista (MRM); em 1971, o Movimento de Libertação Popular (MOLIPO); e em 1974, o Movimento Popular de Libertação (MPL). (Cf. PINTO SILVA, Leonardo. Teoria e prática socialista no Brasil, Vitória, 27 de Junho de 2002 (Texto retirado da Internet em abril de 2008).

¹⁴⁸ Dentre esses militantes cito em especial Carlos Marighela (ALN), Carlos Lamarca (VPR) e Mario Alves (PCBR). Muitos foram para a prisão, outros para o exílio ou simplesmente desapareceram.

na legenda como “fachada legal” para continuarem existindo. Ora, nesse ínterim, outros agrupamentos políticos que também enfrentavam a violência do regime militar, começaram a cogitar a criação de um partido mais definido ideológica e politicamente com os segmentos populares e de trabalhadores e, portanto, independente das classes que dominavam o país havia séculos.

Em torno dessa idéia basilar formava-se um movimento abrangente que pretendia ser uma alternativa ao MDB do ponto de vista legal, mas também de ordem programática na qual a opção classista pelos trabalhadores (ou pelos setores populares) fosse o aspecto determinante. Assim, vinha à tona o embrião político que posteriormente se denominará Movimento pró Partido dos Trabalhadores.

Finalmente, após o regime militar o PCB voltou à legalidade, mas em seu X Congresso realizado em 1992, houve nova cisão com parte dos militantes declarando o fim do partido e criando um novo, o Partido Popular Socialista (PPS); o outro grupo, no mesmo dia realizou uma Conferência Nacional de reorganização do PCB lutando pela manutenção da sigla e pelo registro definitivo do partido junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), fato que ocorreu em janeiro de 1995.

Esse breve relato sobre a história das idéias socialistas no Brasil em geral e do PCB em particular, evidentemente, não comporta todos os liames da intensa luta pela ampliação de direitos sociais e civis no país, principalmente, pela feroz repressão praticada pelo Estado brasileiro contra todos os que não concordassem com sua política. Além disso, não dá para dimensionar os vários “malabarismos” que o PCB, por exemplo, teve que realizar para sobreviver em conjunturas tão adversas.

Ademais, este sintético quadro não dá conta da enormidade de estudos que já foram produzidos sobre o PCB, pois de acordo com vários autores, é uma das organizações partidárias mais estudadas nos meios acadêmicos. E sem dúvida, qualquer análise que se faça sobre ele corre-se o risco de repetir cansativamente tudo o que já foi dito antes.

Todavia, quis registrar essa trajetória pelo fato, como já citei anteriormente, de o PT ter feito um reexame teórico-prático de algumas teses defendidas pela 3ª Internacional, mas que também eram do PCB. Em um primeiro momento, o PT negará essas teses, mas retornará a elas em meados dos anos 80. Principalmente, no campo da tática política do PT como, por exemplo, a formação de uma frente política de ‘amplos contornos’.

No entanto, o retorno das teses pecebistas se dará em outras propostas petistas como na da construção do socialismo em longo prazo, na da política de alianças e da luta institucional como centro da luta política etc.

3 O PT: DA FUNDAÇÃO E DO PENSAMENTO PLURAL

"[...] organizai-vos para a luta decidida contra o governo autocrático e contra a sociedade capitalista. Sem esta organização, o proletariado é incapaz de se elevar ao nível de uma luta consciente de classe; sem esta organização, o movimento operário está condenado à impotência [...]. Nenhuma classe logrou na história instaurar o seu domínio se não promoveu os seus próprios chefes políticos, os seus representantes de vanguarda, capazes de organizar o movimento e dirigi-lo". (LÊNIN, 1989)

A reflexão que apresento neste capítulo tem como objetivo estabelecer os nexos entre a história partidária, o ideário socialista e as lutas políticas expostas no capítulo anterior com a dinâmica política e partidária ocorrida no Brasil. Evidentemente, concentro minha análise nos setores da esquerda brasileira que optaram pela construção do Partido dos Trabalhadores como dito anteriormente, saídos da experiência partidária comunista ou de seu entorno.

Para atingir tal pretensão percorro um itinerário metodológico e expositivo que contempla inicialmente, a exposição do contexto histórico e político no qual surgiram as primeiras intenções para construir um partido somente de trabalhadores no Brasil após a fragmentação ocorrida nos Partidos Comunistas das décadas de 70 e 80 do século XX. Nesse sentido, as idéias que foram veiculadas nos documentos do Movimento pró-PT, surgido para organizar os debates da nova organização política foram essenciais.

Contudo, o foco da presente análise, como dito na introdução deste trabalho, recaiu sobre os documentos lançados no ato de fundação do PT, além das resoluções políticas e organizativas dos seus sete primeiros encontros nacionais (1981, 1982, 1984, 1986, 1987, 1989, 1990) e de seu primeiro congresso nacional em 1991.¹⁴⁹ Concomitante a esse processo, ocorre a análise desses documentos tentando conectá-los com a reflexão sobre o objeto de estudo desta pesquisa, ou seja, a construção e o desenvolvimento do pensamento político petista.¹⁵⁰

A escolha desses sete encontros pautou-se pela importância que os mesmos tiveram para a produção dos textos partidários petistas considerados como direcionadores da política oficial do PT. Do mesmo modo, a escolha pelo último evento analisado nesta pesquisa (1º. Congresso) deveu-se à compreensão de que o mesmo foi o passo central dessa organização rumo à consolidação de seu pensamento político nos moldes como se conhece na atualidade, isto é, bem distinto daquele expresso em sua fundação.

¹⁴⁹ Como já disse na Introdução deste trabalho, consultei os textos, documentos e resoluções oriundos dos principais eventos do PT adquiridos em grande parte da Internet através dos arquivos existentes no *Home Page* da Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.com.br) e do Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br). Mas adquiridos também através de várias publicações dessas duas organizações.

¹⁵⁰ É bom lembrar que o recorte temporal para a análise da produção dos textos petistas em todo trabalho compreende o período entre a formação do Movimento pró-PT (1978-9), a realização dos seus 07 primeiros encontros nacionais (1981-1990) e do seu 1º. Congresso Nacional em 1991, pois entendo que foi nesse período que o pensamento político petista se desenvolveu e se consolidou.

Neste capítulo analiso os documentos do Movimento pró-PT e os dos quatro primeiros encontros nacionais. Isto por entender que os mesmos comportam as categorias iniciais do pensamento político petista e refletiam, minimamente, o debate explicitado no capítulo anterior, ou seja, a questão do Estado, do partido político e da democracia em seus primeiros anos de existência.

No próximo capítulo concentro minha análise nos documentos dos encontros nacionais subseqüentes (5º, 6º, 7º.) e dos surgidos por ocasião de seu primeiro encontro nacional que demonstra as alterações ocorridas nas formulações petistas iniciais.¹⁵¹ Nesses textos, o foco conceitual gira em torno do pensamento petista sobre o socialismo pretendido e sua relação com a democracia, a mudança no projeto estratégico petista e a conseqüente alteração da tática partidária na qual, a disputa por hegemonia político - eleitoral assume papel preponderante.

Nesse ínterim não deixei de explicitar o pensamento petista acerca da sociedade brasileira e sobre os problemas detectados pelo mesmo, bem como, nas soluções que apontou para superá-los. Assim, procurei observar os caminhos e possíveis “descaminhos” de sua interpretação e de intervenção na sociedade brasileira.

3.1. O começo da história: repressão, crise econômica e anseio por justiça e liberdade

O Brasil nas décadas de 60 e 70 do século XX assistiu momentos contraditórios. Por um lado crescimento econômico e por outro o regime militar cerceador das liberdades democráticas. Tal fase, denominada “milagre econômico”, combinava repressão brutal aos movimentos sociais organizados com uma mudança estrutural na economia brasileira. A esse processo de industrialização e modernização das estruturas produtivas do campo e da cidade aliava-se o

¹⁵¹ É importante lembrar que grande parte do material coletado e analisado não dispunha de uma formatação adequada, como por exemplo, o número das páginas, talvez porque foram adquiridos através dos endereços eletrônicos referidos anteriormente. Por isso, estabeleci arbitrariamente para cada documento analisado, os números de paginas realmente existentes.

crescimento da classe trabalhadora advinda sobretudo em decorrência do agravamento da concentração fundiária propiciada pelos governos militares.

Mas essa 'época de ouro' não perdurou por muito tempo. O modelo político-econômico dos governos militares logo deu sinais de esgotamento com o aprofundamento da recessão econômica. Evidenciava-se então a necessidade de construir um processo de transição do regime militar para a democracia civil, fato iniciado com a indicação de Ernesto Geisel em 1973 para a Presidência da República através de uma "política de distensão"¹⁵².

Esse processo de abertura se deu também em outros países da América Latina que experimentaram ditaduras militares. Porém, a transição de tais regimes se deu de forma lenta e gradual para que os militares não perdessem o controle da situação.

Ora os regimes militares tinham em comum além do aspecto autoritário e repressor, uma política econômica fundamentada no aprofundamento da dependência externa fato que tornava vulnerável o poder político interno. Esses países,

[...] enfrentavam dívidas externas assombrosas, pressões para implementar programas de estabilização do FMI, baixas taxas de crescimento interno e, freqüentemente, índices astronômicos de inflação. Ao mesmo tempo, tinham que lidar com o protesto social contra a desigualdade da distribuição de renda, muitas vezes exacerbada durante o período autoritário (KECK, 1991, p. 33).

Toda essa realidade de insegurança provocou protestos tanto de empresários quanto de trabalhadores organizados em sindicatos e movimentos sociais insatisfeitos com os rumos dado pelos militares. O clima político de repressão e medo criado pelos militares começava então a se desfazer frente aos questionamentos e desgastes internos e externos. No Brasil, inúmeras greves 'pipocavam' no âmago capitalista: o ABC paulista.¹⁵³

Mas é válido observar que o regime militar brasileiro se sustentava também através de mecanismos liberal-representativos como a existência de eleições (indiretas) e do funcionamento partidário (bipartidarismo). Dessa forma, as eleições

¹⁵² Foi como ficou conhecida a política do regime militar brasileiro para retomar a democracia suprimida pela ditadura.

¹⁵³ De acordo com Margareth Keck (1991) mais de três milhões de trabalhadores de várias categorias paralisaram o trabalho atingindo 15 Estados. Dentre esses trabalhadores estavam os ligados aos serviços urbanos, da indústria têxtil, do setor de mineração, da construção civil e dos bancos.

gerais ocorridas em 1974 foram significativas para os rumos da abertura política, pois nelas ficara demonstrada a insatisfação popular através da vitória da oposição ao regime. (MENEGUELLO, 1989).

Tal fato provocou a reação dos militares ao aprovarem medidas para dividir os setores de oposição ao regime. Dentre elas, a aprovação da reforma partidária em 1979 que restabelecia o pluralismo partidário no país. Acabava-se o bipartidarismo e suas legendas: Aliança de Renovação Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Criavam-se novos partidos: o Partido Democrático Social (PDS), o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e por último, o Partido dos Trabalhadores (PT).

Na realidade as manobras realizadas pelos militares demonstravam o declínio de seu poder no comando político do país. Novos movimentos sociais emergiram juntamente com novas demandas na arena política brasileira. Advinham dos movimentos populares¹⁵⁴ organizados em torno do setor progressista da Igreja Católica, ¹⁵⁵ das correntes trotskistas ligadas à IV Internacional, do movimento operário e sindical emergente, do movimento estudantil, dos intelectuais que atuavam nas Universidades, dos setores que lutavam pela reforma agrária, das mulheres, dos negros, dos indígenas, de homossexuais e de outros tantos segmentos sociais que ansiavam por novas formas de fazer política.¹⁵⁶

Esse re-avivamento da sociedade civil foi à fonte propulsora de um re-ordenamento político no país. Evelina Dagnino (2004) concebeu tal processo como propiciador de uma 'reinvenção democrática', o qual expressava um projeto nascido no bojo da resistência à ditadura militar, democratizante e participativo.

¹⁵⁴ No início dos anos 80 o Brasil e a América Latina entravam no período de redemocratização. Com ele se avolumam inúmeros movimentos sociais lutando por direitos elementares como, moradia, transporte, saúde, alimentação, contra a carestia etc. Para Glória Gohn (2000), nesse período houve um processo de transformação na cultura política latino-americana através de uma nova visão sobre direitos sociais coletivos e da cidadania coletiva de grupos sociais oprimidos e/ou discriminados.

¹⁵⁵ Igreja Progressista foi o termo como ficou conhecida parte da Igreja Católica ligada a Teologia da Libertação que se coloca na defesa da liberdade e da justiça social como temas de importância religiosa e universal. Originada na América Latina, na década de 1960, procura sintetizar conceitos provenientes das Ciências Sociais (marxismo) com idéias bíblicas e teológicas.

¹⁵⁶ Para Marco Aurélio Nogueira (1979) citado por Burgos (1994, p. 76): "estes novos sujeitos sociais e políticos que emergem nas fábricas, nos campos e nas cidades, experimentam concretamente os efeitos do que se havia chamado "milagre brasileiro" e vão, nestes choques, construindo pouco a pouco uma perspectiva anticapitalista. [...] Confrontados com a inconsistência das propostas de reforma política e econômico-social não só da ditadura como de setores da oposição democrática, grandes contingentes de trabalhadores compreendem a importância de dar uma nova substância à noção de democracia, que uma sua dimensão política à dimensão social".

Nas palavras da autora, “o projeto levava em conta um outro tipo de democracia que não só a democracia representativa *stricto sensu*, eleições, partidos etc” (DAGNINO, 2004, p. 01). Na realidade esse projeto recusava a democracia existente, ‘ofertada’ pelos poderes constituídos ao proporem o alargamento e a radicalização democrática para além do sistema político, estendendo-a ao conjunto das relações sociais.

Desconfiados com os rumos políticos pretendidos pelos militares e pela oposição ‘oficial’, esses novos protagonistas da arena política brasileira criaram ainda na década de 70, o Movimento pró-Partido dos Trabalhadores. E em 10 de Fevereiro de 1980 em uma assembleia no Colégio Sion, em São Paulo deram o passo inicial rumo a uma nova experiência partidária no Brasil: o Partido dos Trabalhadores.¹⁵⁷

3.2. O Movimento pró-PT e a gestação do pensamento político

A idéia de criar um partido de trabalhadores já era discutida nos sindicatos e nas oposições sindicais no final da década de 70. O então líder sindical Luis Inácio da Silva, o Lula já levantava essa questão em uma Conferência de Trabalhadores do setor petroquímico na Bahia em 1978.¹⁵⁸ Porém, somente em uma resolução do IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo ocorrido na cidade de Lins (São Paulo) em 24 de janeiro de 1979 é que essa discussão aflorou com mais intensidade.¹⁵⁹

Os presentes nesse encontro organizaram um comitê informal composto por representantes sindicais como Henos Amorina, Paulo Skromov Matos, Robson Camargo e Wagner Benevides com o intuito de acelerar o processo de discussão e de criação do novo partido. Esse grupo redigiu então, o que foi considerado como

¹⁵⁷ Apesar de ter sido fundado em 10 de fevereiro de 1980, o PT só obteve seu reconhecimento oficial em 11 de Fevereiro de 1982 pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral.

¹⁵⁸ É importante ressaltar que a idéia de construir um partido de trabalhadores circulou também na esfera do movimento grevista que acontecera no ano de 1978. Mas que também foi anunciada na reunião intersindical de Porto Alegre, em junho de 1979.

¹⁵⁹ Esse documento ficou conhecido pelo nome de “Tese de Santo André-Lins” e foi considerado pelos militantes petistas como o “pontapé inicial” do futuro partido.

primeiro documento dessa organização: a *Carta de Princípios* lançada em 01 de maio de 1979 ¹⁶⁰ .

Após o lançamento da *Carta de Princípios* surgiram divergências acerca da época para lançar o partido e do conteúdo que o mesmo deveria expressar. Muitos apoiadores não estavam bem seguros quanto à natureza dessa nova organização, inclusive, intelectuais e políticos do MDB como Almino Afonso e Fernando Henrique Cardoso que pretendiam fazer parte desse partido. O grupo liderado por Cardoso defendia a proposta de criar o Partido Popular Democrático e Socialista (PPDS) nos moldes do *Labor Party* inglês, mas tal idéia não vingou, e como se sabe, esses intelectuais seguiram rumos distintos ao da nova agremiação partidária. ¹⁶¹

Mesmo que a *Carta de Princípios* seja considerada pelo PT como um de seus primeiros documentos, em minha compreensão foi a *Tese de Santo André-Lins* a responsável por lançar as bases teóricas e políticas do pensamento e da ação petistas. Por isso, considero significativo iniciar por ela, a análise dos textos e/ou documentos do PT.

As categorias básicas apresentadas minimamente na *Tese* enfocavam a questão da organização política dos trabalhadores e conseqüentemente, da necessidade de um partido político. Mas também o teor desse texto contempla a questão da crise do regime militar, da democracia e do Estado na ótica dos trabalhadores.

Para a *Tese de Santo André – Lins*, a organização dos trabalhadores era fundamental, pois no sistema capitalista e no ‘governo de patrões’ existia uma necessidade imediata, na ordem do dia, para a luta política e para a conquista do poder político. Com essa constatação, urgia a tarefa de construir um partido que fosse de todos os trabalhadores da cidade e do campo, sem patrões, regendo-se pela democracia interna e respeitando a democracia operária (sic!).

Todavia, não poderia ser um partido eleitoreiro atuando apenas nos períodos eleitorais. Deveria, na realidade, participar intensamente da vida dos trabalhadores. Em palavras textuais, a tese afirmava:

¹⁶⁰ Esse grupo distribuiu cerca de duzentas mil cópias da *Carta* nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul e Ceará. (KECK, 1991)

¹⁶¹ Entrevista com Paulo Skromov In Revista Teoria e Debate, nº 63 de julho/agosto de 2005.

Que este partido seja de todos os trabalhadores da cidade e do campo, sem patrões, um partido que seja regido por uma democracia interna, respeite a democracia operária [...]. Não um partido eleitoreiro, que simplesmente eleja representantes na Assembléia, Câmara e Senado, mas que, além disso, e principalmente, seja um partido que funcione do primeiro ao último dia do ano, todos os anos, que organize e mobilize todos os trabalhadores na luta por suas reivindicações e pela construção de uma sociedade justa, sem explorados e exploradores (TESE DE SANTO ANDRÉ-LINS, 24 de janeiro de 1979, p. 02).

Assim, a Tese lançava um manifesto aos trabalhadores brasileiros para que se unificassem na construção de um partido de classe, da classe trabalhadora. Ponderava, no entanto que a criação desse novo Partido deveria ir além da atuação do MDB já que não estavam satisfeitos com os rumos que tal partido dava à oposição aos governos militares. (Ibidem, p. 01)

Contudo, a natureza e o caráter do novo partido ainda não estavam definidos a não ser pela 'intenção' de criar um partido de trabalhadores, com militantes do campo e da cidade e que tivesse minimamente um caráter de classe, pois o mesmo seria "sem patrões".

É evidente que as idéias iniciais expressas no texto em análise, estavam em consonância com o ideal marxiano explicitado no *Manifesto do Partido Comunista* (1848) de Marx e Engels, como afirmado anteriormente, pois a maior parte dos mentores intelectuais petistas ou eram assumidamente marxistas, ou 'giravam' em torno desse ideário político.

Marx e Engels (1989) compreendiam que o partido comunista não se formava à parte, nem mesmo se opunha aos outros partidos operários. Na realidade, os interesses deles se identificavam. Porém, se fazia necessário à organização desse partido.

O partido político no pensamento marxiano expressava dialeticamente a articulação entre a teoria e a prática, o pensamento e a ação. Objetivamente, o partido era o instrumental responsável pela transformação da teoria em força material, mas somente o era, na medida em que servia de elo para a realização das necessidades das massas (MARX & ENGELS, 1989).

O partido político na perspectiva marxiana sempre foi considerado peça central no âmbito da disputa política. Não apenas na concepção de Marx e Engels, mas de diversos autores que incorporaram esse referencial teórico-político, como Lênin, Rosa Luxemburgo, Trotsky e Gramsci como foi mencionado anteriormente. Esses pensadores mesmo que expressassem nuances no pensamento sobre o

conteúdo e a forma do partido político, convergiam na idéia de que sem a existência do mesmo, seria impossível a conquista do poder político pelos trabalhadores.

Não seria diferente com o PT fundado por setores que tinham no marxismo sua principal referência teórica. Mas também se pode afirmar que a criação do Partido dos Trabalhadores se coadunava com a constatação de Robert Michels (1983, p. 07) quando afirmava:

Uma classe que ergue diante da sociedade a bandeira de reivindicações concretas e aspira realizar um conjunto de ideologias ou de 'idéias' derivados das funções econômicas que ela exerce, tem a necessidade de uma organização.

Porém, o PT deveria diferenciar-se das práticas partidárias existentes naquele período, que conforme a Tese de Santo André-Lins, tinham caráter eleitoreiro e cuja meta central era eleger candidatos à Câmara e ao Senado. Com certeza o novo partido funcionaria diariamente em qualquer período do ano e sua ação principal seria à organização e a mobilização dos trabalhadores para conseguir não só suas reivindicações imediatas, mas também uma “sociedade justa, sem explorados e exploradores”.

A Tese concluía pelo chamamento dos trabalhadores para criarem seu próprio partido. Para Keck (1991, p. 83) a proposição (Tese) daquele encontro de metalúrgicos sobre organização partidária

[...] conclamava os trabalhadores a superarem sua marginalização, unindo-se para formar um partido marcado pela democracia interna, pelo reconhecimento da importância primordial dos trabalhadores na vida social brasileira e pela base política independente através da qual o poder seria conquistado.

A Tese contemplava ainda a questão da autonomia e da independência política dos órgãos sindicais com relação ao Estado; a democratização interna dos sindicatos que garantisse a participação igualitária de todos nas lutas e das decisões. Pois somente assim construiriam a democracia operária pretendida. (TESE DE SANTO ANDRÉ-LINS, loc. cit.)

Como demonstrarei adiante, as formulações do PT sobre seu caráter e sua linha política durante quase toda a década de 80, não se diferenciou substancialmente do teor dessa tese. Fato esse que a meu ver, foi “o calcanhar de Aquiles” nas décadas subseqüentes para a existência do PT pelo fato de que as

elaborações contidas na referida tese eram muito genéricas e até mesmo superficiais sobre a realidade brasileira. É claro que diante da conjuntura política do período, em plena ditadura militar, o teor desse texto não poderia expressar nenhum tipo de “violação” à ordem vigente em virtude de vir a sofrer represálias por tal ousadia.

Mas a Tese de Santo André-Lins somente anunciava as idéias que foram veiculadas pela *Carta de Princípios* (1º. de maio de 1979) elaborada com o objetivo de abrir a discussão sobre a necessidade de um novo partido. Nela emergiu novamente as categorias que permearam o texto de Santo André-Lins, porém de modo mais aprofundado.

Na realidade, a *Carta de Princípios* adentrou na autodefinição do PT explicitando a necessidade de sua criação, de seus objetivos mediatos e imediatos, suas pretensões para com o *poder político*, a origem social dos militantes, sua crítica ao caráter eleitoral dos demais partidos e a definição de sua atuação privilegiada.

As formas clássicas de luta dos trabalhadores como as greves ‘brancas’ nas fábricas, as greves gerais deflagradas no ABCD, as imensas assembléias gerais, os piquetes e os fundos de greve expressavam o amadurecimento político da classe trabalhadora.¹⁶² Daí que havia a necessidade de um partido só de trabalhadores já que a sociedade estava baseada na exploração e na desigualdade entre as classes sociais, fato que exigia dos explorados e oprimidos manterem-se constantemente organizados, à parte, para resistirem à opressão e aos privilégios das classes dominantes. (CARTA DE PRINCÍPIOS, 1979, p. 02)

Assim, esse Partido político era visto como sujeito da luta dos trabalhadores frente aos patrões, a sociedade capitalista como uma forma social que vive da exploração do homem pelo homem e o governo dos patrões não poderia defender os interesses dos trabalhadores. (ibidem)

O teor classista do novo partido era constantemente enfatizado na Carta de Princípios através de inúmeras referências tais como: “O Partido dos Trabalhadores entende que a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores [...]”; “[...] o PT recusa-se a aceitar em seu interior representante das classes exploradas [...]”; “O PT define-se também como partido das massas populares [...]”; etc. (Ibidem, p. 04 passim)

¹⁶² Uma dessas greves que se destacaram foi a da Scania deflagrada em 12 de maio de 1978.

Recusava ademais a crença em “partidos e governos criados e dirigidos pelos padrões e pelas elites políticas”, mesmo que se apresentassem como defensores da democracia, pois eles não podiam propiciar o acesso às conquistas da civilização e à plena participação política do povo brasileiro.

As elites, conforme os argumentos da *Carta pretendiam* estabelecer uma conciliação entre os interesses dos *de cima* e os interesses dos *de baixo*, por isso necessitavam do apoio da cúpula do MDB, ou seja, para impedir a expressão política das massas trabalhadoras do campo e da cidade. ¹⁶³

Nesse sentido, o MDB se mostrava limitado enquanto *dirigente* das lutas sociais e políticas do país. Ora, o MDB era visto como um “partido de exclusiva atuação parlamentar”, que concretamente impedia as lutas populares por melhores condições de vida e por um regime democrático de verdadeira participação popular. Isso ficava evidente através de sua origem, do caráter de sua direção, do seu programa pró-capitalista e acima de tudo, por sua composição social que seria

[...] essencialmente contraditória, onde se congregam industriais e operários, fazendeiros e peões, comerciantes e comerciários, enfim, classes sociais cujos interesses são incompatíveis e onde, logicamente, prevalecem em toda a linha os interesses dos padrões, jamais poderá ser reformado (Ibidem, p. 03).

Desse modo o MDB não se credenciava como canal para exprimir os interesses dos trabalhadores. Ademais fazia “uma crítica formalista e jurídicista do regime autoritário” e tinha se revelado “impermeável” aos temas sociais e políticos que dizem respeito aos interesses das massas trabalhadoras. (Ibidem, p. 05)

A crença na futura organização partidária estampava-se em cada página do documento baseando-se na idéia de que teria chegado o momento dos trabalhadores formularem e construirem seu país e seu futuro. Notadamente porque “a única força capaz de ser fiadora de uma democracia efetivamente estável era a das massas exploradas do campo e das cidades” (Ibidem).

Assim, com a crença de que ‘a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores’, a *Carta* alertava que os mesmos não deviam esperar a

¹⁶³ Mesmo considerando diversas limitações no MDB, a Carta de Princípios, afirmava que tal partido tinha sido “utilizado pelas massas para manifestar eleitoralmente seu repúdio ao arbítrio”. E também não ignoravam “a existência, entre seus quadros, de políticos honestamente comprometidos com as lutas populares”. (Ibidem)

solução de seus problemas das elites privilegiadas, e sim, através da sua *participação organizada e consciente*. (Idem, p. 04)

A idéia de insurgência contra as elites dominantes no Brasil numa perspectiva coletiva e apoiada pelos setores populares organizados, sem dúvida, era uma inovação em um cenário político dominado por oligarquias que se alternavam no comando governamental. E nesse sentido, a nova organização partidária anunciava a entrada do Brasil na modernidade política no sentido concebido por Duverger (1970) e Cerroni (1982) que percebiam os partidos operários e socialistas como os partidos modernos por excelência. Além do mais, o novo partido seria uma contribuição positiva à construção democrática no país.

É válido salientar, no entanto, que a caracterização do PT como um partido classista e democrático não era consensual entre os analistas políticos da época. Alguns apontavam o PT como uma contribuição positiva ao processo democrático brasileiro, e outros o viam como sinal de anacronismo e até mesmo de entrave à consolidação democrática. (CÉSAR, 2002)

Mas as análises que apontavam o PT como evidência de anacronismo e atraso nas regiões mais desenvolvidas do país se equivocavam por não compreender a própria dinâmica de construção da sociedade brasileira. Benedito Tadeu César (2002, p. 52) ao refletir sobre tais questionamentos asseverava:

[...] o PT, longe de ser anacrônico e entrave à consolidação da democracia, é contemporâneo à sociedade brasileira, em seu processo contraditório, e incompleto de modernização e complexificação social, contribuindo de modo fundamental para a construção da democracia no Brasil [...].

De fato, a existência do PT respondia à necessidade que os trabalhadores sentiam de um partido construído de forma independente e intimamente ligado com o processo de organização popular, nos locais de trabalho e de moradia. Por isso, todas as atividades do futuro partido, principalmente nos processos eleitorais se subordinariam ao seu objetivo maior, que seria o de estimular e aprofundar a organização das massas exploradas. (Idem)

Porém, o citado documento deixava claro que o PT surgia para somar forças no movimento sindical brasileiro, e não para dividi-lo. Na realidade sua intenção era oferecer “uma expressão política unitária e independente na sociedade”. (Ibidem)

Assim, considerava imprescindível

[...] que todos os setores sociais e correntes políticas interessados na luta pela democratização do País e na luta contra o domínio do capital monopolista unifiquem sua ação, estabelecendo frentes interpartidárias que objetivem conquistas comuns imediatas e envolvam não somente uma ação meramente parlamentar, mas uma verdadeira atividade política que abranja todos os aspectos da vida nacional (Ibidem, 1979, p. 04).

Em contrapartida, afirmava sua pretensão em “apoderar-se do poder político e implantar o governo dos trabalhadores” cuja base se estabeleceria através de órgãos representativos criados por eles com vistas a estabelecer uma verdadeira democracia direta.

Quanto à composição social do Partido se constituiria, de forma geral de todas as camadas assalariadas *do País*. Mas de modo bem específico, o documento nomeia primeiramente os operários que seriam a *vanguarda de* toda a população explorada, para em seguida referir-se aos demais trabalhadores: bancários, professores, funcionários públicos, comerciários, bóias-frias, profissionais liberais, estudantes etc. Tais afirmações deixavam claro que o “[...] Partido dos Trabalhadores é um partido sem patrões!” (Idem).

A questão do sujeito revolucionário é mais um elo com a teoria marxista explicitado pela *Carta de Princípios* petista. Como mostrado no capítulo anterior, essa é uma questão definidora do campo marxista relativo à organização política. Contudo, para além do debate sobre o acerto ou não dessa proposição teórica nos dias atuais, tal compreensão definia claramente o caráter classista do novo partido.

Assim, o futuro Partido dos Trabalhadores não podia ser um organismo político qualquer, pois sua visão estratégica deveria expressar a intenção de acabar com a relação de exploração do homem pelo homem criando a sociedade socialista como afirmava a Carta. Por isso, o PT tinha compromisso com a democracia plena, exercida diretamente pelas massas e isso, sem dúvida, resvalaria para a construção do socialismo com democracia.

Nessa questão, da relação entre socialismo com democracia é válido atentar para um possível ‘germe’ de discordância com o dito ‘marxismo oficial’ ou dos Partidos Comunistas ligados ao ‘estalinismo ou socialismo real’ que eram vistos como autoritários. Havia uma preocupação ‘implícita’ em relacionar a questão do socialismo com a da democracia, pois não haveria socialismo sem democracia e nem democracia sem socialismo (Ibidem, p. 05).

Contudo, apesar de fazer referência ao socialismo, o mesmo ficava subentendido apenas em frases, como por exemplo, “um partido que almeja uma sociedade socialista e democrática tem que ser ele próprio, democrático nas relações que se estabelecem em seu interior” (Ibidem), ou seja, a compreensão inicial petista sobre o socialismo não ia além de conceitos genéricos.

Quanto à questão da democracia era analisada mais no âmbito organizativo como o respeito ao direito das minorias expressarem seus pontos de vista internamente. Daí defenderem o direito a existência de Fração e de Tendências, ressaltando apenas que as inscrições para os eventos partidários fossem individuais. (Ibidem, p. 06)

Enquanto organização política, o PT necessitaria elevar o grau de mobilização, de organização e de consciência das massas para fortalecer a independência política e ideológica dos setores populares, em especial dos trabalhadores. Para tanto, se comprometia em “colocar os interesses populares na cena política e de superar a atomização e dispersão das correntes classistas e dos movimentos sociais”, buscando organizar núcleos de militantes nos diversos locais de trabalho, sindicatos, bairros, municípios e regiões. (Ibidem, p. 06)

A *Carta de Princípios* terminava expressando o caráter internacionalista que o futuro partido teria através do lema: “O PT manifesta alto e bom som sua intensa solidariedade com todas as massas oprimidas do mundo” (Ibidem). Na realidade, esboçava uma das grandes bandeiras do movimento socialista internacional, ou seja, a solidariedade entre as classes trabalhadoras de todo o mundo. Ou, parafraseava Marx e Engels ao final do Manifesto Comunista quando conclamavam: “Proletários de todo o mundo, uni-vos!”.

A idéia de criação de um partido nos moldes enunciados pela *Carta de Princípios* adquiriu maior proporção, como dito antes, através do lançamento do Movimento pró-PT que aconteceu em 14 de outubro de 1979 no restaurante São Judas Tadeu em São Paulo.

Nesse evento de lançamento, novos documentos foram aprovados como a *Declaração Política*, a *Plataforma Política*, as *Normas Transitórias* e uma *Nota contra a Reforma Partidária*. Tais documentos reafirmavam o teor dos textos anteriores, porém trazia maiores detalhes sobre como seria a vida da nova organização. Daí priorizarem a análise política sobre as futuras relações que o partido construiria.

A *Declaração Política* se concentrava na explicação das origens do PT, na relação que teria com os sindicatos e no posicionamento que deveria adotar frente a algumas questões conjunturais da época como a reforma partidária e a organização de uma frente política contra o regime militar. Nesse ponto se destacava a denúncia sobre as manobras que os militares faziam para manter o controle da situação política. (DECLARAÇÃO POLÍTICA, 13 de outubro de 1979, p. 01)

O PT como organização nascida na emergência do que ficou denominado de novo sindicalismo ou sindicalismo autêntico, fazia questão, nesse documento, de acentuar a relação que manteria com os sindicatos e com os movimentos sociais. Esse relacionamento se pautaria pela defesa da autonomia e independência desses organismos não só frente ao Estado, mas também frente aos partidos políticos. Daí a necessidade de construir uma central única dos trabalhadores.¹⁶⁴

Realmente, não se pode analisar o PT sem considerar o papel relevante dos sujeitos oriundos do sindicalismo surgido no final da década de 70 no Brasil. Segundo Margareth Keck (1991) essas novas posturas sindicais que ficaram conhecidas como *novo sindicalismo*, na realidade adequava-se às necessidades da oposição política.

Mais que a aglomeração de grupos pequenos e isolados que faziam parte de movimentos sociais, essas posturas significavam ou expressavam “[...] a existência de um descontentamento popular massivo e organizado com relação ao regime e representava uma clara prova de que a democratização era necessária para resolver o potencial de conflito social” (KECK, 1991, p. 55).

Para autores como Maria Hermínia T. de Almeida (1975) apud Rachel Meneguello (1989, p. 44-45), esse sindicalismo se caracterizava como uma tendência no movimento sindical que se organizou em torno do questionamento ao sistema de relações profissionais existentes no país, quais sejam: “o intenso crescimento da produção industrial, o agravamento das condições de trabalho, a disparidade entre o crescimento da produtividade e os salários, e a política governamental de controle de controle salarial e sindical”.

¹⁶⁴ Os novos sindicalistas como eram conhecidos, foram os primeiros a defender a idéia de um partido só de trabalhadores. Ora como se perceberá mais adiante, o grupo de sindicalistas hegemônizará sua direção política, o que sem dúvida, influenciaria nas principais concepções que o partido desenvolveu em sua trajetória.

Entretanto, Meneguello vai além do reconhecimento do caráter contestatório desse novo sindicalismo quando afirmou que o mesmo definia como nova estratégia:

[...] ocupar o espaço na arena nacional como representação política independente, trazendo como ponto central a luta pela cidadania plena, percebida como a conquista dos direitos sociais e políticos, dos quais a classe trabalhadora encontrava-se privada durante todo o período autoritário (MENEGUELLO, 1991, p. 50).

Foi assim que, conforme a autora citada, o novo sindicalismo assumiu o “papel de protagonista da luta pela democracia no país” e não apenas porque lutava por questões específicas de suas categorias de trabalhadores, mas porque assumiu com outros agentes políticos, “a luta pela democratização da nação”. (Idem)

Quanto à reforma partidária, a *Declaração Política* lembrava que o PT não nascera das propostas governamentais, mas “das bases operárias e populares que se juntaram na sua construção e não das leis outorgadas de cima para baixo, às margens da soberania popular”. (Ibidem, p. 02) Advogava com tal pensamento, “o direito democrático de se constituir como partido legal” bem como, que tal legalidade se estendesse às demais correntes de pensamento da sociedade, pois “não há democracia sem liberdade de organização política e a organização política é um direito de todos”. (Idem)

Defendia ainda a formação de uma ampla frente de massa juntando todas as forças democráticas contra o regime ditatorial. Considerava, no entanto, ser indispensável à preservação do direito de organização independente de cada corrente como condição para o fortalecimento dessa Frente.

O texto finalizava conclamando os trabalhadores, através de várias palavras de ordem para enfrentar os desafios postos pela conjuntura da época, tais como:

– Contra a extinção arbitrária dos atuais partidos políticos e pela mais ampla liberdade de organização e manifestação político-partidária; – Contra a política salarial do governo e pela contratação coletiva de trabalho; – Por um salário mínimo real, nacional e unificado; – Estabilidade no emprego; – Liberdade e autonomia sindical; – Pelo direito de greve; – Por uma anistia que atinja todos os perseguidos do regime (Ibidem, 1979).

A *Plataforma Política* do Partido dos Trabalhadores expressava não só o compromisso com os interesses dos trabalhadores, mas também com a organização de um partido capaz de dar respostas concretas às lutas desse segmento social.

Mas para que esse compromisso se efetivasse, a Plataforma deveria se estruturar através do princípio de desencadear o debate político com a sociedade.

Os pontos que deveriam ser contemplados pela Plataforma se pautariam primeiramente, pela tradução do programa do Partido nos diferentes momentos da luta de modo que cada bandeira empunhada expressasse os interesses pretendidos para aquele momento; em segundo lugar, deveriam indicar os caminhos para que se atingissem cada uma dessas bandeiras às quais obedeceriam a uma hierarquia apontando para a concretização dos objetivos centrais do Partido dos Trabalhadores. (Ibidem, p. 01)

A *Plataforma* se dividia em três áreas que se interligavam: 1. Liberdades democráticas; 2. Melhores condições de vida e trabalho e; 3. Questão Nacional. Nas *Liberdades Democráticas* destaca-se a defesa de direitos mais específicos como: a liberdade de organização política e sindical de forma livre e independente do Estado; a organização por local de trabalho e a legalização das comissões e delegados de fábrica; a exigência de direitos sindicais para os funcionários públicos; a defesa do direito irrestrito de greve com a abolição da legislação repressiva; o direito de voto para os analfabetos, cabos e soldados; e a criação da Central Única dos Trabalhadores.

As questões mais gerais estavam ligadas à contestação do regime defendendo propostas tais como: anistia ampla, geral e irrestrita; a reintegração nos cargos dos demitidos ou aposentados por força de atos excepcionais; a desativação e dissolução dos órgãos repressivos e dos grupos paramilitares; o fim das torturas e a investigação das arbitrariedades policiais com a punição dos responsáveis; pelo fim dos tribunais de exceção; pelo fim das eleições indiretas e por eleições livres e diretas; pelo fim do regime militar; pela convocação da Assembléia Nacional Constituinte que fosse livre, democrática e soberana; e, por um governo dos trabalhadores.

No tópico por *Melhores Condições de Vida e Trabalho* a defesa se concentrava em questões específicas que expressavam as lutas cotidianas dos trabalhadores, como: o fim da política salarial, recuperação das perdas salariais; salário mínimo nacional único; escala móvel de salários ou reajustes trimestrais obrigatórios e acumulativos; redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem prejuízo dos salários mensais; a eliminação total das horas extras;

pelo contrato coletivo de trabalho; contra o desemprego e pelo salário desemprego; pela estabilidade no emprego a partir da admissão; férias pagas em dobro; aposentadoria integral; segurança no trabalho, sob supervisão de órgão próprio dos trabalhadores; extensão de todos os direitos dos trabalhadores urbanos aos trabalhadores rurais; congelamento de preços ao consumidor de todos os gêneros de primeira necessidade.

O documento defendia ainda bandeiras de ordem geral como a socialização da Medicina e desenvolvimento da Medicina Preventiva; democratização do ensino, com ensino público gratuito para todos; garantia de acesso à escola em todos os níveis para a população; política habitacional que garanta moradia a todos os trabalhadores; pelo fim das empreiteiras locadoras de mão de obra.

O tópico sobre a *Questão Nacional* trazia a defesa de bandeiras estratégicas no âmbito da questão agrária, como: a erradicação dos latifúndios improdutivos; distribuição da terra aos trabalhadores sem terra; título de posse da terra aos posseiros; financiamento aos posseiros, aos pequenos proprietários rurais, da preparação da terra à distribuição do produto; estímulo à organização de cooperativas entre os pequenos proprietários.

De ordem mais ampla defendia no âmbito econômico e social: a estatização das empresas prestadoras de serviços básicos (transporte de massa, educação, saúde, produção e distribuição de energia, etc.); a nacionalização e estatização das empresas estrangeiras; a estatização das grandes empresas e bancos; estatização das fontes e das empresas de energia, indústria extrativa e de infra-estrutura; política econômica e social que impeça desníveis regionais; controle popular dos fundos públicos; e uma política externa independente. Por último, defendem o respeito absoluto às peculiaridades culturais de cada região do País e aos direitos das minorias raciais.

Nas *Normas Transitórias de Funcionamento* a ênfase recaiu sobre o caráter organizativo do *Movimento pró-PT* visando superar a inorganicidade que prevalecia no interior do mesmo. As normas deveriam ser de caráter provisório já que as definitivas seriam discutidas por volta do primeiro Encontro Nacional do Partido e, posteriormente, no primeiro Congresso Nacional.

As sugestões de organização contemplavam as seguintes questões: a luta pela legalização do partido; criação de sedes e confecção de fichas dos militantes;

promoção de campanhas de finanças; campanha de assinaturas para divulgar as propostas do partido. Quanto aos critérios para ser militante definir-se-ia através de sua inserção nos núcleos do partido, participando das reuniões e dos trabalhos do núcleo ao qual pertencesse bem como, pelo apoio aos pontos essenciais da Carta de Princípios e da Declaração Política. Além disso, os militantes contribuiriam financeiramente de acordo com os critérios definidos pela Comissão Nacional Provisória.

A estrutura organizativa do Movimento pró-PT se constituiu através de núcleos básicos que contavam com um mínimo de 21 membros. Esses membros poderiam vir dos locais de trabalho, moradia ou categoria profissional, comissões de nucleação em nível municipal e regional. Cada núcleo elegeria um secretário e um suplente que teria como função estabelecer contatos com os organismos superiores do Movimento. Inclusive, foi recomendado que os núcleos fixassem endereço para correspondência e, se possível, adquirissem uma caixa postal.

Ainda nesse mesmo documento, foi convocado o 1º Encontro Nacional dos Militantes Pró-PT que deveriam se reunir em um prazo máximo de 120 dias, antecedido por Encontros Regionais. O 1º. Encontro teria como pontos de pauta, a aprovação das formas de organização e de um documento político do Movimento.

O Movimento Pró-PT nesse encontro de 13 de outubro de 1979 instituiu uma Comissão Nacional Provisória composta por 17 (dezessete) pessoas, dentre as que já faziam parte da coordenação organizadora dos trabalhos. Mas a ela deveriam ser incorporados até dois (02) representantes, eleitos pelos militantes de cada estado que teriam para isso, um prazo de 15 dias. Ficou aprovado ainda, que a Comissão Nacional Provisória poderia convocar outros componentes para acelerar o trabalho. Essa comissão dirigiu o Movimento até junho de 1980.

A *Nota contra a Reforma Partidária* finalizava os documentos aprovados durante o lançamento oficial do Movimento pró-PT. Nela, constava a denúncia da Lei que reformulava os partidos políticos brasileiros cujo teor era o de impedir a livre organização das organizações populares.

A exposição desses primeiros documentos petistas, sem dúvida, evidencia a leitura mais de ordem conjuntural e imediata que o Movimento pró-PT fazia sobre a política e a economia do país naquele período. Na prática, não se constituíram em documentos geradores de grandes polêmicas internas, sobretudo porque o

momento era de unidade política dos setores marginalizados pelo regime militar concentrados nos meios operários, estudantis, camponeses e intelectuais do país. Somente nos documentos dos primeiros anos, quando o partido estava formado, é que se percebem aspectos conflitantes tanto no âmbito interno, quanto externo ao PT.

3.3. O PT: da intenção ao mundo real

O PT, como afirmado antes, saiu do plano das intenções para ser de fato uma organização nacional em 10 de fevereiro de 1980 no Colégio Sion em São Paulo. No âmbito das possibilidades formais criadas pelo regime militar com a reforma partidária de 1979, o partido se construiu inicialmente propondo a superação das práticas sindicais, partidárias e ideológicas vigentes no período.

No pensamento de Meneguello (2003), o PT por ser oriundo de importantes vínculos com os movimentos sociais, especificamente com o sindicalismo surgido a partir de 70, construiu uma crítica relativa às esquerdas tradicionais, principalmente, “[...] com as bases do instrumentalismo e vanguardismo, o que os levou a romper com a tradição dos grupos de esquerda das gerações anteriores” (MENEGUELLO, 2003, p. 42)

As Resoluções aprovadas durante a fundação do PT foram o Manifesto, o Estatuto do PT e o Programa e o Plano de Ação a ser perseguido nos anos subseqüentes. Além, é claro, da Ata da reunião de fundação do PT. Ora, tais documentos enfatizavam a necessidade de fundarem outro partido além dos existentes, porque compreendiam a realidade social e política daquele período de forma diferenciada das demais organizações da esquerda brasileira.

Nascendo das Lutas Sociais era como o Manifesto apresentava o PT que também seria fruto de uma “[...] decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados” (MANIFESTO, 10 de fevereiro de 1980, p. 01)

Novamente surgia a explicação sobre o nascimento do PT como sendo uma necessidade “[...] sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do País para transformá-la” (Ibidem). Sendo assim, o novo partido deveria se constituir enquanto uma organização que expressasse o real interesse político de “[...] todos os explorados pelo sistema capitalista”. Pois era “[...] um Partido dos Trabalhadores, não um partido para iludir os trabalhadores” (Ibidem).

Acrescentava ainda que o PT se constituiria em “[...] um partido amplo e aberto a todos aqueles comprometidos com a causa dos trabalhadores e com o seu programa”. Conseqüentemente, tal partido deveria construir estruturas internas democráticas que se apoiassem nas decisões coletivas, inclusive, sendo decidido em suas bases, seu programa e sua direção. (Ibidem, p. 02)

Nessa visão, a política assumiria o papel de uma atividade própria das massas que desejavam participar, legal e legitimamente, das decisões da sociedade. Em palavras textuais:

O PT quer atuar não apenas nos momentos das eleições, mas, principalmente, no dia-a-dia de todos os trabalhadores, pois só assim será possível construir uma nova forma de democracia, cujas raízes estejam nas organizações de base da sociedade e cujas decisões sejam tomadas pelas maiorias (Ibidem, 1980, p. 02).

O PT assumia o compromisso de lutar pela participação política dos trabalhadores em oposição ao que o regime vigente à época fazia. Afirmava que lutaria pelo fim dos mecanismos ditatoriais que reprimiam e ameaçavam a maioria da sociedade. Lutaria ainda por liberdades civis, pelas franquias que garantissem, efetivamente, os direitos dos cidadãos, além de lutar pela democratização da sociedade em todos os níveis. (Ibidem)

Todavia, ressaltava que seu compromisso era com a “democracia plena exercida diretamente pelas massas”. E repetindo o que já havia afirmado em documentos anteriores, proclamava que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinariam ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas. (Ibidem, 1980).

No Manifesto petista ora em foco, surgiu pela primeira vez a pretensão de colocar a riqueza produzida e os recursos naturais do País sob a direção dos trabalhadores. Tais riquezas, conforme apontava o texto, teriam sido utilizadas apenas para contemplar os interesses do grande capital nacional e internacional,

porém deveriam ficar para o bem-estar da coletividade. Mas alertava que tal fato só ocorreria se os interesses dos trabalhadores fossem representados por um poder político de expressão popular através de suas organizações de base. (Ibidem, p. 02)

É interessante observar duas questões importantes nesse ponto do documento petista: uma relativa à questão do poder político, outra acerca da 'democracia plena'. A menção de colocar o poder político sob o controle dos trabalhadores, embora não explicitando a instância e a esfera de governo para tal era sem dúvida, importante para a definição de seu programa estratégico.

"Um poder político de expressão popular" era a concepção inicial do PT sobre a conquista e/ou construção do poder. Poder esse que inverteria a clássica hierarquia social existente na relação capital x trabalho ao colocar a riqueza produzida e os recursos naturais sob a direção dos trabalhadores através do exercício democrático oriundo das organizações de base.

Na realidade, essa concepção de poder político não diferia significativamente da defendida pela chamada esquerda tradicional ou do campo marxista. Porém, é válido reparar que no documento em análise, existe um pensamento ambíguo quanto à questão do socialismo. Não há referência de que o poder a ser conquistado seja de fato o que deflagraria a construção do socialismo, inclusive, não deixava clara a tática necessária para alcançar esse poder que afirmava ser 'popular'. Ponderava tão somente que havia um compromisso do PT pelo exercício da 'democracia plena'.

Quanto à concepção de democracia defendida pelo PT se baseia em duas vertentes teóricas. A primeira, a meu ver, de teor marcadamente marxista de que a democracia, e, conseqüentemente o Estado, expõem o domínio de uma classe social, no caso, a capitalista. Daí a idéia de inverter a relação sócio-política fundamental no âmbito do domínio do poder econômico sobre a riqueza social colocando-a sob a direção dos trabalhadores.

Para Marx e Engels, como analisado no capítulo anterior, a democracia e o estado não podem ser concebidos em sua generalidade ou em sua aparente universalidade. Mas sim, naquilo que lhe é concreto, ou seja, o fato de em cada período histórico, essa instituição voltar-se para a proteção do interesse geral de uma parte da coletividade, especificamente no capitalismo, da burguesia. (SAES, s.n.t)

A segunda concepção de democracia, mais aceita nos anos subseqüentes à fundação do PT, mas que já exercia forte influência nos setores que fundaram esse partido estava dentro do 'espírito' da "redefinição do conceito de democracia" (DAGNINO, 2004, p. 01) quando atribuía a tal conceito duas idéias centrais: a de cidadania e a de participação da sociedade civil.

De fato, o período ditatorial vivenciado no Brasil e na América Latina como um todo, impedia o exercício pleno dessas duas particularidades do processo democrático. Daí que a idéia de cidadania redefinida e re-apropriada pelos movimentos sociais do período em análise, incorporava:

[...] as características das sociedades contemporâneas, tais como o papel que se dá a subjetividade, o surgimento de novos sujeitos sociais (sujeitos de um novo tipo, mulheres, negros, homossexuais etc), a emergência de novos temas (e de novos direitos trazidos pelos movimentos sociais) e a ampliação do espaço da política (DAGNINO, 2004, p. 02).

Essa visão de cidadania, é claro, se vinculava estreitamente com a idéia de participação da sociedade civil, outra componente fundamental do conceito de democracia. Assim, a participação era vista como "partilha do poder, como participação na tomada de decisões" (DAGNINO, 2004, p. 03). Evidentemente, o conceito de poder que se expressava era a do "conjunto de relações sociais a ser transformado" (Ibidem). E, sem dúvida, tal poder estaria tanto na sociedade civil quanto no Estado.

Era então, dentro dessa visão que o *Manifesto* petista ora em análise, colocava a necessidade do Estado se tornar a expressão da sociedade, o que só seria possível quando se criassem às condições de livre intervenção dos trabalhadores nas decisões dos seus rumos.

É claro que só aconteceria tal fato se o PT chegasse ao governo e à direção do Estado realizando uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores, tanto no plano econômico quanto no plano social. Mas enquanto isso não acontecesse certamente o PT buscava conquistar a liberdade para que o povo pudesse construir uma sociedade igualitária, onde não houvesse explorados e nem exploradores.

Nesse ponto o documento deixava clara a crença de que o partido político era o interlocutor central entre o povo e o Estado. Ora, desse modo a meu ver não se

diferenciava dos partidos tradicionais como os marxistas, por exemplo, quando afirmavam “[...] os comunistas constituem, pois a fração mais resoluta dos partidos operários de cada país, a fração que impulsiona as demais [...]” (MARX & ENGELS, 1989, p. 31).

As propostas petistas foram mais concretas, em minha visão, no *Plano de Ação* que esmiuçava as medidas exigidas pelo partido para a sociedade brasileira. Contudo, foi no *Programa de Ação* que se delinearão as linhas mestras do referido plano. Nele, mais uma vez retomava a defesa da necessidade de um partido só para os trabalhadores, que se diferenciasse dos partidos que os poderosos impuseram durante a longa história de conflitos no Brasil. Esse partido conforme dizia o texto, deveria ser “feito por nós, para travar nossas lutas”. (PROGRAMA DE AÇÃO, 10 de fevereiro de 1980, p. 01)

De acordo com o documento em foco, o PT se distinguia dos demais porque era democrático, pois suas decisões emanavam *das bases*; porque estava presente nas lutas do movimento popular, sem aparecer somente nas eleições; porque respeitava e defendia a autonomia das organizações populares; porque era um partido de massas, amplo e aberto para todos os trabalhadores da cidade e do campo; e ainda, face aos seus objetivos políticos (Ibidem, p. 01).

Ser democrático e ter na democracia um princípio político constituíam o objetivo central do PT. Mas seria uma ‘democracia real’ que garantisse aos trabalhadores em todos os níveis, a direção das decisões políticas e econômicas do País. Uma direção, como afirmava “segundo os interesses dos trabalhadores e através de seus organismos de base” (Ibidem, 1980, p. 01).

Todavia, em anos de repressão, a luta democrática se revestia em questão crucial para qualquer partido que se erigisse visando garantir o direito à livre organização dos trabalhadores em todos os níveis. A democracia nesse caso teria valor permanente, não admitindo a exploração econômica nem a marginalização de milhões de brasileiros que construíam a riqueza do País com o seu trabalho. (idem)

O resultado da luta do PT, de acordo com o texto em análise, deveria ser o de construir uma alternativa de poder econômico e político, desmantelando a máquina repressiva e garantindo as mais amplas liberdades para os trabalhadores e oprimidos. Alternativa essa, que avançasse para uma sociedade sem exploradores e

explorados enfrentando assim, entre outros interesses, os do grande capital nacional e internacional. (Ibidem, p. 02)

Para alcançar tais objetivos, o PT deveria se preparar para propor alterações profundas na estrutura econômica e política da Nação. Mas para isso deveria ter um estreito relacionamento com o movimento sindical e popular que lhe dera origem, pois disso dependeria o sucesso para construir a sociedade democrática almejada.

Dessa maneira o PT combateria todos os instrumentos jurídicos ou policiais de repressão política usados contra os trabalhadores e contra o povo brasileiro em geral. ¹⁶⁵Combateria ainda o fim da expropriação (sic!) das terras pelas grandes empresas nacionais e estrangeiras. (Ibidem, p. 02)

Mas além dos diversos combates que o PT se propunha a travar, havia também defesas a serem explicitadas para a sociedade como, por exemplo: uma política agrária que tivesse como objetivo o fim das distorções da estrutura fundiária vigente à época. Pois a mesma era pautada na grande empresa capitalista e nos latifúndios que mantinham as terras improdutivas que serviam apenas à especulação imobiliária. (Idem)

Nesse contexto, a luta pela democratização do sistema de propriedade da terra seria fundamental, pois permitiria aproveitar os recursos humanos e as potencialidades econômicas existentes no solo e no subsolo segundo os interesses dos trabalhadores rurais e do conjunto da sociedade brasileira.

Ademais, o PT defenderia:

[...] a exploração imediata de toda a terra disponível, inclusive a que é de responsabilidade do Estado – as terras devolutas, as terras do INCRA e as terras de faixa de fronteira –, que deverão ser usadas pelos trabalhadores sem terra, ocupando-as permanentemente, de maneira a que sejam atendidos os seus interesses e as suas necessidades (PROGRAMA DE AÇÃO, 1980, p. 02).

Mas, não bastaria apenas distribuir terra. Necessitaria criar instrumentos econômicos e financeiros como forma de apoio indispensável à exploração da terra, segundo as peculiaridades geográficas e humanas regionais. Todavia, outras reivindicações do campo foram acrescentadas ao documento em pauta como, a valorização dos salários e a extensão de todos os benefícios conquistados pelos trabalhadores urbanos inclusive, com remuneração justa para a pequena produção.

¹⁶⁵ A Lei de Segurança Nacional, a falta de liberdade de organização partidária e a ocorrência de eleições democráticas faziam parte desses instrumentos.

Ressalvando, no entanto, que toda a política para o campo se faria preservando a ecologia mantendo posição contrária as iniciativas que colocassem em risco o equilíbrio da natureza e prejudicassem a fauna e a flora. (Ibidem, p. 03)

Mais uma vez o documento reiterava que o verdadeiro caráter político do PT se configurava na luta por liberdades democráticas que deveriam ser travadas não somente no Parlamento, mas acima de tudo nas organizações de base dos trabalhadores. Afirmava, igualmente, que a luta específica (contra a miséria, a doença, a ignorância e os preconceitos) não era independente da luta por liberdade e justiça, mas fazia parte da mesma. Acrescentava as suas lutas à questão da alimentação, saúde, educação e cultura como direitos do povo. (Idem)¹⁶⁶

O PT intentava assim, interferir nos grandes temas nacionais a partir dos interesses dos trabalhadores e não pelos interesses do grande capital nacional e internacional. Para tanto, combateria a forma de internacionalização da economia brasileira que aumentava a dívida externa e, a submissão da classe trabalhadora ao capital.

Em contraposição à internacionalização da economia, os programas nacionais de desenvolvimento regional deveriam respeitar as condições culturais e ecológicas locais. Nesse sentido, o PT desenvolveria propostas políticas de energia e de matérias-primas, de política agrária e fundiária, industrial e urbana, sempre voltadas para as necessidades do povo.

Nessa questão do regional e do local, compreendo que o PT também inovava, pois sua visão expressava certa análise advinda de setores intelectuais ligados a CEPAL, como por exemplo, a de Celso Furtado. Fato esse importante naquela conjuntura onde se falava apenas nas transformações gerais, ou melhor, na revolução social. Sem dúvida, essa análise que o PT fazia do local e do regional antecipava questões que somente se colocariam de modo mais intenso no período auge da globalização, ou seja, em toda a década de 90.

Entretanto Elza Braga (2003) demonstrou que essa discussão referente ao âmbito local multiplicou-se a partir do final da década de 70 com a combinação de

¹⁶⁶ Outros pontos que faziam parte do Programa de Ação do PT: ser “[...] solidário com os movimentos de defesa dos demais setores oprimidos, entendendo que respeitar as culturas e as raças significa ajudar e acabar com as discriminações em todos os planos, sobretudo no econômico. Neste particular, a luta pela defesa da cultura e das terras indígenas, bem como a questão do negro, assume papel relevante. O PT considera que as discriminações não são questões secundárias, como não é secundário o problema da mulher trabalhadora segregada na fábrica, no campo e, não raro, também no lar” (Ibidem, 1980, p. 02).

dois fatores: a crise do regime militar e a mobilização e organização de amplos setores da sociedade civil na luta pela democratização, inclusive, com o surgimento do próprio PT.

Mas outro fator também teria contribuído para o fortalecimento dessas ações locais: a reconquista do sistema de eleição direta para prefeitos das capitais em 1985 que teria aberto “[...] espaços, em muitos aspectos, ao exercício de direitos, por parte dos cidadãos” (BRAGA, 2003, p. 74).

Inegavelmente, pelo que já foi exposto, se evidenciava a vontade do PT em intervir em todas as questões políticas, sociais e econômicas com propósito claro de constituir soluções a partir das bases sociais. E nesse sentido o seu caráter democrático ficava explícito, principalmente quando afirmava internamente que nas lutas democráticas e no Parlamento, cada proposta, cada votação e cada aliança deveriam expressar o programa e a vontade do conjunto partidário. (ibidem, 1980, p. 03)

No campo das relações internacionais o PT defendia uma política internacional de solidariedade entre os povos oprimidos e de respeito mútuo entre as nações, que aprofundasse a cooperação e servisse à paz mundial. Ademais, declarava sua solidariedade aos movimentos de libertação nacional e a todos os movimentos de âmbito internacional que visassem criar melhores condições de vida, justiça e paz para toda a humanidade. (Ibidem, p. 04)

Ao finalizar, o texto reafirmava que o PT era um instrumento indispensável de ação política dos trabalhadores para suas conquistas econômicas e sociais. Por isso, todos os que se comprometessem com a proposta de ação política do *Programa de Ação* estavam convidados a ingressar e a participar do novo partido. (Idem)

3.4. O 1º. Encontro Nacional (1981): gênese da dinâmica partidária

Passados os eventos da fundação do PT, começava a luta cotidiana pela afirmação do partido no espaço político brasileiro. O ano de 1981 ficaria marcado

pelos primeiros acontecimentos nacionais: primeiro encontro, primeira convenção partidária, primeiro diretório eleito.

Assim, o primeiro Encontro Nacional¹⁶⁷ aconteceu nos dias 08 e 09 de agosto de 1981, na Assembléia Legislativa de São Paulo (SP) contando com a presença de aproximadamente 214 delegados inscritos, excluídos os membros natos.¹⁶⁸ Nesse encontro foram aprovadas 07 (sete) resoluções: uma concernente às eleições que aconteceriam em 1982 e 1984, cinco relacionadas com o regimento interno do partido e outra relativa ao desemprego. Além desses documentos foi aprovada uma moção sobre a crise da Previdência Social. Também, foi eleito na ocasião seu primeiro Diretório Nacional (DN).

A resolução *Eleições* ou *Carta Eleitoral do Partido dos Trabalhadores* como também foi chamada, iniciava com a análise da conjuntura econômica e política na qual se realizariam as eleições de 1982 e 1984. De acordo com o texto aconteceria o agravamento da crise política que era fruto tanto da crise econômica quanto do crescimento dos movimentos populares. A crise econômica se revelava através do desemprego, dos preços elevados e da recessão.¹⁶⁹(CARTA ELEITORAL, 1981, p. 01)

O crescimento dos movimentos populares, de acordo com a resolução, acontecia em dois planos: um era decorrente da elevação da consciência dos trabalhadores como força política independente; o outro, das experiências políticas adquiridas pelos mesmos cuja expressão mais concreta do avanço popular teria sido a realização da 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT).

O documento avaliava o isolamento do governo por conta de suas dificuldades e divisões internas e, para governar, se apoiava na legislação de

¹⁶⁷ Essa sistemática de encontros nacionais foi a forma encontrada pelo PT para opor-se a legislação eleitoral que havia restabelecido o pluripartidarismo no Brasil em 1979. O PT considerava que as normas trazidas pela lei cerceavam o debate interno, daí criar extra-oficialmente essa dinâmica para realizar os debates, tomar decisões e eleger suas direções. Também eram denominados inicialmente, de pré-convenções que aconteciam em níveis zonais (em cidades com mais de um milhão de eleitores), municipais, estaduais e nacional (Fonte: Sinopses de Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo do PT).

¹⁶⁸ De acordo com os documentos pesquisados, não foi possível recuperar o número preciso de delegados presentes nesse Encontro, nem que membros natos eram esses. A única fonte disponível desse período foi o Boletim Nacional do PT, no. 3, de julho de 1981, p. 2-3. (Fonte: Sinopses de Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo do PT).

¹⁶⁹ As eleições de 1982 foram marcadas por inúmeras limitações impostas pelo regime militar como o acesso aos meios de comunicação, a mudança das regras eleitorais no 'meio do caminho' como a proibição de coligações e estabelecendo que os eleitores só pudessem votar em candidatos do mesmo partido em todos os níveis (KECK, 1991).

exceção existente, utilizando expedientes antidemocráticos e formulando restrições à participação popular. Tais atitudes revelavam a insegurança do governo militar frente ao período eleitoral que se aproximava ensejando a adoção de casuísmos. (Ibidem, p. 01)

A eleição nesse contexto na avaliação do PT se constituía em importante elemento de tensão. Pois, se de um lado, o regime militar não admitia perder espaços no Congresso e no Colégio Eleitoral que indicaria o futuro presidente; por outro, significava dar oportunidade aos trabalhadores para expressarem sua avaliação política sobre o regime e sobre as diferentes forças partidárias, aumentando a sua organização e consciência política. Na realidade, afirmava o documento: “[...] as eleições representam uma nova possibilidade de ampliar o espaço de organização e mobilização política” (Ibidem, 1981, p. 01 passim).

Contudo, havia uma compreensão de que as eleições não colocariam a estrutura do poder político vigente em risco. Mas poderiam alterar, mesmo que parcialmente, o controle dessa estrutura nas esferas municipais e estaduais. Havia a compreensão no PT de que a conquista de espaço nas esferas executivas e legislativas contribuiriam para a mudança da estrutura de poder desde que os trabalhadores soubessem articular tal espaço com as lutas que se desenvolviam fora dele (Ibidem, p. 03 passim).

Nesse ponto, mais uma vez se observava a aceitação da tática política da esquerda ‘tradicional’ e/ou marxista quando pensava a participação no processo eleitoral como meio propagandístico do programa socialista, do reforço as lutas sociais, da ampliação da organização dos trabalhadores etc. Por isso o documento petista alertava para não confundir a chegada do PT em tais esferas como sendo a conquista do poder.

Concretamente a participação eleitoral do PT deveria ser vista como alavanca para a organização e a mobilização dos trabalhadores na perspectiva da construção do poder popular. Em outras palavras, a participação nessa área seria uma etapa de aprendizado, de acúmulo de forças, de apoio para o fortalecimento da organização política dos trabalhadores, de mais respaldo para as lutas sociais.¹⁷⁰

¹⁷⁰ Reforçando essa visão afirmava em trecho do documento o seguinte: “Assumir a administração de Executivos, especialmente no nível municipal, adotando medidas que facilitem a organização dos trabalhadores e mobilizem a comunidade na gestão do poder público, num processo que trará fértil aprendizado sobre a índole burocrática e cerceadora do Estado burguês”. (Ibidem)

Almejava através da participação eleitoral¹⁷¹, levar o programa do PT aos trabalhadores como forma de continuar com as lutas sociais e aumentar a organização e a consciência política do povo, tarefas que serviriam na ampliação e consolidação do PT. Ademais, ao se constituir em alternativa política diferente da oposição liberal burguesa, colocariam a questão do poder político do ponto de vista dos trabalhadores. (Idem, p. 03)

A justificativa do PT para participar do processo eleitoral de 1982 esboçava de fato, o desejo de mostrar aos trabalhadores a possibilidade de correrem em raia própria no campo hegemonicamente adversário. Porém, não deixou de asseverar que se manteria independente através de recursos próprios, candidatos próprios e plataformas próprias. (Ibidem)¹⁷²

Complementava essa posição a necessidade de ainda nas eleições em foco, o PT cumprir com a exigência legal de conquistar 5% dos votos à Câmara dos Deputados e 3% em nove estados. Desse modo, o momento eleitoral era importante para fortalecer a estrutura organizativa do PT, pois ampliaria seus filiados, aumentaria seus núcleos bem como, levaria as propostas do movimento sindical e popular às regiões mais longínquas do país.

A intenção petista com sua participação naquele processo eleitoral era o de romper com as regras 'tradicionais do jogo eleitoral', em que as diferentes forças se lançavam em busca da vitória a qualquer preço. (Idem)¹⁷³ Certamente, essa tática

¹⁷¹ A participação eleitoral deveria se constituir tanto em um instrumento de denúncia do regime autoritário como de fomento à organização dos trabalhadores como se vê nos seguintes trechos do documento: "3- Participar da campanha eleitoral lado a lado com as organizações operárias e populares (sindicatos, UNE, associações de moradores etc.) e, para isso, assumir todas as reivindicações hoje postas pelas massas em luta. 4- Impor uma derrota eleitoral à ditadura e às forças que a apóiam direta ou indiretamente. Denunciar, durante a campanha, as regras eleitorais da ditadura, como, por exemplo, a série de pacotes do governo". Mais a frente acrescenta: "É interesse do PT derrotar o partido governista e denunciar, durante a campanha, o caráter da abertura, as regras eleitorais impostas e a inexistência de poder real nas mãos do Legislativo. Ao mesmo tempo, o PT aproveitará as eleições para demonstrar que só é efetivamente opositor a política que expresse o interesse dos trabalhadores, em torno dos quais devem-se unir todos os setores que lutam para pôr fim à ditadura". Em outro trecho: "Deve conquistar bancadas parlamentares fortes, destinadas a representar tribuna de denúncia e ser caixa de ressonância das lutas travadas fora do Parlamento" (Ibidem).

¹⁷² Mas também defendiam: "Queremos, como trabalhadores, eleger candidatos afinados com as propostas políticas que correspondem à nossa ansiedade de uma vida melhor e justa. Queremos um Partido, com parlamentares ou cargos executivos, que coloque nas mãos dos trabalhadores essas ferramentas para sua luta" (Ibidem).

¹⁷³ As eleições para o PT nesse contexto assumiriam o caráter de teste, ou seja, se ele era fiel aos compromissos de mudança que assumia com os trabalhadores brasileiros, como diz o documento: "E nossa fidelidade a esses compromissos exige que entremos na campanha eleitoral sem os vícios que tanto marcaram e marcam outros partidos em nosso país: o personalismo de autocandidatos, o tráfico

específica estava em consonância com a geral que se pautava pela acumulação de forças, através do fortalecimento das lutas sociais. Sendo assim, o espaço eleitoral representava apenas um episódio, um momento definido da atividade política permanente do PT que tinha como objetivo final, a construção de “uma sociedade socialista, sem explorados e exploradores” (Ibidem, p. 04).¹⁷⁴

Visto dessa maneira, os eixos básicos da atuação no processo eleitoral seriam: lançar candidatos do próprio partido em todos os níveis; não fazer coligações; se colocar contra o pacote eleitoral do governo militar; não confiar em pesquisas eleitorais apressadas; explicar ao eleitorado que só é voto útil aquele dirigido a candidatos realmente comprometidos com os trabalhadores; estabelecer plataformas eleitorais com as idéias gerais do programa político do PT; e que a campanha política do partido deveria representar algo novo na história da participação eleitoral dos trabalhadores brasileiros. (Ibidem, p. 04 passim)¹⁷⁵

Conforme Margareth Keck (1991), o PT fez uma escolha inequívoca ao participar das eleições de 1982. Em primeiro lugar, foi alimentado pela confiança que o partido conquistara durante seu difícil processo de legalização. Em segundo, por não querer se fundir com outro partido, já que a legislação do período barrava coligações, não fusões.¹⁷⁶ Dessa forma, escolheu o caminho da independência política para poder disseminar o programa partidário, incrementar a organização política e envolver novos membros.

Feita tal opção, restava ao PT dinamizar o processo organizativo interno para a escolha dos candidatos que seriam lançados. Nesse processo, alguns elementos deveriam ser observados conforme apontou a Carta Eleitoral em análise: apoiar a escolha de candidatos em encontros democráticos distritais, municipais e estaduais e, sobretudo garantir a indicação dos núcleos; os candidatos a vereador deveriam

de influências, a corrupção financeira, as promessas mentirosas, o clientelismo eleitoral e, sobretudo, o desrespeito às normas e orientações do Partido” (Ibidem).

¹⁷⁴ O documento afirmava ainda que: “Nossa participação no processo eleitoral não pode servir, portanto, para desviar o Partido de seus objetivos programáticos” (Ibidem).

¹⁷⁵ Assim deveria ser a campanha: “A campanha eleitoral do PT será uma campanha de luta, ou seja, não basta pensar em eleger candidatos. Devemos fazer da campanha um mutirão político no qual o povo adquira maior consciência de sua situação e acredite em sua capacidade de transformar este País. Essa educação política das bases populares deverá ser a tônica de todas as nossas campanhas eleitorais” (Ibidem).

¹⁷⁶ As ‘pequenas legendas’ escolheram fundir-se com as ‘grandes’, como foi o caso do Partido Popular com o PMDB.

ser indicados em assembléias do Partido e nos locais de moradia, e; não emprestar a legenda do PT.

O PT deveria ainda deixar claro para quem quisesse se candidatar que alguns critérios deveriam ser observados, quais sejam:

- a) Participação nos movimentos dos trabalhadores, em seus diversos níveis; b) Representatividade social: ser expressão das diferentes lutas populares e democráticas; c) Participação nas atividades concretas de construção do PT, apoio das bases do Partido e claro compromisso com nosso programa e plataforma (CARTA ELEITORAL, 1981, p. 06).

As chapas petistas deveriam expressar 'força política' e serem compostas por candidatos que tivessem capacidade de realizar um trabalho eleitoral fundamentado politicamente, e que atuassem unitariamente em torno do programa e da plataforma do PT e das normas da campanha eleitoral. Ou melhor, chapas que obedecessem às decisões do Partido e que atuassem dentro da estrutura orgânica e partidária e de maneira coletiva na campanha. (Idem)

Contudo, observavam que a chapa poderia ser composta por lideranças políticas locais e nomes de expressão mais ampla, que representassem o arco social dos que militavam no PT ou que simpatizavam com seu crescimento. Além disso, as chapas deveriam considerar as especificidades regionais, estaduais e locais a fim de garantir a representatividade das diversas áreas. (Ibidem, p. 06 et seq.)

Em relação às campanhas eleitorais (1982 e 1984) definia a necessidade de unificação tomando por base a plataforma e a tática eleitoral do partido. A campanha eleitoral unificada¹⁷⁷ teria como objetivos:

¹⁷⁷ Ainda referente às campanhas eleitorais, o PT definiu o seguinte: "O Partido centralizará a propaganda eleitoral, as finanças e a organização da campanha (comícios, caravanas, cartazes, programas de TV e rádio). Com base na plataforma eleitoral, serão definidas as linhas de propaganda, dos textos, dos cartazes e panfletos da campanha. As estruturas específicas que o PT venha a organizar para a campanha, e especialmente os comitês eleitorais unificados, devem se apoiar nas secretarias do Partido, que deverão ser fortalecidas, e não abandonadas, no processo eleitoral. O comitê eleitoral unificado, que será constituído em nível municipal, estadual e nacional, coordenará todo o esforço eleitoral do Partido, assegurando a aplicação das normas aqui definidas". Em outro trecho afirmava: "Definidos os candidatos em cada região, área ou município, mediante valorização das lideranças locais, os diretórios e núcleos do PT não poderão ser transformados em comitês individuais de candidatos. Neles haverá trabalho para todos os candidatos do município ou região. Não haverá áreas proibidas ou fechadas, feudos ou cartórios de um só candidato. Para evitar dispêndio de energia entre candidatos em disputa por uma mesma área eleitoral, caberá ao Comitê Eleitoral Unificado dessa área organizar e coordenar a ação dos diferentes candidatos que aí desenvolverão a campanha". (Ibidem)

a) criar condições e oportunidades políticas e materiais iguais para todos os candidatos do PT; b) evitar que os núcleos e diretórios sejam corrompidos ou desativados; c) nossa campanha eleitoral deve ser ampla o suficiente para incluir todos os simpatizantes do PT no trabalho de propaganda e organização da mesma (Ibidem, 1981, p. 07).

Igualmente, seria organizado um fundo de finanças e estabelecido um conjunto de compromissos do candidato petista. O fundo financeiro comum serviria para dar condições iguais a todos na campanha eleitoral. Daí sua direção ficar a cargo das secretarias de finanças que criariam “[...] instrumentos para arrecadar recursos, contribuições e doações, distribuições de bônus, compra e venda de material de propaganda etc”. A administração desse Fundo ficaria sob a direção do Comitê Eleitoral Unificado correspondente. (Ibidem, 1981).

Para o caso de ter candidatos eleitos, o PT se antecipava estabelecendo algumas normas. Tais normas se pautariam pela manutenção de mecanismos permanentes de consulta e decisão, compostos por representantes dos trabalhadores. As normas estabelecidas foram às seguintes:

a) a atuação política dos chefes de Executivo e parlamentares do PT, os planos de ação e os critérios de aplicação de recursos serão submetidos aos órgãos partidários correspondentes; b) a iniciativa de projetos de lei será de organismos partidários ou de parlamentares, submetidos sempre a ampla discussão das bases; c) a contratação de assessores se fará ouvindo-se as direções partidárias executivas; d) a indicação de lideranças de bancadas parlamentares será feita ouvidos os diretórios das respectivas instâncias partidárias; e) em nível federal e estadual, os parlamentares e membros do Executivo eleitos pelo PT contribuirão financeiramente com o Partido com pelo menos 40% de seus proventos. Em nível municipal, a fixação de porcentagem estará a cargo do Diretório Municipal, ficando reservada à Direção Nacional a competência para examinar o critério que vier a ser estabelecido (CARTA ELEITORAL, 1981, p. 08).

Alertava, no entanto, para o fato de que o cargo eletivo era uma tarefa específica que o militante recebia e não um cargo seu. Nesse sentido, os parlamentares do partido assumiriam o compromisso político de não recorrerem ao dispositivo legal que lhes assegurava “[...] a possibilidade de recandidatarem-se independentemente do julgamento das bases sobre o seu desempenho”. Pois, não havia candidatos natos no PT (Ibidem).

Finalmente, o documento recomendava a observação rigorosa dessas normas para que o PT pudesse evitar “o joio do oportunismo, do vanguardismo, do eleitoralismo, do manobristo político, do aparelhismo”, e assim construísse um partido que merecesse a confiança dos trabalhadores. Pois, já teriam aprendido que

somente uma maneira inteiramente nova de fazer política seria capaz de conduzir a uma sociedade socialista na qual, os trabalhadores detivessem total e absoluto controle.¹⁷⁸

3.5. O 2º. Encontro Nacional (1982): a intenção 'parece' querer mudar

O 2º. Encontro Nacional do PT realizou-se em São Paulo (SP) nos dias 27 e 28 de março de 1982 no Instituto *Sedes Sapientiae*. Participaram 369 delegados inscritos com 24 Estados representados. Nesse evento foram aprovadas a Plataforma Eleitoral Nacional Trabalho, Terra e Liberdade para dirigir a atuação do partido nas eleições que aconteceriam em novembro do mesmo ano, e a Carta Eleitoral do PT que tem o mesmo conteúdo da resolução que se tornou pública no 1º. Encontro Nacional analisada anteriormente.

O conteúdo da Plataforma Eleitoral retomava algumas discussões anteriores, porém com maiores minúcias. O texto dividia-se em 12 tópicos com os seguintes títulos: 1. Sem liberdade a vida não vai mudar, pelo fim da Ditadura Militar; 2. Num país tão rico, é possível acabar com a fome; 3. Trabalhadores do campo: terra e melhores salários; 4. Não é por falta de tijolo que o trabalhador não tem onde morar; 5. Neste país, há pouca saúde e muito lucro com a doença; 6. A Educação e a Cultura são um direito e não um privilégio de classe; 7. Somos todos iguais: chega de discriminação; 8. No dinheiro do povo ninguém pode meter a mão; 9. Com os contratos de risco, os tubarões pouco arriscam e muito petiscam; 10. O poder para os trabalhadores e o povo; 11. A luta dos trabalhadores é a mesma em todo o mundo; 12. Só o socialismo resolverá de vez o nosso problema.

O processo eleitoral de 1982 se constituiu em momento singular para o PT impactando profundamente seus caminhos futuros. Foi à primeira oportunidade

¹⁷⁸ O evento posterior ao 1º. Congresso do PT foi a 1ª. Convenção Nacional que se realizou em Brasília (DF) com a participação de 47 delegados (dos 51 aptos a votar). Nesse evento referendou o 1º. Diretório Nacional, que havia sido eleito durante o referido congresso. Referendou ainda, o Manifesto de Lançamento, o Programa e o Estatuto do Partido lançados em 1980. Por ocasião dessa convenção, o partido já estava legalizado em 16 Estados como havia exigido a legislação. De igual modo, foram 16 os Estados representados: AC, AM, CE, ES, GO, MA, MG, MS, PA, PB, PI, PR, RJ, RS, SC e SP. (Fonte: Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo Partido dos Trabalhadores). Mas é interessante ressaltar que o auge desse evento foi o discurso de Lula que caracterizou o PT como um partido socialista.

concreta de se fazer conhecido por outros setores sociais e assim, testar sua credibilidade frente aos mesmos.¹⁷⁹

Na Plataforma Eleitoral petista para àquele período foram estabelecidos os princípios que orientariam a ação política na campanha eleitoral sem relegar a plano secundário sua relação com as bases sociais que dizia representar. De forma contundente o documento afirmava:

A campanha eleitoral do PT é muito diferente de todas as que nós, trabalhadores, participamos até hoje. É diferente porque temos o nosso Partido e escolhemos os nossos próprios candidatos; porque o PT combate a compra do voto, o cabo eleitoral e as promessas demagógicas [...] é diferente porque é [...] uma grande campanha de mobilização e organização dos trabalhadores, a partir das principais reivindicações do movimento popular. A campanha eleitoral do PT é uma campanha de luta, quer dizer, uma campanha que se compromete com todas as lutas dos trabalhadores (PLATAFORMA ELEITORAL, 1982, p. 01).

O PT em 1982, é importante ressaltar, estava apenas com dois anos de fundação. Registrava assim, dois anos de muita tensão política por intentar construir uma alternativa dos trabalhadores independente das elites dominantes no país. Fato que por si já era complexo.

Mas era um ano também em que o PT saíra do plano das intenções e se imiscuira na vida cotidiana dos trabalhadores tendo sob sua responsabilidade a necessidade de dirigir um fecundo movimento social que passou a ver nele a expressão de suas reivindicações mais imediatas.

Nesse sentido, seu pensamento político começava a ser recheado de proposições que contemplavam os problemas mais agudos para a construção da cidadania no país. Questões como a saúde, a educação, a reforma agrária etc. Inclusive, na defesa da saúde pública de qualidade adentrava em um item polêmico sobre a necessidade de por fim ao lucro gerado a partir da doença do povo quando afirmava que o aparato institucional existente (clínicas, hospitais, remédios, equipamentos hospitalares etc). Assim, este setor deveria ficar sob o controle do Estado, o qual deveria encampar também a indústria química e farmacêutica e empresas que atuassem no setor. Porém, frisava que esses serviços tinham de passar a ser controlados diretamente pela população e pelos trabalhadores da área (PLATAFORMA ELEITORAL, 1982, p. 04).

¹⁷⁹ O processo eleitoral acontecido em 1982 elegeu governadores, prefeitos, senadores, deputados federais, estaduais e vereadores, em todo o país como já visto no tópico anterior.

Outras questões também receberam tratamento mais acurado, tais como as referentes às diversas formas de discriminação: contra as mulheres, negros, índios e homossexuais. Criticava os salários diferenciados entre homem trabalhador e mulher trabalhadora, bem como a opressão sexual sobre as mulheres em geral. Defendia que os direitos deviam ser iguais para todos e ser respeitado o direito da mulher escolher se queria ou não ter filhos. Do mesmo modo criticava a forma como negros, índios e homossexuais eram tratados e defendia tratamento igual nas leis e nas práticas sociais. (Ibidem, p. 05)

Evidenciava-se nessas propostas, sem dúvida, a idéia de construir uma ‘nova cidadania’. Nesse caso, muito bem expresso por Dagnino (2004) quando afirmava que a mesma se constituía em um projeto para uma nova sociabilidade, ou melhor, “[...] um formato mais igualitário das relações sociais, inclusive novas regras para viver em sociedade, para a negociação de conflitos. Um novo sentido de ordem pública e de responsabilidade pública” (DAGNINO, 2004, p.03).

Realmente, o documento fazia afirmações ‘classistas’ demarcadoras da posição petista frente aos opositores capitalistas, e, também, às práticas clientelísticas próprias da formação social e política brasileira. Ademais, o discurso petista inovava frente ao pensamento dominante nos segmentos de esquerda do país quando procurava combinar as questões gerais com as específicas. Apesar disso ainda tecia considerações, mesmo tímidas, sobre a relação entre a questão do poder e o socialismo.¹⁸⁰

Margaret Keck (1991) ao fazer um estudo minucioso sobre a atuação petista na campanha eleitoral de 1982, registrou que a mesma foi conduzida pelo regime militar “como se as eleições constituíssem um passo fundamental na democratização brasileira” (KECK, 1991, p. 146). Mas para o PT elas significaram um momento crucial em sua definição e/ou construção identitária quando se deparou com a questão: construir um partido eleitoral legal ao mesmo tempo em que construía “um partido cuja principal esfera de atividade ancorava-se nos movimentos sociais” (Ibidem).

¹⁸⁰ Como a questão do poder, do socialismo e da democracia são recorrentes nos documentos petistas, só analisarei os mesmos a partir do 5º. Encontro Nacional no qual esses conceitos sofrem várias alterações. Nesse momento me limitarei apenas em expor como tais categorias eram vistas pelo PT nesse período.

O resultado eleitoral de 1982 foi considerado inexpressivo para o PT gerando na militância certo descrédito na capacidade de sobrevivência do partido.¹⁸¹ Mas para Keck (1991) a postura adotada pelo PT se mostrou contraditória com relação ao que realmente pretendia ao participar daquele processo eleitoral. Na visão da autora:

Em 1982, o PT adotou posturas contraditórias com relação ao processo eleitoral, afirmando, de início, que concorria para consolidar a organização partidária, já que não se podia esperar que as eleições trouxessem mudanças reais para os trabalhadores, e então, mais tarde, decidiu – especialmente em São Paulo – que concorria para ganhar. O partido oscilou entre um discurso centrado na problemática de classe, representando a si mesmo como partido dos trabalhadores e o PMDB como um partido que incluía os patrões, e um discurso mais amplo sobre participação e cidadania (KECK, 1991, p.146-7).

Como se quisesse relacionar a oscilação no discurso petista com o desempenho eleitoral ‘lamentável’ do PT em 1982 em termos de votos, Keck (1991) afirmava que tal fato teria levado muitos militantes a se afastarem das atividades partidárias por pelo menos três anos. Esse fato teria impactado a militância a tal ponto que em 1985 frente a outro processo eleitoral, o partido teria mudado de tática apresentando candidatos, sobretudo da classe média e adotando um discurso com apelo mais amplo. Tal postura teria ensejado resultados eleitorais bem mais expressivos em relação ao período anterior.

A Resolução Eleitoral petista enfocada trazia ainda as primeiras elaborações sobre o tipo de governo pretendido pelo PT. Com o título, “O poder para os trabalhadores e o povo”, iniciava a reflexão sobre os objetivos a serem alcançados pelo governo petista, ou seja, colocar a economia e a administração pública a serviço do povo (Ibidem, p. 06).¹⁸²

¹⁸¹ Mesmo assim, o PT elegeu 08 deputados federais, 13 deputados estaduais, 10 vereadores nas Capitais e 117 vereadores no interior dos Estados. (Cf. BURGOS, Raul. 1994, p. 86). Tudo isso em um período no qual ainda havia controle político por parte do regime militar, de oligarquias estaduais e regionais. Além de enfrentar um comportamento atípico da população brasileira frente à novidade de um partido só de trabalhadores.

¹⁸² Sua defesa era bastante clara a esse respeito: “O PT defende uma política econômica que dê prioridade à produção de bens de consumo popular, tratores e trens, e não bens de luxo, soja ou álcool. Damos mais importância às obras de saneamento e habitação do que às obras grandiosas, que encham os olhos dos bajuladores do regime”. Mais a frente continuava: “Colocar a economia a serviço do trabalhador só será possível se acabarmos com o verdadeiro império de agiotas em que o País está se transformando. Os bancos, corretoras de valores, seguradoras, parasitas que nunca plantaram um único pé de couve, elevam o preço do dinheiro, traficam com títulos da dívida pública, lucram com a mera circulação do dinheiro. O Estado tem de assumir o monopólio de todas as operações financeiras e orientar os recursos da poupança popular para onde interessa à maioria da

Para alcançar os objetivos propostos, no entanto, necessitaria da mobilização dos trabalhadores, pois conforme afirmava, não bastava à estatização das atividades produtivas. A mobilização era essencial para abrir espaços visando colocar o interesse público sob o controle popular. Pois o PT queria

[...] a construção de um novo poder, baseado na classe operária e na mobilização de todos os que vivem de seu próprio trabalho, para construirmos uma sociedade sem explorados e sem exploradores. Essa é a sociedade que os trabalhadores sonham e que, desde hoje, nossa luta prepara (Ibidem, 1982, p. 07).

Com essa afirmação colocava o socialismo como o poder futuro a ser construído, pois esse era um dos compromissos do PT desde a sua fundação. Em palavras textuais:

Desde sua fundação, o PT afirmou o compromisso com a construção de uma sociedade sem explorados. Isto é, o seu compromisso com a construção de um Brasil socialista. E isto porque, tendo nascido da luta dos trabalhadores, o PT, desde o início, percebeu que os meios de produção deveriam ser de propriedade social, servindo não aos interesses individuais de um ou outro proprietário. Queremos uma sociedade em que os homens sejam valorizados e onde nenhum homem possa ter o direito de explorar o trabalho de outro. Uma sociedade em que cada um e todos possam ter iguais oportunidades para realizar suas potencialidades e aspirações (Ibidem, 1982, pp. 07 - 08).

Reconhecia evidentemente, que as medidas defendidas não eram satisfatórias para galgar naquele momento ao que chamava 'estágio superior de civilização'. Mas dava com tais propostas, os primeiros passos para o socialismo que queriam. Inclusive, quando antecipava que tipo de relações de amizade o Brasil deveria ter com os povos que lutavam pela democracia e pelo socialismo.¹⁸³

população, e não para que dê mais lucro a um agiota qualquer. Impõe-se, portanto, a estatização do sistema financeiro sob o controle dos trabalhadores. Também é necessário acabar com o controle que os grandes monopólios exercem sobre a economia brasileira. Os interesses da maioria do povo justificam um combate sem trégua à ação nociva dos grandes monopólios sobre a nossa economia". Sobre a dívida externa analisavam: "O País não pode se matar para pagar uma dívida da qual quem mais lucrou foram sempre os banqueiros internacionais. Propomos um completo inquérito, para saber onde e como são aplicados os recursos provenientes da dívida. É preciso suspender o seu pagamento e estudar, caso a caso, as condições de reescalonamento dos prazos, renegociação, congelamento e até o não-pagamento. Para melhor controle desta situação, impõe-se também a nacionalização do comércio exterior". (Ibidem)

¹⁸³ Sob o tema *A luta dos trabalhadores é a mesma em todo o mundo*, o PT explicitava como deviam ser as relações no plano internacional. Diziam: "No plano internacional, somos solidários com todos os povos que lutam por sua libertação. Neste momento, essa luta adquire particular importância na América Central e na África Negra, assim como a luta do povo palestino pela reconquista de sua terra. O PT apóia a luta dos trabalhadores de todo o mundo. Cumpre ressaltar, neste momento, a luta dos trabalhadores da Polônia pelo aprofundamento do socialismo e pela democratização dos processos de decisão naquele país. Temos claro que a libertação de nosso povo depende também

Todavia, alertava que mesmo mantendo boas relações com esses povos, não iria importar de nenhum deles uma fórmula pronta de socialismo. (Ibidem, p. 08)

Nesse ponto, no meu entendimento, já se vislumbra indícios de um debate contínuo no interior do PT ao longo da década de 80, e de questões teóricas ambíguas no seu pensamento político. Refiro-me, em primeiro lugar, a paulatina substituição ou uso concomitante dos termos ‘trabalhador’ e ‘povo’ nas análises partidárias. Em segundo, o surgimento da crítica ao ‘socialismo importado’. Isso posto como clara referência aos PC’s e as correntes internas que já preconizavam as primeiras disputas pelo controle partidário. Principalmente, as trotskistas alinhadas à 4ª. Internacional às quais, conforme expressadas no documento em análise tinham concepções estranhas ao país.

Na realidade, o socialismo petista seria “definido por todo o povo”. Ou melhor, não nasceria de decretos de ninguém. Mas iria se definindo nas lutas do dia-a-dia e seria sinônimo de emancipação dos trabalhadores e de todos os oprimidos. Ora, a concepção de socialismo do PT nesse texto, não era muito precisa, a meu ver, pois se limitava a afirmar que tal sistema seria definido por todo o povo. Esboçando assim, certo caráter de indefinição e de incerteza teórica.

Realmente, as ‘imprecisões’ ou ‘descaminhos’ teóricos sobre esse conceito como será visto posteriormente, eram constantes nesse período inicial da vida partidária. Pois como lembra Meneguello (2003, p. 42)

Como proposta política, desde o início o PT se apresentou como partido ideologicamente plural, não filiado a qualquer doutrina, inclusive a marxista. Seu projeto era claramente classista, apoiado em uma idéia imprecisa de socialismo, mas que tratava de associar a construção do socialismo ao cotidiano das lutas sociais, tendo como horizonte a construção de uma nova cidadania e a estruturação democrática.

É bem verdade que a relação entre socialismo e democracia se constituiu para o PT numa questão crucial, principalmente como se observará no capítulo 03 deste trabalho, após a realização do seu 5º. Encontro Nacional. Tais categorias

da luta internacional dos trabalhadores. (Ibidem) Sobre a política externa brasileira afirmavam: “Defendemos, ainda, uma política externa independente, com o estabelecimento de relações diplomáticas com todos os países socialistas. Somos contra o Brasil manter relações diplomáticas com um Estado racista, como a África do Sul, e com a ditadura de El Salvador e se negar a manter relações com Cuba, Albânia, Vietnã ou Coreia do Norte. Os trabalhadores e os povos oprimidos de todo o mundo lutam contra a opressão e a exploração. No entanto, a libertação só vai ser efetivamente concretizada com a construção do socialismo” (Ibidem).

serão gradualmente alteradas a cada encontro realizado por esse partido, isto é, a democracia deixará de ser entendida como expressão de classe no capitalismo para ser tomada como um valor universal. E o socialismo se adaptará à categoria gramsciana de hegemonia como simples ocupação de espaços institucionais.

3.6. "Tudo muda o tempo todo no mundo": o terceiro Encontro nacional (1984)

No ano de 1984, entre 06 e 08 de abril se realizou o 3º. Encontro Nacional do PT no Pampas Palace Hotel em São Bernardo do Campo (SP). Estiveram presentes 287 delegados (eleitos na proporção de um para cada mil filiados) e 24 Estados foram representados.

Esse evento se realizou numa conjuntura bastante peculiar para o PT. Em âmbito interno, o partido se refazia da decepção eleitoral proporcionada pelas eleições de 1982 e procurava identificar questões para embasar suas ações futuras no âmbito parlamentar. Ora, o resultado eleitoral mostrara aos dirigentes petistas a dificuldade em atingir 'eleitoralmente' os trabalhadores. Assim, após o período eleitoral citado, o Partido começou a mover-se em outras direções visando atingir segmentos diversificados da sociedade civil. (KECK, 1991)

Concretamente, a opção dos setores dirigentes petistas pós-eleição anunciava a preocupação com 'a morte súbita' do PT caso não 'ampliasse' seu discurso, seus aliados e sua inserção política. Com base em tal suposição, se formou em meados de 1983, "uma coalizão dominante" denominada Articulação dos 113, fato marcante nos rumos futuros dessa organização.

Externamente, outros dois fatos tencionaram o 3º encontro petista. Um foi a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) nos dias 26, 27 e 28 de agosto em São Bernardo do Campo, SP. Essa Central se tornou a grande referência nacional das lutas políticas no Brasil e, como se sabe, a maior parte de seus componentes eram ligados ao PT. O segundo fato foi à organização do que seria o primeiro comício pelas eleições diretas no país em 27 de novembro, na frente do Estádio do Pacaembú, SP.

Foi então, no ‘calor’ desses acontecimentos que o 3º. Encontro Nacional se realizou.¹⁸⁴ Nele, se apresentaram teses vinculadas aos grupos que se alinhavam internamente, mas que ainda não eram conhecidos e nem aceitos como “Tendências”. O PT só reconheceu o direito de existência de Tendências a partir de 1989 por ocasião de seu 5º. Encontro Nacional.¹⁸⁵

O impacto do surgimento da “Articulação dos 113” expôs, sem dúvida alguma, o conflito latente no interior do PT. Conforme Keck (1991) a criação desse grupo foi uma tentativa de consolidar a liderança do partido, ligados a ala sindical (inclusive Lula) do partido, da Igreja Católica e de vários intelectuais. Na realidade, a criação desse grupo teria representado “um esforço para impor uma visão relativamente unificada da natureza e dos objetivos do PT” (Ibidem, 1991, p. 135).

Por um lado, a criação da Articulação ajudou no esclarecimento das diferentes posições do partido dando oportunidades aos seus membros de escolher entre elas. Por outro, significou a constituição de um grupo de líderes que para sobrevivência do partido realizou o que Panebianco considerou como uma ‘coalizão dominante’.¹⁸⁶ (PANEBIANCO apud KECK, 1991, p. 136)

As *Teses para a atuação do PT* (tese-guia), o *Regimento Interno* do PT, a *Resolução sobre Finanças*, a *Nota à Imprensa* sobre a Campanha das Diretas Já e as *Resoluções sobre a Fundação Wilson Pinheiro* foram os documentos aprovados no 3º. Encontro Nacional. A eleição do 2º. Diretório Nacional do PT se deu nesse encontro através de chapas que representavam seus blocos internos.¹⁸⁷

As *Teses para a atuação do PT* se dividiam em duas: as organizativas e as políticas. Inicialmente, as teses analisavam o momento no qual o PT e o país

¹⁸⁴ A partir do surgimento da “Articulação”, os encontros nacionais e estaduais passaram a apresentar teses e chapas correspondentes a cada agrupamento existente, mas na realidade não eram todas analisadas a não ser a “tese-guia”. Tal tese era a que dentre as outras recebia o maior número de votos no início de cada Encontro e que orientava toda a discussão política. A tese-guia aprovada em cada evento se vinculava quase sempre ao grupo majoritário, no caso específico a Articulação.

¹⁸⁵ As teses apresentadas foram às seguintes: 1) A ruptura popular: o projeto político do PT representada por Bruno Maranhão; 2) O PT na direção da luta, por Virgílio Guimarães; 3) PT/84: avançar na luta, por José Genoino; 4) Teses para a atuação do PT, representada por Lula (Tese guia).

¹⁸⁶ Panebianco citado por Keck (1991, p. 136) afirmou que “[...] uma coalizão dominante em um partido compõe-se daqueles atores organizacionais – quer estejam dentro quer, estritamente falando, fora da própria organização – que controlam as zonas de incerteza mais vitais. O controle desses recursos, por sua vez, faz da coalizão dominante o principal centro de distribuição de incentivos organizacionais dentro do partido”.

¹⁸⁷ As chapas pela ordem foram: 1) Por um PT de massa, encabeçada por Lula; 2) O PT se constrói na luta, encabeçada por Virgílio Guimarães. A chapa um (01) teve 179 votos e a dois (02) teve 93 votos.

atravessavam. Reconheciam que apesar das dificuldades enfrentadas após as eleições de 1982, o PT já se constituía em uma referência política para o povo e os trabalhadores brasileiros. Porém, admitiam a existência de dificuldades para consolidar o PT em âmbito nacional. (TESES PARA A ATUAÇÃO DO PT, 1984)

Dentre elas se destacavam às relacionadas com o fechamento da organização partidária com discussões estéreis, ideologizadas e acessíveis apenas a intelectuais tradicionais ou membros de organizações de esquerda. Por exemplo, a prática internista era incapaz de transformar os núcleos partidários em locais de encontro entre trabalhadores a fim de discutirem suas diferentes experiências de vida e de cultura. Ao contrário, haviam se transformado em instâncias burocráticas e fechadas. (Ibidem, p. 02)¹⁸⁸

Contudo, os problemas iam além dos enfrentados pelos núcleos constatava o documento. Ligavam-se a falta de políticas claras ou até mesmo às práticas equivocadas ou não adaptadas à realidade. Agindo assim, o partido adquiria uma imagem que afastava potenciais filiados ou o que era mais grave, “perdia militantes ativos, dificultando o crescimento partidário”.

Tal panorama precisava urgentemente ser modificado e as *Teses para a atuação do PT* vinham nesse sentido. Propunham cinco grandes tarefas: 1) Consolidar o PT como partido de massas; 2) Formar núcleos de base em cada recanto do país; 3) Formar os militantes para as lutas de massas; 4) Organizar a atuação parlamentar do PT; 5) Acabar com o amadorismo na questão das finanças do PT; 6) Intensificar a luta popular, sem atrelar os Movimentos ao Partido.

A consolidação do PT era a primeira das grandes tarefas organizativas detectadas pelos formuladores das *Teses*. Para alcançá-la, defendiam o fortalecimento do trabalho de base, pois o mesmo se constituía peça fundamental para estreitar os vínculos com o movimento popular. A segunda tarefa, tão importante quanto à primeira, seria atribuir outra dinâmica à vida dos núcleos de

¹⁸⁸ Outras dificuldades são apontadas como se pode perceber pelos seguintes trechos das *Teses*: “Até o momento, não temos uma política nacional de crescimento e construção partidária que vá além das tarefas de legalização, por mais indispensáveis que estas sejam. Pela quase completa falta de recursos materiais, e pelas dificuldades de mobilização de recursos humanos, não temos estabelecido prioridades nacionais que permitam pôr em prática a regionalização do Partido. Não podemos ter a crença ingênua de que é possível falar uma mesma e só linguagem em São Paulo, no ABC e no norte do País. Muito embora nossos objetivos sejam nacionais, não podemos querer que se tornem homogêneas e inteiramente iguais experiências dos trabalhadores que são diferentes nos quatro cantos do País. A realidade não é homogênea e igual, e temos de aprender a vê-la e a entendê-la”. (Ibidem)

base, já que compreendiam que a democracia interna começava através desses organismos, os quais eram fundamentais tanto para a sobrevivência da organização quanto para consolidar o caráter de massas pretendido. (Idem, p. 03)¹⁸⁹

Realmente, desde a fundação do PT, a existência dos núcleos de base desempenhou importante papel dentro de seu projeto político. Tais instâncias se mostraram essenciais em sua luta por democracia interna e externa, pois possibilitavam a existência de um canal de participação dos militantes nos debates e na definição das políticas petistas. Para Gadotti e Pereira (1989) o PT se configurava em um partido democrático desde suas origens pela existência dos núcleos de base. Por isso, ao respeitar as decisões das bases se diferenciava dos partidos tradicionais.

Contudo, com a redefinição programática priorizando a luta eleitoral paulatinamente os núcleos de base foram perdendo a força de veicular o debate interno necessário à manutenção do esforço democrático. É bem verdade que no período ora em discussão, esse problema era ainda embrionário demonstrando apenas, o início do acirramento interno entre as diversas tendências sobre o caráter e a natureza do PT. E nele, a predominância do discurso da Articulação na tentativa de desqualificar as propostas de seus opositores.

Outra tarefa tida como necessária nas *Teses Organizativas* do PT era a formação política dos militantes. Formação esta entendida como reflexão sobre as próprias experiências bem como, sobre as experiências acumuladas pelos trabalhadores em geral ao longo da história. Formar os militantes era primordial, pois o partido, de acordo com o texto, tinha “uma grande responsabilidade histórica: a de não cair nos erros e nos vícios da política tradicional”. Contudo, teriam que evitar dois erros comuns: o do ‘ativismo’ e o do ‘teoricismo’, que se constituíam

¹⁸⁹ Os núcleos de base eram concebidos como sendo organismos vitais para o partido como se percebe no trecho que segue: “Uma política de organização partidária exige uma infra-estrutura mínima. O núcleo deve ser um local conhecido dos filiados e da comunidade, onde possa centralizar as suas atividades e realizar as suas reuniões. E o Diretório do Partido deve ter sua sede, seu telefone, seus meios de divulgação interna e externa, seu calendário de atividades. Tanto no núcleo quanto no Diretório, militantes, filiados e simpatizantes devem encontrar o espaço necessário para que possam discutir os seus problemas, trocar experiências, aprender um pouco mais sobre o País e sobre os trabalhadores. Deve ser um local em que possam ter acesso aos documentos que tratam da construção partidária e aos debates internos do Partido. Deve ser ainda, um local em que possam receber informações e contar com material de formação política e ideológica do Partido. Sem essa infra-estrutura e sem essa organização, os núcleos e Diretórios se tornam entidades fantasmas, que só existem na hora de cumprir exigências legais, ou quando funcionam como aparelhos para eleições de delegados nas disputas internas do Partido”. (Ibidem)

respectivamente nos excessos, abusos e desvios da atividade prática e da atividade teórica. (Ibidem, p. 04) ¹⁹⁰

Organizar a atuação parlamentar do PT era a quarta tarefa necessária. Para isso, a compreensão interna sobre a atuação no Parlamento deveria ser bem focada, pois não poderia ser substituída pela luta dos trabalhadores, nem tampouco subestimada.

O Parlamento, na visão das *Teses* deveria

[...] ser utilizado pelo PT como espaço político para combater projetos e medidas antipopulares, originados do Executivo, do próprio Parlamento ou de grupos de pressão do poder econômico e político dominante; para fiscalizar o uso de recursos públicos e o andamento da administração pública; para denunciar todas as medidas contrárias aos interesses da classe trabalhadora; para apresentar e fazer aprovar medidas legislativas em benefício dos trabalhadores; para divulgar as propostas, as diretrizes, o programa e as idéias do PT. (Ibidem, 1984, p. 05)

Todavia, não podiam 'alimentar' ilusões sobre essa esfera de poder já que no Brasil, "[...] o Legislativo tem poderes extremamente limitados, quando comparado com o Executivo forte e autoritário [...]". Daí que uma das lutas do PT seria "[...] lutar continuamente para que o Parlamento recupere suas prerrogativas políticas e sua independência diante do Executivo" (Ibidem, p. 05).

Nesse ponto compreendo que o PT se esforçava em conviver com a idéia de participar nos processos eleitorais como forma de denúncia das políticas desfavoráveis aos trabalhadores. Mas também, já anunciava a possibilidade de galgar postos através da institucionalidade com fins de alterar a correlação de forças estabelecida.. Confirmava-se tal assertiva pelo espaço cada vez maior que os parlamentares passaram a ter no interior do partido e, conseqüentemente, na definição de sua política.

Ora, os parlamentares do PT pautariam sua atuação com base em critérios. Um deles seria não ter privilégios dentro do partido. O parlamentar como filiado teria os mesmos direitos e deveres como qualquer outro membro. E nesse caso, não

¹⁹⁰ Ainda sobre a formação: "A atividade política só amadurece quando os que a praticam fazem também o seu esforço de reflexão, análise e previsão de seus desdobramentos históricos. Esforço de reflexão e de análise que não se confunde com o teorismo de alguns, para os quais o discurso, na aparência avançado, serve apenas para encobrir a impotência na prática". Desse modo, defendiam a execução de um programa de formação: "É hora de implantarmos no PT um programa de formação política que capacite cada filiado a desempenhar seu compromisso de luta ao lado dos trabalhadores. Em cada núcleo e em cada Diretório devemos estabelecer programas de debates, seminários e cursos, que tratem das experiências e da realidade de seus filiados e da região em que vivem, do trabalho que executam ou dos movimentos sociais de que participam". (Ibidem)

deveria ser discriminado ou combatido como corpo estranho à organização (Idem, p. 05).

Na verdade, o parlamentar teria sua responsabilidade ampliada pelo fato de exercer uma função pública e, por isso, o partido não poderia deixá-lo sozinho no exercício dessa função. Reforçava, porém que os parlamentares petistas deveriam atuar conforme as diretrizes gerais estabelecidas nos documentos partidários, em especial, na Plataforma e nas Cartas Eleitorais. (Idem)¹⁹¹

A quinta tarefa no âmbito da organização petista era acabar com o amadorismo na questão das finanças. Ao reconhecer que uma de suas maiores dificuldades era a falta de recursos financeiros¹⁹² e que tal questão era tratada com amadorismo por todos, inclusive pelos dirigentes, as *Teses* propunham um plano de arrecadação que tivesse um caráter profissional. Desse modo os diretórios deveriam profissionalizar 'cobradores' que recolhessem

[...] até mesmo a domicílio, a contribuição financeira de cada filiado ou simpatizante. Além dessa contribuição individual, os núcleos e os Diretórios devem realizar permanentes atividades destinadas a obter fundos, tanto para cobrir suas próprias necessidades quanto para o pagamento da quota correspondente aos organismos superiores do Partido. (TESES PARA ATUAÇÃO DO PT, 1984, p. 06)

A contribuição financeira dos filiados deveria ser entendida como ação política, consciente e de grande significação para a existência do partido. Mas a política financeira da organização não poderia depender só dessa forma de contribuição (Idem).

A última tarefa proposta pelas *Teses Organizativas* era intensificar a luta popular, sem atrelar os movimentos ao partido. Deveria ser claro que partido e

¹⁹¹ Os parlamentares petistas contavam com o apoio das "bancadas parlamentares" que de acordo com o texto, eram órgãos partidários que estabeleciam conjuntamente com outros órgãos do PT, "[...] planos de ação e de organização das atividades de seus membros, de maneira a conjugar as três funções básicas de um parlamentar petista: a sua intervenção política, no Parlamento, em favor dos trabalhadores; a sua atuação permanente em benefício dos movimentos populares dos quais ele é representante; e as suas tarefas imprescindíveis na construção e no fortalecimento do PT". (Ibidem)

¹⁹² Sobre esse assunto, o texto assim se reportava: "O problema de falta de recursos no PT é generalizado. A verdade é que a grande maioria dos filiados e dos militantes não paga regularmente a sua contribuição ao seu núcleo de base, ao seu Diretório Distrital, Zonal ou Municipal. Muitos desses núcleos e Diretórios não contribuem para os Diretórios Regionais. E a grande maioria dos Diretórios Regionais não faz chegar a sua contribuição ao Diretório Nacional. Os poucos recursos que o PT tem conseguido resultam de contribuições pessoais de alguns filiados ou simpatizantes, ou de iniciativas isoladas de alguns organismos partidários. No plano nacional, a maior parte desses recursos vem da contribuição de parlamentares petistas". (Ibidem)

movimento social agiriam dentro da especificidade de cada um. O PT lutaria pela autonomia e independência dos movimentos frente ao Estado e os demais partidos, inclusive ele próprio. Mas por isso, não se furtaria do direito e do dever de formular propostas para os movimentos sociais (Idem, p. 06 passim).

Quanto às *Teses Políticas* aprovadas, algumas temáticas foram novamente enfocadas como, as relações internacionais,¹⁹³ a política econômica e o regime militar,¹⁹⁴ a necessidade da reforma agrária,¹⁹⁵ a luta por eleições livres e diretas em todos os níveis.¹⁹⁶

Entretanto, novas questões emergiram como a da greve geral contra a ditadura militar e a política econômica;¹⁹⁷ e outras adquiriram novas “roupagens” como a do poder e governo: a proposta do PT e a conquista de governos para atender ao interesse dos trabalhadores. (Ibidem, p. 08 et seq.)

¹⁹³ Nesse item o PT defendia: “Como partido político que aspira ao socialismo, o PT deve defender uma política internacional em favor dos interesses dos povos que lutam por sua libertação. [...] Uma política externa independente implica, hoje, a ampliação das relações comerciais e diplomáticas com os países socialistas e do Terceiro Mundo. A luta do povo brasileiro é inseparável das lutas dos outros povos latino-americanos, pela semelhança das condições econômicas, históricas e culturais. Daí nossa prioridade para o fortalecimento de laços com os movimentos de libertação latino-americanos, que têm, hoje, como pontos principais a Nicarágua, El Salvador e Cuba. Por outro lado, cabe ressaltar, neste momento, ao lado das lutas dos povos latino-americanos contra o imperialismo, a luta dos trabalhadores da Polônia, que resistem em torno do Movimento Solidariedade”. (Ibidem)

¹⁹⁴ Sobre a crise financeira afirmava: “A crise não afeta indistintamente todos os setores da sociedade e vem sendo gerenciada para favorecer as classes dominantes, ou seja, o grande capital nacional e multinacional e o sistema financeiro. O capitalismo joga o peso da crise sobre os trabalhadores e o povo, e só morrerá se for combatido pela luta política dos trabalhadores no rumo de uma sociedade sem explorados e sem exploradores”. “[...] Como medida urgente e indispensável para fazer frente a esses problemas, defendemos o rompimento imediato dos acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI). É também indispensável [...] a imediata suspensão do pagamento da dívida externa, acompanhada por investigação profunda [...] com garantia da divulgação dos resultados aos trabalhadores e ao conjunto da população, para que, então, se possa decidir, soberanamente, sobre uma dívida que o povo não contraiu, e se possa chegar, assim, à punição judicial dos responsáveis pelas falcaturas, pela corrupção e pelo descalabro econômico a que o País está reduzido”. (Ibidem)

¹⁹⁵ Quanto ao que a reforma agrária significava para o PT: “Para nós, reforma agrária significa transformações profundas nas relações de propriedade e de trabalho no campo. Todavia, entendemos também que não basta a divisão da terra. São indispensáveis medidas complementares, como o fornecimento de créditos, tecnologia, transporte, silagem, levando-se em conta as diferentes categorias de trabalhadores rurais brasileiros, como pequenos proprietários, parceiros, posseiros e empregados”. (Ibidem)

¹⁹⁶ Sobre a defesa de eleições livres e diretas: “Queremos eleições livres e diretas em todos os níveis por entendermos que só ao povo cabe escolher aqueles que devem governá-lo. Não cremos que eleições livres e diretas sejam atributos exclusivos do regime liberal burguês. A luta por eleições livres e diretas significa, para nós, apenas o começo do futuro democrático e socialista que desejamos para o Brasil”. (Ibidem)

¹⁹⁷ Sobre a greve geral, o PT afirmava que seu grande desafio era “[...] transpor as bandeiras do campo puramente institucional, para [...] combinar-se e desdobrar-se num plano que preveja grandes jornadas de lutas de massas contra o Regime, tais como a proposta apresentada pela CUT [...] de uma greve geral”. (Ibidem)

O tópic *Poder e Governo: a proposta do PT* reforçou a idéia sobre a necessidade dos trabalhadores galgarem as diversas esferas governamentais. Asseverava que *governo e poder* são formas políticas distintas e os trabalhadores não podem se eximir de participar de ambas. Seus argumentos são incisivos:

O PT não seria um partido político se não almejasse o poder. Também não seria um partido político se limitasse suas atividades apenas ao plano da denúncia, da crítica e da reivindicação, recusando-se a pensar na sua possibilidade de ser governo e, ainda mais, em conquistar o poder. Chegar ao poder significará, para os trabalhadores, ter acesso a condições e meios para ajudar as transformações econômicas, sociais e políticas desejadas pelos trabalhadores e pela maioria da população (TESES PARA ATUAÇÃO DO PT, 1984, p. 11).

O poder para o PT era concebido como uma construção a partir das bases da sociedade, dos movimentos populares, dos sindicatos e de outras formas de organização dos explorados. E seu desenvolvimento se efetivaria com uma política de crescimento, de acumulação de forças e de construção de uma alternativa popular.

Mas, alertava para o fato de que “a democracia que interessa aos trabalhadores não se esgota nas instituições, mas se articula com formas diretas e massivas de participação popular”. Conseqüentemente, tal participação deveria conduzir a uma sociedade sem explorados nem exploradores, e sem a divisão entre governados e governantes. Ou seja, a luta do PT era pela construção do socialismo. (Ibidem, p. 12)

A questão do poder, no entanto, não estava colocada naquele momento de acordo com a avaliação petista de “forma imediata e consciente para a totalidade dos trabalhadores”. Por isso a atuação partidária deveria ser para alterar a correlação de forças a favor dos trabalhadores, daí a necessidade de formular uma alternativa de governo para o País, tendo em conta que os governos que fossem conquistados deveriam servir de ponto de apoio para a luta contra o Regime Militar. (Ibidem)¹⁹⁸

¹⁹⁸ Para reforçar a defesa dessa tese, o texto afirmava: “Já não basta, por exemplo, a denúncia do desemprego; devemos dizer aos trabalhadores quais as nossas propostas para resolver o problema e criar empregos. Embora também seja indispensável, não basta, apenas, a apresentação de reivindicações aos governos que aí estão estabelecidos; precisamos nos preparar para o dia em que sejamos capazes de, como governo, atender nossas reivindicações como trabalhadores. [...] Precisamos nos preparar para mostrar que existem coisas que se pode fazer imediatamente em benefício do povo e que só não são feitas quando os governos não representam, de fato, os interesses dos trabalhadores”. (Ibidem)

Diante do exposto, o PT concluía que sua meta era conquistar os governos para atender aos interesses dos trabalhadores. Assim, o governo do PT estaria a serviço da ampla organização e mobilização dos trabalhadores, “[...] reforçando sua caminhada rumo à construção de uma sociedade sem explorados e sem exploradores”. (Idem)

Inegavelmente, nesse ponto da exposição petista se observa um discurso genérico e ao mesmo tempo ambíguo sobre a relação entre governo e poder político. Ora poder e governo são formas distintas e os trabalhadores não podem se eximir de participar em ambas, ora a questão do poder ‘parece’ ser colocada como conquista de governos, ou ainda, a conquista de governos seria fundamental para a construção do poder já que os mesmos eram importantes para atender os interesses dos trabalhadores.

Infere-se a partir dessa visão que o pensamento político petista sinalizava com a possibilidade de realizar dois tipos de reformas na sociedade brasileira, conforme apontou o então dirigente petista, Plínio de Arruda Sampaio (1986, p.132): “reformas na estrutura da economia e reformas na estrutura do poder”. As primeiras se colocavam no âmbito do direito de propriedade, da relação entre o capital e o trabalho e, da educação e saúde. As segundas deveriam

[...] centrar-se na ampliação do controle democrático do povo sobre as autoridades investidas de poder, direta e indiretamente, pelo voto popular e na introdução de mecanismos de participação mais direta da população nas decisões do governo (SAMPAIO In SADER, 1986, p. 132).

A visão de Sampaio (1986) é muito similar a da filósofa e também militante petista, Marilena Chauí ao considerar a necessidade de democratizar o Estado brasileiro marcado por uma forma “completamente oligárquica e autoritária” (CHAUÍ, 2006, p. 09).

As *Teses para atuação do PT* acrescentavam ainda que o governo petista se comprometeria com o princípio de servir à coletividade através da criação e do fortalecimento de canais de participação popular. Exemplos desses canais seriam os conselhos populares que favoreceriam a participação da população nas decisões políticas e administrativas e consolidaria as condições para a fiscalização dos interesses públicos em relação à administração de governo. (Ibidem, p. 13)

Para o futuro governo do PT, a defesa das principais bandeiras dos trabalhadores - trabalho¹⁹⁹, terra²⁰⁰ e liberdade²⁰¹ – se constituíam na materialização de seus compromissos de governo. Todavia, outras questões deveriam ser resolvidas pelos governos petistas, como as da saúde, da educação, da moradia, do transporte, da segurança pública, da alimentação, bem como o combate às discriminações sociais e a corrupção.

Diante de toda essa plataforma contida nas *Teses para a atuação do PT*, o Diretório Nacional eleito teria como tarefa, assumir e cumprir o que havia deliberado o 3º. Encontro Nacional em todos os lugares e instâncias no qual o partido desenvolvesse atividades.

Em janeiro de 1985, o PT tentou organizar um Encontro Nacional Extraordinário em Diadema, SP, mas por falta de quorum transformou-se em uma Reunião ampliada do Diretório Nacional que confirmou o boicote ao Colégio Eleitoral que elegeu indiretamente Tancredo Neves, Presidente da República.

Através do documento *Contra o Continuismo e o Pacto Social por uma Alternativa Democrática e Popular*, o PT manifestava sua posição bem como, fazia uma análise da campanha das *Diretas-Já*. Além desse texto, foi aprovada *A política*

¹⁹⁹ Nesse ponto, o PT defendia: “[...] combater o desemprego com propostas imediatas, como a redução da jornada semanal de 48 para 40 horas sem diminuição de salário, e estabilidade no emprego aos assalariados, tanto do campo quanto da cidade. O salário-mínimo tem que ser real e unificado, e os demais salários têm que ser reajustados numa escala móvel periódica e baseada na inflação. Os desempregados deverão ter salário-desemprego, além de vantagens nos serviços públicos, como passe-livre nos transportes coletivos e uma cesta básica de alimentos subsidiados pelo poder público. [...] Essas mudanças nas relações de trabalho deverão estar contidas num novo tipo de política econômica, em que se garantam a independência do Brasil em relação ao FMI e às multinacionais, a suspensão imediata do pagamento da dívida externa e a estatização dos Bancos; enfim, uma economia voltada para os interesses da maioria da população”. (Ibidem)

²⁰⁰ Sobre a questão da terra defendia: “A reforma agrária, sob controle dos próprios trabalhadores, é medida urgente e inadiável. A posse da terra a quem nela trabalha e o implemento da agricultura básica para o País será de extrema importância no combate aos problemas sociais do campo, do desemprego e da fome que rondam a casa do trabalhador. O governo do PT apoiará, sem temor, a luta pelo fim do grande latifúndio e da especulação e grilagem de terras. Assumirá o compromisso da distribuição de terras ao pequeno agricultor e dará garantias de preço a ele nas safras e colheitas. Subsidiará o agricultor na compra de sementes, adubos e equipamentos agrícolas, controlando o uso de substâncias nocivas. Outra tarefa do governo petista no campo será o combate ao grileiro e ao atravessador das safras. No trajeto entre o campo e a mesa do trabalhador, quem perde é o produtor e o consumidor, e quem lucra é o intermediário e especulador. Além disso, o governo petista estenderá os direitos conquistados pelos trabalhadores urbanos aos trabalhadores rurais”. (Ibidem)

²⁰¹ A defesa da liberdade se dava muito em torno do regime militar vivenciado pelo país: “O governo do Partido dos Trabalhadores deverá reforçar e garantir a realização de eleições livres e diretas em todos os níveis, com direito de voto para os analfabetos e praças das corporações militares. O governo também lutará pela revogação expressa das leis cerceadoras dos direitos civis e políticos dos cidadãos, como a Lei de Greve, a LSN, de Imprensa, a CLT, o Estatuto dos Estrangeiros e as referentes à organização sindical e partidária, e pelo desmantelamento dos órgãos de segurança”. (Ibidem)

de organização do PT ²⁰²que mesmo centrando a análise nos problemas de organização, fazia uma discussão relevante sobre *Parlamentarismo e Antiparlamentarismo no PT*. Nela, esboçava a existência de conflitos entre os parlamentares e a direção do PT devido à recusa dos primeiros em acatar as deliberações saídas das Convenções partidárias. Assim, o texto refletia e indicava os caminhos para dirimir tais conflitos.

Quanto ao documento 'a política de organização do PT' a reflexão se deu sobre a ação dos partidos existentes na sociedade. Os partidos burgueses, afirmava o texto, faziam distinções entre seus filiados, especificamente, entre dirigentes que na maioria das vezes eram os parlamentares do partido, e, a massa de filiados que só eram chamados a cada dois anos para homologar as decisões partidárias. Inclusive, em certos casos, o poder de decisão passava ao largo desses órgãos e se concentrava nas bancadas parlamentares, servindo o partido apenas como instrumento de condução ao Parlamento (A POLÍTICA DE ORGANIZAÇÃO DO PT, 1985).

Mas também entre os partidos de origem popular e mesmo operárias que abdicaram da luta por transformações de fundo na sociedade capitalista existia a prática de serem "[...] pouco mais do que simples apêndices de suas bancadas no Parlamento" (Ibidem, p. 17).

No PT as práticas seriam diferentes por que

O parlamentar [...] tem todo direito, assim como qualquer outro filiado, de apresentar suas propostas ao Partido, lutar por elas nas instâncias partidárias, divergir de outras propostas e, inclusive, debatê-las em público ou através dos meios de comunicação. Como detentor de um mandato popular, tem por obrigação tentar expressar, através de sua atuação, os anseios da parcela da sociedade que o escolheu para representá-la (Ibidem, 1985, p. 18)

Ele só não poderia esquecer que o mandato foi obtido através do Partido, ao qual passava a representar no Parlamento. Pois o parlamentar petista deveria atuar no sentido de cumprir as diretrizes coletivas dos encontros nacionais e não agir

²⁰² Esse documento retomava algumas questões de organização que já haviam sido contempladas nas *Teses para a atuação do PT* aprovadas no 3º. Encontro Nacional. De acordo com o documento citado, os problemas de organização relatados pelas *Teses* persistiam e que o Diretório e a Executiva Nacional não tinham sido capazes de executar o programa aprovado. Contudo, outros problemas se somaram como "[...] a constante crise entre o conjunto do Partido, sua direção, bancada federal e vários parlamentares do PT em nível municipal e estadual [...]. (Ibidem) Assim, o partido deveria agir rapidamente para debelar tal situação.

individualmente.²⁰³ Caso acontecesse o descumprimento dessas diretrizes, a Executiva Nacional deveria solicitar “o autodesligamento dos quadros partidários” do parlamentar que assim agisse. Mesmo correndo tais riscos, o partido não poderia desqualificar ou subestimar a importância do trabalho parlamentar e institucional. (Ibidem)

3.7. O quarto Encontro Nacional: de volta ao sindicalismo e as eleições

As resoluções do 4º. Encontro Nacional acrescentavam novas elaborações para a construção do corpo teórico e político desse partido. Realizado em São Paulo (SP) de 30 de maio a 1º. de junho de 1986 no Hotel Danúbio, contou com a presença de 334 delegados e com 24 Estados representados. Elegeu o 3º. Diretório Nacional que teve o número de membros ampliado para 80, incluindo os suplentes. Concorreram duas chapas para eleição do DN: 1) Articulação por uma proposta democrática, de massas e socialista para o PT tendo à frente Olívio Dutra; 2) Alternativa Operária e Popular liderada por Raul Pont.²⁰⁴

Mais uma vez a dinâmica da “tese-guia” orientou o debate entre as principais posições do partido. Nesse encontro, foram aprovadas como teses-guias: 1) *A Linha Sindical do PT* organizada com o material dos encontros nacionais sindicais do partido ocorridos em Diadema, em 1985 e 1986; 2) *Documento Eleitoral Básico*; 3) *Articulação por uma proposta democrática, de massas e socialista para o PT*.

²⁰³ Dentre essas diretrizes o Encontro reafirmava as seguintes: “A indicação de lideranças de bancadas parlamentares será feita ouvindo os Diretórios das respectivas instâncias ([2º] Encontro Nacional do PT de 27 e 28 de março de 1982 – Carta Eleitoral); a contratação de assessores se fará ouvindo as direções partidárias executivas ([2º] Encontro Nacional do PT de 27 e 28 de março de 1982 – Carta Eleitoral); as iniciativas e propostas políticas mais importantes dos parlamentares são de responsabilidade do Partido, devendo ser discutidas, anteriormente, por seus órgãos de direção (Artigo 48, letra c, do Regimento Interno aprovado no [3º] Encontro Nacional, de 7 e 8 de abril de 1984); a contribuição mensal dos parlamentares estaduais e federais será de 40% de seus rendimentos (fixo + variáveis + sessões extras), à Tesouraria Nacional. Por fim, faz-se necessário que os parlamentares do PT, em todos os níveis: a) realizem reuniões sistemáticas e periódicas entre as bancadas federal, estadual e os vereadores, para encaminharem políticas comuns, trocarem experiências e articularem a atuação nos três planos: federal, estadual e municipal; b) articulem sua atuação nos movimentos sociais, com os núcleos de base e Diretórios do PT e com as entidades populares, através de reuniões periódicas, relatórios, discussões e debates comuns; c) mantenham, através das bancadas, boletins de informação que se constituam em mais um canal de comunicação com o conjunto do Partido. (Ibidem)

²⁰⁴ O resultado da votação expressou os seguintes dados: chapa 1 teve 226 votos (72,2%); chapa 2 com 87 votos (27,8%); brancos: 07 votos; nulos: 06 votos.

A *Linha Sindical do Partido dos Trabalhadores* sintetizava um conjunto de elaborações em torno do sindicalismo no Brasil e da postura política que seria adotada pelo partido nessa área.²⁰⁵ Dentre as elaborações contidas nesse documento, destaquei somente aquelas que estabeleciam certa aproximação com a temática aqui exposta²⁰⁶ como: Trabalhadores, Partidos e Sindicatos; Relação dos Sindicatos com o Estado; O PT e a autonomia sindical; A construção do PT.

Em relação à temática, *Trabalhadores, Partidos e Sindicatos* havia a defesa da necessidade dessas instituições na luta por uma sociedade sem explorados e exploradores, ou seja,

A classe trabalhadora, no seu movimento histórico de superar a situação de simples massa de homens explorados no interior do sistema capitalista, para tornar-se uma classe consciente do seu papel transformador da sociedade, constrói, através da luta de classe que se opõe à burguesia, as organizações coletivas que traduzem o grau atingido por sua luta: os sindicatos e os partidos de trabalhadores (LINHA SINDICAL DO PT, 1986, p. 01)

Mas observava que os sindicatos mesmo sendo fundamentais em uma sociedade de classes, seriam limitados para conduzir a luta pela mudança de regime, o que caberia aos partidos políticos. Até porque os sindicatos tinham como função agrupar os trabalhadores de modo geral, por serem organismos elementares de unidade. (Idem)

No item '*Relação dos Sindicatos com o Estado*', a discussão movia-se em torno da autonomia que os primeiros deveriam ter frente ao segundo. Pois em uma sociedade capitalista, o Estado "[...] é um instrumento da burguesia para garantir sua supremacia social, política e econômica [...]" (Ibidem). Daí a luta do PT ser

[...] pela mais completa independência dos sindicatos, pelo fim do controle organizativo, financeiro e político destes pelo Estado e pela soberania das

²⁰⁵ Como esse documento traz uma discussão muito específica e ao mesmo tempo muito ampla sobre a temática sindical, não me deterei na exposição do seu teor, pois incorreria em possível distanciamento da temática que aqui busco explicitar. Contudo, é interessante citar os tópicos: I) Trabalhadores, Partidos e Sindicatos; II) O Movimento Operário no Brasil; III) Características do modelo corporativo; IV) O peleguismo; V) A contribuição (imposto) sindical; VI) 1946: a oportunidade perdida; VII) Unidade, unicidade e pluralismo sindical; VIII) Relação dos Sindicatos com o Estado; IX) O PT e a autonomia sindical; X) Alguns pontos básicos; XI) Nossa atuação; XII) A luta contra o peleguismo; XIII) Pelo fim do Imposto Sindical; XIV) O sindicalismo rural; XV) Movimento sindical e Movimento popular; XVI) Fortalecimento da CUT; XVII) A construção do PT; XVIII) Como fundar um sindicato. (Ibidem)

²⁰⁶ Adotei esse procedimento para a análise dos documentos muito extensos ou volumosos, inclusive, para não prejudicar a visão de conjunto dos dados analisados. Desse ponto em diante, todos os documentos que comportavam discussões muito vastas e/ou genéricas delimitarei a análise para os temas ou trechos que tivessem maior pertinência com o objeto de estudo desta pesquisa.

assembléias sindicais. Lutamos também pela extinção de todas as deformações geradas pelo prolongado controle estatal sobre o sindicalismo brasileiro, particularmente o assistencialismo, o corporativismo e o verticalismo (LINHA SINDICAL DO PT, 1986, p. 07).

O PT se considerava produto dessa autonomia sindical, por isso enfatizar em seu programa tanto a liberdade quanto à autonomia dessa esfera social. Os militantes petistas da área sindical deveriam agir em prol do fortalecimento e do crescimento da organização dos trabalhadores. (Ibidem, p.09)²⁰⁷

Mas essa relação entre o PT e os sindicatos passava por questionamentos como se detecta no item 'XVII. A construção do PT'. Uma das questões levantadas por seus militantes era sobre "uma possível perda de direção dos trabalhadores no PT". Havia uma queixa entre esses militantes

[...] de que os dirigentes sindicais petistas, em geral, estão fora dos grandes debates que ocorrem no Partido, de que não possuem espaços de participação nos Diretórios e de que os Diretórios e núcleos não contemplam os problemas que eles vivem no movimento sindical (Ibidem, 1986, p. 16).

Afirmavam também que o PT estaria perdendo os objetivos originais de sua fundação e que a CUT, em vista disso, se via obrigada a assumir propostas mais avançadas do que o PT. Ao tentar responder os questionamentos desses militantes, o documento analisava que primeiramente, "[...] grande parte dos dirigentes sindicais petistas não participam das instâncias de decisão do PT", tendo em vista que "[...] eles são filiados a núcleos e Diretórios cuja atividade passa longe do movimento sindical". Em segundo, por não participarem das instâncias de base, "não são eleitos como delegados aos Encontros Municipais, Regionais e Nacionais, nem escolhidos para os órgãos de direção do Partido". (Ibidem, p. 17)

²⁰⁷ Os militantes deveriam observar ainda os seguintes pontos: "A estrutura material dos sindicatos não deve ser vista como algo a ser usado pelo Partido para os seus próprios fins, mas sim como forma de fazer crescer a organização específica dos trabalhadores e suas conquistas; Os petistas, dentro do sindicato, devem defender e favorecer os direitos à participação de todos os associados, qualquer que seja sua posição no interior do movimento sindical, bem como de todos os membros da categoria; Os petistas são defensores intransigentes da participação e decisão das bases sobre os destinos do sindicato, impulsionando a organização dos trabalhadores nos locais de trabalho; Os petistas se empenharão para atuar de forma unitária no movimento sindical. Eles incentivarão fóruns democráticos e defenderão o respeito às decisões ali tomadas; O PT jamais tentará substituir o sindicato. Os petistas procurarão, sempre, atuar em consonância com as palavras de ordem e orientações que as assembléias sindicais decidirem; Os petistas, naturalmente, lutarão pela renovação das direções sindicais acomodadas ou conciliadoras e estimularão a posição do movimento sindical classista no sentido de opor-se à atual estrutura e legislação sindical. Não devem, porém, sobrepor essa preocupação a interesses de avanço da mobilização e politização de cada categoria, adotando atitudes sectárias ou divisionistas". (Ibidem)

Com tal situação criava-se um fosso entre dirigentes sindicais petistas e direção partidária o que dificultava o cumprimento das decisões adotadas para o movimento sindical. A saída apontada no âmbito organizativo era a construção de núcleos de base por categoria e por local de trabalho e também, dar maior peso deliberativo aos núcleos (Idem).

A solução desses problemas não deveria ter apenas caráter organizativo, pois estava diretamente imbricada com o tipo de partido que queriam construir e isso incluía, sobretudo, definir a direção ou em outras palavras, a hegemonia ideológica e política que deveria prevalecer no PT (Idem).²⁰⁸

Ademais se fazia necessário a transformação qualitativa dos trabalhadores, especificamente dos dirigentes sindicais “em intelectuais-operários”, ou seja, sujeitos capazes de elaborar teorias que correspondessem à realidade da luta de classe e servissem na orientação da mesma. Além de terem que participar efetivamente nas diversas instâncias, nas discussões e decisões e nas direções partidárias (Ibidem, p.18).

Quanto aos problemas enfrentados pelos militantes do setor sindical do PT naquele período é importante considerar a afirmação de Marco Aurélio Santana (1998) sobre as limitações que envolveram os setores do “novo sindicalismo” os quais em grande parte eram militantes desse partido. Diz o autor:

No meio sindical as práticas do ‘novo sindicalismo’, apesar dos avanços importantíssimos para o sindicalismo nacional, foram se demonstrando também limitadas para as tarefas que se propunha e pelas quais criticava a ação dos militantes do passado. A alteração da estrutura sindical cedeu lugar a um certo acomodamento e coexistência. A organização nos locais de trabalho não se espalhou como esperado, permanecendo uma experiência limitada. Com a mudança de contexto sócio-político e econômico, o discurso radicalizado abriu espaço ao discurso da negociação (SANTANA, 1998, p. 09).

Entendo nessa questão que as mudanças na estratégia e na tática petista direcionadas pela sua crescente institucionalização dentro da ordem do capital já se

²⁰⁸ Em palavras textuais afirmavam: “Quando falamos em direção, tratamos, acima de tudo, de hegemonia. E hegemonia compreende, principalmente, os aspectos ideológicos e políticos, sendo o aspecto organizativo uma decorrência deles. De nada adianta os dirigentes sindicais petistas terem participação e cargos na organização do Partido se eles não conseguirem imprimir ao PT um programa de luta e uma ação que corresponda aos interesses de classe dos trabalhadores assalariados modernos, se eles não conseguirem apresentar propostas políticas que sejam flexíveis e, ao mesmo tempo, estejam impregnadas de conteúdo de classe, se eles não conseguirem estabelecer as pontes entre a luta econômica de melhoria de condições de vida e trabalho dos trabalhadores e a luta política pela participação nos mecanismos de poder do próprio sistema capitalista e a luta pela transformação social, pelo socialismo”. (Ibidem)

fazia sentir em seus vários setores de atuação. Tal dinâmica, portanto, não possibilitava aos setores sindicais aprofundarem questões que traziam à tona os longos e até mesmo imperceptíveis laços que vinculavam os períodos e práticas diferenciadas que separavam o novo e o velho sindicalismo. (SANTANA, 1980).

No documento ora em destaque, é interessante observar a referência aos problemas causados pela atuação das 'Tendências' do PT. Os argumentos mostravam a importância do "caráter aberto, de massas, democrático e socialista" do partido com a existência de diferentes correntes de opinião. Porém, a gravidade do problema era que algumas *Tendências* se constituíam em "partidos dentro do Partido" com política e disciplina próprias, contrapondo-se à "política adotada democraticamente pelo Partido, rompendo com a disciplina do PT [...]" (Ibidem, p. 20).²⁰⁹

O '*Documento Eleitoral Básico*' também aprovado no 4º. Encontro Nacional procurava organizar as ações do PT para as eleições de 1986. O texto muito extenso continha orientações para o partido enfrentar a próxima campanha eleitoral. Questões como a conquista de postos parlamentares proporcionais e majoritários, a busca de governos estaduais, critérios de escolha de candidatos, método de formação de chapas, organização das campanhas e outras mais, foram contempladas. Na realidade esse texto alterava em muitos pontos o regimento interno do PT aprovado anteriormente no tocante à questão eleitoral.

A questão da participação eleitoral envolve muitas concepções na arena política e por isso, tem sido alvo de intensas polêmicas, principalmente nos setores de Esquerda. Daí ser interessante apresentar como o PT compreendia esse conceito.

A campanha eleitoral para o PT se constituía em um momento singular, ou como "uma particular forma de luta política" que tem dentre seus objetivos fazer "[...]

²⁰⁹ Afirmavam ainda: "Algumas tendências que atuam no PT, mesmo quando em teoria afirmam o contrário, consideram o PT como uma frente de massas e agem em correspondência com essa concepção. As decisões dos órgãos dirigentes do PT só são levadas em conta se coincidirem com as próprias decisões das instâncias dirigentes dessas tendências. Nessas condições, elas rompem constantemente não só com a disciplina, mas também com a democracia interna do PT. Esse método de ação das tendências prejudica a construção do PT como partido. Na medida em que este avança para construir-se, cada vez mais, como um verdadeiro partido de classe, embora mantendo seu caráter aberto, de massa e democrático, a existência de tendências com política e disciplina próprias transforma-se numa aberração dentro do Partido, e tende a criar obstáculos à sua construção. O importante é que os quadros e militantes das tendências cheguem a compreender o caráter de partido do PT e, então, se engajarem na sua construção como partido aberto, de massas, democrático e socialista". (Ibidem)

avançar o nível de organização e conscientização da classe trabalhadora e, com isso, mudar a correlação de forças e alcançar transformações concretas em benefício da população”. Assim, a campanha eleitoral serviria também para que os trabalhadores criassem e fortalecessem suas organizações sindicais e populares próprios. (DOCUMENTO ELEITORAL BÁSICO, 1986, p. 02)

Mas o PT também tinha outras pretensões com a(s) campanha(s) eleitoral. Uma delas era “firmar-se como a grande alternativa de oposição à transição conservadora”. Além de procurar “[...] desenvolver a independência política dos trabalhadores em relação às classes dominantes, seus partidos políticos e candidatos”. Outra pretensão era propagandear, alastrar e fortalecer o próprio PT através da eleição, tanto para ampliar o número de filiados quanto conseguir um significativo número de parlamentares e de governos estaduais. A democratização da Constituinte e da Constituição também estava em seu arco de intenções. (Ibidem, p. 03)²¹⁰

Para viabilizar suas pretensões o PT organizaria uma campanha eleitoral na qual, os seus candidatos defendessem um conjunto de conquistas que significasse

[...] um real avanço democrático na sociedade brasileira. Todos os candidatos petistas devem contribuir para que a futura Constituição incorpore essas conquistas democráticas, alargando, assim, as possibilidades concretas de, agora, oferecer uma alternativa global à transição conservadora e abrindo caminho para transformações estruturais na direção do socialismo (Ibidem, 1986, p. 03).

Nesse caso, a escolha dos candidatos deveria obedecer a alguns critérios e a formação das chapas deveria adotar certos métodos. Os critérios obrigatórios eram os seguintes: ser filiado ao PT e comprometer-se com a aplicação das diretrizes partidárias; participar da campanha; ter conduta pública; relacionar-se com as instâncias partidárias e com entidades representativas da população; além de obrigações organizativas, inclusive financeiras, para com o partido. Tudo isso evidentemente, deveria ser assinado em documento apropriado (Ibidem, p. 04).

²¹⁰ Sobre isso afirmava: “[...] o PT procurará contribuir para que as eleições se tornem o mais democráticas possível, priorizando, durante a campanha, o combate a todas as leis repressoras e formas de opressão, alargando ao máximo o acesso à produção e à difusão nos meios de comunicação, exigindo a eleição direta para presidente da República, ampliando o direito de voto e de elegibilidade para soldados e praças das Forças Armadas, defendendo ampla e irrestrita liberdade de organização e atividade político-partidária”. (Ibidem)

Para composição de chapas, os métodos variavam de acordo com o cargo eletivo, se para governador e vice, senadores, deputados estaduais e federais. A questão das coligações deveria ser entendida como atos formais entre dois ou mais partidos, e com explícitos fins eleitorais. Nessa perspectiva, as coligações eleitorais não deveriam ser confundidas com outros tipos de alianças, acordos, apoios etc. E claro, as ‘dobradinhas’ com candidatos de outros partidos, estavam proibidas pelo Diretório Nacional. (Ibidem, p. 05 et seq.)

Como se pode ver as coligações entre partidos já eram aceitas, mas na perspectiva de alianças políticas temporárias ‘para fins eleitorais’. Nada de barganha de cargos ou posições programáticas definidoras dos rumos do possível ‘governo’. Sem dúvida, tal postura reforçava a manutenção da independência política do partido.

Dentre os objetivos estabelecidos pelo PT para as eleições de 1986, dois deles se destacavam frente ao futuro da organização e ao processo de consolidação de seu ideário político:

[...] eleger o maior número possível de candidatos petistas para postos majoritários e proporcionais, a fim de aumentar a força política das teses petistas e criar condições de avanço da democracia e das conquistas da classe trabalhadora (Ibidem, 1986, p. 10).

Em outro objetivo declarava que a campanha eleitoral serviria para “ampliar, fortalecer e dinamizar o Partido” divulgando sua compreensão sobre as mudanças imediatas e de construção, no Brasil, de uma sociedade socialista. (Ibidem)

Para a filósofa Marilena Chauí (1986) o processo eleitoral permitia a um partido político interagir com a sociedade e definir seu modo de inserção social e política. Nessa direção se o PT pudesse recolher o ensinamento desse processo poderia criar três espaços políticos próprios:

O da *representação* de direitos, interesses e reivindicações provenientes de lugares sociais diferenciados e múltiplos; o da *ampliação* política desses direitos, interesses e reivindicações para além dos lugares imediatos onde surgiram, generalizando politicamente a pluralidade social; o da *proposição* de novos poderes da constituição de um campo político aberto, onde os diferentes poderes são capazes de se limitar uns aos outros pelo reconhecimento de seus direitos recíprocos e de suas esferas de efetuação diferentes (CHAUÍ, 1986, p. 62). (grifos da autora)

Mas Chauí (1986) não defendia a tese de que o PT devesse se organizar “como partido de eleições e para eleições”.²¹¹ Ao contrário, afirmava a autora, que as eleições possuíam significados simultâneos que careciam de exame. Os significados teriam sido trazidos pela tradição liberal e pela tradição de esquerda.

A liberal encarava as eleições “como simples rotina para rodízio nos postos de governo e troca de cargos no interior do Estado, isto é, a idéia de alternância”. A tradição de esquerda percebia a participação em eleições “apenas como instrumento formal dotado de duas caras”: pelo lado das classes dominantes, as eleições eram vistas como um “instrumento de legitimação da dominação” e, pelo lado dos explorados, elas serviam para “acumular forças, ocupar espaços e preparar a tomada do poder por outras vias” (CHAUÍ, p. 63).

A argumentação de Chauí (1986) corrobora com a tese, questionável, de que as eleições no processo democrático simbolizam a “vacância temporária” do poder. Em suas palavras:

Na democracia, as eleições indicam, ainda que por um lapso de tempo muito breve, que o poder não se identifica com os governantes (que por isso podem ser mudados), que possui várias fontes sociais diferenciadas e conflitantes e que se origina na própria sociedade. Porque as eleições simbolizam o breve instante em que o poder surge como lugar vazio [...] (CHAUÍ, 1986, p. 63).²¹²

A afirmação de Chauí é aceitável, em seus aspectos gerais. Mas comungo com a idéia de que o processo eleitoral ou as eleições, ‘simbolizam um lugar vazio’ no âmbito da superestrutura, não do poder político concreto que se expressa na estrutura econômica.

A visão de Chauí posteriormente foi compartilhada pela maioria dos dirigentes petistas que acabaram por se definir pela proposição da “democracia como valor universal”, que sem dúvida, tinha na dinâmica eleitoral seu espaço privilegiado de atuação. Contudo é válido considerar que o período no qual a autora tece suas considerações, o PT ampliava sua influência no campo institucional com um

²¹¹ Cf. CHAUÍ, Marilena. E agora, PT? Caráter e Identidade, 2ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 62.

²¹² A autora prossegue afirmando as conseqüências políticas sobre esse “lugar vazio”: “a primeira é o esforço político, ideológico e econômico da classe dominante para dissimular o sentido do processo eleitoral; a segunda, contrária à primeira, é a possibilidade de um partido político apresentar-se à sociedade como *alternativa de poder* e não como simples *alternância no poder*”. (grifos da autora)

discurso e uma prática, até certo ponto, classista. E isso numa conjuntura adversa como a que vivia o Brasil no final da ditadura militar.

Evidentemente, o discurso petista era permeado por ambigüidades que oscilavam entre a democracia representativa e uma tentativa de constituir uma democracia participativa. Exemplo claro dessa assertiva foi à participação nas eleições para prefeitos das capitais, em novembro de 1985, quando o PT paulista apresentou-se na mídia como uma alternativa de poder, de massas e socialista, porém com uma “nova forma de condução da imagem do partido”. Ou seja, essa nova forma de apresentação tentava desconstruir a imagem “dura” que o partido carregava. Tal fato provocou protestos internos,²¹³ pois o partido na prática atenuava a ênfase em seu conteúdo programático em prol do alargamento de sua capacidade eleitoral. (MENEGUELLO, 1989)²¹⁴

O Documento Eleitoral Básico se posicionou ainda sobre os *Mandatos* dos parlamentares petistas daquele período. Os mandatos defenderiam e/ou adotariam algumas resoluções como: as bancadas e os diretórios deveriam indicar as lideranças para o setor parlamentar correspondente; elaborariam planos e projetos de atuação parlamentar. Quanto aos candidatos, abririam mão de quaisquer privilégios legais, repudiariam a carteira de Previdência e verba pessoal especial para parlamentares. Outras questões também foram abordadas como a questão dos assessores e dos funcionários parlamentares, dos veículos, das máquinas e utensílios usados pelos eleitos, da contribuição financeira mensal etc.

O '*Plano de Ação Política e Organizativa do Partido dos Trabalhadores para o período 1986/87/88*' destacava o estágio de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, as perspectivas de transformações na direção do socialismo, a transição e crise da burguesia, o pacote econômico, o Congresso Constituinte, as tarefas políticas e as questões organizativas dentre outros. Para a presente análise considereei significativas as questões do estágio de desenvolvimento do capitalismo

²¹³ Parte das bases partidárias concordava com essa estratégia de ampliação da imagem, especialmente, os setores ligados a Tendência Articulação. A outra parte identificada com os setores mais a esquerda questionavam essa forma de participação. (MENEGUELLO, 1989)

²¹⁴ Meneguello (1989, p. 199 - 200) registra que em São Paulo, “[...] o PT aumentou sua votação em todas as áreas sócio-econômicas e distritos eleitorais em relação às votações obtidas em 1982, ampliando sua receptividade em segmentos sociais diferenciados”. Mais na frente ela complementa: “Os resultados eleitorais de 1986 acusavam certo incremento eleitoral do partido e revelavam que seu crescimento era menos vinculado à presença local de bases organizacionais partidárias que em 1982, apontando, portanto, que o alcance da proposta petista extrapolava os limites da performance anterior” (Ibidem, p. 201).

no Brasil e as perspectivas de transformação na direção do socialismo e transição e crise da burguesia.

Sobre a análise do capitalismo no Brasil o texto destacava inicialmente seu alto nível de desenvolvimento, porém afirmava sua forma desigual ao observar os aspectos regionais. Se no Centro-Sul e Sul do País o desenvolvimento fora intenso, no resto do país tal fato não se repetiria. Formas atrasadas de produção, economia mercantil e economia capitalista conviviam normalmente. (PLANO DE AÇÃO POLÍTICA E ORGANIZATIVA DO PT, 1986, p. 01)

Desse modo floresceu um capitalismo concentrado e centralizado em determinadas áreas do país, gerando uma enorme diversidade de trabalhadores assalariados urbanos e rurais da indústria, do comércio e também da agricultura. Além do crescimento de uma pequena burguesia de extensão razoável. Mas o capitalismo no Brasil teria crescido também através de um intenso processo de expropriação sobre camponeses, pequenos e médios proprietários urbanos que haviam aumentado sobremaneira. (Idem)

Evidentemente, que o traço marcante do desenvolvimento capitalista brasileiro era sua forma “subordinada e dependente do capitalismo internacional, tanto com a penetração do capital estrangeiro no País, quanto com a quase completa dependência científica e tecnológica”. Dependência essa construída sob a forma de investimentos diretos e empréstimos, favorecendo de um lado, as multinacionais ao colocar os setores fundamentais da economia sob seu controle. E por outro, por ter transformado o País no maior devedor do mundo, deixando-o à mercê dos interesses do capital financeiro internacional. (Ibidem)

As classes sociais resultantes desse processo manifestaram não apenas as diferenciações regionais, mas também a cultura política peculiar a essas localidades. A burguesia, de acordo com o PT, seria originária dos senhores de terra da época imperial e que gradativamente incorporara e integrara a si “setores mercantis e comerciais, o setor industrial (1930), o setor latifundiário e financeiro (1950), o setor de serviços e de comunicação, bem como o setor de monopolização e internacionalização do capital (1964) etc”. ²¹⁵Já a pequena burguesia ou classe

²¹⁵ Fazia ainda esta observação: “Não obstante alguns dos setores integrantes da burguesia brasileira apresentarem divergências e conflitos entre si em determinados períodos conjunturais, eles têm se mostrado capazes de integração e unificação ideológica e política em momentos de crise, como o mostram a Revolução de 30, a Redemocratização de 1945, a implantação da Ditadura Militar em

média como denomina o texto, se formara a partir do período colonial, mas fora sofrendo transformações sucessivas tanto em termos étnicos como demográficos, econômicos, sociais, políticos e culturais.

Sua composição social variava entre

[...] o produtor agrícola individual ou familiar, o micro e o pequeno empresário comercial ou industrial, o trabalhador autônomo, o profissional de nível superior empregado no Estado ou na empresa privada, o trabalhador intelectual das áreas de serviços e comunicações, o trabalhador manual com preparo técnico e salário diferenciado em relação à massa operária, até os estudantes e parte do clero e do pessoal subalterno das Forças Armadas etc (Ibidem, 1986, p. 02).

Mesmo heterogênea em sua composição tinha em comum a exploração econômica, a opressão política e ideológica realizadas pela burguesia. Contudo, essa comunhão não propiciava a formação de “um projeto histórico e ideológico único”. Pois diversos setores e integrantes dessa parcela da sociedade eram constantemente cooptados pela burguesia, tanto econômica como politicamente. (Idem, p. 02 - 03)²¹⁶

Quanto à formação das classes trabalhadoras o processo se fizera lento e bem diversificado no tocante a sua constituição. Assim, o PT considerava três grandes setores constitutivos das classes trabalhadoras brasileiras: “a classe média (rural e urbana), os assalariados urbanos (com uma fração que se destaca dos demais – a classe operária) e os assalariados do campo”. (Ibidem, p. 03)

A constituição da classe trabalhadora urbana se fizera com descendentes de imigrantes estrangeiros, pela proletarização da classe média urbana e rural bem como, pela migração interna entre campo-cidade. Isso se amplia a medida do desenvolvimento industrial, financeiro, comercial, de serviços e de outros tipos. A classe operária se expandia consideravelmente a ponto de já ser encontrada em graus diferenciados, em praticamente todo o território nacional. Tal fato era significativo para o PT porque a classe operária era considerada como a fração estratégica das classes trabalhadoras pelo seu papel na produção e na reprodução para a acumulação de mais-valia, sustentáculo de todo o sistema capitalista. (Idem)

1964 e, mais recentemente, a superação do risco de uma ruptura democrática e a conquista de uma relativa hegemonia por meio da transição conservadora (1984)” (Ibidem).

²¹⁶ Afirmavam ainda sobre as classes médias: “Além de tudo isso, a classe média brasileira sofre, de maneira marcante, as diferenças regionais, e enquanto é mais presente e atuante no centro-sul, ou nas capitais, é mais rarefeita e desorganizada no interior, ou no norte e nordeste” (Ibidem).

Quanto aos assalariados do campo, o texto não explicitava sua constituição, mas se referia ao fato de serem menores em volume e terem condições de trabalho inferiores ao dos urbanos. Por vezes equivaleriam aos pequenos e médios produtores agrícolas em termos de condição de trabalho e de vida. (Idem)²¹⁷

Concomitante ao desenvolvimento das classes sociais ocorrera o crescimento de camadas marginalizadas que não encontravam lugar no mercado de trabalho ou dele eram expulsas, tanto pelo desemprego estrutural quanto pelo conjuntural. Tais camadas por não conseguirem inserir-se no mercado de trabalho se tornavam alvos do banditismo, da prostituição, da violência, do tráfico de drogas e de outras formas de marginalidade social. (Idem)²¹⁸

Sobre o processo de “conscientização e organização das classes sociais” era constatado uma acentuada desigualdade. A burguesia, evidentemente, sempre havia contado com condições favoráveis tanto para sua organização, aplicação de seus projetos quanto “[...] para criar instrumentos de dominação econômica, militar, política e ideológica capazes de manter, reforçar e perpetuar sua permanência no poder” (Ibidem, 1986, p. 04).

O Estado brasileiro se constituiu em um desses instrumentos no qual a burguesia se apoiou ao longo de seu processo de dominação.²¹⁹ Na realidade se tornara moderno, poderoso, aparelhado material e culturalmente, mas com o objetivo de “manipular” a realidade em benefício da burguesia.²²⁰ Sua função

²¹⁷ Conforme o texto: “9. Os assalariados do campo diferenciam-se dos urbanos não apenas pelo volume consideravelmente menor que esse contingente ocupa no processo de produção, mas também pelas condições de trabalho, significativamente inferiores às que, em geral, vigem nas cidades. Além disso, os assalariados rurais também se distinguem de certas camadas da classe média rural, que dispõem de algum tipo de meio de produção, integral ou compartilhadamente. Muitas vezes, o trabalhador assalariado do campo não se distingue do pequeno ou mesmo médio produtor agrícola, em termos de condição de trabalho e de vida e, dependendo da região do País e das características da produção agrária, o produtor sem terra tem nível de vida mais precário do que o assalariado rural, mesmo temporário”. (Ibidem)

²¹⁸ Sobre tal situação o texto afirma: “Essas camadas marginalizadas de trabalhadores, não conseguindo entrar ou reentrar no mercado de trabalho urbano ou rural, acabam engrossando o banditismo, a prostituição, a violência, o tráfico de drogas e outras formas anti-sociais de sobrevivência, cujas principais vítimas são os próprios trabalhadores assalariados e as camadas inferiores da classe média”. (Ibidem)

²¹⁹ Assim afirma o documento: “A história dos últimos cem anos é, em parte, a história do crescimento e do desenvolvimento do Estado burguês, isto é, do Estado da classe dominante no sistema capitalista”. (Ibidem)

²²⁰ O Estado conforme o texto: “O Estado brasileiro destes últimos anos do século XX é um Estado moderno, poderoso, aparelhado material e culturalmente; ramifica-se em ministérios, órgãos, repartições e instituições que detêm grande conhecimento concreto da realidade brasileira, bem como os mecanismos para interferir e alterar essa realidade em seu benefício, vale dizer, em benefício da classe burguesa. No campo das estatísticas, da ciência e da tecnologia, das

estender-se-ia para além do campo econômico e político controlando desde atividades educacionais às atividades culturais e artísticas, da comunicação social (rádio, TV, imprensa etc.), dos sindicatos, federações e confederações, ou seja, de várias entidades da Sociedade Civil. A exposição dessa realidade, de acordo com o PT demonstrava um quadro de inegável situação de luta de classes que em alguns períodos se mostrava nítida e em outros, permanecia latente e oculta. (Ibidem, p. 04 - 05)

O desenvolvimento capitalista no Brasil, concluía o PT, se dera de “maneira desigual e subordinada ao imperialismo” e mesmo com toda modernidade alcançada não teria conseguido resolver as contradições fundamentais do desenvolvimento do conjunto da sociedade. (Idem, p. 06)

Em tempos de crise apelava para a repressão e medidas paliativas destinadas a acalmar e/ou cooptar setores sociais mais combativos. Desse modo,

A superação definitiva da exploração e da opressão sobre o povo brasileiro não se dará com simples reformas superficiais e paliativas, mas sim com a ruptura radical contra a ordem burguesa e a construção de uma sociedade sem classes, igualitária, que, por meio da socialização dos principais meios de produção, vise a abundância material para atender às necessidades materiais, sociais e culturais de todos e de cada um de seus membros, ou seja, a construção do socialismo (Ibidem, 1986, p. 06).

O PT considerava que o conjunto da classe trabalhadora não estava ciente da necessidade do socialismo. Mas na análise petista, o desenvolvimento capitalista brasileiro engendrava tanto o aumento das classes sociais quanto das lutas entre as mesmas. Dessa maneira surgiam condições que permitiam o acúmulo de forças, ampliavam o espaço democrático, asseguravam e intensificavam os avanços e as conquistas populares, criando assim, instrumentos capazes de conduzir às transformações indispensáveis na construção da sociedade socialista. (Idem)

A percepção do PT sobre o ‘pouco’ conhecimento dos trabalhadores acerca do socialismo adentrava, em meu juízo, em uma análise ‘subjetivista’. A consciência dos trabalhadores para esse partido galgaria patamares mais elevados espontaneamente. Nesse sentido compreendo que o PT desprezava sua própria

telecomunicações e da comunicação social, do poder policial e militar, dos recursos materiais e dos recursos humanos – estes, em grande parte, recrutados na classe média de formação universitária ou técnica – o Estado brasileiro é um instrumento da classe burguesa que não pode ser ignorado nem minimizado”. (Ibidem)

condição de intelectual coletivo, capaz de dirigir e educar as massas como pensava Gramsci.

Contraditoriamente, afirmava que face às condições concretas apresentadas na conjuntura seria possível acumular forças para “criar brechas e caminhos” rumo ao socialismo. Argumentava que para lograr uma perspectiva de transformação rumo ao socialismo, três vertentes de conhecimentos teriam que se combinar:

[...] o estudo sistemático, objetivo e aprofundado da realidade concreta do Brasil, nas suas dimensões histórica, social, econômica, cultural, política e institucional; a teorização da prática social dos movimentos sociais brasileiros, notadamente o popular, o sindical e o político-partidário, fonte indispensável para a apreensão concreta do que e do como fazer histórico cotidiano nas condições brasileiras; e a avaliação crítica das contribuições teóricas dos que pensaram a construção do socialismo, pelo seu cotejamento com as experiências concretas já tentadas em vários países de todo o mundo nestes últimos cem anos (PLANO DE AÇÃO POLÍTICA E ORGANIZATIVA DO PT, 1986, p. 07).

Se o socialismo era assim concebido, esse esforço teria como resultado um socialismo original, longe dos modelos ‘importados’. Em palavras textuais:

O resultado desse esforço há de ser a imagem de um socialismo não ‘livresco’, nem de ‘gabinete’, nem de ‘cúpula’ [...], nem ‘retórico’, nem ‘imposto’ etc., mas sim de um socialismo nascido da realidade brasileira, pensado e construído a partir da vontade e das ações das classes trabalhadoras, nas condições de necessidade e de possibilidade que essas mesmas classes irão modificando com sua ação concreta (Ibidem, p. 07).

Mas o caminho para alcançar o socialismo no Brasil, “provavelmente”, de acordo com o PT, se modificaria e assumiria “mil formas de manifestações”. Seu eixo básico central seria combinar ações políticas de massa, auxiliadas por todas as formas de luta da classe trabalhadora, da participação em campanhas eleitorais às greves e aos enfrentamentos com a burguesia e com o Estado. (Idem, p. 07)

Nesse sentido, os trabalhadores teriam um longo período de acúmulo de forças, inclusive, organizativo tendo que combinar conquistas reais no plano político, econômico e social, que lhe permitissem avançar para o socialismo. Essa etapa envolveria

[...] um processo de integração e unificação de seus diversos setores e frações num projeto histórico e político comum, em que sejam levados em conta tanto os objetivos finais – a construção do socialismo – quanto às peculiaridades e os conflitos que hoje distinguem, e às vezes separam aqueles setores e frações (Ibidem, p. 07).

É claro que no processo para as transformações rumo ao socialismo no Brasil, o apoio das grandes camadas da pequena burguesia rural e urbana seria fundamental. Porém, deveriam ser asseguradas condições reais do progresso social as mesmas, sem ameaças aos seus limitados meios de produção. (Idem)

Frente a essas constatações, o PT delineou nesse texto, o arco de possíveis alianças políticas para alcançar o socialismo. Dizia o texto:

Alianças e acordos serão necessários, e indispensáveis, entre o conjunto heterogêneo de forças políticas e sociais que atuam no interior das classes trabalhadoras, e que, cada uma a seu modo, representam com maior ou menor grau de legitimidade interesses e valores setoriais e conjunturais dos diversos componentes da classe. Por outro lado, é impossível supor alianças estratégicas com a burguesia e com as forças políticas que sustentam a dominação e a hegemonia da classe burguesa e a perpetuação do sistema capitalista (Ibidem, p. 07).

Admitia, no entanto que em determinadas conjunturas era imprescindível fazer acordos restritos e limitados em torno de pontos definidos, concretos e objetivos com forças que não lutavam pelo socialismo.²²¹ Com certeza a construção socialista não seria obra de um só setor, uma só fração de classe ou de um só partido. Por isso, o PT admitiria acordos com forças sociais e político-partidárias, mesmo que essas forças não tivessem o socialismo como objetivo final. (Idem)

Mas a sociedade socialista que se ergueria no Brasil não obedeceria

[...] mecanicamente os preceitos de substituição imediata, por meios administrativos ou executivos, da propriedade privada dos meios de produção e circulação pela propriedade social; nem substituir prontamente a economia mercantil por formas sociais de distribuição, circulação e consumo; nem implantar uma completa organização planificada da economia. As leis econômicas em ação numa determinada sociedade não podem ser extintas ou modificadas por decretos, mesmo quando esses decretos tenham um considerável respaldo político de massas, como demonstrou a experiência de construção dos países socialistas (Ibidem, 1986, p. 08).

²²¹ Contudo advertia que: “[...] mas é necessário abandonar de vez a ilusão de que seja possível manter uma tática antagônica à estratégia, ou de que, com palavras e discursos hábeis, seja viável enganar momentaneamente as forças sociais e políticas contrárias ao socialismo. As experiências históricas do Brasil e de outros países mostram que são os pretensos enganadores que sempre acabam logrados, e que as alianças da classe trabalhadora com a burguesia só favorecem os interesses desta, e atrasam ou impedem o avanço da organização daquela, bem como o caminho para o socialismo” (Ibidem, p. 07).

Conforme a análise petista no Brasil o desenvolvimento capitalista ainda não tinha esgotado as formas econômicas pequeno-burguesas, nem a economia mercantil simples. Principalmente, ao considerar o desenvolvimento desigual e de “grau médio” do capitalismo no país. (Idem)²²²

Nesse caso, medidas como “a estatização e a coletivização administrativa da pequena produção e da propriedade dos meios de produção, tanto urbana quanto rural”, poderiam “ser prejudiciais, tanto do ponto de vista econômico quanto político”. (Idem, p. 08)²²³ Segundo o documento seria necessário

[...] utilizar diversas e múltiplas formas de propriedade social dos meios de produção – através da estatização e da coletivização por formas cooperativas ou outras – de acordo com o tamanho da empresa, a sua natureza e o setor de produção em que se encaixa e o papel estratégico que desempenha no processo global de produção. Mas continuarão existindo o pequeno produtor individual ou a pequena propriedade familiar, que deverão receber estímulo e amparo, no sentido de evoluir para formas cooperativas de produção (Idem, p. 08).

Além do mais, como afirmava o texto, surgiria “formas mistas e novas de propriedade dos meios de produção necessárias ao processo de aperfeiçoamento no rumo da completa socialização.”²²⁴ E com elas “[...] diferentes formas de organização do trabalho e uma adequada combinação entre a planificação e a economia mercantil” (PLANO DE AÇÃO POLÍTICA E ORGANIZATIVA DO PT, 1986, p. 09).

Mas fazia-se necessário distinguir as formas de propriedade e as formas de organização do trabalho, pois muitos as confundiam. O texto explicava essa questão da seguinte forma:

²²² Textualmente: “A própria expansão diferenciada do capitalismo e seu grau médio de desenvolvimento não permitiram que a economia mercantil capitalista alcançasse um patamar elevado. Nessas condições, se no Brasil existem numerosas empresas capitalistas que deverão ser transformadas em propriedade social, por outro lado existem milhões de pequenos produtores e pequenos proprietários cujos meios de produção não é possível estatizar ou mesmo coletivizar imediatamente” (Ibidem, p. 08).

²²³ Seria prejudicial economicamente, de acordo com o texto: “[...] porque exigem, para seu controle, a formação de uma pesada máquina burocrática, cuja eficiência é muito discutível, entorpecendo a iniciativa dos pequenos produtores estatizados ou coletivizados e impedindo o aproveitamento de todas as potencialidades para desenvolver mais rapidamente as forças produtivas materiais. A médio prazo, levam a economia à estagnação, criando desequilíbrio entre a produção e o consumo e entre os diversos ramos produtivos” (Ibidem).

²²⁴ Conforme o texto: “Empresas do Estado poderão estabelecer formas diversas de cooperação com empresas coletivas e individuais; empresas individuais poderão cooperar-se para algumas operações produtivas ou de circulação, e assim por diante. Mas só a prática real da economia poderá colocar essas questões de modo claro” (Ibidem, p. 09).

Muitos confundem as formas de propriedade com as formas de organização do trabalho, o que cria embaraços ao pleno desenvolvimento das potencialidades do trabalho. É plenamente possível que uma empresa estatizada, portanto de propriedade social, tenha um alto grau de autonomia na elaboração de seu plano de produção e na organização interna do trabalho. Assim, controle de propriedade pelo Estado, planejamento estatal, autogestão democrática, distribuição conforme a produção, produção conforme as necessidades estabelecidas pelo Estado e também detectadas no mercado, tudo isso demanda uma combinação global e flexível no sentido de desenvolver as formas produtivas, aprofundar o processo de socialização dos meios de produção, acelerar a produtividade do trabalho e a economicidade da produção e atender às crescentes necessidades materiais e culturais do povo (Ibidem, 1986, p. 09).

Com esse entendimento, seria necessário se opor à idéia de que o mercado desapareceria no dia seguinte em que os trabalhadores estivessem no poder. A rigor,

Enquanto a produção social for limitada, enquanto essa limitação obrigar que continue vigorando o ganho segundo o trabalho e não conforme as necessidades, isso significará que os trabalhadores continuarão tendo que trabalhar como uma obrigação de sobrevivência e significará que a sociedade ainda não pode se ver livre do mercado (Ibidem, 1986, p. 09).

É importante salientar que o PT reiterava que sua proposta socialista não era “livresca”, nem de “cúpula”, nem “importada”, “nem imposta”. Contudo, demonstrando certa incoerência e até mesmo, pouca originalidade, sua argumentação se aproximava das teses bolcheviques colocadas em prática pela NEP na Rússia em 1921 quando propunham ‘recuar’ a implantação do socialismo para desenvolver “algumas tarefas capitalistas pendentes” necessárias para o futuro daquele modo de produção.

Na realidade, o PT foi além da NEP bolchevique ao propor a convivência entre socialismo e mercado como algo ‘natural’ e aceitável. Nesse caso, a estratégia e a tática petista acabavam por não superar os modelos socialistas e social-democratas ‘impostos’ tanto pelo Stalinismo como pela Social-Democracia. A singularidade dessa idéia desencadeou inúmeros debates entre vários militantes petistas que acabaram colocando sob suspeitas as reais intenções ‘socialistas’ dos integrantes do grupo da Articulação.

A questão da relação entre socialismo e mercado foi analisada por István Meszáros (1993) no período de restauração do capitalismo na Europa Oriental.²²⁵ Esse autor ponderava em uma entrevista:

[...] eu também considerava a idéia de socialismo de mercado uma contradição nos próprios termos, porque pretenderia, numa concepção esperançosa, unir as duas modalidades: a extração econômica com a extração politicamente regulada de trabalho excedente - daí porque seria sempre um ponto de partida impossível. É absolutamente crucial reconhecer que o capital é um sistema metabólico, um sistema metabólico sócio-econômico de controle. Você pode derrotar o capitalista, mas o sistema fabril permanece, a divisão de trabalho permanece, nada mudou nas funções metabólicas da sociedade (MESZÁROS, 1993, p. 03).

Mas Meszáros (1993) não pára suas considerações sobre a idéia conflituosa e contraditória do 'socialismo de mercado' ou 'capitalismo de Estado'. Continua o autor:

O capital é uma força controladora, você não pode controlar o capital, você somente pode se livrar dele por meio da transformação de todo o complexo de relações metabólicas da sociedade - é impossível enganá-lo. Ou ele o controla ou você se livra dele, não há solução intermediária, e é por isso que a idéia de socialismo de mercado não poderia concebivelmente funcionar, desde o princípio. O que realmente se necessita não é a restauração do mercado capitalista, sob o apelido de um mercado social totalmente fictício, mas a adoção de um sistema adequado de incentivos. Não há sistema de produção social que possa funcionar sem eles - e com que pessoas devemos relacioná-los? Não entidades coletivas abstratas, mas indivíduos. Se as pessoas como indivíduos não estão interessadas, não se envolvem com o processo de produção, com a regulação do processo metabólico social, então, cedo ou tarde, elas assumem uma atitude negativa ou mesmo ativamente hostil diante dele (Ibidem).

Após tal argumentação de Meszáros fica inaceitável qualquer tática política que pretenda superar o capitalismo e, ao mesmo tempo mantê-lo. E foi precisamente isso que o PT defendeu na sua trajetória ora em estudo.

A Resolução petista em evidência continuava sua defesa sobre a necessidade dos mecanismos capitalistas permanecerem no socialismo ao considerar que os excessos do consumismo burguês tenderiam a desaparecer, porém isso não significava que as massas deixariam de consumir ou deixariam de desejar possuir todos os bens que melhorassem suas condições de vida. Não há

²²⁵ Cf. MESZÁROS, Istvan. "O Marxismo Hoje: entrevista com István Mészáros", Tradução de João Roberto Martins Filho, In *Critica Marxista*, 1993. Conforme a revista "essa entrevista era uma versão elaborada a partir daquela publicada em *Monthly Review* (vol. 44, nº 11, abril de 1993) e que, inicialmente e na íntegra, apareceu em *Radical Philosophy* (nº 62, outono de 1992), sob a condução de Chris Arthur e Joseph McCarney".

dúvida, afirmava a tese, de que o socialismo deveria favorecer o bem estar e o conforto de todos. Assim visto, o socialismo afirmaria idéias e valores capazes de transformar e construir uma nova sociedade. (PLANO DE AÇÃO POLÍTICA E ORGANIZATIVA DO PT, 1986, p. 09).²²⁶

O socialismo entendido sob essa ótica teria que envolver a democracia, principalmente pelo fato de que tal sociedade pretendia se tornar igualitária. Pois, existiria um risco de ter “um descompasso entre o avanço da estrutura econômica e o ritmo da democratização da superestrutura”, já que no processo de confronto com a burguesia haveria resistências que poderiam retardar ou conturbar “a consolidação da plena democracia”. (Ibidem, p.10)

De fato, incentivar formas de controle popular e operário, como os conselhos populares e as comissões de fábrica, bem como as variadas formas de poder de base, seriam fundamentais para o futuro almejado. Objetivamente essa idéia implicava na questão do poder, pois o mesmo não se tomava, mas se construía na luta concreta do dia-a-dia. (Idem)²²⁷

A Resolução finalizava afirmando que o Brasil deveria encontrar caminhos próprios para construir o socialismo, observando as condições concretas encontradas e modificadas pelos trabalhadores em sua ação política organizada na luta por libertação.

Ao finalizar este capítulo se deduz a partir do teor exposto dos documentos partidários, dos quatro primeiros encontros nacionais do PT, que o mesmo oscilava entre manter um pensamento classista, independente, e organizador, pela base, das lutas sócio-políticas e, paralelamente, adentrar na disputa institucional sem se ‘contaminar’ com as práticas clientelísticas e oligárquicas tão presentes na sociedade brasileira.

²²⁶ Desse modo, “o socialismo se tornará um propósito muito mais poderoso e influente se for mais do que uma democracia política e econômica, e se passar a ser compreendido como um novo modo de vida, baseado numa visão de mundo profundamente crítica e humanista, qualitativamente superior a tudo que o capitalismo pode oferecer. Algo que possa responder a toda uma série de necessidades sentidas, em graus variados, por todos. Isso pressupõe a difusão de uma perspectiva realmente emancipadora, reforçando a credibilidade das massas trabalhadoras no ideal libertário socialista” (Ibidem, p. 10).

²²⁷ Afirmavam ademais que: “A democracia, no socialismo, deve ser entendida como a socialização dos meios de produção e também dos mecanismos de poder entre os trabalhadores. Isto significa ser favorável à liberdade de associação e organização, à livre expressão de idéias, à liberdade de culto, ao direito social à comunicação e à liberdade política, partidária e sindical. Aos trabalhadores caberá a tarefa de institucionalizar o Estado socialista através de um processo constituinte livre e democrático, que garanta direitos e liberdade e que também assegure, dentro da nova legalidade, instrumentos e meios de defesa da sociedade”. (Ibidem)

A meu ver, o PT escolheu adentrar na ordem institucional com a idéia fixa do 'velho' lema: os fins justificam os meios e assim, se tornou um partido vinculado à ordem estabelecida. Tentarei no próximo capítulo demonstrar como este processo foi se afirmando.

4. O PT: DO PENSAMENTO PLURAL A HEGEMONIA DO "CAMPO MAJORITÁRIO" (1987- 1991)

"Um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a "liquidar" ou a submeter também com a força armada, e é dirigente dos grupos afins e aliados. Um grupo social pode e deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governativo; [...] depois, quando exerce o poder e mesmo se o tem fortemente na mão, torna-se dominante mas deve continuar a ser também "dirigente". (GRAMSCI, 1978)

Neste capítulo procuro demonstrar que a consolidação do pensamento político petista se expressou no período compreendido, respectivamente entre o final e o início das décadas de 80 e 90 do século XX. As formulações dos quatro primeiros encontros nacionais cederam lugar a um pensamento político mais 'ousado', ou melhor, mais apto para a disputa institucional. Ou dentro da ótica de manutenção da ordem como afirmavam seus oponentes.

As novas posturas programáticas, conforme afirmavam seus documentos, capacitariam o PT a galgar novos patamares das disputas políticas no país. Porém, a afirmação desse novo modo de pensar se constituiu em um divisor interno ampliando sobremodo, as disputas entre as Tendências do partido que não aceitavam o 'novo modo de ser petista' proposto pelas novas resoluções. É o que demonstrarei a seguir.

4.1. O quinto Encontro Nacional (1991): o divisor de 'águas' e de pensamentos

O 5º Encontro Nacional do PT revelou um modo de pensar e agir diferente do que lhe deu origem. O significado e a interpretação acerca do que representou esse encontro para a inflexão do pensamento político petista foram bastante controversos. Para uns significou o ato de fundação do PT, para outros houve a criação de um novo partido. Mas também houve quem dissesse, e não foram poucos, que o PT traiu suas origens teóricas e políticas adaptando-se a ordem burguesa e à social-democracia. Na prática, esse encontro se tornou um palco de fortes tensões e disputas políticas.

Esse encontro realizou-se em Brasília entre 04 e 06 de dezembro de 1987 no Senado Federal. Contou com a presença de 368 delegados e 23 estados representados.²²⁸ Foram apresentadas 08 teses, mas a tese-guia aprovada foi a que tinha José Dirceu à frente: *Por um PT de Massas Democrático e Socialista* que obteve 214 votos.²²⁹

Várias resoluções foram sancionadas, inclusive a que reconhecia o direito da existência de *Tendências* internas e a que aprovava a prática da proporcionalidade na eleição para o Diretório Nacional visando contemplar todos esses grupos. As demais deliberações foram: *Resoluções Políticas, o Momento Atual e as Tarefas do PT, o Programa democrático-popular, Objetivo Estratégico do PT: Socialismo, as Táticas do PT, a Política de Alianças do PT, o PT e o Movimento Popular, a Campanha Eleitoral de 1988, a Construção do PT*. Homologou e atualizou ainda, a resolução *A Política Sindical do PT*, aprovada no 4º. Encontro Nacional. Aprovou também um documento sobre *O Centenário da Abolição da Escravatura*.

O 4º. Diretório Nacional do PT saiu desse encontro onde quatro (04) chapas concorreram, mas a que obteve maioria foi *Por um PT de Massas* (chapa 02)

²²⁸ Os critérios de participação eram: 1) delegados eleitos nos Encontros Regionais. Para a tiragem de delegados a proporção recomendada era de um delegado para mil filiados ou fração igual ou maior que 500; 2) membros efetivos e suplentes da Comissão Executiva Nacional. (Fonte: Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo Partido dos Trabalhadores).

²²⁹ As teses apresentadas pela ordem: 1) *Por um PT de Massas Democrático e Socialista*, com José Dirceu (214 votos); 2) *Frente à crise, ampliar o Movimento de Massas e avançar na construção do PT*, com Vladimir Palmeira à frente (03 votos); 3) *O PT e o caminho da Revolução Socialista* por Renato Afonso (05 votos); 4) *O PT pela base*, Eduardo Jorge (47 votos); 5) *O PT de luta, Democrático e Socialista* com Raul Pont (28 votos); 6) *O PT na Rua* por Markus Sokol (10 votos); 7) *O PT na luta pelo Socialismo*, Ivan Valente (21 votos); 8) *Por uma alternativa política com perspectiva socialista*, José Genoíno (34 votos). Foram apresentadas além dessas teses, três propostas de resolução sobre Tendências e duas sobre proporcionalidade.

representada por Olívio Dutra que obteve 212 votos.²³⁰ Outro fato marcante desse evento foi o lançamento da candidatura de Lula à Presidência da República para as eleições de 1989.

Como afirmado anteriormente, na maior parte das resoluções aprovadas nos encontros do PT às temáticas se repetem. Para analisá-las uma a uma como se tem feito até agora, peca-se pela repetição das mesmas. Por isso neste capítulo optei em expor os pontos que a meu juízo foram nevrálgicos no debate do 5º. Encontro, ou melhor, explicitar as questões que alteraram as diretrizes aprovadas em seus documentos fundacionais e nos encontros anteriores geradores de polêmicas. Não me deterei em questões aprovadas “consensualmente”, ou naquelas que foram apenas homologadas no 5º. Encontro.

Inicialmente, exponho os principais conceitos com os quais a tese-guia trabalhou, mas que estão diluídos pelas várias resoluções aprovadas. Assim, de cada um desses documentos, ou da maior parte deles, enfoco apenas as categorias mais significativas.

4.2. Entre o passado e o futuro: a sorte estava lançada

As elaborações com as quais o PT se deparou no 5º. Encontro expôs questões que muitos militantes já davam por superadas desde a fundação do partido ao negarem idéias e práticas dos partidos comunistas. Certamente o advento do novo contexto político e econômico propiciado pela reorganização do capital e pela débâcle do Leste Europeu, aliado ao aumento da inserção do partido na institucionalidade favoreceu a explicitação dessas ‘novas’ formulações.

O novo quadro conceitual com o qual o PT passou a conviver destacava o socialismo pretendido e os caminhos que deveriam ser percorridos para construí-lo. Concretamente, a questão do socialismo foi o ponto nodal dos debates desse

²³⁰ As chapas concorrentes pela ordem: 1) O PT pela Base, com Eduardo Jorge (46 votos); 2) Por um PT de Massas, por Olívio Dutra (212 votos) (; 3) Em defesa da Democracia, com Arlete Sampaio à frente (13 votos); 4) Luta Socialista encabeçada por José Genoíno (86 votos). Votos brancos: 10 e votos nulos: 01 voto. (Idem)

encontro ao 'obrigar' a definição programática dos diversos grupos que compunham o partido.

As *Resoluções Políticas* aprovadas, inicialmente analisavam a conjuntura do país naquele ano e apontavam as tarefas que cabiam ao PT. Expunha as manobras do governo Sarney e dos diversos grupos dominantes para garantir a transição burguesa de modo seguro, evitando a todo custo abrir espaços à participação popular. (RESOLUÇÕES POLÍTICAS DO PT, 1987, p. 01)

Explicitava ainda os porquês do PT ser contra a ampliação do mandato do Presidente, a mudança de regime para o parlamentarismo, a política econômica determinada pelo Plano Bresser²³¹ o retorno ao FMI após a suspensão da moratória da dívida externa²³² e o conseqüente aumento da internacionalização da economia brasileira e da dependência ao capital estrangeiro; a escalada inflacionária, a reforma ministerial, as manobras no Congresso Constituinte para barrar conquistas sociais etc. (Ibidem)

Em tal contexto, o PT manifestava a intenção de aglutinar diversos setores sociais através da mobilização e da apresentação de *uma alternativa socialista e revolucionária*, como se observa no seguinte trecho:

Do ponto de vista do PT, a redução do mandato de Sarney, com a realização de eleições diretas em 1988, significa a possibilidade de aglutinar, em torno de um Programa de Governo, com candidato próprio (o Lula), os trabalhadores, os setores populares e parcelas do pequeno empresariado urbano e rural, em contradição com a política econômica do

²³¹ Sobre a política econômica do Governo Sarney: "Antipopular e submetida às exigências do pagamento da dívida externa, a política econômica em vigor acentua o processo de concentração de renda: hoje, 70% da população economicamente ativa detêm apenas 12,9% da renda nacional; o piso salarial equivale a pouco mais de 50 dólares (o mais baixo de toda a América Latina) e apenas 7,5 milhões de trabalhadores – de um total de 50 milhões – ganham mais de cinco salários mínimos. É bem verdade que, embora ferisse mais fundo o conjunto dos trabalhadores, a gestão do ex-ministro Bresser Pereira atritou-se até mesmo com setores oligopolizados, como a indústria automobilística, e de marcante presença do capital estrangeiro, como a indústria farmacêutica. Além disso, a política de reserva de mercado tem levado os Estados Unidos a ameaçarem com retaliações as exportações brasileiras. Ainda que de pouca monta, relativamente, elas prenunciam o comportamento dos americanos e da economia capitalista diante do Brasil; elevação das taxas de juros (o que aumenta o valor da dívida e dos compromissos aí embutidos); restrições protecionistas a exportações; redução das possibilidades de exportação de mercadorias brasileiras, ou pela via do estreitamento do mercado ou pela perda de competição diante do dólar, com encarecimento das importações".

²³² Sobre isso afirmavam: "No plano econômico, a interrupção da moratória e a retomada das negociações com o FMI, justamente num momento em que o sistema capitalista internacional atravessa uma crise de grandes proporções, indicam que deverá prosseguir a política econômica de arrocho salarial e de recessão, apertando ainda mais o torniquete sobre as condições de vida dos trabalhadores. Não está afastada a possibilidade de reedição do congelamento, cujas conseqüências, para os trabalhadores, se materializaram numa perda real de salários da ordem de 60%, até outubro de 1987, em relação a fevereiro de 1986". (Ibidem)

governo e os interesses do grande capital, para acabar com a transição conservadora. Trata-se, para nós, de retomar a mobilização, acumular forças e, ao nos apresentarmos como uma alternativa socialista e revolucionária, apontar para os trabalhadores o horizonte de um novo sistema econômico, político e social: o socialismo (Ibidem, p. 02)

Em tal realidade eram patentes as contradições entre os vários grupos dominantes sobre os rumos da economia e do controle do aparelho estatal. Evidenciava-se também por um lado, a força da ‘grande burguesia monopolista’ e de outro, a resistência da classe trabalhadora e dos setores médios representados pelos micros, pequenos e médios empresários, produtores rurais e urbanos. (Idem)

Mesmo admitindo não ter muita inserção nos setores médios, o PT mostrava a espoliação que os grandes grupos dominantes exerciam sobre os mesmos. Por isso, o partido deveria interferir nesse conflito construindo uma correta política de alianças que tivesse a mobilização popular como tática central para reverter tal quadro.²³³

Nesse momento da discussão o PT apropriou-se do conceito de mobilização ou participação popular, já trabalhado em resoluções anteriores, no qual as mobilizações populares desembocariam na “pressão sobre deputados e senadores”. O texto afirmava:

Assim é que somente com significativas mobilizações da população e uma constante pressão sobre os deputados e senadores (grifo meu) se tornará possível assegurar direitos como o da estabilidade no emprego, da redução de jornada de trabalho e da aposentadoria pelo último salário – para não falar da reforma agrária, remetida para uma futura e duvidosa definição pela lei ordinária (Ibidem, p. 03 - 04)

Conforme críticos petistas, a tática da pressão parlamentar alterava e/ou invertia de certo modo o sentido de pressão popular. Oriundo das mobilizações populares, o PT não podia descredenciar essa forma de luta, porém a pressão popular (via direta) ao ser ‘canalizada’ para o campo institucional parlamentar acarretava esforços redobrados da militância e dos setores organizados. Fato esse gerador de expectativas e ‘ilusões’ sobre as decisões (ou o exercício do poder)

²³³ Sobre essa tática afirmavam: “Uma tática particular, que seja capaz de atrair micro e pequenos empresários urbanos e rurais para o pólo dos trabalhadores, deve compreender uma plataforma (incorporando suas principais reivindicações), um plano de ação, que defina linhas práticas e as compatibilize com o plano de luta dos trabalhadores, e uma política de intervenção do PT, que oriente o Partido sobre quando, como e onde agir para implementar essa tática”. (Ibidem)

tomadas na sociedade, isto é, as decisões só se efetivam através das instituições estatais desconsiderando a perspectiva da democracia direta.

Nas resoluções políticas do 5º. Encontro afirmava-se que caberia ao PT, e nesse momento já indicava a disputa pela Presidência da República, “convocar as forças progressistas, democráticas e socialistas, para assegurar as conquistas dos trabalhadores na Constituinte”. Nesse ponto, mais uma vez o PT retomava o discurso dos PC’ s através do conceito de *forças progressistas e democráticas*, subentendidas no texto como àquelas parcelas da população que se oporiam aos grupos capitalistas hegemônicos.

Ora, tal compreensão desvelava uma vertente ideológica e política muito clara, isto é, que a dita burguesia nacional ou parte dela, por exemplo, tinha contradições profundas com o capital internacional e por isso, podia aliar-se ao PT.

No intuito de esclarecer melhor suas posições, as resoluções chamavam atenção para a existência de uma crise no capitalismo. Porém, afirmava que determinadas tarefas não estavam colocadas na ordem do dia para a classe trabalhadora²³⁴ como se vê neste trecho:

A situação de crise de governo, de recessão e de ameaça às bandeiras populares na Constituinte impõe uma série de tarefas ao PT, que – embora reconheça não estarem colocadas na ordem do dia para a classe trabalhadora, nem a luta pela tomada do poder, nem a luta direta pelo socialismo – combate por uma alternativa democrática e popular (RESOLUÇÕES POLÍTICAS DO PT, 1987, p. 05).

A *Alternativa Democrática e Popular* se constituiu em outro conceito chave, pois prenunciava o futuro *Governo Democrático e Popular* do PT. Ora, se as tarefas as quais a citação anterior se referia ainda não estavam colocadas, o partido considerava existir uma conjuntura de acumulação de forças em que as atividades centrais da política partidária seriam as seguintes:

a) a consolidação das diretas em 1988, com eleições gerais e presidencialismo, e a ocupação de espaços institucionais nas eleições, para as quais devemos lançar o maior número possível de candidatos. A candidatura do companheiro Lula à Presidência da República, ao mesmo tempo que encarna a posição de independência de classe defendida pelo Partido, dará aos trabalhadores maior consciência e organicidade política nesta fase de acúmulo de forças. [...]; b) a organização do PT, como força

²³⁴ Mais uma vez o PT retornava a essa tese, pois já havia feito tal consideração nas Resoluções do 4º. Encontro Nacional.

política socialista, independente e de massas; c) a construção da CUT, por meio de um movimento sindical classista, de massas e combativo, e a organização do movimento popular independente (Ibidem, p. 05).

Essas tarefas, na realidade, faziam parte da tática para a construção de *um governo democrático e popular*, o qual não negava o objetivo estratégico petista que era o socialismo. Ao contrário, afirmava o texto, se articulava com a construção desse sistema e com a negação da ordem capitalista. O conjunto de tais concepções se fundamentava na idéia defendida pelo PT de que:

A crise da transição conservadora é a crise específica de uma certa forma de dominação burguesa, e não a crise geral do Estado ou do regime, uma crise de tipo revolucionário. O que está em questão é a possibilidade de conquista de um governo democrático e popular, com tarefas eminentemente antimonopolistas, antiimperialistas, antilatifundiárias, de democratização radical do espaço e da sociedade – tarefas estas que se articulam com a negação da ordem capitalista e com a construção do socialismo (Ibidem, p. 01).²³⁵

Se a crise não era do *tipo revolucionário*, o PT supunha que a tática apropriada era acumular forças, ganhar espaços, aumentar a organização e a consciência dos trabalhadores e, para dar conseqüência a tudo isso, defendia a construção de um programa democrático e popular que contemplasse mudanças e reformas econômico-sociais com garantia de liberdades políticas e sindicais. Construindo assim, um amplo movimento sindical e socialista de trabalhadores. Essa seria a resposta do PT para àquele momento da luta de classes no Brasil. (Ibidem)²³⁶

²³⁵ Sobre a candidatura Lula afirmavam: “A candidatura Lula, que cresce nas pesquisas de opinião antes mesmo de as diretas estarem asseguradas, estará apoiada num programa que será mais que um simples rol de exigências e medidas isoladas: deverá sintetizar um novo discurso político e servir de instrumento de politização, de disputa ampla com outros setores e de atuação junto ao povo. O programa não se resume a um conjunto de reformas democráticas e populares pelas quais lutamos: envolve também uma crítica e uma disputa a partir de uma visão anticapitalista e socialista, em relação à ordem vigente e aos valores políticos e ideológicos dominantes na sociedade. Além do que, a candidatura Lula e nosso programa, de acordo com as exigências da tática eleitoral e as realidades locais, ajudarão a puxar as campanhas municipais em todo o País.” (Ibidem)

²³⁶ Conferir nos anexos deste trabalho a íntegra do *Programa Democrático e Popular*. Mas aqui destaco os pontos que considere mais significativos: “Diretas-Já para presidente da República, acompanhadas de eleições gerais em todos os níveis; Reforma administrativa, saneando os serviços públicos, aumentando sua eficiência através de concurso público e de um plano de carreira e escala de vencimentos; Pelo rompimento com o FMI; pela realização de auditoria interna e contra o pagamento da dívida externa; Sistema eleitoral proporcional, que garanta igualdade na proporção dos eleitos por Estado; controle do poder econômico; igualdade de acesso aos meios de comunicação; Controle das remessas de lucros ao Exterior; Desvalorização da dívida interna, criando assim uma nova fonte de investimentos em áreas sociais; Reforma tributária como instrumento para aumentar a arrecadação de impostos e distribuir a renda, gravando o capital, a grande propriedade territorial, as heranças e as doações; estatização da indústria farmacêutica; Estatização dos serviços de

A exposição do conceito de socialismo nas teses do 5º. Encontro veio antecedido pela distinção de dois momentos fundamentais, estreitamente relacionados, mas de naturezas distintas conforme dizia o texto: o primeiro dizia respeito à *tomada do poder político (sic!)*. O segundo seria a construção da sociedade socialista sobre as condições materiais, políticas etc. deixadas pelo capitalismo. (RESOLUÇÕES POLÍTICAS DO PT: o Programa Democrático-Popular, 1987, p. 08).

A superação do capitalismo e a construção do socialismo pressupõem primeiramente, de acordo com o PT, “uma mudança política radical”, e isso significava que “os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica e dominante no poder de Estado, acabando com o domínio político exercido pela burguesia”. Porém, era necessário reconhecer que o socialismo e o poder se construiriam através de muitas das formas econômicas, sociais e políticas existentes no capitalismo.²³⁷ Dentre elas, se destacavam as que eram consideradas como formas embrionárias de poder proletário nascidas da auto-organização e participação política dos trabalhadores ainda no capitalismo. (Ibidem)

Somente assim, se construiria um socialismo efetivamente democrático, no qual o poder seria exercido pelos trabalhadores. Ora, o conceito de ‘socialismo’ estava, nessa parte da reflexão, umbilicalmente relacionada com o de ‘democracia’ o que em si já configurava uma alteração na concepção esboçada em documentos anteriores.²³⁸ Contudo, em minha compreensão, a questão do socialismo apresentada se configurava mais como explicitação das táticas petistas para construí-lo do que o entendimento do partido sobre esse conceito.²³⁹

transportes coletivos; Estatização da indústria do cimento, para viabilizar um vasto programa de construção de habitações populares; Estatização do sistema financeiro, garantindo crédito ao pequeno e médio produtor agrícola e industrial; Reforma agrária sob controle dos trabalhadores, com fixação de módulo máximo da propriedade rural regional e definição de planos agrícolas com a participação dos trabalhadores; Prioridade na destinação de recursos dos fundos sociais para o Nordeste, combate à indústria da seca e aos privilégios concedidos aos grandes proprietários e aplicação de investimentos capazes de gerar emprego na área”. (Ibidem)

²³⁷ Afirmavam assim: “Muitas dessas formas que hoje não conseguem desenvolver-se em virtude da opressão capitalista, como as pequenas cooperativas, as compras comunitárias, as comunidades locais, os conselhos populares etc., provavelmente encontrarão um campo fértil para crescer nas novas condições socialistas”. (Ibidem)

²³⁸ No entanto, é interessante observar que o PT nesse texto explicitava mais o que ‘não seria o socialismo’, do que de fato mostrasse em que ele consistia.

²³⁹ Isso se concretizava nesses termos: “Por isso, no enfrentamento cotidiano contra as táticas repressivas e/ou de concessões da burguesia, os trabalhadores terão que empregar táticas que retirem as massas da influência da burguesia e as levem a conquistar o poder. Nesse sentido, é preciso distinguir as atividades que partem da situação existente em cada momento e procuram fazer

A idéia da construção do socialismo se constituiu sem dúvida, no eixo ordenador do percurso teórico petista nesse encontro. Mas é interessante não desconsiderar as afirmações anteriores sobre a questão do poder ainda não estar colocada. Daí era imprescindível compreender algumas questões que perpassavam o antes e o depois da conquista do poder. Uma dessas questões era “[...] conhecer a capacidade do Estado em atender às reais necessidades sociais e adaptar uma política econômica que complementa, de forma integral, aquela capacidade para isso”. (Ibidem)

Tal conhecimento permitiria construir uma política de desenvolvimento da capacidade produtiva da sociedade, utilizando todas as forças econômicas e, por isso, ela era “[...] a base da aliança dos trabalhadores assalariados com a pequena burguesia urbana e rural”. Tal política se constituiria em uma questão estratégica, referente tanto à destruição do capitalismo quanto à construção do socialismo. (Ibidem)

Feitas as considerações iniciais, a relação entre o socialismo e a democracia é apresentada como questão estratégica. O argumento petista centrou-se na visão de que a sociedade igualitária almejada conviveria por algum tempo com desigualdades herdadas do capitalismo e com diferentes posições sobre a condução do socialismo. Certamente isso causaria conflitos obrigando ao novo poder tomar decisões no terreno da política. Assim, havia a necessidade de se refletir sobre a relação necessária do socialismo com a democracia. (RESOLUÇÕES POLÍTICAS DO PT: o Programa Democrático-Popular, 1987, p. 12).

Mesmo não deixando claras as experiências históricas onde a relação entre *socialismo e democracia* não tinha sido profícua, o PT afirmava que “a ausência de democracia, do direito à livre organização dos trabalhadores”, seria contrária com o socialismo pelo qual lutava. Desse modo o PT rejeitava

com que os trabalhadores tomem consciência da necessidade de conquista do poder das atividades que se destinam à conquista imediata do próprio poder.” [...] “Por outro lado, companheiros que consideram inevitável a adoção de uma via revolucionária para a conquista do poder contrapõem essa escolha à tática dos movimentos sociais que lutam por reformas. Reforma e revolução são consideradas por eles como termos e práticas antagônicas. Entretanto, nenhum país que tenha feito revolução deixou de combinar essas lutas, dando maior ênfase a uma ou outra de acordo com a situação política concreta. A luta por reformas só se torna um erro quando ela acaba em si mesma. Nesse sentido, para definir uma estratégia de luta pelo socialismo, não basta definir a via principal de luta, nem as táticas para a conquista do poder. É preciso, em especial, ter clareza sobre o inimigo ou inimigos principais contra quem nossa luta se dirige, as alianças de classes (estratégicas) para derrotar tais inimigos e o programa de transformações a ser implantado (que serve de base à mobilização popular e às alianças)”. (Ibidem)

A concepção burocrática do socialismo, a visão do partido único, por considerar incorreta a idéia de que cada classe social é representada por um único partido, e que outros partidos existentes na sociedade que emergir de uma revolução serão necessariamente partidos que representarão interesses de classes diferentes dos da classe trabalhadora (Ibidem, p. 12).

O possível contexto de construção do Estado socialista teria que estabelecer uma nova legalidade, democraticamente construída e válida para todos, como manter e/ou criar mecanismos de participação e consulta populares nos diferentes níveis de suas relações. Todavia, a questão-chave apontada pelo PT, da relação entre democracia e socialismo não se resumia à participação na gestão por parte dos trabalhadores, ou seja, a uma extensa democracia de base. Mas nas relações que se dariam entre os mecanismos democráticos de participação e consulta na base com os de participação e consulta nos níveis intermediários e superiores do poder. (Ibidem, p. 13)

Alem disso, a construção do socialismo não podia ignorar as perspectivas políticas, ideológicas, culturais e ambientais de vários movimentos sociais contrários ao capitalismo.²⁴⁰ Em síntese, os canais de participação das classes trabalhadoras no poder socialista deveriam manter-se abertos, bem como, a garantia dos direitos individuais se constituiriam em decisões políticas fundamentais para o futuro da sociedade socialista. (Idem)

Como observadora das análises petistas sobre o assunto em foco, detectei que a questão do socialismo desde os primeiros anos não chegou a ser sua discussão central. Na realidade a ênfase recaía na questão da democracia, e o socialismo aparecia apenas tangencialmente.²⁴¹ Entretanto, com o crescimento orgânico e ideológico do partido, a necessidade de explicar seus conceitos e bandeiras políticas à sociedade em geral se colocou como elemento central. Além

²⁴⁰ Como afirmavam: “Deve, também, integrar movimentos de âmbitos culturais nacionais ou ambientais, que procuram responder às agressões que o capitalismo realiza contra a população e o meio ambiente, movimentos anticapitalistas e progressistas, que sensibilizam parcelas crescentes do povo. Deve, ainda, incorporar o questionamento de outros mecanismos vitais para a reprodução da dominação de classe. A incorporação dessas lutas no projeto político proletário, desde hoje, permite barrar o avanço da burguesia, que procura esvaziá-las do seu conteúdo crítico e questionador de instituições e valores da ordem burguesa”. (Ibidem)

²⁴¹ Inclusive nos discursos de seus principais líderes essa questão não era muito clara, como no caso de Lula. Durante a 1ª. Convenção Nacional do PT realizada em 27 de setembro de 1981, Lula em seu discurso afirmava: “[...] uma sociedade que, como diz o nosso programa, terá que ser uma sociedade sem exploradores. Que sociedade é esta senão uma sociedade socialista?”.

do mais, o PT se viu acossado a dar explicações à militância sobre que socialismo defendia em decorrência da crise do chamado 'socialismo real'.

Em análise similar, Rachel Meneguello (2003) detectou que a idéia de socialismo nos documentos iniciais do PT era imprecisa. Clóvis Bueno de Azevedo (1995, p. 25) na mesma linha interpretativa já afirmava:

[...] imprecisão resulta também da hegemonia dos sindicalistas autênticos. Os grupos e a ideologia leninista da esquerda organizada ainda não tinha (sic!) grande força no partido, embora a influência já se fizesse sentir. Até os intelectuais optaram por um conteúdo relativamente vago e indefinido. Assim postergaram-se decisões sob a justificativa de que poderiam vir 'com o tempo, democraticamente dos próprios 'trabalhadores'.

As imprecisões existiam, e questiona-se se era por falta de conhecimento teórico ou por uma indefinição tácita vislumbrando momento mais oportuno. Certamente essa última pode ter se configurado como mais correta, já que como afirmou Meneguello (2003), a imprecisão socialista do PT traduziu a crise do socialismo que se colocou no horizonte dos experimentos internacionais.

Quanto à possibilidade dessa imprecisão ser por falta de conhecimento teórico, a mesma não se sustenta. Pois como é de conhecimento público, o PT sempre foi cercado por vários dos principais intelectuais do país, dentre eles, nomes de grande relevância como Francisco Weffort e Carlos Nelson Coutinho. Em verdade, não se pode falar da concepção de socialismo e de democracia no PT sem considerar a influência dessas duas personalidades na elaboração das mesmas.

O ensaio de Carlos Nelson Coutinho, *A democracia como um valor universal* (1980) apresenta, sem dúvida, um sólido fundamento para as concepções petistas acerca da democracia, pois deixa claro que a luta por democracia política abre caminho para a construção do projeto socialista no Brasil.

Coutinho parte da análise de Luckács sobre suas considerações sobre o valor. Luckács segundo Coutinho (1980) entendia o conceito de valor como tudo o que fazia parte do ser genérico do homem e contribuía para a afirmação do mesmo. Daí que os componentes da essência genérica humana seriam, conforme pensava Marx, o trabalho (objetivação), a sociabilidade, a consciência e a liberdade.

Ora, se a democracia contribui para desenvolver as dimensões humanas ela seria um *valor*, ao mesmo tempo, se ela pode ser aplicada em qualquer sistema social, então de forma explícita é *universal*. Desse modo, a articulação entre

democracia e socialismo seria peça-chave na elaboração de um programa de caráter socialista.

De acordo com Coutinho, a democracia socialista e a democracia liberal somente se relacionam num contexto de superação, ou seja, “[...] a primeira elimina, conserva e eleva a nível superior as conquistas da segunda” (COUTINHO, 1980, p. 31).

Quanto a Francisco Weffort seus argumentos estão na mesma linha de raciocínio de Coutinho. Conforme Weffort (1985) a democracia teria perdido seu fundamento liberal desde o período em que o sufrágio universal fora conquistado pela população, mas também quando se ampliou à força dos sindicatos e surgiram os primeiros partidos operários. Logo,

O problema dos trabalhadores nas democracias modernas é o de conquistar a hegemonia no campo de uma democracia que consideram sua. E é assim, de fato. Não se pode falar de democracia no sentido moderno da palavra se esquecermos as lutas dos trabalhadores para que ela viesse a ser o que é (WEFFORT, 1985, p. 38).

Todavia, não foram somente Coutinho e Weffort os responsáveis pela condução teórica do PT, notadamente mais no de democracia do que no de socialismo. Outra grande intelectual brasileira, Marilena Chauí, mesmo com nuances diferenciadas do pensamento dos dois autores, exerceu influência nas elaborações petistas relativas à questão da democracia.

A democracia para a autora podia ser percebida, inicialmente,

[...] não como regime político nem como instrumento para o socialismo (que a dispensaria, depois de instituído), mas como forma da existência social que redefine a própria idéia do poder e a do socialismo (CHAUÍ, 1986, p. 63-4).

Em outro período Chauí (2004) considerou que o pensamento de esquerda redefiniu o conceito de democracia ao recusar considerá-lo apenas como um regime político ao propor uma sociedade democrática.²⁴² Com esse raciocínio a autora considerou a democracia como: forma geral da existência social; forma sócio-política definida pelo princípio da isonomia; forma política que considera o conflito como

²⁴² Cf. CHAUÍ, M. Palestra proferida por ocasião do Seminário *Os sentidos da democracia e da participação*, promovido nos dias 01, 02 e 03 de julho de 2004 pelo Fórum Nacional de Participação Popular (Polis, Ibase, Fase, Inesc, Centrac, Etapas).

legítimo e necessário; forma sócio-política que concilia os princípios da igualdade, liberdade e legitimidade; única forma sócio-política na qual se evidencia o caráter popular do poder e das lutas sociais em uma sociedade de classes e, por último, forma política na qual a distinção entre o poder e o governante é garantida, sobretudo, pela existência de eleições que demonstraria que “o poder está sempre vazio”. (Ibidem)

A visão desses autores sobre a democracia não é consensual entre vários intelectuais brasileiros. Por exemplo, João Quartim de Moraes (2001) considerou que houve uma canonização da democracia desde 1977, quando se comemorou os 60 anos da Revolução de Outubro. Nesse período, o então secretário-geral do Partido Comunista Italiano (PCI), Enrico Berlinguer teria declarado:

A democracia é hoje não apenas o terreno no qual o adversário de classe é obrigado a retroceder, mas é também o valor historicamente universal sobre o qual fundar uma original sociedade socialista (BERLINGUER apud MORAES, 2001, p. 09).

Conforme analisou Moraes (2001) tal frase teve um impacto político considerável. Pois como se sabe, tal visão permeou todo o pensamento ‘eurocomunista’ que tentava estabelecer uma ponte entre o comunismo soviético e a social-democracia, ou melhor, uma ‘terceira via’ para o socialismo da qual Berlinguer foi o grande inspirador.

Na opinião de Moraes (2001) não era necessário, para se condenar a negação das liberdades democráticas e o caráter burocrático da ordem política do socialismo real,

[...] recorrer a uma fórmula que recobre, sob um verniz de grandiloquência, falaciosas ambigüidades, das quais a mais óbvia está em sugerir que para afirmar a necessidade da democracia no socialismo seria necessário proclamá-la um valor universal, como se o paradigma das instituições políticas de toda a humanidade se encontrasse na democracia burguesa (MORAES, 2001, p. 10).

Nessa linha argumentativa, Moraes (2001) fez dura crítica a Coutinho e a Weffort ao afirmar que ambos perderam de vista tanto a dominação de classe organizada pelo Estado quanto o fato de que o mesmo se definiria por sua função social, ou seja, a defesa *a priori* dos interesses da classe dominante na perpetuação do capitalismo.

Caio Navarro de Toledo (1994) foi outro intelectual que fez críticas a dita “esquerda democrática”. Apresentou quatro erros ou teses sobre o pensamento dessa corrente: a primeira tese era a de que a democracia estava acima das classes; a segunda considerava que a democracia era essencialmente, um exercício das classes trabalhadoras; a terceira, era sobre a questão da conquista da hegemonia como sendo essencial para os trabalhadores; e a quarta e última, era a de que o ‘socialismo democrático’ seria construído através de meios consensuais, isto é, democráticos. (TOLEDO, 1994).

Segundo Toledo a questão da luta por democracia sempre foi uma constante na luta pelo socialismo. Mas os socialistas nunca fizeram da democracia uma panacéia. Diz ele:

Os socialistas se batem resolutamente pela democracia; não pela democracia em si ou abstrata. Lutam por uma democracia de maioria, com liberdade e igualdade social, e um Estado sob controle popular. A democracia é um valor no processo da construção do socialismo. Uma forma política e social a ser permanentemente transformada e aperfeiçoada (TOLEDO, 1994, p. 136).

Outra crítica ao PT na perspectiva de Moraes e Toledo veio de Clóvis Bueno de Azevedo (1995) quando afirmou:

Embora o PT, desde sua fundação, condene o stalinismo e a social-democracia, anunciando o ‘socialismo democrático’, na verdade não foi capaz, até hoje, de formular um projeto político ao mesmo tempo socialista e democrático (ou democrático e socialista) [...], quando o PT é democrático não é socialista, e quando é socialista não é democrático (AZEVEDO, 1995, p. 03).

Indubitavelmente, as ambigüidades e imprecisões teóricas perpassaram o pensamento político petista em vários dos seus principais conceitos como se pode observar. No entanto, cabe perguntar: até que ponto as ambigüidades expressas em seus documentos explicitavam seu pensamento real? A práxis petista estava em consonância com sua teoria, isto é, era ambígua também?

Possivelmente essas questões já tenham sido respondidas pelos anos de vida petista. Mas não deixo de considerar as ponderações apresentadas por Paulo

Giovani Antonino Nunes²⁴³ ao analisar a idéia de socialismo do PT. Assim o autor se coloca:

Na verdade, a grande dificuldade para o PT é que, embora ele procure fugir dos paradigmas formuladores das teses socialistas da Europa, está permeado por essa cultura política. Então, quando ele tenta se afastar das teses leninistas, tentando formular um socialismo democrático, se aproxima das teses social-democráticas que ele também renega, tanto por seu estigma de “traição” ao socialismo revolucionário, quanto por não considerá-lo verdadeiramente socialista. E quando ele se aproxima de teses leninistas, percebe que elas contêm elementos não democráticos, principalmente tendo em vista a experiência do “socialismo real”, que o Partido também renega [...] (NUNES, 2007, p. 107).

As Resoluções Políticas do PT ora em destaque, após definir o socialismo almejado, passava a apresentar as táticas para alcançá-lo. No Brasil, apesar da existência do PT, dizia o texto, ainda não se construía um projeto alternativo à dominação capitalista. Mas essa seria a principal tarefa do partido, ou seja, ser essa alternativa.

Nesse rumo, a disputa pela hegemonia seria essencial. Essa disputa se basearia em um programa democrático-popular, com capacidade de unificar politicamente os trabalhadores e conquistar a adesão dos setores médios da cidade e do campo.²⁴⁴ No entanto, a concretização dessa ‘alternativa’ pressupunha que o partido tivesse caráter nacional, independente, com amplas bases sociais, principalmente entre os trabalhadores. Assim, realizaria sua tarefa histórica, organizando e dirigindo sua base social e política na luta pela conquista do poder. Com certeza esta atuação resultaria em crescimento não apenas quantitativo, mas qualitativo nas esferas sindical e popular. (RESOLUÇÕES POLÍTICAS DO PT: O PROGRAMA DEMOCRÁTICO E POPULAR, 1987, p. 16)

Indubitavelmente, essa alternativa não poderia ser restrita à Nova República, mas à dominação burguesa como um todo. Com efeito, esse processo exigia uma política de acúmulo de forças contemplando o fato de que não estavam colocadas

²⁴³ Cf. NUNES, Paulo G. A. O Partido dos Trabalhadores e o Socialismo: uma relação ambígua e/ou “letra morta”? In Saeculum Revista de História, n.17, João Pessoa:PB, jul/dez, 2007, pp.97-111.

²⁴⁴ É importante salientar que apesar de no documento, o termo hegemonia já ter surgido é aqui que o mesmo assume a idéia de disputa de projetos sociais e políticos no seio da sociedade, pois a mesma a partir desse congresso (5º. Encontro) será tida como central na estratégia e na tática do PT na construção do socialismo. Ademais já demonstrava a adesão petista às idéias de Gramsci que a partir desse encontro se configurou no principal teórico do PT.

na ordem do dia, para as mais amplas massas de trabalhadores, nem a luta pela tomada do poder, nem a luta direta pelo socialismo. (Ibidem) ²⁴⁵

Todavia, apesar dessa compreensão, o texto propunha que o PT deveria se apresentar à sociedade como um partido que tinha como objetivo o socialismo e por isso, tinha dentre suas tarefas, a constituição do movimento dos trabalhadores com perspectivas socialistas claras. Inclusive, procurando generalizar a *consciência socialista*. (Idem) ²⁴⁶ Com certeza, o PT deveria apresentar-se como opção real de governo elaborando um plano econômico de emergência para o país com capacidade de tirá-lo da crise que atravessava. Mas para isso o PT adotaria táticas que permitissem aumentar sua força eleitoral em 88. (ibidem, 1987, p. 16)

A *Alternativa Democrática e Popular* do PT se articulava, conforme o documento em destaque, com a opção pelo socialismo e envolvia dois componentes de acordo com o texto: um governo e um programa democráticos e populares. Isso se configurava numa aliança de classes entre os trabalhadores assalariados com as camadas médias e com o campo.

Nesse ponto da reflexão petista é singular a observação que é feita sobre a diferença da tática do PT e a do PCB em décadas atrás. O texto afirmava que o PT rejeitava a formulação do PCB, qual seja a *Alternativa Nacional e Democrática*. A dos petistas, a *Alternativa Democrática e Popular* era diferente porque colocavam “claramente a questão do socialismo” e não usavam o termo “nacional” porque o mesmo pressupunha a participação da burguesia nessa aliança de classes. E como a burguesia era uma classe que não tinha nada a oferecer ao povo, não entrava no arco de alianças do PT. ²⁴⁷

²⁴⁵ Acrescenta ainda: “Essa política de acúmulo de forças pressupõe que o PT realize três atividades centrais: a) sua organização como força política socialista, independente e de massas; b) a construção da CUT, por meio de um movimento sindical classista, de massas e combativo, e a organização do movimento popular independente; c) a ocupação dos espaços institucionais nas eleições, como a eleição de deputados, vereadores e representantes nossos para os cargos executivos”. (Ibidem)

²⁴⁶ Conforme o texto: “Embora a questão da tomada do poder não esteja colocada na ordem do dia, é fundamental que o PT não apenas se construa como um partido que tem por objetivo a construção do socialismo, mas que se apresenta para toda a sociedade como um partido socialista. Isso significa que uma das nossas tarefas fundamentais é a luta pela constituição do movimento dos trabalhadores como um movimento claramente socialista, de generalização de uma consciência socialista entre os trabalhadores. Isso implica não apenas as tarefas de educação e formação política de massa, mas, principalmente, abordar as tarefas de conjuntura do ponto de vista da luta pelo socialismo, introduzindo, sempre, um componente de denúncia e crítica anticapitalista na atividade de massa do PT”. (Ibidem)

²⁴⁷ Conforme o texto: “É por isso que o PT rejeita a formulação de uma alternativa nacional e democrática, que o PCB defendeu durante décadas, e coloca claramente a questão do socialismo.

Em toda essa discussão petista, em minha opinião, vislumbra-se o conceito de hegemonia. De acordo com Raúl Burgos (1994), o conceito de hegemonia é incorporado ao discurso petista no período de seu amadurecimento, basicamente a partir do 5º. Encontro, pois nos escritos fundacionais as noções tanto de democracia quanto de hegemonia somente surgiam de modo vago. Mas com a atuação do partido isso foi se modificando. Nas palavras do autor:

O conceito ganhará relevância, em primeiro lugar, como conteúdo da atuação do partido vinculado ao conceito de “sociedade civil” e, depois, como expressão da “estratégia” do partido, como instrumento, como “lógica” da ação política. Se a “democracia” deixa de ser uma referência ética ou simples arranjo institucional para converter-se em “meio e fim” da luta do partido, o conceito de hegemonia passará neste processo, de mera “possibilidade” nos documentos “pré-fundacionais” a eixo da estratégia formulada no 1º. Congresso, posta esta como “centrada na disputa de hegemonia (BURGOS, 1994, p. 121, grifos do autor).

Para Benedito Tadeu César (2002) as proposições do PT nesse congresso expressavam a crise política e econômica do país e anteviam a possibilidade do partido se “tornar uma opção real de governo” (Ibidem, 2002, p. 225). No entanto, não tinha formulações alternativas suficientemente elaboradas e amadurecidas para enfrentar esse momento histórico. Por isso, sua formulação teórica expressou “aquela que se encontrava enraizada na maior parte da esquerda brasileira de tradição marxista”, ou seja, a que tinha em Lênin e, especialmente em Gramsci sua principal referência. Nas palavras do autor:

Buscou, assim, em Lênin, mas especialmente em Gramsci, possíveis respostas para as questões que se colocavam naquele momento. Reconhecendo que a sociedade brasileira se tornara complexa e diversificada, diferente da enfrentada por Lênin, recorreu às formulações gramscianas do bloco histórico, do acúmulo de forças e da hegemonia de classe para tentar encontrar um sujeito político apto, nas condições contemporâneas do país, para conduzir e tornar viável seu projeto transformador (CESAR, 2002, p. 255-6).

O grande legado deixado pelo pensador italiano Antonio Gramsci bem como sua influência no meio intelectual e nos setores de esquerda, especialmente da América Latina merece especial consideração. Além de ter sido o autor no qual o PT buscou inspiração para alavancar seu programa político.

Porque o uso do termo nacional, nessa formulação, indica a participação da burguesia nessa aliança de classes – burguesia que é uma classe que não tem nada a oferecer ao nosso povo”. (Ibidem)

Na análise de um dos primeiros estudiosos de Gramsci na América Latina, José Aricó (1988), a influência do pensador italiano se deu de modo significativo entre nós:

Desde meados da década de setenta em diante, o conhecimento da obra de Gramsci progrediu de maneira constante e significativa entre os intelectuais e cientistas sociais não apenas da área de língua espanhola, como também portuguesa. Uma série de conceitos próprios da elaboração gramsciana, mesmo aqueles mais complexos e específicos como o de bloco histórico, revolução passiva, guerra de posição, guerra de movimento, reforma intelectual e moral, etc., generalizaram-se de maneira tal que se transformaram em algo próprio, uma espécie de "sentido comum", não apenas do discurso mais estritamente intelectual, mas também do discurso político da esquerda -- ainda que não somente desta (ARICÓ, 1988, p. 01).

A expansão do pensamento de Gramsci entre nós latino-americanos conforme Aricó (1988) se deu frente a dois momentos distintos: a Revolução Cubana e os diversos golpes militares que modificaram a face do continente "erodido pela violência armada e pela contra-revolução". Inicialmente, as idéias gramscianas teriam contribuído "para alimentar projetos radicais de transformação, para depois possibilitar, e rapidamente, reflexões mais críticas e realistas sobre as razões de uma trágica desventura" (Ibidem).

Nesses dois momentos, as inflexões sob o pensamento de Gramsci, obviamente, se deram também de modos diferenciados. Nas palavras de Aricó (1988, p. 02)

Se na década de sessenta e início da de setenta, os "anos de Cuba", para utilizar uma expressão sintética, porém acertada, o Gramsci que se incorpora adentra por inteiro na história do leninismo americano, na nova etapa que se inicia a partir da decomposição dos regimes autoritários, Gramsci, enquanto marxista, aparece como irreduzível ao leninismo, ainda que o pressuponha e se nutra de sua substância.

A relação de Gramsci com Lênin sempre deve ser considerada para não se cometer "um pecado de anacronismo histórico" e com isso, impedir a compreensão de que seu pensamento é também tributário das formulações e experiências da 3ª. Internacional, mesmo que as ultrapasse. Essa relação se reflete principalmente,

quando se analisa um dos conceitos centrais no pensamento gramsciano: o de hegemonia.²⁴⁸ Como mais uma vez afirma Aricó (Idem):

Não se pode negar que o conceito de hegemonia pressupõe o conceito leniniano de aliança de classes. Se nos recusarmos a admitir que por trás de Gramsci está Lênin, cometeríamos um pecado de anacronismo histórico e nos impediríamos de compreender até que ponto seu pensamento atravessa as formulações e a experiência da Terceira Internacional.

De fato, analisar o conceito de hegemonia em Gramsci é percebê-lo ancorado ideológica e politicamente nos diversos momentos da elaboração conceitual de Lênin sobre a questão da construção do poder que vai desde o conceito de ditadura do proletariado ao de revolução cultural. Nessa perspectiva a hegemonia se articula nas relações entre dominação e direção, ou melhor, nos momentos da força e do consenso. (GRAMSCI, 2002)

A rigor para Gramsci, estabelecer uma aliança entre as classes subalternas pressupõe organizar o 'consenso geral' estabelecido por uma aliança entre as classes dominadas para por fim ao capitalismo e ao Estado burguês. Mas não basta uma ação política para conquistar e conservar o poder pela força, na realidade, é fundamental a afirmação de uma direção cultural e moral. Nas palavras de Gramsci:

[...] o proletariado pode se tornar classe dirigente e dominante na medida em que consegue criar um sistema de alianças de classe que lhe permita mobilizar contra o capitalismo e o Estado burguês a maioria da população trabalhadora (GRAMSCI, 1977, p. 22).

A influência de Gramsci na América Latina é também analisada por Lucio Oliver Costilla (2004) demonstrando que nesse continente já ocorreram diversas leituras acerca do pensamento desse autor. A primeira na década de 70 do século passado quando suas idéias eram apresentadas "a favor" dele no debate com os

²⁴⁸ José Aricó (1988) continua: "Porém, quando em meu texto insistia na irredutibilidade de Gramsci à matriz leninista, simplesmente queria lembrar que de tal nexos não se poderia deduzir uma filiação genérica que mutilaria os elementos de novidade do seu pensamento. E, por essa razão, assinalava que "diante de Gramsci é preciso realizar uma leitura que coloque no devido lugar (e este já é todo um problema não apenas hermenêutico mas também ideológico-político) a inegável relação que suas reflexões mantêm com a experiência mutilada de implementação de um projeto hegemônico revolucionário como foi o iniciado pela Revolução de Outubro". Porque, se é verdade que a discussão sobre os parâmetros fundamentais em torno dos quais se elaborou o leninismo, como uma leitura fortemente politizada do marxismo da Segunda Internacional, e a proximidade ou a distância que frente a ele manteve Gramsci, tem uma importância teórica geral, para o caso da América Latina adquire uma relevância particular no sentido de poder dar conta de processos específicos de vinculação entre a teoria e a prática". (Idem, *ibidem*)

partidos comunistas. Na realidade era uma tentativa de ‘publicizar’ os conceitos desse autor para o grande público.²⁴⁹

Na década de 80 na Europa, continua Costilla (2004, p. 02), desenvolveu-se “[...] uma leitura ideológica culturalista de Gramsci na tentativa de um reposicionamento político dos partidos comunistas europeus e de alguns intelectuais (foi bem conhecido o trabalho de Moffe e Chantall)”. Tal leitura teria sido assimilada na América Latina após os períodos ditatoriais no Brasil, na Argentina, no Chile e no México com a crise do ‘partido de Estado’. Mas também se dera frente ao “[...] contexto de emergência duma sociedade civil em luta contra o velho Estado autoritário ou ditatorial [...]”. (Ibidem)²⁵⁰

Mesmo sendo de suma importância a delimitação histórica sobre a expansão do pensamento gramsciano na América Latina, cabe observar também, como se questionava Aricó (1988), em torno de que eixos problemáticos as idéias desse revolucionário italiano foram incorporadas “como um instrumental eficaz para examiná-los a partir de novas perspectivas analíticas?”

Para Raúl Burgos (1994) fora essa observação cronológica, pode-se fazer outra de cunho teórico-político sobre a difusão gramsciana na América Latina. Em um primeiro momento Gramsci foi visto como um teórico da cultura. Os militantes do Partido Comunista Argentino (PCA) que atuavam no trabalho cultural eram os portadores dessa visão, no período compreendido entre 1950 e 1963. Em um segundo período, esses mesmos militantes já fora do PCA juntamente com outras correntes políticas da época, percebiam Gramsci como um continuador da obra de Lênin.

²⁴⁹ Segundo Costilla (2004) para divulgar o pensamento gramsciano algumas obras surgiram nesse período: “Nesta onda estiveram coletâneas diversas das notas do cárcere, agrupadas por temas específicos, tomadas de cadernos incompletos e isolados de Gramsci, todavia, não classificadas, e somente agrupadas por afinidade temática, sem integração entre si. Na época, apareceram, também, livros de autores italianos, entre os quais estão os que foram especialmente bem recebidos na América Latina, já clássicos na região, livros de Luciano Gruppi, Cristine Buci-Glucksman e Maria Antonietta Macchichhi e, no Brasil, os textos sobre Gramsci de Carlos Nelson Coutinho, quem continuou em períodos posteriores desenvolvendo pesquisas e coletâneas junto a outros autores renomados como Emir Sader e Edmundo Fernandes Dias” (Cf. COSTILA, Lucio Oliver. Um Gramsci para o século XXI: para nos re-apropriar e re-pensar a ciência do Estado moderno. Artigo para o Dossiê Gramsci. Revista de Ciências Sociais, UFC em 04.06.2004).

²⁵⁰ De acordo com Costilla (2004) no Brasil vários autores se identificaram com Gramsci para entender variados processos. Diz ele: “[...] no Brasil apareceram novas publicações de Nelson Coutinho, Edmundo Fernandes Dias e Emir Sader. E junto com eles, apareceu toda uma literatura favorável à sociedade civil, que a entendia, com maior ou menor virtude, como o oposto do Estado sem mais (Evelina Dagnino, Pedro Demo)”. (Idem, ibidem)

E, por último, a inserção de Gramsci nas Universidades que paulatinamente foi encontrando campo fértil para ampliar sua influência. Todavia, ainda sendo compreendido “[...] como parte de um movimento renovador dentro do marxismo, mas não como expressão de uma outra lógica do processo de transformação social [...]” (BURGOS, 1994, p. 41).

E no Brasil como se deu a veiculação do pensamento gramsciano? E meio à esquerda brasileira e, especificamente, que papel exerceu na reformulação do pensamento político do PT? Mesmo que sucintamente é válido salientar esse percurso, pois o mesmo não é tão consensual quanto parece entre os diversos ‘signatários’ do pensamento gramsciano no país.

É corrente entre alguns desses estudiosos que a recepção das idéias de Gramsci no Brasil pode ser dividida em ciclos. O primeiro ciclo compreenderia as primeiras traduções e estudos da obra de Gramsci através de intelectuais como Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder em meados da década de 60. Nesse período a esquerda brasileira passava por inúmeros processos de fragmentação interna devido tanto a repressão militar quanto pelas informações que chegavam da URSS sobre as atrocidades de Stálin, fato que a levou a esboçar uma autocrítica prática das idéias até então defendidas.

No entanto, conforme Coutinho (1988), a esquerda brasileira (em particular, o PCB) nesse primeiro momento não estava preparada para receber Gramsci devido à cultura existente em seu seio de interpretar a realidade através de ‘modelos’ advindos da 3ª. Internacional. Posteriormente, Coutinho (1990) afirmará que Gramsci chegou ao Brasil num momento em que setores da intelectualidade de esquerda

[...] não mais reconheciam nas formulações políticas do PCB (e da cultura marxista que permanecia sob sua influência) uma resposta adequada aos desafios da nova situação. O PCB, em suas formulações estratégicas, continuava a própria imagem de um Brasil "atrasado", semifeudal e semicolonial, carente de uma revolução "democrático-burguesa" ou de "libertação nacional" como condição necessária para encontrar o caminho do progresso social. Para utilizar as conhecidas expressões gramscianas, o Brasil era visto como uma sociedade "oriental", que devia ser analisada segundo os paradigmas terceiro-internacionalistas elaborados em função da China e não como uma formação econômico-social já então substancialmente "ocidental". Assim, num primeiro momento, a ditadura não foi caracterizada como um meio de que se valeu a grande burguesia para modernizar ainda mais o capitalismo brasileiro, elevando-o à etapa do capitalismo monopolista de Estado; foi definida, ao contrário, como um

instrumento dos grandes latifundiários e dos "agentes imperialistas" para bloquear o nosso desenvolvimento (COUTINHO, 1990, s.p).

Em direção tangencial Edmundo Fernandes Dias (1996) compreende que as idéias gramscianas nesse momento bem como, a de outros autores marxistas não foram tão significativas entre os militantes de esquerda da época. Para ele, faltou conhecimento sobre a história do movimento comunista internacional e da própria obra desse autor. Na realidade, afirma Dias (1996, p.110 -111):

[...] não se enfatizou a sua intervenção como estrategista comunista. Sequer a da sua elaboração da teoria política. [...] Não houve um trabalho de localização desses intelectuais no interior da teoria e da prática marxistas. O projeto editorial dessas traduções, sua relevância e seus méritos nunca ficaram claros para os militantes.

O segundo ciclo de recepção das idéias gramscianas no Brasil se deu em meados da década de 70, em meio a conjuntura daquele período: a crise econômico-social, o surgimento de novos movimentos sociais, dentre eles o chamado novo sindicalismo e a necessidade de fornecer "novos argumentos para novas questões" da realidade social. (Idem)

Mas para Coutinho (1989) um fenômeno internacional no âmbito da cultura de esquerda teria favorecido a ampliação do pensamento de Gramsci no Brasil: o surgimento do eurocomunismo através da célebre declaração de Enrico Berlinguer de que "a democracia é um valor histórico universal" e, nesse sentido, muitos intelectuais brasileiros teriam rompido definitivamente com o marxismo-leninismo.

Teria sido nesse contexto que as idéias de Gramsci proliferaram no país, mas agora em outra perspectiva como afirma Coutinho (op. cit):

Nesse novo ciclo, Gramsci já não foi apresentado como filósofo, mas sobretudo como o maior teórico da política; nesse sentido, sua obra era apontada como capaz de fornecer os fundamentos para uma concepção do socialismo adequada às necessidades do país moderno e 'ocidental' (grifo do autor) em que o Brasil dos anos 70 se havia convertido.

Para Marco Aurélio Nogueira (1988) as relações entre Gramsci e o Brasil se iniciaram "[...] num momento em que estavam esgotados os projetos que até então haviam estruturado o campo político-intelectual da esquerda e em que se abria um vácuo 'organizativo' no movimento socialista brasileiro [...]". Nessa direção, Gramsci

teria sido fundamental para 'arejar' o pensamento de esquerda no Brasil, pois ajudava a compreender o lado moderno, industrial e de massas, mas também o lado autoritário, excludente e miserável. (NOGUEIRA, 1988, p. 135)

Todavia, para Dias (1996) a visão gramsciana adotada pela esquerda (lê-ia-se por Carlos Nelson Coutinho) naquele momento ratificava o pensamento predominante no Partido Comunista Italiano (PCI) que ainda estava sob a influência de seu Secretário-Geral Palmiro Togliatti ²⁵¹ no qual Gramsci era visto apenas como,

[...] um 'filosofo e crítico literário, no qual a dimensão estritamente política tinha peso secundário'. Mesmo sendo apontado, 'de pleno acordo com a leitura de Togliatti', como discípulo e continuador direto de Lênin, Gramsci tem sua obra restringida, na análise da sociedade brasileira, 'à questão literária e à problemática dos intelectuais' (DIAS, 1996, p. 185).

Em que pese esse tom de polêmica que envolve a difusão do pensamento de Gramsci no Brasil é oportuno lembrar que foi a partir do período enfocado, que as categorias centrais de Gramsci passaram a explicar a nova realidade brasileira estimulando pensadores de diversas áreas tais como a Historiografia, a Teologia, a Pedagogia, Serviço Social e outras.

Ora, os conceitos de sociedade civil e política, hegemonia, intelectual orgânico, revolução e outros, passaram a fazer parte da vida intelectual e política brasileira. Mas, alguns dos usos das idéias gramscianas somente tentaram adaptá-las ou transportá-las para a realidade brasileira sem a devida observação de suas particularidades. Como deixa claro Marco Aurélio Nogueira (1988) no seguinte trecho:

Num quadro assim tão instável e turbulento, acabou por ser inevitável que o pensamento de Gramsci sofresse os usos mais diversos. Quase todos os tipos de malabarismo teórico foram justificados, especialmente nos ambientes de esquerda, nos setores da oposição democrática e na universidade (NOGUEIRA, 1988, p. 134 -135).

O certo é que foi em tal contexto que o pensamento de Gramsci 'floresceu'. Suas idéias perpassariam as Universidades, os Partidos Políticos, os Sindicatos, os

²⁵¹ Palmiro Togliatti (1893-1964): "Membro do Partido Socialista italiano, fez parte do grupo del' Ordine Nuovo". Foi um dos fundadores do PCI. Em 1924, entrou para o Comitê Executivo da 3ª. Internacional. Em 1944 foi eleito Secretário Geral do PCI. Fez as primeiras avaliações sobre o Relatório de Khrushchev em 1956 e, por isso foi considerado o fundador do 'Euro-Comunismo'. (Fonte: Site: http://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/t/togliatti_palmiro.htm).

Movimentos Sociais bem como, diversas outras instituições sociais e políticas daquele período.

Na década de 80, entretanto, se inicia a meu ver, outro ciclo de 'recepção gramsciana' no Brasil e é precisamente nele que o PT se inclui como sujeito político detentor de uma interpretação própria acerca das idéias do autor em foco. Porém, a apropriação que o PT faz das idéias gramscianas vai se dando gradativamente até a realização do encontro ora em destaque, ou seja, o 5º. Encontro Nacional.

Pelas análises até agora realizadas dos documentos petistas do 5º Encontro, percebe-se que o pensamento de Antonio Gramsci começava a dar sinais de visibilidade, pois é a partir desse evento partidário que a questão da concepção estratégica do partido tomará rumos diferenciados dos traçados nos encontros anteriores.

Delineou-se a partir de então um novo quadro conceitual que se incorporou gradativamente ao discurso dos diversos grupos e/ou Tendências existentes no PT. Em interessante pesquisa Lincoln Secco (2006:165-173) demonstrou como esses grupos internos, a revista Teoria e Debate e o Boletim Linha Direta do PT foram incorporando, mesmo com certas reservas, o referencial gramsciano.

De forma mais específica, Secco (2006) entende que a aceitação do referencial gramsciano pelo PT, em particular a concepção de socialismo, se deu por causa de dois movimentos internos singulares. O primeiro teria sido a organização da '*Articulação dos 113*', liderada simbolicamente por Lula. Esse grupo favoreceu o surgimento de "um centro político unificador" do partido bem como, teria sido responsável

[...] por uma política de alianças com o movimento social, com forças políticas *democráticas* (grifo da autora) e pelo combate tanto à limitação da ação partidária às instituições existentes, quanto ao vanguardismo de grupos que encaravam o PT apenas como uma frente de esquerda (SECCO, 2006, p. 165)

O segundo movimento desse processo, teria se dado pelo aumento do peso da institucionalidade (executiva, parlamentar e sindical) no partido. Esse fato teria impulsionado tanto a burocratização partidária como o "deslocamento de centros de decisões para instituições alheias ao partido" (Ibidem).

De todo o modo, o PT passou a dialogar com a sociedade brasileira a partir de então, munido pelas concepções gramscianas. Ao dar continuidade as análises dos documentos do 5º. Encontro petista esse quadro conceitual fica mais claro.

A *Alternativa Democrática e Popular* proposta pelo PT se configuravam em dois momentos, como frisado anteriormente: o governo e o programa democráticos e populares. O governo petista e de seus aliados deveria executar “um programa democrático, popular e antiimperialista” para criar as condições rumo ao socialismo. Esse governo seria capaz de realizar tarefas democráticas e populares, de caráter antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista. Tarefas essas que não foram efetivadas pela burguesia. (RESOLUÇÕES POLÍTICAS DO PT: O PROGRAMA DEMOCRÁTICO E POPULAR, 1987, p. 17)

Um governo desse tipo teria dupla significação:

Em primeiro lugar, é um governo de forças sociais em choque com o capitalismo e a ordem burguesa, portanto, um governo hegemônico pelo proletariado, e que só poderá viabilizar-se com uma ruptura revolucionária; em segundo lugar, a realização das tarefas a que se propõe exige a adoção concomitante de medidas de caráter socialista em setores essenciais da economia e com o enfrentamento da resistência capitalista (Ibidem).

Porém, o PT asseverava que o governo democrático e popular não representava a formulação de uma nova teoria das etapas, imaginando uma etapa democrático-popular que possibilitasse criar ilusões na existência de uma nova fase do capitalismo, uma fase democrática e popular como defendiam os PC' s. (idem)

Essa proposta certamente acarretaria discussões internas com as quais o PT não estava acostumado e por isso, tanto receava, como era o caso da política de alianças necessárias à construção de sua *Alternativa Democrática e Popular*. Mas quanto a isso, os militantes deveriam ficar certos de que o PT desde sua fundação rompera com “as tradições reformistas e/ou vanguardistas da esquerda brasileira” defendendo o princípio de identidade e independência de classe e, por isso, se distinguia dos partidos reformistas ligados a setores da classe trabalhadora. (Ibidem, 1987, p. 17 - 18)

O receio dos militantes ante as alianças políticas tinha fundamento porque no Brasil às experiências aliancistas entre os trabalhadores e as outras classes não tinham sido muito proveitosas para os mesmos. Pois ora os atrelava a uma suposta

burguesia nacional, ora os ligava a plataformas políticas vagas.²⁵² A esquerda brasileira nesse campo, como afirma o texto, sempre fora incapaz de estabelecer alianças. Tal incapacidade se expressava no sectarismo, no fracionismo e na divisão entre as diversas correntes políticas do movimento. (Ibidem, 1987, p. 19)

Mas as experiências propiciadas pelas revoluções socialistas e de libertação nacional apontavam para uma realidade bem diversa da brasileira e, nesse sentido, exemplos de alianças políticas não faltavam: a aliança operário-camponesa na Revolução Russa de 1917, a união dos comunistas japoneses com os nacionalistas na guerra sino-japonesa, e a experiência da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) na Nicarágua. (Ibidem)²⁵³

Concretamente, a argumentação petista centrava-se na idéia de que todo partido *revolucionário* precisa de aliados para chegar ao poder. E isso não seria diferente com o PT. Daí a necessidade de estabelecer uma correta política de alianças, ou melhor, “alianças com base em princípios”.²⁵⁴(Idem)

Com efeito, um dos princípios básicos para estabelecer a política de alianças petista seria estar em consonância com seu programa político e defender a independência de classe dos trabalhadores. Evidentemente, a correlação de forças

²⁵² Sobre as alianças afirmava: “São muitas, no Brasil, as experiências de alianças dos trabalhadores assalariados com outras classes sociais. Na década de 20, os trabalhadores organizaram o Bloco Operário-Camponês. Depois da Segunda Guerra Mundial, o PCB atrelou os trabalhadores a uma suposta burguesia nacional em conflito com o imperialismo, e essa frente descambou em colaboração de classes e não numa política de alianças. Na década de 60, a Ação Popular propôs uma aliança operário-estudantil-camponesa, que tinha à frente o movimento estudantil e apresentava como plataforma um vago movimento contra a Ditadura e a solidariedade ao povo do Vietnã”. (Ibidem)

²⁵³ Sobre essas experiências afirmava: “Nas experiências das revoluções socialistas e de libertação nacional vitoriosas temos exemplos concretos de alianças, dentro e fora do campo dos trabalhadores. Os exemplos clássicos são a aliança operário-camponesa na Revolução Russa de 1917 e a união dos comunistas de Mao com os nacionalistas de Chiang Kai Shek, na guerra sino-japonesa. Mais recentemente, a Nicarágua é um exemplo claro de uma política de alianças que leva à vitória da revolução. A FSLN [Frente Sandinista de Libertação Nacional] não só fez alianças durante o processo revolucionário, como as mantém diante das agressões do imperialismo e das necessidades concretas da reconstrução do país”. (Ibidem)

²⁵⁴ O PT também já tinha feito alianças políticas: “[...] Não custa, sobre isso, lembrar que nas recentes eleições do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, graças à aplicação de uma política correta de alianças, obtivemos importante vitória. Na prática, a realidade nos impõe alianças, e de fato as fazemos, como em 1984, na campanha das Diretas, quando o PT, objetivamente, fez uma aliança com a oposição liberal burguesa e setores da pequena burguesia contra a Ditadura Militar. A sobrevivência do Colégio Eleitoral e a instauração da Nova República não indicam que erramos por termos feito aliança, mostram apenas que, ao lado da imensa maioria do povo, fomos derrotados pelas classes dominantes. Outro exemplo de aliança foi a tática eleitoral formulada para as eleições de 1986, em que se previa a possibilidade de coligações, desde que cumpridas as condições estabelecidas pelo Encontro Nacional. Era a reafirmação de nosso slogan “o PT não se funde, nem se confunde”, mas também uma resposta aos que nos acusam de sectários e puristas. Aliança não é uma questão de princípios para o PT, mas o PT só faz alianças com princípios”. (Ibidem)

existente na sociedade brasileira deveria ser considerada, já que essa política incluía alianças táticas e estratégicas com setores interessados no fim da dominação burguesa. (Ibidem, p. 20)

As alianças táticas se dariam através da construção de políticas que envolvessem a pequena produção e a pequena propriedade, ao lado da defesa dos excluídos e segregados pela lógica do mercado e da livre iniciativa, organizando assim, a luta contra a fome e a miséria.

Quanto à construção de uma aliança estratégica, a proposta era a da unidade de ação política da classe trabalhadora configurada em uma *Frente Democrática e Popular*. Essa *Frente* envolveria todos os setores que tivessem contradições com a burguesia e estivessem dispostos a marchar com os trabalhadores na luta pelo poder.²⁵⁵ Contudo alertava: “Para o PT, não há aliança estratégica com setores da burguesia”. (Ibidem, 1987, p. 21)

Dentre os setores que comporiam a Frente, destaque especial seria dado ao proletariado urbano e rural, pois o mesmo era a força principal do processo de transformação para o socialismo. O operariado industrial era o seu setor mais importante, concentrado e capacitado a dirigir o processo revolucionário. Quanto aos camponeses pobres e os assalariados urbanos seriam os principais aliados do proletariado. (Ibidem)

Deveriam ser incorporados também os setores semiproletarizados, marginalizados pelo mercado de trabalho e de consumo e ainda, os setores urbanos com reais contradições com o capitalismo, incluindo-se neles, “a intelectualidade progressista e democrática e os pequenos proprietários”. Recomendava, porém, que nesse tipo de aliança, a classe trabalhadora tinha que forjar sua unidade interna para conquistar a hegemonia no conjunto da Frente Democrática e Popular já que

²⁵⁵ Explicava assim: “Os setores que chamamos normalmente de camadas médias e pequena burguesia – sendo, estes últimos, trabalhadores e também proprietários de seus meios de produção – embora tenham interesses comuns com a burguesia (por exemplo, algumas camadas de pequenos proprietários vivem da exploração do trabalho assalariado, ainda que em pequena escala) têm, também, profundas contradições com o capitalismo, que os coloca cotidianamente sob ameaça de arruinamento e de proletarização”. Mas outros setores poderiam ser incorporados: “Na luta pelo socialismo, deverão ser levadas em conta reivindicações e interesses de outros setores populares, que são alijados de seus direitos e são vítimas da opressão, das injustiças e da violência do sistema capitalista”. (Ibidem)

haveria uma disputa permanente entre os trabalhadores assalariados e os setores pequeno-burgueses.²⁵⁶

Convicto do acerto dessa política, o PT definiu os critérios de sua política de alianças no âmbito eleitoral. Obviamente a mesma deveria estar de acordo com o conteúdo e com os objetivos da campanha petista. Os critérios estabelecidos foram os seguintes:

a) oposição ao Governo Sarney, à Nova República, à transição conservadora e à direita em geral; b) compromisso efetivo e seguro com os pontos centrais do programa municipal proposto pelo PT; c) apoio às reivindicações e participação nas lutas dos trabalhadores e movimentos populares (Ibidem, 1987, p. 22).

Todos os setores que concordassem com esses e outros pontos defendidos no texto (boa parte já citados aqui) seriam aliados em potencial. Mas decidiram conforme citado no documento:

Excluir composições eleitorais com partidos que dão sustentação à Nova República e ao conservadorismo direitista (PDS, PL, PTB, PFL, PMDB). No caso deste último, eventuais dissidências em oposição à linha oficial devem ser avaliadas caso a caso. No caso do PCB, embora seja um partido que dê sustentação à Nova República, é preciso levar em conta eventuais evoluções de sua política e de suas bases rumo à oposição (Ibidem, p. 23).

Sobre alianças com outros partidos como no caso do PCdoB, PSB e também o PCB, tomariam iniciativas para que esses partidos ou setores ligados a eles entendessem e passassem a defender as posições propostas pelo PT. Já o PDT, mesmo que se posicionasse contra a Nova República, defendesse o presidencialismo e as eleições diretas para presidente em 1988 era um partido dominado pelo populismo, no qual conviviam facções burguesas, setores socialistas e trabalhistas. Nesse sentido, qualquer aliança eleitoral com esse partido deveria ser analisada pontualmente. Quanto às alianças com outros partidos, o texto afirmava que dependendo dos critérios definidos e da perspectiva de acúmulo de forças, o PT incluiria em sua política de alianças o PH e o PV. (Idem)

²⁵⁶ Definidas as alianças estratégicas, deveriam ser estabelecidas as táticas pontuais como se observa no seguinte texto: "A partir da definição geral das alianças estratégicas, que visam reunir e organizar em torno da classe trabalhadora os setores médios teremos uma linha para estabelecer, aqui e agora, táticas em torno das lutas contra a Nova República na Constituinte e nas lutas sociais. Prevalecerá sempre a priorização das alianças dentro das classes trabalhadoras; mas não devemos – resguardada a independência do PT – deixar de realizar alianças táticas com forças políticas em torno de objetivos imediatos ou a médio prazo". (Ibidem)

O conteúdo das Resoluções Políticas petistas do 5º. Encontro, ora em destaque, é revelador da existência de conflitos em sua formulação. De um lado havia a defesa de adotar novas táticas para a construção do socialismo na realidade brasileira, como a construção de um programa e de um governo democrático popular e com ele a ampliação do leque de alianças políticas. Por outro, quando explicitava sua tática, o sujeito político das transformações não se diferenciava do proposto pela esquerda tradicional criticada pelo PT já que colocava no operariado industrial a força dirigente desse processo.

Em verdade, a idéia petista sobre o socialismo e as táticas para construí-lo na realidade brasileira são muito ambíguas nos documentos desse encontro. Pois, existem passagens tanto que induzem interpretações que só se chegará ao socialismo através da disputa institucional, quanto em outras se explicita que a via central se dará através de uma ruptura radical com o *status quo*.

É interessante citar a análise que Margareth Keck fez sobre a trajetória petista nesse campo. Diz a autora:

No início, o desejo de expressar no nível político os interesses dos trabalhadores e dos pobres fez com que o PT desconfiasse das alianças políticas, refletindo, assim, de certa maneira, uma falta de confiança em si mesmo como instituição; supunha-se que fazer alianças, mesmo táticas, acarretaria uma diluição do seu programa. [...] À medida que o partido crescia e ganhava experiência, esses problemas começaram a ser resolvidos. Seu discurso evoluiu ao abandonar a ênfase permanente na organização do trabalho, tornando-se mais abrangente. Na segunda metade dos nos 80, o PT estava muito mais disposto a cooperar com outros partidos, tanto em eleições específicas como em determinadas campanhas políticas (KECK, 1991, p. 258).

Mas a questão das alianças políticas no PT sempre se constituiu em um divisor de 'águas' internas. Wladimir Pomar (2005), ao analisar a crise do governo Lula sobre as denúncias do caso chamado 'mensalão' em 2005, identificava a política de alianças petista como sendo uma decorrência 'natural' do diagnóstico e da ação política dos dirigentes do partido.²⁵⁷ Dizia:

[...] na política de alianças, a unidade e a luta foram substituídas apenas pela unidade, e a estratégia, pela tática. Na disputa eleitoral, a política foi substituída pelo 'marketing político'. Na ação política geral, substituiu-se a mobilização social pela ação exclusivamente parlamentar. [...] De

²⁵⁷ Cf. POMAR, W. "Algumas teses sobre as raízes da crise" in Revista Teoria e Debate, seção nacional de 30 de dezembro de 2005.

substituição em substituição, o PT foi conduzido a erros de prioridades políticas, econômicas e sociais (POMAR, 2005, s.p).

“Assumir o poder é a meta natural dos partidos políticos. O PT não é uma exceção”, afirmava Leandro Konder no Jornal do Brasil em 17 junho de 2001. Obviamente todo partido político quer conquistar o poder e por isso, necessita fazer alianças políticas. Alianças que expressem no sentido gramsciano a formação da vontade coletiva concebida em um processo de unicidade entre fins econômicos e políticos com a unidade intelectual e moral.

Nessa direção Gramsci afirmava:

A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de 'hegemonias' políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência do fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política); é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam (GRAMSCI, 1981, p. 21).

Contudo, é importante ressaltar que Gramsci pensava na perspectiva da transformação da sociedade, da revolução socialista e não de sua reprodução, o que em meu juízo, não foi bem isso o que aconteceu com a política de alianças do PT.

Ora, definidas a tática e a estratégia petistas necessitava ainda, adequar a concepção e a estrutura partidária para enfrentar a nova realidade. Daí ser necessário fazer um balanço das várias concepções vigentes acerca dos partidos políticos, especialmente, os que se colocavam no âmbito da Esquerda.

A dicotomia entre partido de quadros x partido de massas aliada à cultura tradicional da Esquerda, que teria uma visão estreita da idéia leninista de partido de vanguarda seria profundamente equivocada, afirmava o texto. Assim, nem o partido de quadros, “[...] pequeno, estreito, sectário, formado de militantes, baluartes que tudo decidem e dirigem”, nem o partido de massas “[...] frouxo, inorgânico, sem cotizações regulares, cada um fazendo o que bem entende e chamando filiados para fazer número em convenções, como qualquer partido burguês” (RESOLUÇÕES POLÍTICAS DO PT: a construção do PT, 1987, parágrafos 196 - 243).

O PT deveria se constituir em um partido capaz de dirigir a luta pelo socialismo, e assim afirmava:

Precisamos de um partido organizado e militante, o que implica a necessidade de quadros organizadores. Um partido que seja de massas porque organizará milhares, centenas de milhares ou até milhões de trabalhadores ativos nos movimentos sociais, e porque será uma referência para os trabalhadores e a maioria do povo (Ibidem)

Portanto, a idéia era construir o PT como um partido de classe dos trabalhadores, democrático, de massas e socialista, que tivesse militância organizada e fosse capaz de dirigir a luta social. Dito isso, mostrava os problemas e apontava as medidas que a estrutura partidária deveria adotar na organização pela base²⁵⁸, nos núcleos de base²⁵⁹, em diferentes formas de organização²⁶⁰, na centralização partidária e no funcionamento da direção do partido.²⁶¹

Sobre essa questão é bom atentar para um debate ocorrido nas páginas da Revista Teoria e Debate (n. 04 de setembro de 1988), sobre as diferentes

²⁵⁸ Sobre a organização pela base afirmava: “A questão da organização na base do Partido é uma das mais sérias que enfrentamos. Todos nós já passamos pela experiência de filiar um companheiro ao Partido e depois não sabermos o que propor como forma de participação do novo filiado. A falta de participação organizada na base leva a grandes problemas: a tendência à separação entre a intervenção nos movimentos sociais (onde os petistas atuam desorganizados ou organizados apenas nas entidades do movimento de massas) e a tendência ao distanciamento entre a direção do Partido e sua base. Para enfrentar essa situação, temos de repensar nossas formas de organização na base, melhorá-las e ampliá-las”. (Ibidem)

²⁵⁹ Sobre os núcleos: “Segundo a nossa concepção, os núcleos de base devem ser a forma fundamental de organização do Partido. Cabe-lhes o papel de organização dos militantes para construir o PT, filiando e preparando trabalhadores para a militância partidária, procurando desenvolver sua capacidade de direção e mobilização política no setor em que atuam. Os núcleos deveriam ser, além disso, um canal de participação da militância nos debates e na definição do conjunto da política do PT, constituindo, portanto, um organismo de poder no Partido, aprofundando e garantindo a sua democracia interna. Os núcleos devem, desta forma, realizar a unidade da intervenção partidária, seja no nível do setor específico em que atuam, seja no nível das campanhas e questões de interesse em que todo o Partido deve se empenhar”. (Ibidem)

²⁶⁰ Sobre as novas formas políticas: “Há formas organizativas eficazes, que já têm sido praticadas pelo PT e devem ser incorporadas de forma permanente à vida partidária: a) grupos de apoio (que se formam em determinadas campanhas e que têm, portanto, uma vida mais curta); b) plenárias de militantes: a discussão e o encaminhamento por meio de plenárias é uma forma ágil de contato entre os órgãos de direção e o conjunto dos militantes. Propiciando o encontro de militantes de frentes de atuação distintas, contribuem também para a politização geral. As plenárias podem ser realizadas em vários níveis: estaduais, municipais, por região etc”. (Ibidem)

²⁶¹ Sobre a centralização e o funcionamento da direção afirmava: “Para ser um partido dirigente, capaz de intervir de forma organizativa e coerente nos movimentos sociais, e de dar um rumo à luta das massas trabalhadoras pelo socialismo, o PT precisa de centralização. Para que essa centralização contribua para o fortalecimento da democracia interna, é preciso empenho para agilizar meios que assegurem a democratização das informações e o processo de tomada de decisões em todos os níveis da estrutura partidária. A capacidade de atuação centralizada envolve pelo menos três questões. Em primeiro lugar, a existência de definições políticas claras. Em segundo, a consciência, por parte da militância petista, da necessidade da centralização política do Partido. Em terceiro lugar, o funcionamento pleno das instâncias de direção partidária. O funcionamento das nossas instâncias diretivas é extremamente precário, com a tendência dos Diretórios terem um caráter formal e a sobrecarregar as Comissões Executivas. Precisamos, portanto, superar essas falhas, construindo uma verdadeira direção política. Isso implicará o funcionamento coletivo dos Diretórios, com a distribuição planejada e coletiva das tarefas e a responsabilização e cobrança do cumprimento das tarefas”. (Ibidem)

concepções existentes no partido. Aqui destaco apenas as visões de Francisco Weffort e Tarso Genro.²⁶²

Para Weffort (1988) as polêmicas sobre o caráter do partido estariam ‘fora de foco’, dentre elas a que opunha “partido de massas versus partido de quadros”. Para o autor essa polêmica embutia outra também equivocada, como a do “partido de massas versus partido de lutas”. E, para completar ainda existiam aqueles que visando “definir melhor o perfil ideológico do PT” queriam defini-lo “como um partido marxista-leninista” (WEFFORT In REVISTA TEORIA E DEBATE, nº 04, setembro de 1988, s.p).

Weffort (1988) refutava essas dicotomias, pois considerava que o partido já deveria ter passado por essa fase e compreendido que,

Partidos de massas têm que contar com uma significativa contribuição de quadros. E não podem, evidentemente, deixar de ser partidos de lutas. E têm que ter horizontes ideológicos definidos o bastante para permitir alguma unidade de perspectiva, não apenas aos seus quadros, mas também aos seus militantes de base e ao conjunto dos que aderem ou simpatizam com ele (WEFFORT, 1988, s.p).

Afirmava ainda que “os partidos de massa são os que melhor se adequam às necessidades da representação e da participação dos trabalhadores na política das sociedades modernas”. Concretamente, ou o PT afirmava seu caráter de massas, aberto e democrático ou não chegaria a ser partido e com isso, negaria sua própria razão de ser, desmobilizando seus criadores. (Idem)²⁶³

A concepção de partido de massas que o PT se colocava, conforme Weffort era essencialmente correta, pois se achava “[...] enraizada nas necessidades reais das lutas dos trabalhadores no país [...]” e que certamente se converteria no eixo articulador com a plataforma de lutas definidas para aquele período histórico. Partindo dessa lógica argumenta o autor:

²⁶² Nesse período Francisco Weffort era professor da USP e membro da Executiva Nacional do PT, Tarso Genro era vice-presidente do PT/RS e Membro do Diretório e também era candidato a vice-prefeito de Porto Alegre. Esse debate se prolongou nas páginas da revista com outros dirigentes do partido, como Raul Pont. Infelizmente por conta do tempo não foi possível deter-me na exposição dos demais debatedores.

²⁶³ Em suas palavras: “[...] ou o PT se torna um partido de massas, aberto e democrático, no espírito da sua proposta original de 1979/1980 (que o 5º Encontro em boa hora reafirma), ou não chegará a ser partido. Se negar a sua intenção inicial de partido de massas, acabará negando a sua própria razão de ser. E, portanto, desmobilizará os seus próprios criadores”. (Ibidem)

[...] sempre acreditamos que o partido deveria se organizar de baixo para cima, contra as concepções elitistas prevalentes na sociedade brasileira, e que o PT deveria ser construído a partir dos núcleos de base, entendidos não como aparelhos de militantes, mas organismos abertos para a participação da sociedade. Foi precisamente por isso que evoluímos para uma concepção de conselhos populares e para uma concepção do poder como algo que não apenas se toma (no Estado), mas também se cria (na sociedade). Nossa visão do partido é o ponto de partida de uma visão nova do Estado e da sociedade (WEFFORT, 1988, s.p).

Quanto à definição do perfil ideológico do PT, Weffort (1988) afirmava o caráter plural do mesmo pela sua composição social e ideológica. Dizia o autor:

O PT é, portanto, um partido de perfil ideológico definido. Mas é um partido laico do ponto de vista teórico e filosófico. Nele cabem socialistas dos mais diversos matizes, sejam marxistas, católicos, protestantes, umbandistas, agnósticos etc. Nele cabem, enfim, todos os que estejam dispostos a lutar por uma sociedade sem explorados e exploradores, uma sociedade socialmente igualitária e politicamente livre, ou seja, uma sociedade socialista na qual, como diria Marx, 'o livre desenvolvimento de cada um seja a condição para o livre desenvolvimento de todos' (Ibidem)

Para Tarso Genro (1988) esse debate sobre a concepção de partido deveria começar respondendo a pergunta: para que um partido, pois sem definir o objeto da organização o debate não aprofundaria. Para contemplar essa discussão estabelece três pressupostos: o primeiro compreende o partido como “mediação entre a teoria e a prática” que tem por finalidade “(...) a conquista do poder para determinar uma alteração radical nas relações de classe, visando com isso à construção da sociedade socialista”.²⁶⁴ O segundo pressuposto entendia o partido como uma forma de organização contraposta à forma capitalista. Tal fato faria com que as massas passassem

[...] de meras executoras dos atos de trabalho no processo produtivo a organizadoras de uma nova relação entre as classes. E isto só pode se dar por meio da política planejada e pensada como ação específica. De fundamentalmente braços, as massas passam a ser também cérebros, subjetivando o próprio comportamento acima e afora da rotina alienante que lhe reserva a sociedade capitalista (GENRO, 1988, s.p).

²⁶⁴ Tarso Genro (1988) afirmava: “Se tenho claro que o socialismo será construído por meio de um processo seqüencial de mudanças no interior da ordem burguesa, eu terei um determinado tipo de partido. A visão histórica de que a revolução socialista é uma ruptura, que só poderá se dar contra o desenvolvimento natural da sociedade capitalista, exige uma outra concepção de partido”. (Idem, ibidem)

O terceiro pressuposto, bastante genérico, partia da afirmação que o marxismo passava por uma crise que além de outros elementos, era também a crise da teoria leninista do partido de vanguarda oriunda do stalinismo.²⁶⁵ Ora, baseado nesses pressupostos, o partido que seria construído levaria em consideração não apenas as experiências anteriores, mas seria

[...] uma ruptura que conserva e supera todas essas experiências, à medida que a dominação burguesa é cada vez mais complexa e o seu objeto - o socialismo - é cada vez mais difícil e as consciências são cada vez mais manipuladas. O partido de novo tipo deve responder a esta nova situação histórica (Ibidem).

Feitas tais colocações Genro (1988) adentrava na discussão do caráter do PT. Afirmava que a polaridade entre partido de massas x partido de vanguarda no pensamento de Lênin era falsa porque na realidade não existia segundo esse autor um teoria integral a respeito do partido revolucionário socialista já que suas propostas variavam conforme a conjuntura histórica e a correlação de forças.²⁶⁶ Nesse sentido, Genro (1988) fazia uma sucinta, mas interessante análise sobre o capitalismo e o Estado brasileiro para defender o tipo de partido necessário ao país.

Genro afirmava que o PT já era uma vanguarda “na luta contra a transição conservadora e nas lutas anticapitalistas”, mas carecia de definições estratégicas. Conforme se desse à evolução programática e ideológica do PT, poderia ser caracterizado como,

²⁶⁵ Sobre essa crise Genro (1988) afirmava: “E que esta se expressa na contradição flagrante entre as suas propostas teóricas e a sua realidade histórico-concreta, através da qual, com o porte de filosofia oficial, o marxismo transforma-se numa normatividade apologética do socialismo real, com toda a sua perversão burocrática. Esta crise, que também é uma crise da teoria leninista do partido de vanguarda formulada pelo stalinismo é fundamental para ser pensada, de forma encadeada e integrada com o primeiro pressuposto: a luta pela revolução socialista com as suas particularidades, num país específico, num momento de desprestígio do socialismo e do comunismo, carente de uma crítica filosófica radical do marxismo soviético, que é urna deformação positivista da dialética marxista”. (Idem, ibidem)

²⁶⁶ Para deixar claro sua defesa, Genro cita o seguinte texto de Lênin de 1905: “Com maior amplitude e audácia, com maior audácia e amplitude, mais uma vez com a maior audácia, sem ter medo de fazê-lo [...] abandonem todos os velhos hábitos de imobilidade, de respeito à hierarquia [...] concedam a todo subcomitê o direito de redigir e publicar manifestos, sem multas delongas. É preciso unir e pôr para trabalhar, com extraordinária rapidez, todos os elementos que possuam iniciativa revolucionária [...]”. “Devemos saber adaptarmos a uma dimensão totalmente nova do movimento [...]. É preciso aumentar substancialmente os efetivos de todas as possíveis organizações do partido ou próximas do partido, para caminhar, de qualquer modo, *pari passu* com a torrente de energia revolucionária do povo, que cresceu cem vezes [...]. Devemos criar, sem perder um só instante, centenas de novas organizações” (LÊNIN apud GENRO, 1988, s.p).

[...] um partido socialista de vanguarda, ou seja, colocar-se à frente do movimento socialista, para dirigi-lo e orientá-lo. Para isso precisa uma maior homogeneidade ideológica, uma definição programática e uma estrutura organizativa que, mantendo a democracia, incida de forma mais abrangente sobre o cotidiano político de sua militância organizada. E também expresse a pretensão jacobina de constituir uma política de proteção e de autodefesa dos direitos democráticos das massas, sob pena de limitar-se aos enfrentamentos na esfera política das instituições da ordem, sendo inexoravelmente sugado por ela (Ibidem).

Tarso Genro (1988), no entanto, vai mais longe ao estabelecer as bases para o projeto petista, ao considerar que o sujeito político (partido) a ser formado deveria responder “[...] às exigências de uma longa disputa pela hegemonia, num país que possui um Estado moderno militarizado, expressão dos interesses de uma burguesia altamente reacionária” (Ibidem). Mas também dispunha de “modernos meios de manipulação da consciência das massas” e que era “aparelhado, sem maiores mediações jurídicas, pelos interesses dos grandes monopólios”. Mas esse sujeito político deveria estabelecer ainda, além de uma disputa política permanente, uma luta ideológica antiburguesa em todos os planos (político, cultural, ético, filosófico).²⁶⁷

Concretamente foi a partir desse debate que o PT se debruçou mais para entender que partido era e o que deveria ser, pois nas resoluções dos encontros seguintes essa definição ficará mais clara, o mesmo acontecendo com sua tática e estratégia políticas.

Finalmente, o 5º Encontro deliberou outras duas importantes resoluções que influiriam nos rumos do PT daí em diante: a *Resolução Sobre Proporcionalidade* e a *Resolução Sobre Tendências*. A questão da proporcionalidade estabelecia os critérios na composição dos diretórios regionais e nacional do PT.

Esses critérios permitiriam que as correntes minoritárias, na proporção do percentual de votos obtidos, participassem desses órgãos de direção. Quanto a *Resolução Sobre Tendências* regulava a existência dos vários grupos que compunham o partido. Nela, o PT afirmava seu caráter estratégico como partido e

²⁶⁷ Em suas palavras: “Este sujeito político (o partido), em conseqüência, além da disputa política permanente, só terá possibilidade de formar uma base de massas desprendida da hegemonia burguesa se fizer da luta ideológica antiburguesa, em todos os planos (político, cultural, ético, filosófico), um momento determinante da sua história, disputando nas instituições do Estado e da esfera da sociedade civil com respostas dentro e fora da ordem. A tradição teórica a ser apropriada por nós, para conservá-la e superá-la, é a de Rosa, Lenin, Gramsci, Lukács e Bloch” (GENRO, 1988, s.p).

não como uma *Frente*.²⁶⁸ Determinava então que era (...) rigorosamente incompatível com o caráter do PT a existência, velada ou ostensiva, de partidos em seu interior, concorrentes do próprio PT.²⁶⁹

4.3. O sexto Encontro Nacional: a Alternativa Democrática e Popular

O 6º Encontro Nacional do PT confirmou as concepções e as práticas aprovadas no 5º Encontro. Realizou-se entre 16 e 18 de junho de 1989, em São Paulo (SP) no Colégio Caetano de Campos. As resoluções aprovadas foram *O Momento Atual e as Nossas Tarefas, As Eleições Presidenciais e a Candidatura Lula, Diretrizes para a Elaboração do Programa de Governo e As Bases do PAG (Plano de Ação de Governo)*. Dessa vez não houve disputa entre teses para aprovar a *Tese-guia*, na realidade o Diretório Nacional apresentou um texto básico que foi aprovado com emendas.

Esse foi um dos encontros do PT que contou com o maior número de delegados desde sua fundação. Contabilizou 543 delegados presentes e teve 25 Estados representados. Foi também o que teve dois atos: um de repúdio ao massacre dos estudantes e trabalhadores chineses e o outro, comemorando o 10º aniversário da conquista da anistia no Brasil. Outro fato importante foi à formalização da candidatura de Lula para a eleição presidencial de 1989.

Dentre os quatro documentos aprovados serão aqui destacadas somente determinadas partes e/ou trechos relativos ao aprofundamento conceitual oriundo das teses adotadas pelo 5º Congresso as quais, como já se viu, imprimiram novas características ao PT.

²⁶⁸ Assim afirmava: “Ao afirmar seu caráter estratégico, o PT afirma-se, pois, como partido e não como frente de partidos ou organizações. Contrapõe-se, portanto, à prática da dupla militância e da dupla fidelidade. Da mesma maneira, a filiação ao PT se dá em caráter individual, assumindo o filiado o compromisso de acatar apenas e unicamente as decisões partidárias, tomadas nas instâncias orgânicas do PT”. (Ibidem)

²⁶⁹ Com suas próprias palavras: “É rigorosamente incompatível com o caráter do PT a existência, velada ou ostensiva, de partidos em seu interior, concorrentes do próprio PT. Quer dizer, o PT não admite em seu interior organizações com políticas particulares em relação à política geral do PT; com direção própria; com representação pública própria; com disciplina própria, implicando inevitavelmente em dupla fidelidade; com estrutura paralela e fechada; com finanças próprias, de forma orgânica e permanente; com jornais públicos e de periodicidade regular”. (Ibidem)

A primeira resolução analisada tem como título: *O Momento Atual e as Nossas Tarefas*. Nela, o PT fazia uma análise da conjuntura nacional e internacional deixando evidente a satisfação com o fato do partido já se configurar como o principal partido de oposição no Brasil. E isso só teria sido possível graças às resoluções do 5º Encontro que teriam preparado o partido para as vitórias eleitorais de 15 de novembro de 1988.²⁷⁰

Esse documento desenvolvia uma compreensão sobre a crise que o Brasil atravessava em sua economia cuja raiz era “a dependência junto ao Imperialismo e a crescente dívida externa que daí adviria”. Desse modo, a crise revelava por um lado o esgotamento de um determinado padrão de acumulação capitalista e a incapacidade de encontrar um novo caminho de crescimento econômico nos marcos da economia brasileira. Por outro, expressava a crise global da economia capitalista que se arrastava desde a década de 70. (Resolução O Momento Atual e as Nossas Tarefas, 1989: 01).

Apontava como solução para sair dessa crise sob a perspectiva dos trabalhadores, a conquista de um governo democrático-popular, o que já havia sido proposto nas resoluções do encontro nacional anterior (5º). Assim colocava:

Contra o projeto das classes dominantes, o PT reafirma o seu caminho para resolver a crise do ponto de vista dos trabalhadores, que é a instauração de um governo democrático-popular, antiimperialista, antimonopolista, contra o pagamento da dívida externa, que realize a reforma agrária e que promova o desenvolvimento sobre novas bases, e no qual os trabalhadores detenham a hegemonia e possam avançar em direção ao socialismo (RESOLUÇÃO O MOMENTO ATUAL E AS NOSSAS TAREFAS, 1989, p. 01).

Nesses termos, afirmava que a estabilidade daquela forma de dominação burguesa, isto é, da Nova República com Sarney e sua política econômica, não interessava aos trabalhadores. Assim, se colocava a questão da passagem da crise daquele governo para uma crise aberta e declarada de regime. (Ibidem)

Ora, se a questão da mudança de regime ou de governo se colocava então, fazia-se necessário a configuração de um *bloco histórico* constituído de “[...] um campo de forças antimonopolista, antilatifundiário e antiimperialista na sociedade brasileira”. Esse bloco histórico faria a ponte entre as reivindicações mais sentidas

²⁷⁰ Em 1988 ocorreram eleições municipais em todo o país e o PT teve uma expressiva votação em todo território nacional. Venceu em 36 prefeituras e elegeu mais de mil vereadores.

dos trabalhadores e o seu estágio de consciência e mobilização na luta pelo socialismo. Contudo, o eixo central da tática petista centralizava-se na campanha presidencial de 1989, com a candidatura 'Lula Presidente'. (Idem)²⁷¹

Nesse tópico o PT outra vez faz uso de termos gramscianos para explicitar sua formulação tática. Conclamava para a construção de um bloco histórico que pelo texto seria "um campo de forças" cujas tarefas teriam um caráter antimonopolista, antilatifundiário e antiimperialista. Contudo, apontava como principal força aglutinadora desse bloco, a candidatura de Lula a Presidente da República, ou seja, priorizava a luta institucional como a que tinha capacidade de fazer as transformações socialistas pretendidas.

É importante ressaltar que para Gramsci (2002, p. 250), "a estrutura e a superestrutura formam um 'bloco histórico' [...] conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção". Porém, seria necessário observar nesse ponto que a relação entre superestrutura e infraestrutura não se dá abstratamente, já que acontece de maneira concreta, histórica.

Concordo com Gramsci que o processo de constituição de hegemonia das classes subalternas compreende a transformação das mesmas em segmento dirigente antes de conquistar o poder governamental como dito anteriormente. Todavia, também entendo que Gramsci com essa formulação não está defendendo uma nova teoria das etapas de construção do socialismo como o faziam o stalinismo e seus interlocutores ou como vislumbravam alguns dirigentes e teóricos petistas.

Gramsci acima de tudo era um teórico da revolução socialista. Assim sua obra "está atravessada pela certeza de que não há situação histórica que não possa ser mudada pela livre e consciente ação de homens organizados" (SEMERARO, 1999, p. 18). Ao mesmo tempo era um teórico 'marxista' político que entendia que no

²⁷¹ Sobre a tática naquele momento afirmava: "São alvos principais da tática dos trabalhadores, na conjuntura, o Governo Sarney e sua política econômica, os monopólios, a subordinação ao capital internacional, ao FMI e à dívida externa e ao latifúndio. Considerando, porém, o novo período da luta de classes que se abre com o possível desenvolvimento da crise de regime, outros alvos, como a tutela militar, o controle dos grandes meios de comunicação de massa, a burocracia estatal e o arcabouço jurídico-político autoritário e conservador, adquirirão principalidade. O eixo central da tática, neste momento, é a campanha presidencial de 89, com a candidatura Lula". Mais a frente colocava: "A disputa presidencial está no centro da disputa política, o que torna a campanha presidencial do PT, com Lula à frente, o eixo principal em torno do qual se desenvolverão as atividades do Partido. É na campanha presidencial, articulada às propostas do Programa de Ação de Governo (PAG), às mobilizações populares pelas questões econômicas, sociais e políticas e ao desempenho das prefeituras governadas pelo PT, que devemos concentrar nossos esforços principais para acumular forças e enfrentar alternativas que a conjuntura ponha diante de nós". (Ibidem)

momento concreto no qual vivia e nos anos que conseguia vislumbrar, a revolução socialista não se daria como uma ‘ruptura iminente’ como pressupunha algumas teses da 3ª. Internacional.

E somente nesse contexto é que se pode afirmar que Gramsci admitia “um carácter processual e molecular da transição revolucionária nas sociedades ocidentais” como complementava Carlos Nelson Coutinho (1987, p. 74):

[...] a expansão da hegemonia das classes subalternas implica a conquista progressiva de posições através de um processo gradual de agregação de um novo bloco histórico, que inicialmente altera a correlação de forças na sociedade civil e termina por impor a ascensão de uma nova classe (ou bloco de classes) ao poder do Estado.

Coutinho (2000) afirmava que a estratégia de luta pelo socialismo na perspectiva gramsciana se orientava pela conquista paulatina de espaços no interior da sociedade civil e, por meio e a partir dela, no próprio Estado. Daí Coutinho sugerir que “tornara-se possível obter, ainda no interior da economia capitalista e sob a dominação do Estado burguês, o reconhecimento e a satisfação de expressivas demandas das classes subalternas” (COUTINHO, 1992, p. 42-43).

Concordo com o autor que Gramsci se refere à conquista de espaços no interior da sociedade civil, porém não compartilho com ele a interpretação de que a idéia gramsciana indicava uma alteração na natureza do Estado capitalista que haveria se tornando permeável às ações das forças em conflito. Em outras palavras, era possível ‘democratizar’ o Estado através da conquista de espaços em seu interior.

Concretamente, entendo que foram interpretações como essas de Coutinho e de outros intelectuais petistas que nortearam o pensamento político do partido ao longo de sua trajetória, principalmente, quando o mesmo ‘declinou’ para incorporar todo o arcabouço teórico gramsciano em sua luta política. Nesse sentido, os conceitos gramscianos foram incorporados conforme as interpretações desses pensadores em contextos históricos radicalmente opostos aos vivenciados pelo pensador italiano.

A Resolução ora em análise continuava sua análise afirmando os instrumentos necessários ao eixo tático do partido. O PT e a Frente Brasil Popular

(FBP) ²⁷² seriam esses instrumentos, e sem dúvida, o Programa de Governo Democrático-Popular e o Governo Democrático-Popular, dariam condições para a disputa de uma alternativa de poder. (RESOLUÇÃO O MOMENTO ATUAL E AS NOSSAS TAREFAS, 1989, p. 06).

Naquele momento, o PT considerava que sua tática e sua estratégia estavam bem articuladas para enfrentar a disputa de projetos políticos para a direção da sociedade rumo ao socialismo. Assim, a crise de regime da Nova República, a formação da Frente Democrático-Popular e a conquista eleitoral de um Governo Democrático-Popular em 1989, bem como a própria Frente Brasil Popular, significavam muito concretamente essa articulação tático-estratégica. (Idem)

Na Resolução as "*Eleições Presidenciais e a Candidatura Lula*", o texto explicava que a candidatura petista revelava um conteúdo socialista não apenas pelo fato de que seu governo "criaria condições para o socialismo", mas porque

[...] o eixo de seu programa [...] são as reivindicações dos trabalhadores, de que estes são a força social fundamental das mobilizações sociais e da luta eleitoral e de que a hegemonia política da aliança social que apóia o candidato, e sustentará o governo, é e será dos trabalhadores (Ibidem, 1989, p. 08).

Essa candidatura envolvia certamente o cenário de um possível governo Lula. Sem dúvida, tal governo provocaria rupturas no sistema político brasileiro e desencadearia reações em diversos setores sociais que não podiam ser temidas, mas enfrentadas. Uma das formas de enfrentamento seria afirmar claramente suas intenções, em palavras textuais:

Anunciar claramente nossas intenções significa apontar para o fato de que o governo do PT não será um governo conformista, disposto a gerir a crise do capitalismo e realizar uma simples maquiagem na autoritária e conservadora estrutura política do País. Aplicando nosso Programa, o governo Popular impulsionará as mudanças reclamadas pelas maiorias, criando condições para, em conjunto com as massas populares, realizar novas e mais profundas transformações sociais (Ibidem).

Além disso, necessitava ser afirmado que o futuro governo petista tinha diferencial frente aos demais partidos: não ser conformista, não se dispor a gerir a

²⁷² O PT considerava essa frente como tendo um papel eleitoral, mas que se tivesse por base um programa alternativo de governo, como o PAG, poderia se constituir em embrião da Frente Democrático-Popular.

crise do capitalismo, não fazer “maquiagem” na estrutura política autoritária e conservadora do país, e, sobretudo, seria o governo mais democrático da história brasileira. ²⁷³ Pode-se averiguar no seguinte texto tal afirmação:

A diferença entre nosso governo e outros governos eventuais será que estes enfrentarão, igualmente, a crise do capitalismo, mas procurarão resolvê-la no sentido contrário aos interesses dos trabalhadores e camadas populares. Devemos insistir em que o nosso governo será o mais democrático da história do País, aquele que levará as liberdades individuais e coletivas a suas conseqüências mais avançadas (RESOLUÇÃO ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS E A CANDIDATURA LULA, 1989, p. 09).

É importante observar o desenvolvimento do conceito de democracia nesse trecho, pois como já se analisou anteriormente, o mesmo adquiriu enorme centralidade nas concepções políticas do PT. Ora, a primeira definição de democracia que o texto trazia se apresentava desse modo:

Nossa concepção de democracia não significa que iremos simplesmente nos conformar com o respeito ao atual Estado de direito. A democracia deve ser entendida como o espaço para a criação de novos direitos. As pressões das imensas maiorias da sociedade terão de traduzir-se em mudanças institucionais, dentro de um quadro de respeito das liberdades e direito das minorias. O problema da reforma institucional e da reforma da Constituição será fundamental nesta eventualidade (Ibidem, 1989, p. 09 -10).

Nesse ponto, mesmo limitado, pois coloca a democracia apenas como “espaço para a criação de novos direitos”, esse conceito surgirá noutros momentos da reflexão petista como o “carro-chefe” de sua ação política, tanto influenciando a tática quanto a estratégia partidária. Mas tal conceito ficaria mais claro, quando se analisasse a atuação do PT nas administrações municipais conquistadas. ²⁷⁴

Conforme avaliava o documento, as administrações petistas indicavam que tinham

[...] qualidades inegáveis, anunciadoras de uma nova modalidade de gestão estatal no País: o compromisso ideológico-prático com o povo oprimido, enorme dedicação à função pública, rigor técnico e político na tomada de

²⁷³ Complementava: “Nenhum candidato e nenhum partido estão mais credenciados para empunhar a bandeira de um comportamento ético exemplar à frente do governo. Somente os que, como nós, têm compromissos com as grandes maiorias podem desprivatizar o Estado brasileiro, acabar com a corrupção, eliminar os privilégios, quebrar a inércia burocrática e a ineficiência da máquina estatal”. (Ibidem)

²⁷⁴ Nesse período o PT já administrava 36 prefeituras municipais. Fonte: Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo do PT.

decisões, metodologia democrática de relação com a sociedade etc. Não cedemos às seduções do autoritarismo, nem nos deixamos inibir pela verdadeira guerra às nossas administrações, movida pelos partidos burgueses e a imprensa conservadora (Ibidem, p. 10).

Viabilizar o sucesso dessas administrações seria fundamental para a candidatura Lula e para o PT que tinha se credenciado como alternativa municipal de governo. E por isso o partido podia assumir a responsabilidade pelos destinos do País. (Idem)²⁷⁵

“Vencer em 15 de novembro e no segundo turno” de 1989 era vital para o PT confirmar o acerto de suas políticas. Mas vencer eleições dependia segundo afirmava, da competência, do esforço e da capacidade de propaganda dos seus integrantes. Em conformidade com o texto:

Vencer dependerá da competência que revelem em seus postos nossos parlamentares, prefeitos e funcionários, mostrando como os trabalhadores estão aptos para o exercício do governo e do poder. Vencer dependerá da dedicação e do esforço infatigável de nossos militantes, de sua capacidade de transmitir para as imensas maiorias o sentimento de que estamos todos possuídos: o de haver chegado a um momento crucial de nossa história, em que decidimos tomar o destino em nossas mãos e lançar-nos na aventura de construir um mundo novo (RESOLUÇÃO ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS E A CANDIDATURA LULA, 1989, p. 11-12).

Na resolução sobre as *Diretrizes para a elaboração do Programa de Governo* do PT o foco central da análise recaía sobre os mesmos conceitos com os quais vinha trabalhando desde o 5º Encontro: tática eleitoral, programa e governo democráticos, democracia e socialismo. De todo modo, a palavra de ordem desse texto era “podemos e devemos conquistar o Executivo, a Presidência da República”, pois assim seria inaugurado “um novo período no qual, com a posse do governo – portanto, de parte importante do poder do Estado – a disputa pela hegemonia se dará em outro patamar” (Ibidem).

A conquista do Executivo colocaria tanto para o PT como para as “forças democráticas e populares”

²⁷⁵ Conforme o texto: “Por esta razão, é fundamental, na disputa da sucessão presidencial, viabilizar rapidamente e assegurar o sucesso das administrações petistas. Disso pode depender não só o crescimento da candidatura Lula, mas o próprio futuro do PT como partido de massas, democrático, socialista e revolucionário. Não se trata de atrelar as administrações à campanha ou de aparelhá-las a serviço da candidatura Lula”. (Idem)

[...] a possibilidade de iniciar um acelerado e radical processo de reformas econômicas, de lutas políticas e sociais. Tudo isso criará condições para a conquista da hegemonia política e de transformações socialistas (RESOLUÇÃO DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO DO PT, 1989, p. 03).

A disputa eleitoral, portanto, se configurava em disputa pela hegemonia na sociedade já que estabeleceria um governo democrático e popular com caráter de um poder alternativo fundado no compromisso de promover a igualdade social e orientado pela busca radical de liberdade.²⁷⁶ Concretamente, deveria ser:

Um poder que faça da democracia não um compromisso discursivo e legitimador de práticas formais e alienantes de uma pseudo-participação política, mas que estimule a criação de novas esferas públicas de participação política e afirmação da cidadania, que respeite e resguarde os direitos das posições minoritárias, que assuma a noção de pluralidade de sujeitos políticos, que impulsione a diversidade; um poder, enfim, que se coloque o desafio de dirigir a sociedade e romper com todas as formas de dominação (Ibidem, 1989, p. 04).

Para tanto, a luta institucional deveria ser assumida “com espírito ofensivo e corajoso” relegando “[...] qualquer tipo de preconceito que ainda sobreviva [...] diante da ação eleitoral, através das vias legais, na disputa por hegemonia até mesmo no interior de um Estado controlado pela burguesia”. (Ibidem, p. 06)

A pretensão do PT como afirmada não se restringia em vencer a eleição presidencial. Na realidade, pretendia realizar “uma revolução política e social” e, a conquista do governo popular seria fundamental na mudança da correlação de forças. Para tanto, o PT, a CUT, os diversos movimentos sociais e políticos dos

²⁷⁶ O futuro governo de Lula e da FBP seria essa possibilidade como se observa no trecho seguinte: “O Governo Lula representará uma experiência sem precedentes em nossa história e com poucos paralelos em nível internacional, o que exige uma grande capacidade de inovar em todo o direcionamento desse processo político original. Na ausência de paralelos que permitam comparações, a rica experiência vivida pelo Chile no Governo Allende (1970-1973) apresenta-se como marco histórico a ser estudado, para aproveitar as lições que podem dali ser extraídas e, principalmente, para evitar a repetição de qualquer desfecho semelhante. Mesmo tendo consciência de que governo e poder não se confundem e que, por isso, a vitória de Lula não pode ser vista como conquista plena do próprio poder político, o PT compreende, também, que, no Brasil, o Executivo Federal concentra tantos recursos e tanta força institucional que o seu controle permite desencadear mudanças de uma envergadura capaz de alterar todo o quadro conjuntural, iniciando um processo que garanta a realização de nosso Programa Democrático-Popular, em direção às transformações socialistas”. Mais à frente enfatizavam: “Um governo do PT e da Frente Brasil Popular deverá realizar as tarefas democráticas e populares no País, de conteúdo antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista. A efetivação de medidas deste gênero, mesmo que de cunho não explicitamente socialista, choca-se diretamente com a estrutura do capitalismo aqui existente e somente poderão ser adotadas por um governo de forças sociais e políticas em choque com a ordem burguesa, um governo hegemônico pelos trabalhadores”. (Ibidem)

trabalhadores teriam que enfrentar o desafio de crescer.²⁷⁷ Esse crescimento era importante para vencer as eleições, para viabilizar o governo articulado com a luta pelo socialismo. (Idem, p. 07)

Tudo isso indicava, porém, que a ocupação dos espaços institucionais e a construção de um projeto socialista diziam respeito à disputa de hegemonia e contribuiria para o acúmulo e a mudança na correlação de forças. Principalmente, porque o PT não acreditava na possibilidade de uma etapa de capitalismo popular no País segundo afirmava o texto. Compreendia, ao contrário que através dos enfrentamentos, das conquistas dos trabalhadores e do conseqüente acúmulo de forças se criariam as condições para iniciar às transformações socialistas no Brasil. (Ibidem, 1989).

Com esse esclarecimento, o PT indicava que em seu projeto socialista o poder seria conquistado através da vontade, da mobilização e da luta da maioria, e não da tomada de poder por meio de um golpe de mão, de um putsch da vanguarda.²⁷⁸ A democracia nesse contexto assumiria caráter estratégico já que a mesma não era uma concessão das classes dominantes e sim, uma conquista política dos trabalhadores em sua luta pelo socialismo. (Ibidem, p. 09)²⁷⁹

Inegavelmente, o PT lutou de forma incansável para conquistar a Presidência da República. Mas que conseqüências foram produzidas nesse processo para a dinâmica partidária e para suas bases?

²⁷⁷ Explicava assim: “Só é possível vencer este desafio com o crescimento do PT, de sua organização, capacidade de luta e de propor políticas, seja nos movimentos sociais, seja nos governos municipais. Do mesmo modo, o PT terá de dar respostas concretas às aspirações políticas e sociais dos trabalhadores, seja atendendo as suas reivindicações, seja organizando suas lutas e construindo seu projeto socialista. O crescimento da CUT, do movimento social, sindical, popular, agrário, negro, da juventude, das mulheres, ecológico é condição para nossa vitória nas eleições de novembro. É também condição para viabilização do governo popular e está articulado com a luta pelo socialismo”. (Ibidem)

²⁷⁸ Acrescentava ainda: “Queremos o poder e a construção do socialismo através da vitória sobre a burguesia e seus aparelhos ideológicos de dominação. Com este objetivo estamos preparando o Partido, estamos construindo uma hegemonia política, social e ideológica, estamos acumulando forças para respaldar nosso projeto. (Idem)

²⁷⁹ Sobre a democracia diziam: “Não encaramos a democracia como uma concessão das classes dominantes, dos de cima, nem como uma formalidade passageira, como a burguesia o tem feito em nosso país, ao golpeá-la sucessivamente cada vez que os trabalhadores ampliam seus direitos. A democracia é uma conquista dos trabalhadores, arrancada na luta política contra as classes dominantes. [...] O PT quer a democracia e intervém na disputa político-cultural da sociedade contrapondo os valores e ideais do socialismo aos do capitalismo, com a certeza de que seremos capazes de vencer, construindo uma alternativa de poder democrático, socialista e revolucionário”. (Ibidem)

O conjunto dessas reflexões foi canalizado no documento *As Bases do Plano de Ação de Governo* (PAG) que continha a plataforma política a ser posta em prática pelo Governo Democrático-Popular.²⁸⁰ Dentre as várias questões contempladas nesse documento, creio que as mais importantes foram: I. Democratização do Estado e da Sociedade; II. O novo modelo de desenvolvimento econômico; III. Programa Agrário; IV. Contra as discriminações; V. Negros; VI. Política de Transportes; VII. Saúde; VIII. Política de Educação; IX. Salvar a Amazônia, defender a vida; X. Uma nova política energética; XI. Reforma Urbana e Política Habitacional; XII. Por uma política externa soberana; XIII. Defesa dos direitos e conquistas dos Trabalhadores; XIV. Ecologia e Meio Ambiente.

Enfim, o 6º. Encontro Nacional petista não acrescentou muito às formulações do 5º Encontro, salvo a forte ênfase dada ao conceito de democracia como valor universal aliado ao da conquista do socialismo através do processo eleitoral.

4.4. O sétimo Encontro Nacional: nas encruzilhadas do destino

O último encontro nacional do PT antes do seu 1º Congresso, o 7º encontro, realizou-se de 31 de maio a 03 de junho de 1990, no Palácio de Convenções do Anhembi em São Paulo (SP). Estiveram presentes 568 delegados e 26 Estados foram representados. Nesse encontro, as teses foram apresentadas pelo nome de cada uma das Tendências. A tese-guia 'Socialismo e Estratégia' pertencia a corrente Articulação (grupo majoritário). Ao todo, foram 08 teses apresentadas e 04 chapas concorreram à eleição do 5º Diretório Nacional do PT respeitando também o critério da proporcionalidade anteriormente aprovado. A chapa vencedora foi a *Articulação da Luta Socialista*, encabeçada por Lula.²⁸¹

²⁸⁰ Como o documento era muito extenso, só destaquei os títulos centrais para dar uma visão geral do mesmo.

²⁸¹ As teses apresentadas pela ordem foram: 1) Socialismo e Estratégia, da Articulação (tese-guia); 2) Em Defesa do Socialismo com Democracia: Por um PT de Luta, da Convergência Socialista; 3) O PT e o Socialismo da Democracia Socialista; 4) A Luta Socialista Hoje, da Força Socialista; 5) A Opção Socialista do PT no Brasil do Movimento por uma Tendência Marxista; 6) Por um Socialismo Democrático e Humanístico, da Nova Esquerda; 7) Sobre a Questão do Socialismo, do Trabalho; 8) Uma Nova Era da Luta pelo Socialismo no Mundo, da Vertente Socialista. Quanto às chapas concorrentes ao DN foram: Chapas apresentadas: 1) Socialismo e Liberdade, encabeçada por Eduardo Jorge e José Genoino (17% dos votos ou 14 membros no DN); 2) Articulação da Luta

As resoluções aprovadas foram o *Socialismo Petista*, a *Construção Partidária*, a *Conjuntura e Tática*. Nelas prosseguem a mesma orientação política aprovada no 5º. Encontro Nacional, ou seja, organizar o partido para a disputa eleitoral visando conquistar o governo democrático-popular para com isso iniciar as transformações socialistas pretendidas.²⁸²

Mesmo assim é interessante observar como essas idéias foram reafirmadas no contexto político desse Encontro, realizado após a polarizada disputa eleitoral entre direita e esquerda ou entre Collor e Lula. Mas também em um cenário onde as transformações que ocorriam nos países do Leste Europeu já eram sentidas.

Em tal conjuntura o PT definiu seu objetivo central baseado na idéia de que o partido e Lula seriam “uma alternativa real de governo e de projeto para milhões de brasileiros”. A consolidação do PT como partido, a ampliação de sua base social e eleitoral, o aprofundamento da consciência democrático-popular do eleitorado, particularmente dos trabalhadores, eram seus objetivos centrais. (RESOLUÇÃO SOBRE CONJUNTURA E TÁTICA, 1990, p. 05)

Nesse sentido, a grande responsabilidade do partido seria viabilizar nos Estados uma política de alianças que conduzisse aos governos forças políticas de esquerda e progressistas. E como repetido em outros documentos, tais alianças teriam como perspectivas lutar “[...] por um governo democrático-popular e pelo socialismo”. (Ibidem)

Para definir a tática partidária em tal conjuntura se interpunha a questão do socialismo petista que se tornara ponto de tensão entre os militantes devido à crise do “socialismo real”. Daí que a continuidade da disputa pela hegemonia na sociedade e à luta pelo poder necessitava do enfrentamento de tal questão. Além

Socialista, encabeçada por Lula (56% dos votos ou 46 membros no DN); 3) PT de Luta e de Massas, encabeçada por Valério Arcari e Markus Sokol 9(11% dos votos ou 09 membros no DN); 4) Alternativa Socialista e Revolucionária, encabeçada por João Machado (16% dos votos ou 13 membros no DN).

²⁸² Isso fica evidente na seguinte afirmação: “A disputa eleitoral de 1990 reveste-se de importância também a médio prazo, já que será um plebiscito sobre o Governo Collor e seu plano econômico e escolherá o Congresso Nacional, que fará a reforma constitucional de 1993 e o plebiscito sobre forma de governo. Após o avanço político e mesmo eleitoral de 89, apesar da derrota, o PT tem pela frente uma disputa eleitoral que vai envolver os governos estaduais, as Assembléias Legislativas e, particularmente, o Congresso Nacional. As experiências de 89 na construção de um Programa Democrático-Popular, na elaboração e aplicação de uma política de alianças e, particularmente, o êxito da campanha eleitoral no 1º turno são uma base real para o PT estabelecer objetivos na disputa eleitoral de 90”. (Ibidem)

desta o PT pretendia avançar na elaboração sobre o papel do Estado e sobre a economia de transição entre o capitalismo e o socialismo. (Ibidem, p. 07)

O rumo estratégico adotado pelo PT necessitava ainda de diretrizes capazes de reorganizar o partido para os novos enfrentamentos. Isso significava ter um partido com identidade político-programática, expressando a sua concepção de socialismo e os meios de alcançá-lo. Esse perfil partidário se coadunava com a capacidade de *dirigente político coletivo* e isso pressupunha

[...] exercer um papel de vanguarda política, reconhecendo que a luta de classe, movendo-se em um terreno de contradições objetivas, não é um processo de choque de forças cegas. Ao contrário, é um processo no qual intervêm forças conscientes dos seus objetivos, e é no terreno político-ideológico, mais que qualquer outro, que se expressa essa realidade (RESOLUÇÃO SOBRE CONSTRUÇÃO PARTIDÁRIA, 1990, p. 02).

Essa capacidade de direção política, própria do intelectual orgânico de Gramsci, que sempre estava à frente deveria ser capaz de

[...] superar a alienação e a segmentação da visão da sociedade impostas pela dominação de classe da burguesia. E deve ter o sentido de reunir as camadas conscientes dos trabalhadores e do povo dispostas a lutar pela transformação socialista. E, desta forma, se construir como pólo político também para os setores desorganizados ou marginalizados da sociedade (Ibidem, p. 03).

Outra questão na qual o PT teria que se debruçar era sobre suas relações com a institucionalidade, já que a mesma por fazer parte de seu projeto estratégico, se colocava no âmbito da política de acúmulo de forças. Na realidade, ela se constituía na ocupação de espaços e servia para demonstrar

[...] que é possível uma nova forma de gerir a coisa pública, colocando o aparelho de Estado, com todas as suas limitações e características, a serviço dos setores oprimidos da sociedade; é também a busca de estimular a organização democrática e participativa da sociedade, com prioridade dos setores mais explorados; é ainda a constituição de uma tribuna ampliada para a denúncia e a proposição de novas formas de se organizar uma sociedade (Ibidem, p. 13).

E nesse rumo, o maior exemplo dado pelo PT era o de suas administrações municipais através da marca peculiar da democratização do Estado, da efetiva participação popular, do direcionamento claro das prioridades para os setores oprimidos etc.

Quanto à *Resolução Socialismo* afirmava o socialismo petista, porque esse Partido nascera da luta para tornar o Brasil “uma democracia digna desse nome” já que a democracia teria um valor estratégico para o PT. Nesse sentido, a democracia era concebida, “[...] a um só tempo, meio e fim, instrumento de transformação e meta a ser alcançada” (RESOLUÇÃO SOCIALISMO, 1990, p. 01)

Com certeza, o compromisso com a democracia ou o “compromisso de raiz” os teria tornado anticapitalistas. Através da experiência histórica concreta com o capitalismo brasileiro compreenderam que mesmo com toda pujança material desse sistema, ele seria “vocacionalmente injusto e excludente, avesso por natureza àquela partilha fraterna da riqueza social que é o pressuposto de qualquer autêntica democracia” (Ibidem, p. 02)

A postura anticapitalista do PT o teria tornado crítico das propostas social-democratas. Pois,

As correntes social-democratas não apresentam, hoje, nenhuma perspectiva real de superação histórica do capitalismo. Elas já acreditaram, equivocadamente, que a partir dos governos e instituições do Estado, sobretudo o Parlamento, sem a mobilização das massas pela base, seria possível chegar ao socialismo. Confiavam na neutralidade da máquina do Estado e na compatibilidade da eficiência capitalista com uma transição tranqüila para outra lógica econômica e social. Com o tempo, deixaram de acreditar, inclusive, na possibilidade de uma transição parlamentar ao socialismo e abandonaram não a via parlamentar, mas o próprio socialismo (Ibidem, p. 03).

Igualmente o teria capacitado a negar os “supostos modelos do chamado socialismo real”.²⁸³ Tais modelos, segundo o texto, careciam de democracia, tanto política quanto econômica e social daí que, desde a formação do PT, o *socialismo*

²⁸³ Sobre o socialismo real afirmavam: “Ao mesmo tempo, nosso compromisso estratégico com a democracia – a identidade democrática do PT – levou-nos a refutar os supostos modelos do chamado socialismo real. Nunca ignoramos a falácia do termo. A mídia conservadora o utiliza para facilitar o combate ideológico a qualquer projeto histórico que se insurja contra a dominação capitalista. Segundo seus detratores, o socialismo seria, quando materializado, fatalmente avesso aos ideais de progresso e liberdade, reacionarismo que repudiamos com veemência. Além disso, a expressão socialismo real, em sua generalidade abstrata, desconsidera particularidades nacionais, diferentes processos revolucionários, variados contextos econômicos e políticos etc. Nivela experiências de transformação social heterogêneas em sua natureza e em seus resultados, desqualificando conquistas históricas que, seguramente, não são irrelevantes para os povos que as obtiveram. Algumas das experiências autoproclamadas socialistas originaram-se de revoluções populares, ao passo que outras decorreram da derrota da Alemanha Nazista e da ocupação desses países pelo Exército Soviético, o que redesenhou o mapa geopolítico europeu, dando origem ao chamado Bloco Socialista, controlado pela URSS. Em alguns processos nacionais, as massas obtiveram influência não desprezível nos rumos da vida nacional. E, seguramente, merece avaliação à parte e juízo positivo, com todos os seus percalços, a experiência sandinista, na medida em que assegurou ao povo nicaraguense uma inédita equidade política e civil”. (Ibidem)

real fora percebido como portador de “uma teoria e uma prática incompatíveis com o projeto socialista” que defendia.²⁸⁴ Assim o texto deixava claro que: “o socialismo, para o PT, ou será radicalmente democrático ou não será socialismo”. (Ibidem, p. 03)

A essa convicção o PT acrescia outra, a do acerto de sua política, isto é, de sua opção pela construção progressiva da nossa utopia concreta, isto é, da sociedade socialista pela qual lutamos, pois a mesma estava baseada na auto-educação das massas por meio de sua participação civil. (Ibidem, p. 05)

Feitas tais observações, a referida Resolução passava para explicitar o teor da resolução sobre a construção do socialismo no Brasil e dos caminhos que seriam mais apropriados para isso. Na prática, o documento era bastante sintético e expunha suas idéias no estilo de uma carta de intenções.

Nele, o PT iniciava afirmando sua concepção pela negativa, ou seja, “não concebe o socialismo como um futuro inevitável, a ser produzido necessariamente pelas leis econômicas do capitalismo”. Em seguida afirmava sua posição: “para nós, o socialismo é um projeto humano cuja realização é impensável sem a luta consciente dos explorados e oprimidos” (Ibidem, p. 06).

O socialismo seria um projeto emancipatório, mas só adquiriria tal dimensão na medida em que fosse assim concebido, isto é, “[...] como necessidade e ideal das massas oprimidas, capaz de desenvolver uma consciência e um movimento efetivamente libertários” (Ibidem).²⁸⁵

²⁸⁴ O socialismo petista não aceitava: “[...] o monopólio do poder por um único partido, mesmo onde formalmente vigora o pluralismo partidário; a simbiose Partido/Estado; o domínio da burocracia enquanto camada ou casta privilegiada; a inexistência de uma democracia de base e de autênticas instituições representativas; a repressão aberta ou velada ao pluralismo ideológico e cultural; a gestão da vida produtiva por meio de um planejamento verticalista, autoritário e ineficiente [...]”. (Ibidem)

²⁸⁵ Acrescentava ainda: “Daí porque recuperar a dimensão ética da política é condição essencial para o restabelecimento da unidade entre socialismo e humanismo. A nova sociedade que lutamos para construir inspira-se concretamente na rica tradição de lutas populares da história brasileira. Deverá fundar-se no princípio da solidariedade humana e da soma das aptidões particulares para a solução dos problemas comuns. Buscará constituir-se como um sujeito democrático coletivo sem, com isso, negar a fecunda e desejável singularidade individual”. Mais a frente colocava: “O pluralismo e a auto-organização, mais que permitidos, deverão ser incentivados em todos os níveis da vida social, como antídoto à burocratização do poder, das inteligências e das vontades. Afirmando a identidade e a independência nacionais, recusará qualquer pretensão imperial, contribuindo para instaurar relações cooperativas entre todos os povos do mundo”. (Ibidem)

O socialismo almejado pelo PT, portanto, só se efetivaria com democracia econômica²⁸⁶ e política²⁸⁷. Organizando-se

[...] a partir da propriedade social dos meios de produção. Propriedade social que não se confunda com propriedade estatal, gerida pelas formas (individual, cooperativa, estatal etc.) que a própria sociedade, democraticamente, decidir (Ibidem, p. 07).

Sem sombra de dúvida, o socialismo defendido pelo PT, procurava enfatizar a íntima relação que deveria existir entre esse sistema e o humanismo daí porque a dimensão ética da política deveria ser reforçada na luta por sua efetivação. O partido admitia, no entanto, que os desafios teóricos e práticos eram enormes e que para superá-los necessitava de um gigantesco esforço de construção doutrinária e de luta social. Mas se dispunha a realizá-lo em conjunto com todas as forças democráticas e transformadoras presentes na vida brasileira. (Ibidem)

4.5. O 1º. Congresso Nacional do PT: o fim do principio

O 1º. Congresso Nacional do PT, sem dúvida, foi um marco em sua história. Realizou-se em novembro de 1991 em São Bernardo do Campo (SP). As resoluções aprovadas comportavam mais uma vez as análises sobre o socialismo, o partido e a

²⁸⁶ No plano econômico o socialismo incentivaria: “Democracia econômica que supere tanto a lógica perversa do mercado capitalista quanto o intolerável planejamento autocrático estatal de tantas economias ditas socialistas. Cujas prioridades e metas produtivas correspondam à vontade social e não a supostos interesses estratégicos do Estado. Que busque conjugar – desafio dos desafios – o incremento da produtividade e a satisfação das necessidades materiais com uma nova organização de trabalho, capaz de superar a sua alienação atual. Democracia que vigore tanto para a gestão de cada unidade produtiva – os conselhos de fábrica são referência obrigatória – quanto para o sistema no seu conjunto, por meio de um planejamento estratégico sob controle social”. (Ibidem)

²⁸⁷ Quanto ao socialismo no plano político, o PT defendia: “No plano político, lutamos por um socialismo que deverá não só conservar as liberdades democráticas duramente conquistadas na sociedade capitalista, mas ampliá-las. Liberdades válidas para todos os cidadãos e cujo único limite seja a própria institucionalidade democrática. Liberdade de opinião, de manifestação, de organização civil e político-partidária. Instrumentos de democracia direta, garantida a participação das massas nos vários níveis de direção do processo político e da gestão econômica, deverão conjugar-se com os instrumentos da democracia representativa e com mecanismos ágeis de consulta popular, libertos da coação do capital e dotados de verdadeira capacidade de expressão dos interesses coletivos”. (Ibidem)

conjuntura. Contou com a presença de 1.196 delegados, 406 observadores e 300 convidados, além de 110 representantes de organizações e partidos de esquerda.²⁸⁸

As inscrições das teses foram bastante concorridas, sendo catorze ao todo. As mesmas se organizaram através dos seguintes temas: a) Socialismo, concepção e caminhos de sua construção; b) Concepção e prática de construção e atuação partidária.²⁸⁹ A tese-guia se constituiu da fusão entre as teses 07 e 11 (Em defesa do PT e Por um Brasil democrático e popular).

As análises iniciais giraram em torno da conjuntura nacional com a eleição de Collor de Mello para a presidência da República,²⁹⁰ do plano Collor²⁹¹ e da definição

²⁸⁸ Os critérios de participação foram assim definidos: “1) São delegados ao I Congresso, com direito a voz e voto nos subgrupos, plenárias setoriais e plenárias gerais, os filiados eleitos nos encontros municipais e zonais, nos encontros estaduais ou setoriais de acordo com os “Critérios de Participação no I Congresso do PT” aprovados na reunião do Diretório Nacional de 19 de maio de 1991; 2) Os membros da Comissão Executiva Nacional atual são delegados natos ao I Congresso”. (Cf. Fonte: Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo Partido dos Trabalhadores/Fundação Perseu Abramo).

²⁸⁹ As teses apresentadas foram: “1) Agora, PT: Ação política e econômica rumo à sociedade socialista inscrita por Carlos Roberto Vaz; 2) Sobre o Socialismo, a Revolução Brasileira e o PT inscrita por Vladimir Palmeira; 3) Socialismo e Estratégia inscrita por Bruno Maranhão; 04) Pela Independência de Classe e Pelo Socialismo inscrita por Antonio Justino; 05) Em Defesa do PT das Origens, Por um Brasil Socialista inscrita por Valério Arcari e Mauro Puerro; 06) Socialismo e Liberdade inscrita por Luiz Alfredo Ravaglio; 07) Em Defesa do PT inscrita por Markus Sokol e Júlio Turra; 08) Um Projeto para o Brasil inscrita por José Genoíno e Augusto de Franco; 09) Um Rumo Revolucionário para o PT inscrita por Vagner Lino, Tatau Godinho e Raul Pont; 10) Por um PT Socialista e Revolucionário inscrita por Florestan Fernandes, Luiz Araújo e Vila Nova; 11) Por um Brasil democrático e popular inscrita por José Dirceu, Marco Aurélio Garcia e César Alvarez; 12) O Papel do PT, Frente à Crise do Capitalismo e sua Estratégia Rumo ao Socialismo inscrita por Afonso Magalhães; 13) Revolucionar é Preciso inscrita por Mozart e Fernando; 14) Uma Contribuição dos Trabalhadores para o I Congresso inscrita por José Zico”. (Fonte: Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo Partido dos Trabalhadores/Fundação Perseu Abramo).

²⁹⁰ A eleição de Collor de Mello foi percebida da seguinte forma: “A eleição de Collor marca o desfecho contraditório da transição conservadora, que chega a seu final sem ter conseguido isolar os trabalhadores, nem ter feito da disputa política assunto de mera economia doméstica das classes dominantes. Ao contrário, são os de baixo, liderados pelo PT, que – apesar do muito que ainda têm para avançar – já ocupam o centro da oposição. De um lado, as classes dominantes conseguiram aprovar uma Constituição que preserva uma organização profundamente autoritária do Estado brasileiro, garante os poderes do grande capital e do latifúndio e, em particular, torna inconstitucional a possibilidade de intervenção das Forças Armadas no processo político. De outro lado, a transição para a Nova República se encerra com o desgaste avassalador e a ruína eleitoral dos partidos que formam a Aliança Democrática”. (Idem)

²⁹¹ Quanto ao plano Collor a análise afirmava: “Disposto a vencer a crise econômica – centro da crise política brasileira –, Collor lança seu pacote econômico precedido por intensa barragem publicitária, e o faz sem negociar com a sociedade, sem consulta ao Congresso e em claro desrespeito à Constituição e à legalidade vigentes. Seu programa de estabilização embute altos riscos políticos e econômicos, derivados das medidas adotadas abruptamente nas áreas fiscal, monetária e de rendas” [...] “Daí seu caráter contraditório e a oposição de determinadas frações do capital, incomodadas com o ataque à especulação, a cartórios, reservas de mercado e a subsídios do Estado. Para recompor o papel do Estado como financiador a longo prazo do crescimento econômico capitalista, do papel da moeda e do crédito, da função de indutor dos investimentos e estabilizador das crises cíclicas do sistema, Collor de Mello não vacilou em cancelar boa parte da dívida pública interna, em confiscar

sobre as posturas táticas que adotariam frente ao governo. A eleição de Collor marcava um “desfecho da transição conservadora”, mas esse fato não teria isolado os trabalhadores porque o PT que os liderava já ocupava o centro da oposição. (RESOLUÇÃO CONJUNTURA E TÁTICA, 1991, p. 01)²⁹²

A candidatura Lula teria sinalizado que existem possibilidades para uma nova hegemonia no Brasil sob a direção de um governo anticapitalista com capacidade de realizar reformas econômicas profundas. Nessa perspectiva criava-se um novo momento político, pois diversos setores da sociedade se conscientizavam sobre a política do novo governo e de “[...] seus efeitos antipopulares e de seus objetivos a longo prazo, contrários aos interesses do povo e do Brasil”. (Ibidem)²⁹³

A tarefa central do PT para aquele momento era construir a oposição ao Governo Collor, à política econômica e ao estilo do presidente, “[...] autoritário, populista, sustentado pela avassaladora propaganda dos meios de comunicação”. Nessa direção, a oposição ao governo se daria no plano institucional,²⁹⁴ na disputa da sociedade, na disputa nos meios de comunicação e na mobilização social e também, na “[...] disputa de alternativas políticas e ideológicas em torno dos

recursos por meio da reforma monetária e em ampliar como nunca o papel interventor do Estado – uma contradição apenas aparente com seu discurso privatista e neoliberal”. (Idem)

²⁹² Sobre o governo Collor a tese registrava o seguinte: “O Governo Collor elege-se tendo o desafio de centralizar os esforços para a criação de partidos ou coligações partidárias que lhe garantam uma base. [...] Atropelando a ética política, combinando suas propostas de reforma do capitalismo com ataque aos cartórios e à especulação, Collor imprimiu à sua campanha uma forte linha de autoritarismo, de violência, de anticomunismo e de demagogia”. (Ibidem)

²⁹³ Sobre esse momento afirmavam: “As medidas ilegais, o autoritarismo e a vergonhosa propaganda que acompanharam o Plano Collor produziram, em setores democráticos da sociedade, articulações dirigidas pela Comissão de Justiça e Paz, incluindo OAB, ABI, setores das Igrejas, movimento sindical, entidades de profissionais e técnicos, pequenas e microempresas. No campo popular e sindical, as manifestações promovidas pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, no ABC, pelos bancários em São Paulo, o Congresso do Movimento Sem-Terra em Brasília e a ocupação de centros de trabalho, particularmente a da Companhia Siderúrgica Nacional, foram um exemplo do caminho a seguir para enfrentar o Plano Collor”. (Ibidem)

²⁹⁴ Sobre as tarefas institucionais: “Nossa política no plano institucional visa enfrentar o Governo Collor com o objetivo de criar um pólo alternativo. Nesse sentido, devemos atrair o PCdoB, o PCB, o PDT e o PSB para uma frente democrático-popular de oposição no Congresso Nacional e nas eleições. [...] Tanto na luta parlamentar como nas eleições devemos apresentar um programa mínimo de defesa do emprego, do salário e dos direitos sociais dos trabalhadores, particularmente da previdência social, saúde, educação e transportes públicos, para fazer frente à recessão e à política privatizante que o novo governo acabará por impor se seus planos forem bem-sucedidos. [...] Outra questão fundamental [...] se dará em torno do papel do Estado e da internacionalização dependente da economia brasileira. [...] o PAG, apresentado por Lula nas eleições de 1989, deve ser atualizado e repensado no novo quadro da economia e do Governo Collor. Nessa linha, têm papel de destaque na oposição ao Governo Collor o companheiro Lula e o Governo Paralelo, lideranças sindicais e populares e personalidades democráticas, [que] se contrapõem globalmente aos projetos de Collor, propagam as alternativas do PT, subsidiam nossa atuação no Parlamento e no movimento social e colocam num patamar político as reivindicações dos movimentos da classe trabalhadora”. (Ibidem)

objetivos do Governo Collor e da questão da ideologia neoliberal, contra o socialismo e a esquerda” (Ibidem, 1991, p. 02).

Novamente retornava a tese de que a alternativa ao governo era o PT, pois o mesmo tinha capacidade de hegemonizar uma frente de esquerda, popular, democrática e socialista. Evidentemente, o PT enfrentaria além de outros confrontos, uma disputa ideológica com Collor, que se expressaria na defesa do capitalismo e no ataque ao PT e ao socialismo. (idem)

A Resolução Socialismo colocava a disputa política e ideológica como elemento central no enfrentamento ao governo Collor e a todos os que queriam afirmar o capitalismo a partir do desmantelamento dos Estados socialistas da Europa do Leste e a crise geral dos regimes de partido único e de economia burocratizada. (RESOLUÇÃO SOCIALISMO, 1991, p. 01)²⁹⁵

Na análise sobre a conjuntura internacional, a reflexão da resolução girava em torno do advento da terceira revolução industrial considerada como um novo padrão de desenvolvimento tecnológico capitalista que desarticulava a indústria acabava com as conquistas sociais e fragmentava a classe trabalhadora ao gerar o desemprego tecnológico influenciando o surgimento de novos parâmetros para a luta sindical e política. (Ibidem, 1991, p. 03)²⁹⁶

Diante do quadro gerado por esse novo padrão capitalista urgia a necessidade de

²⁹⁵ Sobre esse assunto dizia: “Nosso Partido não pode sequer pretender dar continuidade à disputa pela hegemonia na sociedade e à luta pelo poder sem enfrentar a questão do socialismo e sem aprofundar seu programa democrático-popular, nas novas condições do Governo Collor. Sobretudo, precisamos avançar na elaboração sobre o papel do Estado e na nossa compreensão sobre a economia de transição entre o capitalismo e o socialismo. Nesta conjuntura de crise geral do socialismo, de ofensiva do pensamento neoliberal, a questão partidária ganha prioridade um. O PT necessita, urgentemente, iniciar um processo de reorganização e redimensionamento de sua relação com a sociedade, particularmente com os trabalhadores. Esse processo deve ser articulado a partir de medidas de caráter interno, de organização, e de caráter externo, de disputa de hegemonia na sociedade”. (Ibidem)

²⁹⁶ Sobre essa revolução tecnológica continua afirmando: “Com base nesse novo surto tecnológico, assumem novas e gigantescas dimensões as potências espoliadoras do capital sobre o trabalho, intensificando-se a exploração da força de trabalho, reforçando a centralização do controle da economia mundial nos pólos norte-americano, europeu e japonês, amplificando, em escala planetária, a destruição ambiental. Na esteira das novas tecnologias, mudam também os métodos de gestão. O trabalho de grupo, os círculos de controle de qualidade tendem a substituir a tradicional linha de montagem: o padrão taylorista, fordista, cede a vez ao toyotismo, como se convencionou chamar os novos métodos de gestão. As múltiplas e revolucionárias inovações em curso, caso persistam sob controle e domínio dos capitalistas, continuarão engendrando graves e crescentes problemas sociais. Caso apropriadas pelos trabalhadores, articulados com suas organizações políticas e sindicais, poderão ser utilizadas como forças de extraordinária importância para a libertação da humanidade (diminuição da jornada de trabalho, diminuição das desigualdades sociais, ampliação do tempo disponível para o lazer e a política etc.)”. (Ibidem)

[...] construção de um padrão alternativo de desenvolvimento – inspirado nos ideais socialistas, democráticos e libertários – que promova uma redistribuição da capacidade de produção da riqueza mundial, que assegure uma radical democratização das estruturas de decisão e que esteja assentado num modelo de desenvolvimento que contemple um planejamento ambiental, democrático, participativo e solidário com as gerações futuras (RESOLUÇÃO SOCIALISMO, 1991, p. 08).

Para tanto, o PT se comprometia tanto com a construção de uma nova ordem econômica, política, jurídica e ecológica quanto com uma exigência fundamental: a democratização do poder. Essa nova ordem econômica deveria por fim a questão da dívida externa e reverteria o fluxo de capitais do Norte para o Sul através de programas de cooperação econômica e promoveria assim, a distribuição da riqueza e do conhecimento técnico-científico internacional. (Ibidem, p. 09) ²⁹⁷

Defendia ademais, “a construção de um novo internacionalismo fundado em novos valores, em novos sujeitos e agentes políticos”, se empenhassem em constituir uma nova civilização. A realidade, conforme o documento era caracterizada pela transnacionalização vertiginosa do capital impondo aos trabalhadores uma criativa ação internacional, capaz de fortalecer suas lutas emancipatórias. (Ibidem) ²⁹⁸

De fato, no 1º. Congresso do PT, o socialismo voltava a ser ponto de pauta, porém acrescentava pouco avanço frente ao que já colocara as resoluções do 5º. Encontro. A visão do socialismo petista estava sintetizada na frase: “nem socialismo

²⁹⁷ Sobre essa nova ordem a resolução continuava: “Uma nova ordem ecológica é fundamental para evitar a destruição coletiva da humanidade. Nesse sentido, é decisivo que o PT se prepare para enfrentar a grande disputa político-ideológica que se trava em torno dos temas ecológicos. (...) Outra iniciativa que deve ser acompanhada de perto pelo PT é a do Mercosul, que pretende integrar comercialmente Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e, potencialmente, Chile. Nossa ação deve voltar-se para envolver os movimentos populares, o sindicalismo, as forças de esquerda democráticas e socialistas, colocando na pauta de discussão a questão da dívida externa e de uma política frente aos megamercados, se empenhando para que a integração não se limite às relações comerciais”. (Ibidem)

²⁹⁸ Nessa direção sugeriam: “No plano sindical, é fundamental se ampliem as experiências de articulação de comissões de trabalhadores por empresas transnacionais, como a CUT vem fazendo. Cabe, também, fortalecer organizativa e politicamente a Coordenação Sindical Latino-Americana, dando-lhe maior efetividade na luta contra a dívida externa e maior capacidade propositiva frente ao desafio da integração continental. Ademais, diante das profundas transformações em curso no sindicalismo mundial, com a virtual extinção da FSM (Federação Sindical Mundial) e a expansão político-organizativa da CIOSL, torna-se imprescindível que se promova um amplo e democrático debate junto às bases do movimento sindical acerca das possibilidades abertas ao sindicalismo internacional nesta nova conjuntura, debate no qual o PT tem que tomar parte ativa. [...] Como força política capaz de governar o Brasil, a política internacional do PT, pautada pelo novo internacionalismo, deve estreitar o diálogo com os partidos de esquerda, socialistas e democráticos, especialmente com aqueles programaticamente mais próximos da nossa concepção de socialismo. Nossa política internacional deve ser ampla, plural, solidária e capaz de costurar uma rede de alianças que amplie nossa capacidade efetiva de transformar a sociedade brasileira”. (Ibidem)

real, nem social-democracia” e a estratégia para alcançá-lo, centrava-se na disputa de hegemonia. (Ibidem)

A Resolução analisava ainda, a crise que a URSS e os demais países do bloco socialista passavam. Crise essa, segundo explicava, era um produto em certo sentido, do desmantelamento de grande parte daquilo que o movimento socialista mundial construiu desde a Revolução Russa de outubro de 1917.

Tal construção social teria alijado os trabalhadores do exercício do poder e instalado uma forma de sociedade burocrática e cerceadora da cidadania plena e das liberdades.²⁹⁹ Com certeza o que havia desmoronado no Leste Europeu fora a idéia de era possível a um bloco de países construir uma sociedade socialista, isolando-se, para isto, do mercado mundial.³⁰⁰

Todavia, o caminho para o socialismo proposto pelo PT se colocava em outra perspectiva diferente dos países do Leste. O PT comprometia-se com

[...] a luta pela superação do capitalismo e a construção de uma nova sociedade onde a força de trabalho não seja uma mercadoria; onde a opressão política ceda lugar a instituições sob controle de toda a sociedade, dentre as quais um governo dos indivíduos livremente associados; onde não haja qualquer forma de opressão por motivo de raça, idade e convicções religiosas; onde as terras não sejam destrutivamente ocupadas e os ecossistemas devastados; onde homens e mulheres, libertos progressivamente de toda opressão material, possam construir novas relações sociais; onde a busca da felicidade seja um direito efetivo de todos os indivíduos e comunidades; onde, enfim, a igualdade social possibilite o pleno florescimento das potencialidades individuais (RESOLUÇÃO SOCIALISMO, 1991, p. 11).

Mas a reconstrução da utopia socialista, para realizar-se como projeto histórico, deveria começar a partir da existência cotidiana, na trajetória coletiva da classe trabalhadora e também de experiências particulares, microsociais, capazes de prefigurar a sociedade de homens e mulheres livres. (Idem)

²⁹⁹ Sobre a crise que ocorria no Leste Europeu: “Durante décadas, os regimes do socialismo real privaram povos inteiros da participação política e da democracia. [...] O modelo econômico, político e social existente nas várias experiências socialistas, apesar de suas enormes diferenças, de país para país, bebeu direta ou indiretamente das mesmas fontes teóricas e práticas, que ganharam destaque com a Revolução Russa de 1917 e com o modelo soviético de construção do socialismo e a experiência histórica posterior. Mas também manifestou contradições com aquelas mesmas fontes teóricas”. (Ibidem)

³⁰⁰ Conseqüências dessa política foram: “O isolamento internacional; a estatização generalizada da economia [...]; o planejamento burocrático [...] a hipertrofia da indústria pesada e militar às expensas do consumo de massa; a castração da liberdade cultural e intelectual, a falta de democracia política e as dificuldades econômicas de toda ordem [...]. O envelhecimento da base produtiva, as perdas na produtividade e na produção, os graves problemas ambientais, o recuo das condições de vida, as precariedades de toda ordem, a violação dos direitos civis e da cidadania [...]”. (Ibidem)

O texto considerava que o PT desde sua fundação defendia uma alternativa de poder que se colocasse contrária, tanto ao socialismo real quanto à social-democracia.³⁰¹ Desse modo, o partido reafirmava sua concepção de socialismo como sinônimo de radicalização da democracia, ou seja, ela era substancialmente distinta de tudo que, enquanto concepção, tinha se concretizado nos países do socialismo real. (idem)³⁰²

O socialismo petista comportava fundamentalmente o caráter humanista e democrático no qual a sociedade fosse governada por seres humanos reais com paixões, desejos, grandezas e defeitos. Desse modo, o PT lutava

[...] por uma ordem social qualitativamente superior, baseada na cooperação e na solidariedade, na qual os conflitos sejam vividos democraticamente. Coerentemente com isso, o PT rechaça a noção segundo a qual o pluralismo não passa de uma circunstância que se tolera, até o dia em que, suprimidas as classes sociais, supostamente se estabelecem as bases da homogeneidade de pensamento (Ibidem, p. 14-15).

O socialismo petista comportava ainda a existência de um Estado de Direito que contemplasse a liberdade em todas as suas manifestações, mas também combinasse os mecanismos de democracia representativa com formas de participação direta dos cidadãos nas decisões econômicas, políticas e sociais. (Ibidem)³⁰³

³⁰¹ O texto analisava assim: “Reiteramos aquilo que já definimos em vários de nossos Encontros Nacionais: o PT não vê na social-democracia um caminho para a construção do socialismo nem tampouco uma alternativa real aos impasses da sociedade brasileira. A política social-democrata, do ponto de vista econômico, está baseada num Estado de Bem-Estar Social, que se apropria de parte do excedente econômico, através de políticas fiscais, e o repassa para políticas sociais destinadas a compensar as desigualdades provocadas pelo mercado. Proposta insuficiente num país como o Brasil, de enormes carências sociais, no qual as elites não demonstram nenhum tipo de compromisso com a elevação do nível de vida da população e onde o Estado, falido, conduz uma política que leva à recessão e à fragmentação social”. (Ibidem)

³⁰² A defesa da proposta continuava dessa forma: “Mais do que a mera afirmação retórica de uma idéia, esse compromisso democrático pretende concretizar-se em todas as dimensões do Partido: no seu modo de ser e de organizar-se, nos valores que assume perante a sociedade, no seu relacionamento com os movimentos sociais e com a sociedade civil, nas propostas consubstanciadas em seu programa político, na sua atuação parlamentar e em cargos executivos: enfim, em toda ação cotidiana de cada petista. Afinal, “democracia, para nós, é simultaneamente meio e fim”. Dizer isso implica recusar todo e qualquer tipo de ditadura, inclusive a ditadura do proletariado, que não pode ser outra coisa senão ditadura do partido único sobre a sociedade, inclusive sobre os próprios trabalhadores”. (Ibidem)

³⁰³ Mais a frente a análise esclarecia: “O problema da relação entre as formas diretas e representativas de democracia deve levar em conta esses objetivos de desestatização da política. A democracia socialista se baseia na crescente superação da alienação e da apatia política da maioria da população, num nível muito maior de atividade, participação, consciência e organização do povo. Exige também condições socioeconômicas distintas das atuais, entre elas uma importante redução

Porém, a democracia socialista defendida pelo PT visava construir

[...] uma esfera pública na qual a política não se restrinja a iniciativas estatais e institucionais, mas que, ao contrário, tenha seu pólo dominante nas iniciativas surgidas da sociedade, na perspectiva de que a população organizada se aproprie de funções que hoje são reservadas às esferas estatais e institucionais, exercendo em plenitude uma nova cidadania. Para o PT, o socialismo deve ser também a socialização dos meios de governar, a descentralização do poder e, principalmente, o reconhecimento do direito à diversidade política, cultural, étnica, sexual e religiosa (Ibidem, p. 15).

Ao continuar expondo sua concepção de socialismo o texto reafirmava, porém, que o PT negava

[...] tanto a ideologia do livre mercado (que conduz à concentração de riqueza e de poder e produz marginalidade social) como a ideologia do estatismo, típica do socialismo real (que prejudica o avanço tecnológico, bloqueia a criatividade, nega aos consumidores o poder de escolher entre produtos e serviços e estabelece, necessariamente, o domínio da burocracia) (Ibidem, p. 16).

A explicitação da concepção socialista do PT nesse 1º. Congresso, não se diferenciava substancialmente dos encontros que o precederam como disse anteriormente. Entretanto, ao prosseguir em sua exposição, surgiram novidades além das explicitadas na citação anterior, como a defesa de combinar planejamento estatal com o mercado orientado socialmente.

Acrescentava que somente tal combinação seria capaz de propiciar o desenvolvimento econômico com igualdade na distribuição das riquezas, negando, dessa forma, a preponderância e a centralidade do capital na dinâmica das relações sociais. Mas para que isso acontecesse, seria necessário que o Estado exercesse

[...] uma ação reguladora sobre a economia, através de suas próprias empresas e de mecanismos de controle do sistema financeiro, de políticas tributárias, de preços, de crédito, de uma legislação antimonopolista e de proteção aos consumidores, aos assalariados e aos pequenos proprietários. Mas será necessário, antes de tudo, que a sociedade esteja organizada, de modo a poder interferir, decisivamente, na definição da política econômica (RESOLUÇÃO SOCIALISMO, 1991, p. 19).

da jornada de trabalho. Nesse quadro, a superação das instituições que são responsáveis por um importante nível de autonomia dos governantes perante o povo, como é o caso dos mecanismos clássicos da democracia representativa liberal, é um objetivo a ser perseguido. Ela busca abolir a distinção entre governantes e governados e encaminhar a extinção das desigualdades de classe e do Estado enquanto aparelho de dominação". (Ibidem)

Ressaltava ademais que o PT recusava

[...] a perspectiva voluntarista de pretender abolir o mercado, como espaço social da troca, por decreto. O mercado, sob controle do planejamento democrático e estratégico e orientado socialmente, é compatível com nossa concepção de construção do socialismo. No entanto, o fortalecimento das formas socializadas e coletivas de produção e o desenvolvimento tecnológico poderão permitir que, historicamente, possamos superar definitivamente as relações mercantis de produção (Ibidem).

Evidentemente, ao reafirmar o socialismo como estratégia partidária, o PT resgatava uma das principais vertentes da esquerda brasileira e com isso, se diferenciava dos projetos reformadores de cunho liberal. E isso em um período histórico no qual eram intensos os ataques da propaganda capitalista contra o socialismo, frente à queda do “socialismo real”.

Carlos Nelson Coutinho (1992) avaliando os progressos teórico-programáticos do PT a partir de 1980 considerava que permaneciam algumas ambigüidades na definição das noções de democracia e de socialismo e na proposta para articulá-las. E talvez essas ambigüidades estivessem mais presentes no imaginário de boa parte dos militantes do que nos documentos do partido. (Ibidem, p. 13-14)

Mais de uma década depois, Coutinho (2004) em uma reavaliação das concepções petistas que inspirara, afirmará que nos últimos anos,

O socialismo era cada vez mais apresentado como o ideal ético para melhorar o capitalismo e progressivamente foi chegando, pelo menos na maioria, no chamado campo majoritário, à idéia de que o mercado e o capitalismo são insuperáveis (COUTINHO, 2004, s.p).

Na prática o PT optava por uma ação que visava melhorar as condições de vida dos trabalhadores sob o capitalismo ou “de introduzir um pouco mais de justiça social”. Para Ricardo Antunes (2006) por conta dessas indefinições programáticas e de sua prática nas ações de governo, o PT ao longo de sua trajetória política teria passado por um processo de *transformismo*. Diz o autor:

[...] O PT sofreu essa tempestade, nos anos 1990, oscilando entre a resistência ao desmonte e a aceitação da política da moderação. Lutava contra o receituário e a pragmática neoliberais, mas aumentava sua sujeição aos calendários eleitorais, atuando cada vez mais no leito da institucionalidade. De partido contra a ordem foi se metamorfoseando em partido dentro da ordem. As derrotas eleitorais de Lula em 1994 e 1998

intensificaram seu transformismo, enquanto o Brasil também se modificava profundamente (ANTUNES, 2006, p. 02).

A Resolução Socialismo do 1º. Congresso petista continuava a exposição de seu projeto socialista definindo os caminhos necessários para alcançá-lo. Nesse rumo, mais uma vez a disputa de hegemonia era parte fundamental da estratégia de transformação do Brasil, pois entendiam que o poder político se construía cotidianamente nos mais diversos espaços sociais e que os trabalhadores precisavam desenvolver uma política de acúmulo de forças de longa duração. (RESOLUÇÃO SOCIALISMO, p. 20)³⁰⁴

Mas para que tal realidade se efetivasse seria necessário

[...] um poderoso movimento por reformas políticas e sociais, baseadas num programa democrático e popular centrado no combate ao latifúndio, ao monopólio e ao imperialismo, pode levar a cabo a profunda revolução que este país necessita, se quiser superar o modelo excludente que o caracteriza desde a origem. Na visão do PT, a revolução social necessária para superar o capitalismo tem que ser obra de milhões e milhões de brasileiros, que, na luta por reformas profundas e estruturais em nossa sociedade, enfrentam-se com o status quo vigente, acumulando forças para as necessárias transformações revolucionárias, radicalmente democráticas e socialistas (Ibidem, p. 20-21)

O PT avaliava nesse ínterim sua compreensão sobre a disputa por hegemonia até aquele 1º. Congresso. Afirmava que até 1987 essa disputa se colocava como uma política de acúmulo de forças, a partir da avaliação de que não estava na ordem do dia a tomada do poder ou uma crise revolucionária. Porém, após 1989 teria incluído a disputa pelo governo federal, a gestão das administrações municipais, a luta pela democratização do Estado e por reformas sociais, assim como a organização e o crescimento dos movimentos sociais. (Ibidem, p. 22-23)

Nessa avaliação incluía algumas lições que o partido tinha adquirido. Dentre elas, a mediação que deve existir entre as lutas econômicas e a atuação no campo institucional. Uma segunda lição era a da necessidade de apresentar propostas

³⁰⁴ Sobre esse poder afirmava: “Esse poder popular, entretanto, tem um caráter limitado pelas instituições dominantes na sociedade capitalista – e pela correlação de forças sociais que a sustentam – podendo, em situações políticas particulares, ganhar um novo caráter, expandindo-se e generalizando-se. Este fortalecimento se baseia no processo anterior de construção de hegemonia e num projeto de organização social e política dos trabalhadores e setores oprimidos, mas, também, em grande medida, na generalização das formas de auto-organização popular, do poder construído nas fábricas, escolas, empresas, no campo”. (Ibidem)

políticas que levassem o movimento sindical e popular a travarem a luta e a mobilização sem se restringirem à luta corporativa. (p. 23)

Mas a ação de governo que já exercia seria fundamental para a consolidação de sua hegemonia. Pois se tratava de

[...] governar, executar políticas e democratizar o Estado, acionar a participação e o controle popular, conviver e interagir com outros setores, segmentos e classes sociais, exercer, de fato e de direito, a hegemonia, legitimada pelas urnas, ainda que no nível municipal (Ibidem, p. 27).

Dessa maneira, a política de alianças petista que vinha desde 1987 precisava continuar com maior radicalidade no contexto neoliberal no qual se defrontavam. Além de que a atuação nos governos municipais, no Parlamento e nos movimentos sociais apontava também para a ampliação da política de alianças. No entanto reafirmava que essa disputa hegemônica envolvia

[...] a disputa de idéias, a construção de uma nova cultura, de uma nova ética e de uma nova solidariedade social, que se contraponham aos valores dominantes. Em resumo, disputar hegemonia, hoje, significa construir um enorme movimento social por reformas em nosso país, essencial para viabilizar um caminho alternativo de desenvolvimento, que tenha entre suas principais características a incorporação à cidadania e ao trabalho de milhões de marginalizados e deserdados sociais existentes no Brasil (Ibidem, p. 28).

O elemento catalisador de toda essa disputa, sem dúvida, seria a construção do governo democrático e popular que o PT almejava. E, como afirmava o texto, existia

[...] a possibilidade de chegarmos a ele por uma maioria eleitoral como um objetivo estratégico, porque o entendemos como a expressão atual de um governo de hegemonia dos trabalhadores, voltada para atender as reivindicações e anseios históricos e contemporâneos de nosso povo e na perspectiva de construção do socialismo. O programa de reformas implementada por este governo atingirá interesses da burguesia e da burocracia técnico-militar, ampliando conflitos políticos no Estado e na sociedade (Ibidem, p. 31).

Finalizava, no entanto, afirmando que a luta por um governo desse tipo não se restringia à luta eleitoral, mas passava por várias vias: a politização dos

trabalhadores, a constituição de um amplo movimento de massas e uma alternativa política global frente à situação vivenciada. (Idem)³⁰⁵

A Resolução *Partido* trazia os desafios que estavam colocados para a organização petista, ou seja, o desenvolvimento da identidade e do perfil socialista pretendido. Nesse sentido precisava adequar sua estrutura orgânica à força real e à representatividade social que o partido adquirira. (RESOLUÇÃO PARTIDO, 1991, p. 01)³⁰⁶

A resolução avaliava que apesar dos 11 anos de existência do PT muitos aspectos ainda deveriam ser organizados, principalmente no campo da ética partidária. Tal ética político-partidária deveria se assentar em quatro pilares: em 1º lugar, na postura individual dos militantes; em 2º, na relação dos militantes entre si; em 3º, no conceito de fidelidade partidária; e, em 4º, a relação dos militantes e do Partido com o mundo exterior a ele.³⁰⁷ Alertava, no entanto, que as instâncias

³⁰⁵ Em palavras textuais: “Mas a luta por um governo desse tipo não se restringe às eleições. Passa pela politização dos trabalhadores e pela constituição de um amplo movimento de massa em defesa de um plano alternativo de caráter democrático e popular, articulado em torno de reformas na sociedade e no Estado e de uma promoção de valores anticapitalistas e democráticos; por uma alternativa política imediata e global à situação, que oriente nossa atuação nos movimentos sociais e na disputa política na sociedade, englobando os mais diversos aspectos da vida nacional como, entre outros, uma política salarial de redistribuição de rendas e investimentos; a suspensão da dívida externa; uma ampla reforma agrária e uma política agrícola que apóie o pequeno agricultor; a democratização dos meios de comunicação e das Forças Armadas”. (Ibidem)

³⁰⁶ Sobre esse assunto: “Nossa estrutura orgânica não apresenta mais correspondência com a nossa força real e representatividade social. [...] A atual forma de organização do Partido está inadequada e até mesmo caduca. Temos uma estrutura verticalizada, que engloba as instâncias atuais (DN, DR, DM, Núcleos e Zonais), mas que não dá conta de um Partido como o nosso. Possuímos, de fato, uma estrutura de elite, que não oferece canais de participação para uma camada mais ampla de petistas, quanto mais para uma participação maciça. Esta situação se agrava quando as instâncias se esvaziam, seja pelo cansaço, seja porque são viciadas, tendo se tornado palco de discussões inúteis. É preciso reconhecer, além disso, que qualquer estrutura organizativa que pretenda reunir algo além dos militantes mais ativos não pode estar baseada no ritual de reuniões demoradas, constantes e cansativas. A sociedade atual [...] estabelece uma competição tão grande que praticamente inviabiliza as formas organizativas baseadas apenas em reuniões. É preciso, por isto, considerar que a criação de mecanismos de comunicação [...] tornam-se indispensáveis a qualquer política consequente de organização. Comunicação, hoje, não é só poder: é instrumento de organização. (Ibidem)

³⁰⁷ O que significavam os ‘pilares’ conforme o texto: “Quando falamos do primeiro pilar, estamos falando da integridade política individual que, por exemplo, não admite que um petista coloque seu mandato ou cargo a serviço de seu uso político pessoal, através de políticas clientelistas, mesmo que isso seja aceito na legalidade burguesa. Estamos, assim, propondo uma nova ética política pessoal petista. No que se refere ao segundo pilar, é essencial desenvolver o sentimento fraterno entre todos os militantes. No PT, não pode haver inimigos, mas somente companheiros que divergem, por acres e agudas que sejam as divergências. Essa unidade de ação não significa unanimidade e pressupõe que seja sempre respeitado o direito das minorias na sua justa e contínua luta para se transformarem em maioria. O terceiro pilar implica que o conceito de fidelidade partidária no PT tem que expressar, claramente, que o Partido é mais do que a simples soma de seus militantes. Não se trata de cercar a liberdade individual, sobretudo no nível de liberdade de expressão, mas sim garantir que a energia de todos os militantes esteja voltada para a efetivação do programa, da tática e estratégia partidária decidida pela maioria. Já o quarto pilar implica que aquilo que é aceito como normal pelos políticos

partidárias que tratavam desses assuntos, como as comissões de ética, não teriam caráter policial ou judicial, mas de cooperação e discussão política. (Ibidem, p. 02-03)

Vários aspectos referidos pelo PT sobre a organização partidária já tinha sido contemplado em resoluções anteriores, por isso destaquei aqui apenas o que se acrescentou nesse evento, como a questão dos núcleos.

Os núcleos partidários continuavam sendo à base da organização partidária que além de seus filiados, podiam participar pessoas não filiadas ao PT. Porém, somente se fariam representar nas instâncias dirigentes e de deliberação através dos filiados. Conforme o texto, os núcleos deveriam progressivamente, se tornar uma das formas básicas, não a única de delegação de poder no Partido. Assim, seria necessário

[...] incorporar ao regimento partidário as prévias, as plenárias de filiados, os fóruns de consulta, os fóruns decisórios setoriais e os mais diferentes tipos de articulações e espaços que os petistas devem buscar organizar para intervir na sociedade (RESOLUÇÃO PARTIDO, 1991, p. 04).

Ao adotar novas formas de organização partidária, o PT deveria levar em conta a diversidade regional, adotando políticas apropriadas de construção partidária e na autonomia Diretórios municipais e regionais no tocante à adoção de mecanismos organizativos e diretrizes políticas adequadas à sua própria realidade. (Ibidem, p. 05)³⁰⁸

A Resolução contemplava ademais, a questão da unidade da ação partidária nos movimentos sociais e nas frentes de luta em geral, bem como no interior do

não sirva de exemplo para o PT, por maiores que sejam os argumentos casuísticos empregados. Isso porque não é possível e não funciona pretender ter uma ética interna ao Partido e outra, oportunista, em suas relações com a sociedade em geral". (Ibidem)

³⁰⁸ Nesse ponto a resolução propõe a organização da "interiorização" do partido: "No processo de consolidação da construção partidária, combinando-se com a estratégia de transformação da sociedade brasileira, entendemos ser de fundamental importância avançarmos na interiorização do Partido. Essa interiorização se dará através de medidas concretas como: 1) Elaboração de um projeto político a partir das diferentes realidades socioeconômicas dos estados, e que contemple áreas como: meio ambiente, saúde, educação, habitação e, fundamentalmente, a questão agrária, fundiária e agrícola; 2) Descentralização e regularização da informação e da formação política com base nas realidades locais, tendo como contrapartida a descentralização das decisões partidárias; 3) Profissionalização de quadros das direções estaduais das diversas regiões, visando o trabalho de integração partidária; 4) Maior integração das bancadas estaduais e federal nas diferentes lutas do interior dos estados; 5) Nos programas produzidos pelo Partido (rádio, TV etc.), abranger as diversas realidades do interior; 6) Preocupação com o uso de linguagens acessíveis ao conjunto dos filiados do PT na elaboração dos documentos partidários; 7) Dinamização de fóruns específicos das diversas regiões". (Ibidem)

partido. Aqui mais uma vez retomava a discussão sobre as Tendências internas caracterizadas como “centros autônomos de poder, que solapam atribuições e concorrem com as instâncias partidárias”. Por isso a resolução do 1º. Congresso do PT reafirmava a regulamentação das Tendências já ocorrida em encontros anteriores. (Ibidem, p. 07) ³⁰⁹

Finalmente, a resolução se detinha sobre a relação entre o PT, os governos petistas e as bancadas partidárias. Nessa questão o texto explicava que seriam normais as diferenças de visão entre governo e partido. Daí ser legítimo e necessário a crítica pública do partido ao governo, pois importava nessa relação o compromisso com os movimentos sociais que eventualmente estivessem em choque com administrações dirigidas por petistas. Quanto aos parlamentares petistas, esses deveriam ter o compromisso de estabelecer uma nova postura ética e política frente à sociedade, aos movimentos sociais e ao Partido. (Ibidem, p. 12-13) ³¹⁰

Inegavelmente, a questão da organização dos núcleos foi um dos pontos de inflexão do pensamento político petista no 1º. Congresso, pois naquele momento não se percebia mais a ênfase no caráter militante do partido já que a existência do filiado simbolizava o caráter de massas tão pretendido pelo PT. E tal fato, marcou significativamente os anos posteriores a esse evento, pois houve de acordo com vários militantes, a desarticulação progressiva dos mesmos para contemplar a filiação eleitoral de vastos setores que adentraram no partido, inclusive, de ‘patrões’ ou de ‘burgueses’ que davam uma conotação de abertura a estrutura organizativa petista.

³⁰⁹ Sobre a atuação das Tendências, destaquei somente algumas questões: “Ficam proibidas as sedes próprias; [...] poderão produzir boletins informativos, de circulação estritamente interna ao Partido; [...] poderão manter mecanismos de arrecadação de recursos, desde que eles não concorram com as finanças partidárias ou adquiram caráter de finanças públicas para uma tendência interna. [...] não podem exigir ou constranger seus integrantes a qualquer tipo de centralismo obrigatório. As deliberações das tendências não podem se sobrepor – ou se chocar – ao encaminhamento prático das decisões partidárias”. (Ibidem)

³¹⁰ Sobre os parlamentares determinava: “É indispensável, por exemplo, o compromisso rigoroso com as normas regimentais do Partido. Dentro da nossa concepção de mandato partidário, o PT se empenhará para que seja incorporada à legislação eleitoral a perda de mandato daqueles que romperem com o programa pelo qual foram eleitos. Compromisso nesse sentido deve fazer parte, desde já, da carta eleitoral que os candidatos petistas firmam no início das campanhas eleitorais. A atuação do parlamentar petista deve encarnar e representar não apenas um projeto individual, mas o projeto coletivo do Partido. O candidato petista a cargo eletivo deve ter demonstrado, ao longo de sua prática social, um compromisso com as lutas políticas e sociais desenvolvidas pelo Partido e com a luta geral dos trabalhadores e demais setores oprimidos da sociedade, expressando a compreensão de que a luta dos trabalhadores não se limita, nem se esgota, no campo parlamentar”. (Ibidem)

"Penso que para todos nós, camaradas russos e estrangeiros, o essencial está aí: depois de cinco anos de revolução russa, nós devemos estudar. Só agora nos é possível fazer isso. Não sei por quanto tempo ainda contaremos com essa possibilidade [...] Mas cada instante de trégua na luta, na guerra, deve ser consagrado ao estudo, recomeçando cada vez do zero [...] Os camaradas estrangeiros têm para digerir um bom pedaço da experiência russa [...] Quanto a nós, russos, devemos encontrar os meios de explicar aos estrangeiros as bases dessa revolução. [...] Estou persuadido de que nesse sentido devemos dizer, não apenas aos camaradas russos, mas também aos estrangeiros, que no próximo período o essencial será estudar. Para nós, a palavra estudar é assumida em seu sentido mais geral. Mas eles devem, ao contrário, entendê-la em um sentido particular, para compreender a verdadeira organização, a estrutura, o método e o conteúdo do trabalho revolucionário". (LÊNIN, 1980)

5 UMA SÍNTESE EM ANDAMENTO - À GUIA DE CONCLUSÃO

Este trabalho procurou analisar o relevante debate sobre os caminhos percorridos pelo Partido dos Trabalhadores na construção de seu pensamento político. Nessa perspectiva, buscou inserir-se no amplo campo de debates que ronda esse partido desde sua fundação observando a ambigüidade, as contradições e as opções políticas do conjunto partidário, mas especificamente de sua direção.

Com certeza, por sua simplicidade, não superou as vias analíticas postas por vários estudiosos dos partidos políticos, principalmente pelas razões já explicitadas na Introdução deste trabalho, como a questão do tempo disponível para realizar a pesquisa, fazer as análises necessárias, redigir o texto final e assim, concluir a tese em virtude das mudanças na temática e de vários problemas pessoais nesse processo.³¹¹

O presente trabalho de fato, procurou abarcar a pluralidade de concepções que o PT desenvolveu ao longo de 11 (onze) anos de atividades compreendidos entre sua fundação em 1980 e a realização de seu 1º. Congresso Nacional em 1991. Considero que este estudo poderia ter sido substantivamente aprofundado recorrendo a outras fontes de informação, por exemplo, entrevistando militantes que porventura tivessem participado dos eventos estudados. Mas também percorrendo outras vias analíticas além das que já foram vislumbradas pelos autores nos quais me referenciei e absorvi interpretações que abarcavam temáticas complexas cheias de 'continuidades e discontinuidades'.

É importante explicar ainda que o recorte temporal e a opção metodológica foi uma estratégia encontrada para desenvolver o estudo no tempo que dispunha para concluir a pesquisa. Possivelmente esse tenha sido um dos entraves com os quais me deparei na construção da análise, pois creio que realizar um estudo sobre o PT da primeira década de sua existência comparando com sua configuração atual demandaria investigar, senão a totalidade de suas elaborações, ao menos seus momentos cruciais ao longo de sua trajetória.

³¹¹ Entre o período de definição da temática exposta neste trabalho, ocorrido em janeiro de 2008, a reorganização da coleta de dados, a estruturação e a redação dos capítulos e da conclusão que ora faço, em janeiro de 2009, decorreu-se um ano. Ou seja, em um ano realizei este empreendimento que certamente demandava mais tempo e aprofundamento.

Entretanto, compreendo que o esforço foi válido pela pretensão de sistematizar o pensamento político petista através de suas resoluções políticas e ao mesmo tempo, interpretar a complexidade de suas elaborações frente à realidade que pretendia transformar. Considero que algumas lacunas decorreram, sobretudo, face à metodologia adotada que se pautou apenas na análise documental.

A documentação coletada e analisada permitiu visualizar a compreensão do PT diante de várias situações concretas enfrentadas e os encaminhamentos apontados diante delas. Isso, a meu ver contemplou os propósitos iniciais do estudo e, com toda certeza serão válidos para futuros esforços investigativos na perspectiva político-historiográfica seja nas Ciências Sociais ou em outras áreas das Ciências Humanas.

No entanto, algumas conclusões sobre a trajetória petista frente à revisão de literatura realizada neste trabalho, podem ser sucintamente explicitadas. Mas também, algumas 'sínteses-inconclusas' podem ser consideradas para a conclusão do presente estudo.

A partir da contribuição dos autores estudados, se considera que na primeira década de existência do Partido dos Trabalhadores, seu pensamento e prática política expressavam as seguintes características:

- Dimensão classista ao procurar contemplar os requisitos básicos para se afirmar como um legítimo partido da classe trabalhadora ao tentar recuperar ou construir uma nova identidade a partir de um vínculo societário com os setores marginalizados econômica e politicamente da sociedade. Além de explicitar claramente uma aspiração por autonomia frente ao Estado e à classe política existente.

- Uma lógica diferente de fazer política no cenário de construção da democracia brasileira por ser um partido que propunha representar os trabalhadores na esfera política; porque no âmbito interno buscou ser democrático ao mesmo tempo em que tomava a democracia como princípio estratégico e nesse sentido, colaborou para a consolidação democrática do país.

- Uma novidade no cenário político brasileiro pelos elementos que lhe deram origem; pelo expressivo teor classista de suas formulações iniciais buscando inserir nas esferas político-institucional e público-administrativa segmentos dos trabalhadores até à margem da sociedade; pela valorização das formas de

participação política expressamente condizente com a democracia herdada, por exemplo, do sindicalismo e da vivência dos movimentos sociais.

- Originalidade por quebrar com sua presença na arena política a constante de exclusão popular e cooptação política; partido institucional e de massas brasileiro a se constituir a margem do Estado; por organizar um bloco social e político novo com capacidade de construir um projeto político-societário autônomo de poder; por prestar conta de seus atos aos seus militantes, dirigentes e eleitores; por inverter a tradição de privatização da política brasileira ao propor sua publicização; por contribuir no processo de construção de uma esfera pública que se transforme em arena de disputas de interesses sociais diferenciados.

- Pela contribuição na esfera da renovação conceitual no pensamento da esquerda política brasileira presa, até então, a modelos externos; por ter propiciado uma re-hierarquização no conceito de democracia deixando de concebê-la como meio e fim ou como conteúdo e instrumento, para atribuir centralidade no conjunto do projeto transformador; pela reformulação da relação hierárquica entre partido e movimento social e entre partido e povo.

Diante dessas observações bastante positivas relativas ao PT, faz-se necessário expor agora as 'sínteses-conclusivas' até o momento acumuladas e indicar pistas para dar prosseguimento a reflexões e estudos posteriores sobre a temática apresentada.

Nessa direção, a primeira síntese realizada é concernente à percepção da metodologia adotada pelo PT na construção de seu pensamento político. A segunda diz respeito ao modo como os conceitos foram elaborados e expostos em suas resoluções. A terceira relaciona-se com sua idéia de intervenção ou de prática social. E, a quarta e última, se detém na análise de como o PT reelaborou seu conhecimento nesse processo de ação-reflexão ao longo do marco temporal estabelecido e que, de certa forma, vem marcando o momento atual.

Como primeira síntese realizada, contemplo a metodologia utilizada pelo PT para construir seu pensamento político, notadamente nos seus primeiros anos. Nela se constata o caráter imediato de suas elaborações políticas, ou melhor, no "calor dos acontecimentos" ou como o PT costumava afirmar na 'luta cotidiana dos trabalhadores' ou 'construído pelos trabalhadores'.

Sem dúvida, um ponto positivo detectado pelos estudos sobre o PT foi o fato dele não ter um modelo de análise previamente definido que pudesse ser aplicado em qualquer realidade social. Todavia, essa positividade era tão somente para permitir a construção de um marco teórico singular que percebesse a particularidade da construção socialista em um país como o Brasil. E não, como se observou posteriormente, ao adotar uma perspectiva analítica que grosso modo, negava o socialismo como cultura política universal.

A complexidade dos problemas surgidos nas esferas econômica, social e política prescindiam de vias interpretativas que superassem as visões que apregoavam o retorno ao liberalismo, as social-democratas e do socialismo real. Mas na análise política petista, em meu juízo, não se observou elementos de previsibilidade de mudanças estruturais e conjunturais. Pois, como afirmava Chico de Oliveira em uma entrevista ao jornal do MST Brasil de Fato em 08 de julho de 2005, “a política precisa de previsibilidade, caso contrário, não funciona”.

Nesse sentido, desenvolvo a compreensão de que uma organização política como o partido político, por exemplo, deve se antecipar aos eventos que a realidade impõe no sentido de “munir a classe” para os embates a serem travados. Não é exercício de futurologia, mas de formação da vontade coletiva em termos reflexivos e de práxis transformadora.

Concretamente, nos primeiros anos de existência o programa político petista se apresentará com uma identidade singular elaborada na resistência ao regime militar e no próprio reconhecimento frente aos outros partidos de esquerda existentes à época. Nessa época suas elaborações se davam no sentido de alterar a ordem imediata e conquistar melhorias salariais e de trabalho, ou seja, permaneciam no âmbito do sindicalismo e das liberdades democráticas imediatas que lhe deram origem.

Porém, após o término da redemocratização brasileira a tônica no discurso petista não se alterará significativamente, pois permanece com a idéia de que seu caráter e programa, socialista ou não, seria definido “pelos trabalhadores”. Na prática, o PT enquanto sujeito dirigente e educador no sentido gramsciano, não assumirá seu papel como tal, ao contrário, o PT mostrou-se incapaz de elaborar uma estratégia e uma tática política consistente que alterasse as formas organizativas e a consciência própria do espontaneísmo das massas.

O PT ao ser percebido pelo ângulo do espontaneísmo de suas formulações não representaria uma ruptura com os erros históricos da esquerda considerada tradicional, como dizem alguns autores, ao contrário, seria uma continuidade da tradição “economicista” e/ou “sindicalista” que tanto quis superar. É claro que não se desconsidera aqui a enorme heterogeneidade social e política existente no interior do PT e que, possivelmente, ao buscar contemplar seus diversos grupos internos e manter a unidade partidária muitas de suas elaborações foram limitadas, contraditórias não ultrapassando o nível elementar das simples constatações e/ou generalizações.

A segunda síntese-conclusão deste trabalho está intimamente ligada a primeira e diz respeito ao modo como os conceitos foram elaborados e explicitados nos documentos do PT. Ora, se a metodologia na compreensão dos fenômenos se dava de forma imediata e espontânea, os conceitos expressarão tal dinâmica impedindo a realização de uma análise histórica, econômica e política fundada na realidade brasileira.

Tal fato repercutiu como já disse antes, na construção de conceitos ambíguos, conflitantes e genéricos que resvalaram para o campo conceitual de seu projeto político. Nesse sentido concordo com Gramsci (1978) quando reconhece a íntima relação entre o partido, seus dirigentes e o contexto político no qual viviam. O referido autor menciona:

Será necessário levar em conta o grupo social do qual o partido é a expressão e o setor mais avançado. Logo a história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social. Mas este grupo não é isolado: tem amigos afins, adversários, inimigos. Só o quadro complexo de todo o conjunto estatal (e freqüentemente com interferências internacionais) resultará a história de um determinado partido. Assim, pode – se dizer que escrever a história de partido significa exatamente escrever a história geral de um país. (GRAMSCI, 1978, p.24)

O que Gramsci afirmou tem sentido quando se considera o grupo social do qual o PT é a expressão e o setor mais avançado: os sindicalistas brasileiros ‘desconfiados’ com as organizações da esquerda brasileira, fechadas em si mesmas, com forte viés ‘professoral’ e fascinada por discussões ‘estéreis’. Mas, sobretudo, era a expressão, como afirmado antes, da heterogeneidade de sua composição social pragmática e que por vezes, demonstravam rejeição à teoria e aos setores intelectuais do partido.

Assim, não se pode esquecer o (s) grupo(s) que liderou e lidera o PT até o presente, isto é, o chamado campo majoritário. Tal grupo era e é, uma composição heterogênea que comporta sindicalistas, cristãos, acadêmicos, 'marxistas de cátedra', políticos profissionais entre outros. Certamente o resultado de tal composição social, política e ideológica resvalaria para a hegemonia do segmento que dentre esses, se mostrasse, nesse caso, teoricamente mais preparado.

Todavia, a facilidade dessas constatações 'pecaria' por colocar apenas nos dirigentes petistas a responsabilidade pela elaboração conceitual do PT. Outros processos devem ser considerados para se entender o construto teórico de determinada grupo político, caso se queira permanecer concordando com Gramsci. Em outras palavras, os contextos sociais e históricos que favoreceram o florescimento de certas idéias devem ser considerados.

Para o bem do rigor analítico há que se afirmar que os processos históricos que engendraram o surgimento do PT e moldaram suas ações no decorrer da luta política foram múltiplos e conflituosos. Mas se pode, concordando com Zander Navarro (2005) detectar três desses processos. Inicialmente, "o estilhaçamento da utopia socialista" teria impactado toda a tradição da esquerda mundial quando retirara o papel orientador e inspirador dos grandes grupos sociais, inclusive, eliminando a "vigilância crítica do passado petista em relação a si próprio".³¹²

O segundo processo proporcionado pelas vitórias eleitorais e pela crescente apropriação partidária das esferas do Estado fez emergir uma geração de militantes descomprometida com qualquer inspiração política estratégica (ou utópica). Dessa maneira, novos grupos 'povoaram' o PT sem sentir a necessidade "de refletir sobre a nação e sobre os constrangimentos de sua história", incapacitando-o de propor projetos de futuro.³¹³

Mas tal análise pode parecer simplista caso se considere que o centro dirigente petista situava-se, em boa parte, na 'antiga intelectualidade' advinda dos antigos PC' s ou de seu entorno, decepcionados com 'os usos e abusos' do

³¹² NAVARRO, Zander. "O adeus petista ao passado (e talvez ao futuro)", artigo retirado do site *Gramsci e o Brasil*. 2005.

³¹³ De acordo com Navarro (2005, p. 01-02): "Sem uma idéia-força a orientar ideologicamente esta crescente fração de militantes, o que sobrou foi, tão-somente, a busca incessante às prebendas associadas ao poder. Este fato rebaixou espantosamente o debate político interno e escancarou as portas para o privilegiamento de ambições, pessoais e dos inúmeros subgrupos existentes. Mais cruamente: o PT dos anos noventa passou a se orientar, exclusivamente, pelo acesso ao emprego e às formas de mobilidade social, o restante ocupando apenas o campo da retórica eleitoral".

marxismo e com os caminhos adotados pelo Leste Europeu. A influência de intelectuais como Francisco Weffort, Carlos Nelson Coutinho, Marilena Chauí e outros na formatação do corpo teórico-político do PT não pode ser desconsiderada.

De fato, o crescimento do PT e o seu sucesso eleitoral engendraram um terceiro processo que combinou elementos de burocratização e de oligarquização do partido confirmando, sem dúvida, a perspectiva analítica de Robert Michels quando analisou os partidos modernos.

Acrescentaria outro fator determinante nesse processo de “moldagem” teórica e prática do PT nos anos analisados neste trabalho: a grande ênfase dada desde a fundação do PT na legalização e no crescimento partidário. Tal ênfase desencadeou, a meu juízo, o surgimento de inúmeras justificativas que permearam o teor das disputas internas acerca do caráter do partido (de quadros ou de massas) e da tática partidária (legalidade ou ilegalidade).

Essa assertiva se torna correta quando se analisa a contradição revelada nos documentos petistas, entre a manutenção de um programa classista da época de sua fundação, e a necessidade de ampliar sua base eleitoral via flexibilização do programa e abrandamento do discurso político. Tal tendência poder-se-ia inferir, influenciou com certeza na elaboração da Carta ao Povo Brasileiro - momento expressivo de inflexão do PT.

A terceira síntese deste trabalho relaciona-se à idéia de intervenção ou de prática social expressa na formulação da tática política petista. Se o PT por um lado, teve dificuldade em construir seu quadro de referência teórica e por isso, surgiram imprecisões conceituais, por outro a sua opção tática não deixou de ser permeada por tais ambigüidades.

A “idealização da tática política” ou “taticismo”, aqui entendido como a política que sobrepõe as questões táticas às estratégicas foi uma das graves distorções reveladas no pensamento do PT. Ou melhor, a tática se transformou em estratégia e essa, foi postergada a um futuro longínquo favorecendo o aprisionamento do pensamento petista à lógica do imediato, incapaz de ir além da ordem do capital.

Um dos argumentos do PT para justificar sua opção tática nas conjunturas enfrentadas era o da correlação de forças desfavorável para um projeto de esquerda socialista. Em face disso, optou pela conquista de espaços institucionais como a

conquista de governos municipais, estaduais e de ampliação do número de parlamentares. Tal tática concretamente se tornou o carro-chefe da política petista.

Acredito que a tática de um partido não pode ser resultado de desejos arbitrários ou de formulas esquemáticas próprio do dogmatismo, mas deve estar baseada na realidade tal como ela se apresenta concretamente, sem que isso signifique a desvinculação real com os objetivos transitórios e finais (o socialismo e o comunismo). Mas também não deve ser imposta pelo partido, que pode não ser o único 'revolucionário' existente e que não deve desrespeitar as experiências próprias das massas (seus acúmulos de aprendizados político na sua história).

Porem, o PT a partir do seu 5º. Encontro Nacional desenvolveu uma tática centrada na idéia da conquista do governo federal através da eleição para presidente da Republica para dar início à construção de um projeto global alternativo para o Brasil intitulado *Alternativa Democrática e Popular*. Para tanto reformulou seu programa já 'minimizado', reorganizou a estrutura partidária, adotou práticas do marketing eleitoral, e, principalmente alargou o leque de aliados políticos. Fez tudo isso, sem consultar ou informar aos trabalhadores em geral que estava mudando de tática e quais as possíveis conseqüências dessa nova metodologia de ação.

César Benjamim afirmava em 16 de junho de 2005 que a partir de 1994 surgira um fenômeno novo em nossa história: a ascensão de uma "esquerda de negócios" ou como afirmará em outro momento, da esquerda que capitulou frente ao "poder dissolvente do dinheiro". Perseu Abramo, jornalista e um dos fundadores do PT, afirmou em 1995 em um artigo intitulado *Um novo PT* que, "nem sempre o Partido dos Trabalhadores conseguiu pôr em prática sua promessa de fazer política de uma forma nova e diferente".³¹⁴

A opção tática adotada pelo PT nas últimas décadas, em minha opinião, foi à responsável por uma inflexão significativa na trajetória política do partido. Relevou a canalização das energias dos movimentos sociais e de seu potencial de ruptura frente à lógica capitalista ao dar centralidade à disputa eleitoral favorecendo assim, a passividade fora da institucionalidade por parte desses setores assistida durante quase toda a década de 90. (SADER, 1998)

Essa opção influiu, com certeza, na teoria da 'governabilidade' adotada pelos governos petistas, ou seja, para governar dois processos concomitantes devem se

³¹⁴ ABRAMO, Perseu. "Um novo PT" in Revista Teoria e Debate de 28/01/1995.

colocar: a constituição de uma maioria congressual e/ou parlamentar e a construção de alianças com partidos 'progressistas', mesmo que suas práticas revelem o contrário. Nessa perspectiva, foram feitas crescentes concessões e acordos com setores e partidos jamais vistos pelo PT como aliados.

Inegavelmente, a opção tática petista se mostrou insuficiente para constituir um projeto alternativo à sociedade do capital. E nem poderia. O PT concretamente, não incorporou a teoria socialista como projeto de futuro que se constrói nas lutas cotidianas, e isso sem dúvida, bloqueou sua construção teórica gerando assim, parte de sua crise na atualidade.

A relação com seus militantes bem como com os trabalhadores que dizia representar não se constituiu em uma ação pedagógica ou educativa no sentido gramsciano da ação do educador ou intelectual coletivo. A grande ênfase do PT recaía sobre a importância da participação popular, sem dúvida, mas não explicitava o teor dessa participação, a não ser nas disputas eleitorais.

Era recorrente nos documentos petistas a reclamação sobre o funcionamento precário dos núcleos; a frágil formação dos militantes; as finanças improvisadas; o distanciamento dos dirigentes de suas bases; o aumento da influência dos parlamentares; a burocratização das instâncias decisórias etc. Mas nem assim o PT considerava as razões desses problemas como sendo decorrentes do distanciamento crescente de suas bases sociais e da prioridade política por sua prática institucional-parlamentar.

A quarta síntese deste trabalho investigativo procurou entender como o PT reelaborou o processo de ação-reflexão visando ampliar e/ou aprofundar seu quadro conceitual. Tal processo não se desvencilha das sínteses anteriores, na realidade as complementa e refaz.

Esse é um percurso inconcluso para o PT, tanto pela rica experiência prática junto aos movimentos sociais e populares quanto por sua influência que ainda é significativa entre esses setores, principalmente junto aos setores mais vulneráveis e atendidos pelas políticas de distribuição de renda do país. Mas não se pode desconsiderar o fato de o PT ter 'estancado' ou reduzido sua produção teórica a meros fenômenos sociais, fugazes até, como por exemplo, as questões conjunturais e de administração da crise capitalista.

A redefinição conceitual petista, a meu ver, não se efetivou no sentido da renovação cultural ou da reforma intelectual pretendida por Gramsci e defendida nas resoluções do PT. Ao contrário, as noções construídas em seus documentos consistiram basicamente na definição de princípios que revelaram uma mistura de erro, avanços e imprecisões políticas. Ademais o partido não desenvolveu um processo de autocrítica no sentido de possibilitar o entendimento sobre a construção do socialismo em uma perspectiva que não fosse à via institucional e a adoção de um programa de reformas que não fosse à do capitalismo.

Concretamente, o PT enveredou por caminhos 'velhos' como se fossem 'novos' e permitiu que se abrisse um flanco em sua construção teórica que não acrescentava nada além daqueles a quem queria superar. Tal caminho se configurou cada vez mais como 'sem volta' quando com sua capacidade dirigente 'educou' as massas que estavam em seu entorno para pensarem e agirem cada vez mais dentro da lógica de reprodução da ordem do capital.

Inegavelmente, acredito que se o PT tivesse realizado esse esforço de auto-superação se manteria em uma práxis permanente, capaz de transformá-lo em uma força aglutinadora de um pungente movimento social por reformas sociais, políticas e econômicas. Este percurso possibilitaria a elevação da organização, das lutas e da consciência efetivamente rumo ao socialismo.

Creio que se assim agisse, o PT conseguiria aliar a atuação nas diferentes esferas sociais com a definição de **quem na base e no topo** conformaria um bloco de forças estratégico e permanente que buscasse não somente uma nova alternativa de direção política, mas, sobretudo, a construção de um bloco histórico revolucionário, de massas, na perspectiva gramsciana emergente das classes subalternas e das lutas populares.

Na realidade, a opção estratégica adotada pelo PT culminou no plano interno em cisões, expulsão dos opositores, conformação e adaptação das correntes contrárias ao pensamento hegemônico sob pena de sofrerem as conseqüências de sua discordância.

Mas antes de finalizar minhas considerações entendo que seria importante acrescentar aqui algumas reflexões coletivas construídas durante o período de militância acerca de uma concepção "revolucionária" de partido político de trabalhadores e de todos os que se opõem ao domínio do capital. Tais reflexões

evidentemente estavam baseadas na longa tradição cultural do que houve de positivo, é claro, no âmbito do que se convencionou chamar de 'marxismo'. Evidentemente que tal concepção para ser democrática e plural não contemplava apenas as experiências significativas de acertos e erros do movimento libertário 'externos', mas, sobretudo da América Latina. Suas principais características seriam:

- a) um partido de vanguarda, de militantes, com presença orgânica de bases proletárias urbanas e rurais (militantes saídos das massas, dos movimentos sociais) e com apoio de massas;
- b) um partido que evolua afirmando um caráter e a uma estrutura de massas, assimilando elementos embrionários de cultura socialista emergente na espontaneidade das massas populares;
- c) um partido com cultura antiburocrática: que proporcione liberdade de manifestação pública de tendências, que tenha sua centralização política alicerçada no planejamento coletivo das bases e que gere a crescente autodeterminação de suas bases e das massas por elas trabalhadas;
- d) um partido que construa movimento político revolucionário em torno de si em diversas frentes (legal, armada, de massas - cultural, eclesial, sindical etc.), com estratégia comum e unidade de ação (centralizada e democrática) e;
- e) um partido distribuído estrategicamente entre as principais concentrações proletárias e áreas de conflito no campo e entre as unidades produtivas fundamentais da sociedade (um Partido que seja expressão de um bloco histórico revolucionário).

Evidentemente tal partido ainda se coloca hoje no campo das possibilidades históricas, inclusive de longo prazo. Mas, também entendo que o mesmo não surgirá do nada, como uma fatalidade. Necessita sem dúvida ser preparado através de sujeitos com disposição militante e com ampla cultura socialista.

Todavia, é importante ressaltar que essa é apenas uma concepção de partido, não de um "Partido Único". Pois, compreendo que frente à diversidade, pluralidade e complexidade das nossas sociedades na atualidade é "quase" impossível uma só organização partidária ou um só movimento social dar conta integralmente do amplo processo de transformação social.

Finalmente, ao concluir este trabalho percebo que o principal objetivo que me motivou a realizá-lo foi recuperar o sentido da ação e da reflexão política. Pois, as

condições históricas de desenvolvimento da ordem do capital que promove a barbárie a *status* de padrão de vida humana, a reificação social, a exacerbação do indivíduo e do consumo e outras 'misérias do mundo', obscurecem tanto o entendimento dos sujeitos como dificultam a ação política dos mesmos. Além é claro, de produzirem uma crise geral de sentido e uma falta de perspectivas para a vida, o que dificulta, sem dúvida, a transformação social e histórica.

Mas este trabalho teve também como objetivo afirmar as possibilidades históricas dos sujeitos enquanto atores políticos, e nisso os partidos políticos 'revolucionários' se incluem, acreditando sempre na capacidade de reação, que advém da necessidade de liberdade e que, certamente, tem capacidade de reagir frente a qualquer ordem estabelecida. Inegavelmente, a idéia presente no contexto da utopia, enquanto devir humano se manifesta na máxima de que os homens e mulheres não devem ser reféns do contexto histórico que eles mesmos produziram.

Considero ademais que a análise do pensamento político petista para daí deduzir que partido é esse e a que se propõe só pode ser feita com um decurso temporal e histórico que na atualidade ainda não é possível. Com certeza muitas outras sínteses são possíveis e necessárias frente à importância adquirida pelo PT ao longo de sua trajetória. Mas por enquanto, são essas as apreendidas e percebidas pelo presente trabalho de pesquisa.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, H. B. (s.n.t). "As Novas Configurações do Estado e da Sociedade civil" In Revista do CFESS-ADEPSS-CEAD-UNB.

AGGIO, Alberto (org.). Gramsci: a vitalidade de um pensamento, São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

ALCÁNTARA SAEZ, Manuel & FREIDEMBERG, Flávia (2002). "Partidos Políticos na América Latina", tradução de Pedro Maia Soares, In Opinião Pública, Campinas, v. VIII, no. 2, 2002, pp.137-157

ALVES, Giovanni. O Novo e precário Mundo do Trabalho. Reestruturação Produtiva e Crise do Sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANDERSON, Perry. A Crise da crise do Marxismo: introdução a um debate contemporâneo, 3ª. edição, tradução Denise Bottmann, São Paulo: Brasiliense, 1987. (Primeiros Vôos)

ANTUNES, R. Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho, 2ª ed., São Paulo: Cortez, 1995.

_____ Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____ O Segundo Governo Lula e a desertificação social-liberal no Brasil. Retirado do site www.resistir.info/ em 05/12/2006.

ARAUJO, R. "Pragmatismo dos Partidos". Comunicação apresentada no Encontro Internacional "Civilização ou barbárie - Desafios e problemas do mundo contemporâneo", Serpa, 23-25/Set/2004. Este artigo encontra-se em <http://resistir.info/>. Acessado em 12 de janeiro de 2005.

ARENDT, Hannah. O que é política? Fragmentos das obras póstumas compilados por Ursula Ludz, 7ª ed. Tradução Reinaldo Guarany, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

ARICÓ, José. "O Itinerario de Gramsci na América Latina", tradução de Alberto Aggio, Revista Estudos de Sociologia, n. 05, UNESP/Araraquara, 1998, p. 03-34.

AZEVEDO, Clóvis Bueno de. A Estrela partida ao meio: ambigüidades do pensamento petista. São Paulo: Entrelinhas, 1995.

BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e Filosofia da Linguagem. 8ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____ "Os Gêneros do Discurso". In: BAKTIN, M. Estética da criação verbal. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 277-326.

BARREIRA, Irllys e PALMEIRA, Moacir (orgs.). Candidatos e Candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil. São Paulo: Annablume, 1998.

BARSOTTI, Paulo e PERICÁS, Luis Bernardo (orgs.). América Latina: história, idéias e revolução, 2ª edição, São Paulo: Xamã, 1998.

BAQUERO, M. A vulnerabilidade dos Partidos Políticos e a crise da Democracia na América Latina. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2000.

BEHRING, Elaine Rosseti. Brasil em Contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BELATTO, Luiz Fernando B. América Latina: 100 anos de opressão e utopia revolucionária retirado de sítio da internet: klepsidra.NET em 15/06/2007.

BETTELHEIM, Charles. A Luta de Classes na União Soviética: primeiro período (1917-1923). Tradução de Bolívar Costa, 2ª. ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BRANDÃO, H.H.N. Introdução a Análise do Discurso, 6ª ed. Campinas-SP, Editora da UNICAMP, 1997.

BOBBIO, Norberto. Qual Socialismo? Debate sobre uma alternativa, 2ª ed., tradução Isa de Salles Freaza, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____ O Futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo, 6ª ed., tradução de Marco Aurélio Nogueira, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997 (Pensamento Crítico, 63).

_____ Os Intelectuais e o Poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

_____ Estado, Governo, Sociedade: para uma teoria geral da política, 4ª ed., tradução Marco Aurélio Nogueira, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

BONFIM, Manuel. A América Latina. In: SANTIAGO, Silviano. (Org.) Intérpretes do Brasil. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 2000, pp. 607-917

BÓRON, Atílio. Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina, tradução Emir Sader, Rio de Janeiro: Paz e Terra,

BOURDIEU, P. - O poder simbólico, tradução Fernando Tomáz, 7ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BRAGA, Elza Maria Franco. "O Local e a construção de uma nova Cultura Política". In: BRAGA, Elza Maria Franco (org.). América Latina: transformações econômicas e políticas. Fortaleza: Editora UFC, 2003, p. 69-90.

_____. "Socioeconomia Solidária e a questão democrática: desvendando caminhos e utopias". In: Estado, cidadania e esfera pública. Revista de Ciências Sociais, Vol. 35, Nº 1, Departamento de Ciências Sociais da UFC. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2004. pp. 57-67.

BRAGA, E. F. & BARREIRA, Irllys A. F. (coord.). A Política da Escassez: lutas urbanas e programas sociais governamentais. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha; Stylus Comunicações, 1991.

BRAICK, Patrícia Ramos. História: das cavernas ao terceiro milênio, São Paulo: Moderna, 2000.

BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. Gramsci e o Estado: por uma teoria materialista da filosofia. Tradução de Angeli Peralva. 2ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1980.

BURDEAU, Georges. A Democracia: ensaio sintético, 3ª edição, tradução de Paulo Antonio dos Anjos, Publicações Europa-América (Coleção Saber), s/l, s/d.

BURGOS, Raúl. As Peripécias de Gramsci entre Gulliver e o Pequeno Polegar: um estudo sobre os projetos políticos do PT e da FMLN, Dissertação de Mestrado em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas defendida e aprovada em 17 de novembro de 1994. Mimeo

CARDOSO, F. H. & FALETTO, Enzo. Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica, 6ª ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CARLEIAL, Adelita N. (org.). *Projetos Nacionais e Conflitos na América Latina*. Fortaleza-Ce: Edições UFC, Edições UECE, UNAM, 2006.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. *Radicalizar a Democracia: o desafio da reinvenção da política em tempos de ajuste*. Revista de Políticas Públicas/Universidade Federal do Maranhão, Unidade de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, v. 1, n. 1. São Luís: EDUFMA, 1995.

_____ *O Brasil Real em questão: um resgate do olhar crítico de Cientistas Sociais*, Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-Ce, 1999.

CASTELLS, Manuel. *Cidade Democracia e Socialismo*. 2ª ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTORIADIS, Cornelius. *A Fonte Húngara*. In: *Socialismo ou Barbárie. O conteúdo do socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983

CASTRO, Nils. "Las Izquierdas Latinoamericanas: observaciones a una trayectoria", especial para o site "Gramsci e o Brasil". Artigo retirado da Internet em 2006.

CÉSAR, Benedito Tadeu. *PT: a contemporaneidade possível (Base social e projeto político (1980-1991))*, Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002.

CHACON, Vamireh. *História dos Partidos Brasileiros, discursos e práxis dos seus programas*, Brasília: Editora da UNB, 1985 (Coleção Temas Brasileiros, v. 05).

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

CHATELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER, Evelyne. Historia das Idéias Políticas, tradução Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

CHAUÍ, Marilena (et all). Primeira Filosofia. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 1994.

_____ Leituras da Crise: diálogos sobre o PT, a democracia brasileira e o socialismo, São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2006.

CHESNAIS, François. A Mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

_____ (et al.). Uma nova Fase do Capitalismo? São Paulo: Ed. Xamã, 2003.

CLAUDIN, Fernando. A crise do Movimento Comunista: o apogeu do Stalinismo, v. 02. Tradução de José Paulo Netto, São Paulo: Global, 1986. (Coleção Luta de Classes)

COELHO, Eurelino. Outras Hegemonias: sobre algumas leituras petistas de Gramsci e suas reviravoltas. Outubro, São Paulo, n. 12, p. 123-141, 2005.

COSTILLA, Lucio Oliver (coordinador) Balance y Perspectivas del Pensamiento Latinoamericano. Asociacion Latinoamericana de Sociologia, Universidade de Colima, Centro de Investigaciones Sociales, 1996.

_____ Lucio Oliver. O Estado Latino-Americano perante a mundialização do Capital. Revista de Ciências Sociais /UFC, volume 28, número 01. 1997. Processos culturais e práticas políticas. Fortaleza/ CE, UFC.

_____ Transformações do Estado e da Sociedade Civil na América Latina. Palestra proferida no Seminário sobre “Estado e sociedade: transformações

políticas, institucionais e culturais na América Latina”. Universidade Federal do Ceará, setembro de 2001. Mimeo.

_____. Um Gramsci para o século XXI. In:Revista de Ciências Sociais. Universidade Federal do Ceará, v. 35, n °2, 2004.

COUTINHO, Carlos Nelson. A Democracia como valor universal: notas sobre a questão democrática no Brasil. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

_____ A Dualidade de Poderes: introdução à teoria marxista de Estado e Revolução, São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____ Democracia e Socialismo. São Paulo: Cortez, 1992.

_____ Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

_____ Contra a Corrente: ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo Cortez, 2000.

DAGNINO, Evelina. Anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 127-136.

_____ “Para retomar a reinvenção democrática: qual cidadania, qual participação?”. Palestra proferida durante o Forum Social Nordestino, realizado em Recife de 24 a 27 de novembro de 2004.

DEMO, P. Metodologia Científica em Ciências Sociais, São Paulo: Atlas, 1985.

DIAS, Edmundo F. (et al). O outro Gramsci, 3ª. edição, São Paulo: Xamã, 1996.

DEUTSCHER, Isaac. Trotski: o profeta banido (1929-1940), 2ª edição, tradução Waltensir Dutra, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

DOCUMENTOS DO PCB. Disponíveis na Internet no endereço www.pcb.org.br acessado em abril de 2008.

DUVERGER, Maurice. Os Partidos Políticos, tradução de Cristiano Monteiro Oiticica, Rio de Janeiro/Brasília: Zahar Editores, 1970.

_____ "Partidos" *In* Partidos e Grupos de Pressão, Instituto Tancredo Neves. Curso: A necessidade da Política, 2, Brasília, 1987.

ECO, Umberto. Como se faz uma Tese. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.

ENGELS, Friedrichc A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra. Trad. Rosa Camargo Artigas e Reinaldo Forti. São Paulo: Global, 1985.

ESCORSIM, Leila. Mariátegui: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e Mudança Social. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FAUSTO, Ruy. Marx: lógica e política; investigações para uma reconstituição do sentido da dialética. TOMO I e II. São Paulo: ed. brasiliense, 1987.

FERNANDES, Florestan. Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina, 3ª edição, Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

_____ A Contestação Necessária: retratos intelectuais de inconformistas e revolucionários, São Paulo: ed. Ática, 1995.

_____ A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. Prefácio: José de Souza Martins. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2006.

FERREIRA, Dimas Enéas Soares. “Acerca dos Partidos e dos Sistemas Partidários”. Artigo retirado da internet em 2006.

FERREIRA NETO, Edgard L. Os Partidos Políticos no Brasil. São Paulo: Contexto, 1988. (Coleção Repensando a História)

FERRER, Aldo. “La Globalizacion y la Contribución de la CEPAL”, In Modelos e Políticas de Desenvolvimento: tributo a Aníbal Pinto, Inter-American Development Bank/ BNDES/FINAME/BNDESPAR, Rio de Janeiro, Brasil, junho de 1998.

FOUCAULT, M. A Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

FREITAS, Maria Ester de. (2002) Viva a tese: Um guia de sobrevivência. Rio de Janeiro: Editora FGV.

FURTADO, Celso. “A contribuição histórica da CEPAL”, In Modelos e Políticas de Desenvolvimento: tributo a Aníbal Pinto, Inter-American Development Bank/ BNDES/FINAME/BNDESPAR, Rio de Janeiro, Brasil, junho de 1998.

GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. Pra que PT: origem e consolidação do Partido dos Trabalhadores. São Paulo, Cortez, 1989.

GALEANO, E. As veias abertas da América Latina, 37ª. edição, tradução de Galeano de Freitas, Rio de Janeiro, Paz e Terra, (Estudos Latino-Americanos, v. 12).

GENRO, Tarso. Gramsci, Rosa e o PT. Revista Teoria e Debate, no.10 (mar/abr), 1990.

GENRO FILHO, Adelmo. Filosofia e Práxis Revolucionária: Marx, Engels, Bloch, Korsch, São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1988.

GONZÁLEZ, José; QUESADA, Fernando. Teorías de La Democracia, Barcelona: Editorial Anthropos, 1988. (Pensamiento crítico / Pensamiento utópico).

GORENDER, Jacob. Combate nas Trevas, 5ª edição, São Paulo: Editora Ática, 1998. Série Temas, v. 03.

GRAMSCI, Antonio. Obras Escolhidas. Tradução Manuel Cruz, São Paulo: Martins Fontes, 1978.

_____ Maquiavel, a Política e o Estado Moderno, tradução de Luiz Mário Gazzaneo, 7ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

_____ A situação italiana e as tarefas do PCI – Teses de Lyon. Tradução de Aécio Alves de Oliveira (et. al.). Revista de Ciências Sociais /UFC, volume 35, número 2. Gramsci: interpretações e atualizações de um pensamento. Fortaleza/CE, UFC, 2004.

_____ Cadernos do Cárcere. Vol. 01. Introdução ao estudo da filosofia de Benedetto Croce. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 4ª ed. RJ: Civilização Brasileira. 2006.

_____ Cadernos do cárcere. Vol. 02: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 4ª. ed. RJ: Civilização Brasileira. 2006.

_____ Cadernos do cárcere. Vol. 03: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3ª ed. RJ: Civilização Brasileira. 2006.

_____ Cadernos do cárcere. Vol. 05: O Risorgimento, notas sobre a história e a política. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. RJ: Civilização Brasileira. 2006.

GUAZZELLI, C. A. B. Coleção História Contemporânea da América Latina (1960 a 1990), 2ª. edição, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. (Coleção Síntese Universitária).

GUÉRIN, D. Rosa Luxemburgo e a espontaneidade revolucionária, São Paulo: Perspectiva, 1982.

GUNNEL, John G. Teoria Política, tradução de Maria Inês Caldas de Moura, Brasília: editora UNB, 1981 (Coleção Pensamento Político, 54).

HELLER, A. O Cotidiano e a História. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

HEREDIA, Beatriz; TEIXEIRA, Carla e BARREIRA, Irllys (orgs.). Como se fazem eleições no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002

HIRSCH, Joachim. Globalización, capital y Estado. 1ª reimpressão. México, D. F: Universidad Autónoma Metropolitana – Xochimilco, 1998.

HOBSBAWM, E.J. Rebeldes Primitivos - estudos de formas arcaicas de movimentos sociais nos secs.XIX e XX, 2ª ed., tradução de Waltensir Dutra, RJ: Zahar ed., 1978.

_____ Revolucionários, 2ª ed., tradução de J.C.V.G e Adelangela S.G., RJ: Paz e Terra, 1985.

HOBSBAWM, E.,(org) História do Marxismo, v. 02 (O marxismo na época da 2ª Internacional), primeira parte, 2ª ed. Tradução de Leandro Konder e Carlos Néelson, Coutinho, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Coleção Pensamento crítico)

_____ História do Marxismo. Volume 06, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, tradução de Leandro Konder e Carlos Néelson, Coutinho, 1985.

HOLLOWAY, John. “La Reforma del Estado; capital global y Estado nacional. Perfiles Latinoamericanos”. Revista de la Sede Académica de México de la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales. Año 1, No. 1, Diciembre de 1992.

IANNI, Octavio. A Formação do Estado Populista na América Latina, 2ª ed., São Paulo: Editora Ática, 1989.

KECK, Margaret E. PT a lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira, tradução de Maria Lucia Montes, São Paulo: Ed. Ática, 1991.

KEERAN, Roger & KENNY, Thomas. Socialism Betrayed: Behind the Collapse of the Soviet Union. New York: International Publishers, 2004.

KONDER, Leandro. "Gramsci e os caçadores de dissidentes", in O marxismo na batalha das idéias, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

LA PALOMBARA, J. G. A Política no interior das Nações. Trad. Marilu Seixas Corrêa e Oswaldo Biato. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982, c1974. (Coleção Pensamento Político). Cap 13 (471-515).

LAMOUNIER, Bolívar. Da Independência a Lula: dois séculos de política brasileira. São Paulo: Augurium Editora, 2005.

LEAL, Paulo Roberto F. O PT e o dilema da Representação Política: os deputados federais são representantes de quem?, Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

LECHNER, N. La política ya no es lo que fue, In Nueva Sociedad 144, julio/agosto de 1996, Caracas.

LENIN, V. I. Duas táticas da Social Democracia na Revolução Democrática, 2ª ed., Lisboa: ed. Avante, 1978.

_____ Que Fazer? Obras escolhidas. 3ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986. Livro I.

_____ Obras Escolhidas, 3ª ed., tradução do Instituto de Marxismo-Leninismo, v. 1 e 2, São Paulo: Alfa Omega, 1986.

_____ O Estado e a Revolução, São Paulo: Hucitec, 1987.

_____ Imperialismo, fase superior do Capitalismo, 4ª. ed., São Paulo: Global, 1987.

_____ Esquerdismo, doença infantil do Comunismo, 6ª ed., São Paulo: Global ed., 1989.

LUKÁCS, G. Ontologia do Ser Social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx, tradução Carlos Nelson Coutinho, SP: Ciências Humanas, 1979.

_____ Teoria do Partido Revolucionário, Ed. Brasil Debates, 1987

LUXEMBURGO, R. Reforma ou Revolução?, 4ª ed., tradução de Manuel Augusto Araújo, Lisboa: ed. Estampa, 1970.

_____ Greve de Massas, Partido e Sindicatos. In CASTRO, P.(org.). Rosa Luxemburg: socialismo e liberdade, Rio de Janeiro: Fórum, 1968;

MAAR, Wolfgang Leo. O Que é política. 16ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção primeiros passos; 54).

MACCIOCCHI, M. A. A Favor de Gramsci, tradução de Angelina Peralva. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

MAINGUENEAU, Dominique. Novas tendências em Análise do Discurso. 3ª ed. Campinas: Pontes / UNICAMP, 1997.

_____ Termos-chave da Análise do Discurso. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

MAIRA, Luís, SOUZA, Herbert de. (et all). América Latina: novas estratégias de dominação, Petrópolis: Vozes, 1980.

MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos Arquipélagos da Nova Guiné Melanésia, tradução de Anton P. Carr e Lígia Aparecida Cardieri Mendonça revista por Eunice Ribeiro Durham, 3ª. Edição, São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MANDEL, Ernest. Trotsky como Alternativa, tradução Arlene Elizabeth Clemesha, São Paulo: Xamã, 1995.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência, Petrópolis: Vozes, Clacso, LPP, s/d.

_____ “Acumulación mundial y subimperialismo”, In “La acumulación capitalista y el subimperialismo”, Cuadernos Políticos, México, Ediciones ERA, núm. 12, abril-junio 1977, pp.21-35.

_____ “La integración imperialista y América Latina” In Subdesarrollo y revolución (1969), México, Siglo XXI Editores, 1976, pp. 59-63.

_____ “La crisis del desarrollismo”, texto sem notas tipográficas(s.n.t) dado durante a disciplina Teoria Sociológica I do Mestrado em Sociologia, 1997, pp135-154.

MARX, Carlos; ENGELS, Frederico. Los grandes fundamentos II: miséria de la filosofía, manifesto dei partido comunista, documentos de la liga de 105 comunistas, cartas y artículos diversos. Trad. Wenceslao Roces. México: Fondo de Cultura Económica, 1988.

MARX, K. & ENGELS, F. Cartas Filosóficas & o Manifesto Comunista de 1848. São Paulo: Moraes, 1987.

_____ Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Global, 1981.

_____ Para a crítica da Economia Política. Coleção: Os Economistas. São Paulo. Abril Cultural. 1982.

_____ O 18 Brumário e cartas a Kugelmann, tradução Leandro Konder e Renato Guimarães. 4ª. edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____ Miséria da Filosofia, tradução J. Silva Dias e Maria Carvalho Torres. Porto: Publicações Escorpião, 1976.

_____ A Ideologia Alemã. Trad. Luiz Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____ Obras escolhidas. São Paulo. Alfa-Omega, [s.d.]. v. I, II e III.

MENEGUELLO, Rachel. PT: a formação de um partido (1979-1982), Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____ Partidos e Governos no Brasil (1985-1997), São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____ “A Face dominante da Esquerda Brasileira: avanços, mudanças e dilemas do Partido dos Trabalhadores” in NICOLAU, Jairo (et all). Eleições e Partidos, Cadernos Adenauer IV, abril de 2003.

MÉSZÁROS, István. Para além do Capital: rumos a uma teoria da transição. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2002.

_____ Marx: teoria da alienação. Tradução Waltensir Dutra, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____ “O Marxismo Hoje: entrevista com István Mészáros”, Tradução de João Roberto Martins Filho, In Critica Marxista, 1993.

MICHELS, Robert. Os Partidos Políticos, tradução de Hamilton Trevisan, São Paulo: Ed. Senzala, 1983.

MILLS, C. Wright. A Imaginação Sociológica, 4ª. ed., tradução de Waltensir Dutra, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

MORAES, João Quartim de. "Contra a canonização da Democracia". Revista Crítica Marxista, n. 12, São Paulo: Boitempo Editorial, 2001. (p. 09-40)

NETTO, José Paulo. Democracia e Transição Socialista: escritos de teoria e política, Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

NOGUEIRA, M. A. Um Estado para a Sociedade Civil, texto preparado para o painel de "Projetos de desenvolvimento e redesenho do Estado e da Sociedade Civil", do IEE da PUC/SP- IBEAC-CENPEC, São Paulo, 3 a 5 de novembro de 1998. (Mimeo)

OLINDA, Ercilia M.B de. A Dimensão Educativa do Partido Político, Fortaleza: Expressão, 1991.

OLIVEIRA, Francisco de. O Elo Perdido: classe e identidade de classe. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ORLANDI, Eni P. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2001.

PETRAS, James. Império e Políticas Revolucionárias na América Latina. São Paulo: Xamã, 2002.

PRADO JR, Caio. A Revolução Brasileira, 7ª., edição, São Paulo: editora Brasiliense, 1987.

_____ Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PRADO, L. F. Silva. Coleção História Contemporânea da América Latina (1930 a 1960), 2ª. edição, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. (Coleção Síntese Universitária).

RODRIGUES, Rui Martinho. Intelectuais, Identidade e Discurso: estudo de caso, Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-Ce, 1991.

SADER, Eder. Marxismo e Teoria da Revolução Proletária, São Paulo: Editora Ática, 1991.

_____ Quando Novos Personagens entraram em Cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 2ª., edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SADER, Emir (Org.). E Agora PT? Caráter e identidade. 2ª. edição, São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____ (Org.) 1994: idéias para uma alternativa de esquerda à crise brasileira, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

SAES, Décio. Democracia. São Paulo: Editora Ática, série Principios, n. 112, s/d.

SANTOS, D. A Reinvenção do Espaço. Ed. Unesp, São Paulo, 2002.

SANTOS, D. Imperialismo e Estado. Dissertação de Mestrado defendida na FFLCH da USP em 1991. Mimeo.

SARTORI, Giovanni. A Teoria da Democracia Revisitada: o debate contemporâneo, tradução de Dinah de Abreu Azevedo, São Paulo: ed. Ática, 1994.

SCHMITT, Carl. A Crise da Democracia Parlamentar, tradução Inês Lohbauer, São Paulo: Scritta, 1996 (Coleção Clássica).

SECCO, Lincoln. Gramsci e a Revolução, São Paulo: Alameda, 2006.

SEMERARO, Giovanni. Gramsci e a Sociedade Civil: cultura e educação para a democracia. 2ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

SINGER, André. O PT. São Paulo: Publifolha, 2001. (Folha Explica)

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964), São Paulo: ed. Alfa-Omega Ltda, 1983.

TELLES, Vera da Silva. "Movimentos Sociais-. Reflexões sobre a Experiência dos Anos 70". In SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J. (orgs.). Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América latina. São Paulo. Brasiliense, 1987

THOMPSON, E. P. Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase. Barcelona: Ed. Critica 1989

TRICHES, Janete. As Oligarquias dos Partidos: Criciúma/SC (1945-1992), Dissertação de Mestrado, Brasília, junho de 1994. (Mimeo)

TRINDADE, Hélio. América Latina: eleições e governabilidade democrática, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1991.

TROTSKY, Leon. A Revolução de Outubro, tradução Daniela Jinkings, São Paulo: Boitempo, 2007.

_____ A Revolução de 1905, tradução Salvador O. Freitas, São Paulo: Global Editora, 1994. (Coleção Bases, 53, História)

TOLEDO, Caio Navarro de. As Esquerdas e a Redescoberta da Democracia, s.n.t

VOLKOGONOV, Dmitri. Stálin: triunfo e tragédia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

WAINWRIGHT, Hilary (coord.). No Olho do Furacão: repensando o futuro da Esquerda, São Paulo: Xamã, 2006.

WATKINS, K. W. A Prática da Política, tradução de Carlos Alberto Lamback, Brasília: Editora UNB, 1981 (Coleção Pensamento Político, 34)

WEFFORT, Francisco C. Por que democracia? São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____ (Org.). PT: um projeto para o Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1989

_____ Qual Democracia? São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____ Formação do Pensamento Político Brasileiro: idéias e personagens, São Paulo: Ática, 2006.

WASSERMAN, Cláudia. Coleção História Contemporânea da América Latina (1900 a 1930), 2ª. edição, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. (Coleção Síntese Universitária).

WEBER, Max. Ciência e Política: duas vocações. São Paulo, Cultrix. 1972.

DOCUMENTOS DO MOVIMENTO PRÓ-PT E DO PT

CONGRESSO DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS, MECÂNICOS E DE MATERIAL ELÉTRICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (IX), 1979, Lins-SP, Resolução do IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, 24 de janeiro de 1979.

MOVIMENTO PRÓ-PT. Carta de Princípios (1979), Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo Partido dos Trabalhadores/Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2005.

_____ Declaração Política (1979), Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo Partido dos Trabalhadores/Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2005.

_____ Plataforma Política (1979), Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo Partido dos Trabalhadores/Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2005.

_____ Normas Transitórias de Funcionamento (1979), Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br), São Paulo, 2005.

_____ Nota contra a Reforma Partidária (1979), Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br)/Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br), São Paulo, 2005.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Manifesto de Lançamento do PT (01/02/1980), Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br)/Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br), São Paulo, 2005.

_____ Reunião Nacional de Fundação do PT (31/05 a 01/06 de 1980), Programa, Plano de Ação, Estatuto do PT. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br)/Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br), São Paulo, 2005.

_____ Resoluções do 1º. Encontro Nacional do PT (08 e 09/08 de 1981), Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo Partido dos

Trabalhadores (www.pt.org.br)/Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br), São Paulo, 2005.

_____ Resoluções do 2º. Encontro Nacional do PT (27 e 28/03 de 1982), Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br)/Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br), São Paulo, 2005.

_____ Resoluções do 3º. Encontro Nacional do PT (06 a 08/04 de 1984), Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br)/Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br), São Paulo, 2005.

_____ Resoluções do Congresso Nacional Extraordinário do PT (Reunião ampliada do DN). (12 e 13/01 de 1985), Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br), São Paulo, 2005.

_____ Resoluções do 4º. Encontro Nacional do PT (30/05 a 01/06 de 1986), Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br)/Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br), São Paulo, 2005.

_____ Resoluções do 5º. Encontro Nacional do PT (04 a 06/12 de 1987), Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br)/Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br), São Paulo, 2005.

_____ Resoluções do 6º. Encontro Nacional do PT (16 a 18/06 de 1989), Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br)/Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br), São Paulo, 2005.

_____ Resoluções do 7º. Encontro Nacional do PT (31/05 a 03/06 de 1990), Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br), São Paulo, 2005.

_____ Resoluções do 1º. Congresso Nacional do PT (27/11 de 1991), Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo Partido dos Trabalhadores www.pt.org.br/FundaçãoPerseuAbramo(www.fpabramo.org.br), São Paulo, 2005.

ANEXOS

ANEXO 01

RESUMOS DOS ENCONTROS DO PT

PRÉ-PT

JULHO DE 1978 - BAHIA

No Congresso dos Trabalhadores de Petróleo Lula lança a idéia de formação de um partido político dos trabalhadores.

11 DE DEZEMBRO DE 1978 – SÃO BERNARDO DO CAMPO (SP)

Sindicalistas discutem a proposta de criação de um partido de trabalhadores.

19 DE JANEIRO DE 1979 – PORTO ALEGRE (RS)

Lançamento nacional da idéia de criação de um partido dos trabalhadores durante encontro intersindical.

24 DE JANEIRO DE 1979 – LINS (SP)

Sindicalistas reunidos no IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e Eletricitários do Estado de São Paulo, na cidade de Lins, aprovam a tese, originalmente proposta por metalúrgicos de Santo André, "chamando todos os trabalhadores brasileiros a se unificarem na construção de seu partido, o Partido dos Trabalhadores". Esse documento ficou conhecido como *Tese de Santo André-Lins*.

1º DE MAIO DE 1979 – SÃO BERNARDO DO CAMPO (SP)

Lançamento público da *Carta de Princípios do PT* que conclui que "os males profundos que se abatem sobre a sociedade brasileira não poderão ser superados senão por uma participação decisiva dos trabalhadores na vida da nação. O instrumento capaz de propiciar essa participação é o Partido dos Trabalhadores. Iniciemos, pois, desde já, a cumprir essa tarefa histórica, organizando por toda a parte os núcleos elementares desse partido".

13 DE OUTUBRO DE 1979 – SÃO BERNARDO DO CAMPO (SP)

Em reunião, no salão de festas do restaurante São Judas Tadeu, com a presença de 130 pessoas, representando mais de seis estados do país, é lançado oficialmente o "Movimento pelo Partido dos Trabalhadores". Os presentes aprovam uma *Declaração Política*, que expressa as conclusões dessa reunião, uma *Plataforma Política* que indica as reivindicações que o Movimento pelo PT deve levar imediatamente e *Normas Transitórias de Funcionamento* que apontam sugestões básicas para a organização do PT em todos os níveis, além de uma *Nota Contra a Reforma Partidária* que expressa a posição do Movimento diante da reforma partidária do regime.¹ Nesse fórum é também eleita uma Comissão Nacional Provisória, composta por 17 pessoas, que dirigem o Movimento até junho de 1980.

¹ Fonte: *Documentos Básicos – Movimento pelo Partido dos Trabalhadores*, livreto publicado provavelmente em 1979.

ATO NACIONAL DE LANÇAMENTO DO PT

10 de fevereiro de 1980 – Colégio Sion – São Paulo (SP)¹

Aprova, por aclamação, o *Manifesto de Lançamento do PT*.

Primeiros signatários do Manifesto: Mário Pedrosa, crítico de arte, fundador do Semanário *Vanguarda Socialista* em 1945; Manoel da Conceição, líder camponês do Nordeste; Sérgio Buarque de Holanda, jornalista, sociólogo e historiador; Lélia Abramo, atriz; Paulo Freire, educador (representado por Moacir Gadotti); e Apolonio de Carvalho, respeitado militante da esquerda.

Presentes: 1.200 militantes.

Estados representados: 18.

Requisitos para credenciamento: 1 representante para cada grupo de 21 militantes de núcleos, mais os líderes e dirigentes sindicais indicados pelos núcleos ou pelas regiões².

REUNIÃO NACIONAL DE FUNDAÇÃO DO PT

31 de maio e 1º de junho de 1980³ – Instituto Sedes Sapientiae – São Paulo (SP)

Elege a Comissão Diretora Nacional Provisória, conforme a Lei Orgânica dos Partidos Políticos, que tem como atribuição viabilizar o registro provisório do partido até a Convenção Nacional e a eleição da primeira direção.

Aprova o *Programa*, o *Plano de Ação* e o *Estatuto* e referenda o *Manifesto de Lançamento*, aprovado no ato de 10 de fevereiro.

Presentes: 242 delegados.

Estados representados: 23 (AC, AL, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RS, SC, SE, SP)⁴.

¹ Fonte: artigo de Perseu Abramo "Divergências na fundação do PT", publicado no jornal *Movimento* (18 a 24/02/80) e republicado no livro *Um Trabalhador da Notícia*, p.183-85, editado pela Editora Fundação Perseu Abramo em 1997.

² Segundo Perseu Abramo, em artigo supra citado, a direção do Ato foi pressionada pelo enorme número de pessoas presentes, sendo obrigada a admitir todos no recinto de debates, concedendo direito a voz aos não credenciados.

³ De acordo com a circular da Secretaria Nacional de Organização e Nucleação, esse Encontro Nacional estava previsto para acontecer nos dias 12 e 13 de abril de 1980 e foi adiado para esta data em consequência da deflagração de uma greve no ABCD.

⁴ Fonte: Ata da reunião de Fundação do Partido dos Trabalhadores.

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo
Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

1º ENCONTRO NACIONAL

8 e 9 de agosto de 1981 – Assembléia Legislativa – São Paulo (SP)¹

Elege o 1º Diretório Nacional.

Aprova a resolução *Eleições* que indica que “o PT deve lutar por eleições livres e diretas em 1982 e 1984” e define o lançamento de candidaturas do partido em todos os níveis nas eleições de 1982, “correndo em faixa própria e preservando sua independência política”.

Aprovada também cinco resoluções sobre o *Regimento Interno*, regulamentando núcleos e Encontros.

Na resolução *Desemprego*, o partido assume “como sua bandeira central, a luta contra o desemprego, conclamando os trabalhadores do campo e da cidade a empunhá-la” e convoca uma reunião de articulação dos sindicalistas petistas e independentes para preparar uma intervenção unificada na CONCLAT (Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras).

Critério de participação:

- 1) membros natos: os membros da Comissão Diretora Nacional Provisória, inclusive os suplentes; os parlamentares federais ligados ao partido; os delegados à Convenção Nacional indicados na chapa do Diretório Regional nos estados onde houver chapa única; um delegado do Distrito Federal;
- 2) 1 delegado para cada mil filiados, com o mínimo de um delegado por estado. A fração acima de 500 conta mais 1 delegado.²

Inscritos: 214 delegados mais os membros natos³.

¹ A legislação eleitoral que restabeleceu o pluripartidarismo, em 1979, estabelecia normas rígidas para o funcionamento legal dos partidos políticos. O PT considerava que estas normas cerceavam o debate interno e, por isso, criou uma sistemática de funcionamento extra-oficial, em que o principal fórum de debates e decisões do partido era o dos Encontros, não oficial do ponto de vista da lei eleitoral, no qual as decisões eram tomadas e as direções partidárias eleitas.

Os Encontros, inicialmente também denominados pré-convenções, aconteciam em níveis zonais (em cidades com mais de 1 milhão de eleitores), municipais, estaduais e nacional.

As Convenções, exigências da legislação partidária, referendavam e homologavam, portanto, as resoluções aprovadas e as direções eleitas nos Encontros.

² Fonte: *Boletim Nacional do PT*, nº. 3, de julho de 1981, p.2-3.

³ Não foi possível recuperar o número preciso de delegados presentes neste Encontro. O cálculo da delegação foi feito com base nas informações contidas no *Boletim Nacional* supracitado.

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo
Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

1ª CONVENÇÃO NACIONAL

27 de setembro de 1981 – Brasília (DF)

Referenda o 1º Diretório Nacional, eleito pelo 1º Encontro Nacional, bem como o *Manifesto de Lançamento*, o *Programa* e o *Estatuto*, aprovados em 1980. Nesse momento, o partido já está legalizado em 16 estados, conforme a legislação. O *Discurso de Lula*, caracterizando o PT como um partido socialista é aprovado como documento básico do PT.

Presentes: 47 delegados (dos 51 aptos a votar).

Estados representados: 16 (AC, AM, CE, ES, GO, MA, MG, MS, PA, PB, PI, PR, RJ, RS, SC e SP) e 1 território federal: RO⁴.

⁴ Fonte: Nota Informativa da Secretaria de Organização de 06/10/81.

ANEXO 05

2º ENCONTRO NACIONAL

27 e 28 de março de 1982 – Instituto Sedes Sapientiae, São Paulo (SP)

Aprova a plataforma eleitoral nacional *Trabalho, Terra e Liberdade* para as eleições de novembro. Seus eixos são: 1. Sem liberdade a vida não vai mudar, pelo fim da Ditadura Militar; 2. Num país tão rico, é possível acabar com a fome; 3. Trabalhador do campo: terra e melhores salários; 4. Não é por falta de tijolo que o trabalhador não tem onde morar; 5. Neste país, há pouca saúde e muito lucro com a doença; 6. A educação e a cultura são um direito e não um privilégio de classes; 7. Somos todos iguais: chega de discriminação; 8. No dinheiro do povo ninguém pode meter a mão; 9. Com os contratos de risco, os tubarões pouco arriscam e muito petiscam; 10. O poder para os trabalhadores e o povo; 11. A luta dos trabalhadores é a mesma em todo o mundo; 12. Só o socialismo resolverá de vez os nossos problemas.

Aprova também a *Carta Eleitoral do PT*, onde aponta seus objetivos com a disputa eleitoral, o eixo da tática eleitoral do PT, uma proposta para o conteúdo geral da campanha, além de definir um conjunto de compromissos dos candidatos do partido.

Critérios de participação:

- 1) membros efetivos e suplentes do Diretório Nacional;
- 2) parlamentares federais e estaduais inscritos e confirmados nos Encontros Estaduais;
- 3) delegados eleitos nos Encontros Estaduais, ou por outra forma onde não se realizou o Encontro, à razão de 1 delegado por mil filiados;
- 4) delegados oficiais de cada estado à Convenção Nacional;
- 5) 1 delegado de cada Comissão Provisória Regional, eleito em Encontro Regional ou por outra forma¹.

Inscritos: 369 delegados².

Estados representados: 24 (AC, AL, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RS, SC, SE e SP) e 1 território federal: AP.³

¹ Fonte: regulamento interno do 2º Encontro Nacional.

² Fonte: relação de delegados previstos por estado, elaborada pela Secretaria Nacional de Organização.

³ Idem.

ANEXO 06

3º ENCONTRO NACIONAL

6 a 8 de abril de 1984 – Pampas Palace Hotel, São Bernardo do Campo (SP)¹

Elege o 2º Diretório Nacional.

Aprova as *Teses para a Atuação do PT* que "representam uma tomada de posição sobre a situação atual do Partido dos Trabalhadores e do momento político brasileiro". Estão formuladas como *Teses Organizativas e Teses Políticas*.

Aprova o *Regimento Interno*, consagrando a figura do núcleo como organismo de participação e de decisão da base partidária. Aprova a intensificação da luta pelas eleições diretas para presidente da República, o que inclui um firme posicionamento contra o Colégio Eleitoral e conclama todos os partidos de oposição a boicotá-lo e a não participarem de qualquer processo de eleições indiretas.

Outros documentos aprovados: *Resoluções sobre a Fundação Wilson Pinheiro*, *Resolução sobre Finanças e Nota à Imprensa sobre a Campanha Diretas-já*.

Teses apresentadas:

- 1) A Ruptura popular: o projeto político do PT, encabeçada por Bruno Maranhão;
- 2) O PT na direção da luta, por Virgílio Guimarães;
- 3) PT/84: avançar na luta, por José Genoíno
- 4) Teses para a atuação do PT, por Lula, aprovada como tese-guia².

Chapas apresentadas:

- 1) Por um PT de massa, encabeçada por Lula, com apoio dos signatários das "Teses para a atuação do PT";
- 2) O PT se constrói na luta, encabeçada por Virgílio Guimarães, com apoio dos signatários das teses "A ruptura popular: o projeto político do PT", "O PT na direção da luta" e "PT/84: avançar na luta".

Resultado da votação: chapa 1: 179 votos; chapa 2: 93 votos; brancos: 6 votos; nulos: 9 votos.

Critérios de participação:

- 1) delegados eleitos nos encontros regionais, na proporção de 1 por mil filiados ou fração de 500 ou mais;
- 2) delegados oficiais, eleitos nos Encontros ou nas Convenções regionais;
- 3) deputados federais do partido; e
- 4) membros efetivos e suplentes da Comissão Executiva Nacional³.

Presentes: 287 delegados.

Estados representados: 24 (AC, AL, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RS, SC, SE e SP) e 1 território federal: AP.

¹ Fonte: Circular da Secretaria Geral nº. 07/84 e *Boletim Nacional* nºs. 6 e 7.

² Tese-guia é a denominação dada ao texto inscrito que obtém o maior número de votos no início dos Encontros do PT. A pauta a ser discutida e votada nos Encontros é aprovada com antecedência e é sobre ela que são elaboradas essas teses. Aprovada a tese-guia, iniciam-se os debates sobre cada ponto da pauta, seguidos pela apresentação, defesa e votação das emendas, que podem, inclusive, alterar o conteúdo original do documento.

³ Fonte: Regimento Interno do 3º Encontro Nacional.

ANEXO 07

ENCONTRO NACIONAL EXTRAORDINÁRIO (REUNIÃO AMPLIADA DO DIRETÓRIO NACIONAL) 12 e 13 de janeiro de 1985 – Diadema (SP)

Sem quórum para realizar o Encontro, o Diretório Nacional ampliado ratifica o boicote ao Colégio Eleitoral, que elegeria a chapa Tancredo e Sarney, no documento *Contra o Continuísmo e o Pacto Social* e aprova *A Política de Organização do PT*.

De acordo com a Ata do Encontro, a Comissão Executiva Nacional, "em reunião realizada nos dias 5 e 6, havia adiado e confirmado a realização do Encontro Nacional para a data de 12 e 13 de janeiro, com base no fato de que o número de delegados eleitos em Encontros Regionais permitia o quórum estabelecido pelo Regimento Interno (114 delegados, equivalendo à metade mais um de delegados correspondentes a 225.000 filiados). Todavia, havia chegado ao conhecimento da GEN, após aquela reunião, que o real número de filiados do PT em todo o país é de 298.000 e não de 225.000. O novo número de filiados elevou o quórum exigido pelo Regimento para que as decisões do Encontro Nacional pudessem assumir um caráter de deliberação válida para o conjunto do partido. Sendo assim, o Diretório Nacional se comprometia a endossar como suas as decisões do Encontro Nacional, e ao mesmo tempo, passariam a ser considerados delegados no Encontro, com direito a voz e voto, os membros do DN que não houvessem sido eleitos delegados nos Encontros Regionais"¹.

Tese-guia: por votação, foi adotado o texto aprovado no Encontro Regional de São Paulo realizado nos dias 15 e 16 de dezembro de 1984².

Credenciados/participantes: 148 delegados

¹ Ver Ata do Encontro Nacional do PT, Diadema (SP), 12 e 13 de janeiro de 1985, p. 1.

² Idem, p. 2.

ANEXO 08

4º ENCONTRO NACIONAL¹

30 de maio a 1º de julho de 1986 – Hotel Danúbio, São Paulo (SP)

Elege o 3º Diretório Nacional e amplia o número de membros para 80, incluídos os suplentes.

Aprova a *Linha Sindical do Partido dos Trabalhadores*, um *Documento Eleitoral Básico* que "estabelece como plataforma para as eleições de 1986 uma série de objetivos prioritários para o PT" e um *Plano de Ação Política e Organizativa do PT para o período 1986/87/88*, que analisa o estágio de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, as perspectivas de transformações na direção do socialismo, a transição e crise da burguesia, o pacote econômico e o Congresso Constituinte, além de traçar as tarefas políticas e organizativas e as propostas imediatas para o partido. Pronuncia-se sobre os recursos eleitorais apresentados por filiados de Alagoas, Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia e aprova a resolução *Constituinte*, que propõe que o DN "assuma esta questão como prioritária" e crie Comitês Constituintes em níveis estaduais e nacional para receber e sistematizar propostas para a elaboração de uma "Constituição Popular", a partir do anteprojeto elaborado pelo jurista Fábio Konder Comparato e editado sob o título *Muda Brasil*, pela editora Brasiliense.

Teses-guias:

- 1) Livreto contendo os resultados do Encontro Nacional Sindical do PT, realizado em Diadema, entre 17 e 19 de maio de 1985, e os resultados do 2º Encontro Nacional de Sindicalistas do PT, realizado em Diadema, entre 16 e 18 de maio de 1986;
- 2) Documento Eleitoral Básico, aprovado pelo Diretório Nacional em 1º e 2 de março de 1986;
- 3) Articulação por uma proposta democrática, de massas e socialista para o PT.

Chapas apresentadas:

- 1) Articulação por uma proposta democrática, de massas e socialista para o PT, encabeçada por Olívio Dutra;
- 2) Alternativa Operária e Popular, por Raul Pont.²

Resultado da votação: chapa 1: 226 votos (72,2%); chapa 2: 87 votos (27,8%); brancos: 7 votos; nulos: 6 votos.

Presentes: 334 delegados credenciados 326 votantes.

Estados representados (24): AC, AL, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RS, SC, SE e SP; e 1 território federal: AP.

¹ Fonte: Circular 18/86 da Secretaria Geral Nacional, de 10 de junho de 1986.

² Fonte: Ata do 4º Encontro Nacional do PT.

ANEXO 09

5º ENCONTRO NACIONAL¹

4 a 6 de dezembro de 1987 – Senado Federal, Brasília (DF)

Elege o 4º Diretório Nacional.

Aprova uma série de *Resoluções Políticas*, que formulam a “estratégia democrática e popular”, na qual a luta pela conquista do governo (que não se confunde com o poder) é concebida como eixo articulador da estratégia de luta pelo socialismo no Brasil; um *Programa democrático-popular* que abrange reivindicações de interesse dos trabalhadores e uma *Política de Alianças do PT*, estratégica, abrangendo alianças no campo da classe trabalhadora e no campo democrático e popular.

Atualiza a resolução aprovada no 4º Encontro com o item *A Política Sindical do PT* e aprova uma outra sobre *O PT e o Movimento Popular*, além de posicionar-se sobre *O Centenário da Abolição da Escravatura*, *A Campanha Eleitoral de 1988* e *A Construção do PT*; aprovando, entre outras, as *Resoluções sobre Tendências e sobre Proporcionalidade*. Como decorrência da resolução sobre Tendências, o DN aprova, em 1990, o documento “Regulamentação das Tendências Internas”, anexado, nesta publicação, às deliberações do 5º Encontro. Finalmente, lança a candidatura de Lula à Presidência da República.

Outras resoluções aprovadas: *O Momento Atual e as Tarefas do PT*; *Objetivo Estratégico do PT: Socialismo*; *As Táticas do PT*.

Teses apresentadas:

- 1) Por um PT de Massas Democrático e Socialista, José Dirceu (214 votos - tese-guia);
- 2) Frente à Crise, Ampliar o Movimento de Massas e Avançar na Construção do PT, Vladimir Palmeira (3 votos);
- 3) O PT e o Caminho da Revolução Socialista, Renato Afonso (5 votos);
- 4) O PT pela Base, Eduardo Jorge (47 votos);
- 5) O PT de Luta, Democrático e Socialista: Raul Pont (28 votos);
- 6) O PT na Rua, Markus Sokol (10 votos);
- 7) O PT na Luta pelo Socialismo, Ivan Valente (21 votos);
- 8) Por uma Alternativa Política com Perspectiva Socialista, José Genoíno (34 votos).

Outras teses apresentadas: três propostas de Resolução sobre Tendências:

- 1) Articulação, Luiz Gushiken (204 votos);
- 2) Perspectiva Socialista, José Genoíno e Ivan Valente (4 votos);
- 3) Por um PT de Massa, Democrático e Socialista, Flávio Koutzii (147 votos);
- 4) 2 propostas de resolução sobre proporcionalidade.

Chapas apresentadas:

¹ Fontes: Ata do 5º Encontro Nacional; Circular 22/87 de 9/12/87, da Segunda Secretaria da Comissão Executiva Nacional; Regulamento do 5º Encontro Nacional e *Boletim Nacional* nº. 33, de novembro de 1987 a janeiro de 1988.

- 1) O PT pela Base, encabeçada por Eduardo Jorge;
- 2) Por um PT de Massas, encabeçada por Olívio Dutra;
- 3) Em Defesa da Democracia, encabeçada por Arlete Sampaio;
- 4) Luta Socialista, encabeçada por José Genoíno.

Resultado da votação: chapa 1: 46 votos; chapa 2: 212 votos; chapa 3: 13 votos; chapa 4: 86 votos; brancos: 10 votos; nulos: 1 voto.

Crítérios de participação:

- 1) delegados eleitos nos Encontros Regionais, na proporção de 1 por mil filiados ou fração igual ou maior que 500;
- 2) membros efetivos e suplentes da Comissão Executiva Nacional.

Presentes: 368 delegados.

Estados representados: 23 (AC, AL, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RS, SC, SP) e 1 território federal: AP.

ANEXO 10

6º ENCONTRO NACIONAL¹

16 a 18 de junho de 1989 – Colégio Caetano de Campos, São Paulo (SP)

Aprova o documento *O Momento Atual e as Nossas Tarefas* que, vendo o PT como o principal partido de oposição a partir da correlação de forças criada com os resultados eleitorais de 1988, indica que o Programa de Governo Democrático-Popular e o próprio Governo Democrático-Popular, “instrumentos capazes de viabilizar a alternativa dos trabalhadores à crise política atual, na ordem do governo, podem, entretanto, vir a abrir condições para a disputa de uma alternativa de poder”.

Formaliza a candidatura de Lula para a eleição presidencial de 1989 e aprova as resoluções *As Eleições Presidenciais e a Candidatura Lula, Diretrizes para a Elaboração do Programa de Governo e As Bases do PAG (Plano de Ação de Governo)*.

Esse Encontro foi marcado pela realização de dois atos: o primeiro, de repúdio ao massacre dos estudantes e trabalhadores chineses e o segundo em comemoração ao 10º aniversário da conquista da anistia no Brasil².

Tese-guia: texto básico apresentado pelo Diretório Nacional que, modificado pelas emendas votadas, deu origem às resoluções supracitadas.

Presentes: 543 delegados.

Estados representados (25): AC, AL, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SE, SP, TO.

¹ Fonte: Relatório de delegados por estado e *Boletim Nacional* nº. 46, de julho/setembro de 1989.

² *Boletim Nacional* nº. 46, de julho/setembro de 1989, p. 9.

ANEXO 11

7º ENCONTRO NACIONAL¹

31 de maio a 3 de junho de 1990 – Palácio de Convenções do Anhembi (SP)

Elege o 5º Diretório Nacional.

Aprova a resolução *O Socialismo Petista*, onde reafirma sua análise sobre o sistema capitalista e procura "consolidar, sinteticamente, o acúmulo partidário no que se refere ao socialismo" posicionando-se, inclusive, sobre o colapso do socialismo burocrático no Leste Europeu.

Na resolução *Construção Partidária* aprova, entre outras questões relativas à organização e ao funcionamento do Partido, a "composição proporcional em todas as instâncias de direção, com representação de todas as chapas que alcancem 10% de votação nos Encontros". Esta deliberação é incluída no Regimento Interno do PT.

Em *Conjuntura e Tática*, avalia a eleição de Collor, o Plano Collor, o novo momento político e situa-se perante as eleições de 1990, além de aprovar um Plano de Ação para o Diretório Nacional e análises sobre as prefeituras petistas e sobre a questão agrária no país.

Chapas apresentadas:

- 1) Socialismo e Liberdade, encabeçada por Eduardo Jorge e José Genoíno;
- 2) Articulação da Luta Socialista, encabeçada por Lula;
- 3) PT de Luta e de Massas, encabeçada por Valério Arcari e Markus Sokol;
- 4) Alternativa Socialista e Revolucionária, encabeçada por João Machado.

Resultado da votação: chapa 1: 17% (14 membros no DN), chapa 2: 56% (46 membros no DN), chapa 3: 11% (9 membros no DN) e chapa 4: 16% (13 membros no DN).

Teses apresentadas:

- 1) Socialismo e Estratégia, da Articulação (*tese-guia*);
- 2) Em Defesa do Socialismo com Democracia: Por um PT de Luta, da Convergência Socialista;
- 3) O PT e o Socialismo da Democracia Socialista;
- 4) A Luta Socialista Hoje, da Força Socialista;
- 5) A Opção Socialista do PT no Brasil do Movimento por uma Tendência Marxista;
- 6) Por um Socialismo Democrático e Humanístico, da Nova Esquerda;
- 7) Sobre a Questão do Socialismo, do Trabalho;
- 8) Uma Nova Era da Luta pelo Socialismo no Mundo, da Vertente Socialista.

Presentes: 568 delegados.

Estados representados: 26 (AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RS, SC, SE, SP e TO).

¹ Caderno de Teses, *Boletim Nacional*, edição especial e *Boletim Nacional* n.º 51, de julho de 1990.

ANEXO 12

1º CONGRESSO NACIONAL

27 de novembro de 1991 – São Bernardo do Campo (SP)

Retoma a discussão sobre o socialismo na nova situação internacional aberta pelo fim da URSS, reafirma sua posição socialista, aprofunda a discussão sobre a disputa de hegemonia na estratégia do PT e situa o lugar das eleições de 1994 na intervenção do Partido. Procura também sistematizar as discussões sobre construção partidária, aprova uma nova política de organização que inclui 30% de participação de mulheres em todas as instâncias de direção (cotas) e 10% do orçamento partidário para a formação política, também em todas as instâncias.

Resoluções aprovadas: *Socialismo; Partido; Conjuntura.*

Presentes: 1.196 delegados, 406 observadores e 300 convidados, além de 110 representantes de organizações e partidos progressistas de esquerda¹.

Estados representados: AC; AL; AM; PA; BA; CE; DF; ES; GO; MA; MG; MS; MT; PA; PB; PE; PI; PR; RJ; RN; RR; RS; SC; SE; SP; TO.

Temas abordados nas teses apresentadas:

- a) Socialismo, concepção e caminhos de sua construção
- b) Concepção e prática de construção e atuação partidária²

Teses:

Nº	Nome	Inscrita por:
01	Agora, PT: Ação política e econômica rumo à sociedade socialista	Carlos Roberto Vaz
02	Sobre o Socialismo, a Revolução Brasileira e o PT	Vladimir Palmeira
03	Socialismo e Estratégia	Bruno Maranhão
04	Pela Independência de Classe e Pelo Socialismo	Antonio Justino
05	Em Defesa do PT das Origens, Por um Brasil Socialista	Valério Arcari e Mauro Puerro
06	Socialismo e Liberdade	Luiz Alfredo Ravaglio
07	Em Defesa do PT	Markus Sokol e Júlio Turra
08	Um Projeto para o Brasil	José Genoio e Augusto de Franco
09	Um Rumo Revolucionário para o PT	Vagner Lino, Tatau Godinho e

¹ Fonte: relatório da Sessão Solene (abertura).

² Fontes: livro-ata de lançamento do I Congresso Nacional do PT, onde encontramos uma lista dos presentes no lançamento e o registro de textos para debates, registros de textos da *Tribuninha*, registros de textos de réplica, registros das teses, resumo das teses e textos sobre a reorganização partidária e ata da plenária de discussão e deliberação dos temas Socialismo e Estratégia, 28 de novembro de 1991.

		Raul Pont
10	Por um PT Socialista e Revolucionário	Florestan Fernandes, Luiz Araújo e Vila Nova
11	Por um Brasil democrático e popular	José Dirceu, Marco Aurélio Garcia e César Alvarez
12	O Papel do PT, Frente à Crise do Capitalismo e sua Estratégia Rumo ao Socialismo	Afonso Magalhães
13	Revolucionar é Preciso	Mozart e Fernando
14	Uma Contribuição dos Trabalhadores para o I Congresso	José Zico

Tese-guia: fusão entre as teses 7 e 11 (Resoluções do I Congresso, p. 8).

Critérios de participação:

- 1) São delegados ao I Congresso, com direito a voz e voto nos subgrupos, plenárias setoriais e plenárias gerais, os filiados eleitos nos encontros municipais e zonais, nos encontros estaduais ou setoriais de acordo com os "Critérios de Participação no I Congresso do PT" aprovados na reunião do Diretório Nacional de 19 de maio de 1991;
- 2) Os membros da Comissão Executiva Nacional atual são delegados natos ao I Congresso³.

³ Fonte: regimento interno do I Congresso, aprovado na reunião do Diretório Nacional de 27 de novembro de 1991.

